Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação

Murilo Mariano Vilaça

Publicar ou perecer: uma análise crítico-normativa das características e dos efeitos dos modelos cientométrico e bibliométrico adotados no Brasil

Rio de janeiro
2013

Murilo Mariano Vilaça

Publicar ou perecer: uma análise crítico-normativa das características e dos efeitos dos modelos cientométrico e bibliométrico adotados no Brasil

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Profª. Dra. Siomara Borba Leite

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

V712 Vilaça, Murilo Mariano.
Publicar ou perecer: uma análise crítico-normativa das características e dos efeitos dos modelos cientométrico e bibliométrico adotados no Brasil / Murilo Mariano Vilaça. – 2013.
316 f.

Orientador: Siomara Borba Leite.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

1. Cientometria – Teses. 2. Bibliometria – Teses. 3. Publicações científicas – Teses. I. Leite, Siomara Borba. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es CDU 001.89:001.9(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Murilo Mariano Vilaça

Publicar ou perecer: uma análise crítico-normativa das características e dos efeitos dos modelos cientométrico e bibliométrico adotados no Brasil

Tese apresentada, como requisito para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 18 de dezembro de 2013.

Banca examinadora:

_____
Profª. Drª. Siomara Borba Leite (Orientadora)
Faculdade de Educação - UERJ

_____
Prof. Dr. Alexandre Palma de Oliveira
Escola de Educação Física e Desportos - UFRJ

_____
Prof. Dr. José Carlos Costa da Silva Pinto
Escola de Química - UFRJ

_____
Profª. Drª. Marisa Palácios da Cunha e Melo de Almeida Rego
Instituto de Estudos em Saúde Coletiva - UFRJ

_____
Profª. Drª. Sônia Maria Ramos Vasconcelos – UFRJ
Instituto de Bioquímica Médica - UFRJ

Rio de Janeiro

2013

DEDICATÓRIA

A Isabella Lopes Pederneira, por tudo que representa para mim; pelo incentivo e toda a ajuda na realização desse projeto de vida acadêmica; pela parceria paciente e inteligente na formulação de alguns dos principais argumentos da Tese; pela revisão do texto em prazo recorde; mas, sobretudo, pela alegria que trouxe à minha vida, por ser uma mulher intensa, criativa, linda, inteligente ... plena.

AGRADECIMENTOS

Sou grato à minha orientadora pela decisão de me orientar e pelo apoio dado em vários momentos. Muitíssimo obrigado, Siomara, pela acolhida e pelas sugestões valiosíssimas. Sem a sua ajuda, o doutoramento em Educação não teria sido possível.

Agradeço aos professores José Carlos Costa da Silva Pinto e Marisa Palácios por aceitarem o meu convite generosamente, contribuindo para a qualificação da versão final do texto.

À professora Sônia Vasconcelos, minha gratidão pela preciosa participação na banca de qualificação, momento em que se revelou uma qualificadora do que viria a se tornar uma Tese, ajuda que foi reiterada no decurso do tempo também. A você, muitíssimo obrigado.

Agradeço ao professor Alexandre Palma tanto por aceitar avaliar o resultado da minha pesquisa quanto pelas inúmeras discussões sobre alguns dos argumentos e teses centrais defendidos no texto. Sua contribuição foi constante e é inestimável. Muito obrigado por tudo, parceiro.

À minha mãe, uma das razões da minha vida, por seu carinho, atenção, auxílio, compreensão e inexplicável amor. Penso que ciência alguma poderá entendê-lo ou explicá-lo. Resta-me usufrui-lo pelo longo tempo que espero te ter ao meu lado, além de agradecê-lo e retribui-lo o mais intensamente que puder. Te amo!

A Isabella Lopes Pederneira, tão essencial quanto respirar, por estar ao meu lado a cada dia, trazendo alegria com seu bom humor inteligente, com seu olhar apaixonado, com seu sorriso encantador e sedutor, com seu modo criativo de vestir-se e pensar, pela imaginação que torna qualquer história mais interessante quando contada segundo a sua visão. Por isso tudo, com toda admiração e amor, muito obrigado. Te amo infinitamente!

RESUMO

VILAÇA, Murilo Mariano. *Publicar ou perecer*: uma análise crítico-normativa das características e dos efeitos dos modelos cientométrico e bibliométrico adotados no Brasil. 2013. 316f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

A presente Tese de Doutorado analisa as características e os efeitos da cientometria e bibliometria adotadas no Brasil. Primeiramente, a fim de contextualizar o tema, faço uma revisão de literatura acerca do processo de mercantilização da educação. Meu objetivo é mostrar a inclinação empresarial das políticas públicas educacionais, especialmente aquelas voltadas para a pós-graduação. Além disso, seleciono e analiso alguns conceitos que ajudam a compreender o presente tema, bem como sustento a inadequação da lógica de economia de mercado como forma de gerir a Academia e a ciência. Na segunda parte da Tese, focalizo os critérios adotados para avaliar a hierarquizar Programas de Pós-Graduação e diferenciar pesquisadores. A tese a ser defendida é que o modelo CAPES de avaliação da pós-graduação está baseado numa norma produtividade de cunho periodicocrático que cria uma forte pressão por publicação de artigos em periódicos acadêmico-científicos, uma vez que eles os *produtos* privilegiados no modelo de mensuração objetivista em vigor. Produzir/publicar artigos torna-se, portanto, a *performance* acadêmico-científica por excelência. Isso enseja a criação de um mercado acadêmico-científico e de um mercado de publicações, o que cria um contexto propício para a ocorrência de más condutas acadêmico científicas.

Palavras-chave: Mercantilização da Educação. Cientometria. Bibliometria. Pressão por Publicação. Más Condutas Acadêmico-científicas.

ABSTRACT

VILAÇA, Murilo Mariano. Publish or perish: a critical-normative analysis of the charac teristics and effects of scientometric and bibliometric models adopted in Brazil. 2013. 316f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

This PhD Thesis analyzes the characteristics and effects of scientometrics and bibliometrics adopted in Brazil. First, in order to contextualize the theme, I review the literature on the commodification of education process. My goal is to demonstrate the business inclination facing the educational public policies, especially those assumed to the Graduate level. Furthermore, I select and analyze some concepts that help me to understand the theme as well as how they keep the inadequacy of the logic of market economy in order to manage the Academy and the science. In the second part of the thesis, I focus on the criteria used to determine the rank of Graduate Programs and distinguish researchers between them. The thesis to be defended is that the CAPES evaluation for Graduate level is based on a standard productivity model called 'periodicracy' which creates a strong pressure to publish articles in academic and scientific journals, since these products are privileged in the current objectivist measurement model. Therefore produce/publish articles becomes the preeminent Academic-scientific performance. This entails the creation of an academic-scientific market and a market of publications, which creates a propitious environment for the occurrence of Academic-scientific misconduct.

Keywords: Commodification of Education. Scientometrics. Bibliometrics. Pressure to Publish. Academic-scientific Misconduct.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	9
1	**PÓS-GRADUAÇÃO, MERCANTILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO: EM BUSCA DE UMA CONTEXTUALIZAÇÃO CRÍTICO-ANALÍTICA DA POLÍTICA ACADÊMICO-CIENTÍFICA VIGENTE**.....	33
1.1	**Prolegômenos à diacronia da pós-graduação brasileira: traços de um autorretrato oficial**.....	33
1.2	**Universidade e educação: notas sobre um processo de mercantilização**.....	41
1.3	**Pós-graduação estrategicamente induzida: identificando conceitos e objetivos para criticar a lógica envolvida**.....	62
1.4	**A pós-graduação segundo a lógica performática do Estado-Avaliador: a avaliação como norma, a qualidade como discurso, a performance produtiva-quantitativa como meta**.....	80
1.5	**Características e problemas da lógica da economia de livre mercado: uma análise crítica da sociedade mercadologicamente organizada**.....	124
2	**A NORMA PRODUTIVIDADE, O PRODUTIVISMO E AS MÁS CONDUTAS ACADÊMICO-CIENTÍFICAS: UMA ANÁLISE DA LÓGICA E DOS EFEITOS DO EN*CAPES*ULAMENTO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO-CIENTÍFICO *QUALIS*FICADO**.....	167
2.1	**Norma produtividade: identificando a influência da produtividade como critério fundamental do modelo CAPES de avaliação**.....	172
2.2	**Como a produção acadêmico-científica é *Qualis*ficada: traços cientométricos e bibliométricos da política acadêmico-científica nacional e algumas implicações**.....	194
2.3	**Do valor do pensamento/conhecimento ao peso/pontuação do artigo? No mercado acadêmico-científico, a ordem é publicar ou perecer**.....	211

2.4 **O preço do conhecimento: sobre o mercado de publicações**..... 249
2.5 **Más condutas acadêmico-científicas: uma abordagem crítico-comparativa**..... 262
2.6 **Uma síntese da tese fundamental: a relação entre pressão por publicação e más condutas acadêmico-científicas**..... 290
REFERÊNCIAS..... 298

INTRODUÇÃO

Atualmente, é praticamente inimaginável a vida para além ou aquém das ciências. As ciências confundem-se com a modernidade. O homem tido como moderno é, em larga escala, atravessado, compreendido, descrito, modificado, constituído e produzido pelas variadas ciências, pelo conhecimento, técnicas e tecnologias que elas geram. O conhecimento tido como acadêmico e/ou científico é, sem dúvida, uma das forças que atuam sobre uma parcela gigantesca dos humanos e que mais suscitam esperanças e temores. Correlatamente, a formação de pessoal para praticar ciência, notadamente uma das funções das universidades, é caso de grandes expectativas de parte da sociedade e de grande atenção por parte do aparato estatal, que tem exercido uma intensa vigilância sobre pesquisadores e instituições por meio de seus processos de 'acreditação' (envolvendo reconhecimento, autorização e certificação), avaliação e conceituação-hierarquização diretamente relacionados ao regime de financiamento público da Academia e da ciência e, supostamente, à busca pela qualidade.

O assim chamado desenvolvimento científico – muitas das vezes, no Brasil, associado ao aumento quantitativo de publicações de artigos em periódicos científicos publicado em revistas com alto Fator de Impacto[1] – sobretudo nas últimas décadas, tem reforçado e ampliado a secular credibilidade depositada nas ciências, bem como o poder delas sobre as pessoas. Em um contexto em que "[...] a evolução do sistema social *parece* estar determinada pela lógica do progresso técnico-científico" (HABERMAS, 1997, p. 72), os *especialistas* são convidados a opinar sobre praticamente tudo, revelando a confiança humana nos potenciais científicos (por exemplo, de explicação, predição e solução). Inobstante, além dos seus limites epistemológicos, que já são um convite à criticidade e precaução, há importantes dilemas normativos atinentes à prática científica, os quais impõem uma abordagem normativa (LACEY, 2006). Com efeito, cresce a atenção para este último aspecto. Paralelamente ao entusiasmo frente aos inúmeros (e contestáveis) avanços

[1] Conforme reportagem publicada no *Scientific American Brasil*. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/sciam/ciencia_brasileira/>. Acesso em: 05 out. 2013.

científicos publicados, vê-se, pelo mundo, a ampliação da preocupação com a chamada *integridade científica*, especialmente em razão das *fraudes* constatadas. [2]

Como tento mostrar ao longo da Tese, a política acadêmico-científica em vigor no país, reverberando uma tendência mundial, baseia-se num modelo de gestão pautada no princípio econômico da *eficiência*, esta entendida como objetivamente mensurável e politicamente neutra por meio de índices de 'qualidade' e (im)produtividade. Configura-se, como pretendo mostrar, uma norma produtividade fortemente atrelada à publicação de artigos, o que ensejaria o que chamo de *periodicocracia do conhecimento*, isto é, um modelo de gestão dos meios de produção do conhecimento acadêmico-científico a partir da complexa e problemática lógica da publicação de textos em periódicos científicos tidos como qualificados ou de alto impacto. Tento mostrar, outrossim, que tal modelo pode estar contribuindo – ou seja, não é a única causa – para o complexo problema das fraudes ou más condutas acadêmico-científicas, pois a *pressão por publicação*, um fenômeno sócio-acadêmico-científico afeto a um modelo de sociedade com alcance global, influencia o comportamento dos pesquisadores, ainda que de modo relativamente distinto. Por vezes, a fim de preencher os pré-requisitos (formais ou não) para conquista de financiamentos, reconhecimento da comunidade acadêmico-científica, assim como para ingresso, permanência e avanço na carreira, entre outros elementos constitutivos da profissão de professor-pesquisador, algumas estratégias produtivistas são aduzidas à prática acadêmico-científica, notadamente a da publicação dos resultados de pesquisa em formato de artigo nos periódicos científicos tidos como qualificados.

Na medida em que tal política visa à diferenciação hierarquizadora com pretensões qualitativas e prevê meios de recompensa (e, portanto, negação da mesma, o que pode representar, contrassenso, uma punição, criando o binômio indissociável recompensa-punição), pesquisadores individualmente ou coletivamente (enquanto componentes de instituições de pesquisa) são instados a se ajustar ao modelo de produtividade corrente, sob pena de sofrerem prejuízos na sua trajetória profissional. Bolsas de pesquisa e outras formas de financiamento individual, no

[2] Parágrafo extraído de VILAÇA, M. M. (2013). Más condutas científicas: uma abordagem crítico-comparativa para *in-formar* uma reflexão sobre o tema. *Revista Brasileira de Educação*; no prelo. Haja vista o artigo estar no prelo e para evitar uma citação literal demasiadamente grande, optei por esta nota de rodapé. Em casos semelhantes, utilizarei o mesmo procedimento.

tocante aos pesquisadores; e o regime de estabelecimento de conceitos para programa de pós-graduação (PPG), que é estabelecido segundo a avaliação trienal praticada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal para o Ensino Superior – CAPES, são exemplos de como a lógica vigente utiliza o critério (im)produtividade para hierarquiza/recompensar, atuando como um móbile ajustador de condutas.

Publicar artigos, sobretudo no contexto dos PPGs (que é o contexto abordado nesta pesquisa), tornou-se, nalguns casos, uma espécie de meio para atingir um fim, que é a manutenção ou promoção do *status quo* destacado de um(a) pesquisador(a) ou de um PPG no meio acadêmico-científico. Persuadidos ou, no limite, obrigados a produzir um mínimo de produtos, publicando-os em determinados veículos tidos como *qualificados*, os pesquisadores veem sua capacidade deliberativa constrangida. Afinal, em que medida os pesquisadores podem, atualmente, deliberar sobre o que pesquisarão, bem como quando e onde publicarão os resultados da sua pesquisa?

Como a política vigorante estabelece padrões de produtividade e qualidade com fortes traços quantitativos – tendendo a suprimir ou minimizar as possibilidades de interpretações e ajustamentos subjetivos ou particulares no que se refere à área acadêmico-científica, ao tema/objeto de pesquisa, às condições (recursos financeiros e de infraestrutura) desigualmente desfrutadas por indivíduos e PPGs, etc. – pesquisadores e instituições são avaliados conforme algo sobre o qual podem justificadamente discordar ou, por vezes, estranhar, mas ao qual têm de se adaptar, caso queiram manter suas posições. Considerando que o tipo de produtos, seu quantitativo mínimo e o lugar “certo” onde *devem* ser publicados não é determinado pelo(a) próprio(a) pesquisador(a), é plausível presumir que a política implementada em muitos países, incluindo o Brasil, institua um modelo de gestão da Academia e da ciência que impõe certo comportamento aos pesquisadores (por exemplo, no tocante a quando, quanto e onde publicar). Isso pode estar gerando alguns problemas, por exemplo, cooperando com outros fatores para a ocorrência de práticas tidas como antiéticas tanto na produção quanto na publicação acadêmico-científica, efeito que me interessa mais propriamente analisar.

A chamada pressão por publicação (*pressure to publish*), que é atinente à lógica denominada de publicar ou perecer (*publish or perish*), desponta como uma marca da ordem acadêmica e científica em nível mundial na atualidade. No Brasil, não é diferente. Por aqui, muitos são os relatos sobre a pressão exercida pelos

modelos cientométrico e bibliométrico adotados, em que as agências de fomento/regulação se baseiam para praticar seu método de avaliação e distribuir seus recursos. Muitas são, também, as críticas direcionadas aos modelos praticados, por meio das quais seus efeitos colaterais questionáveis ou maléficos são sublinhados, bem como aos modelos/papéis de universidade e ciência aos quais estão diretamente relacionados. Ou seja, não é apenas a pressão por produtividade que está em questão, mas os critérios adotados para (des)valorizar o que é pesquisado e publicado, a forma como este tipo de (des)valorização cria e preserva um contexto marcado por desigualdades que vêm se tornando estruturais, dada a manutenção, nas últimas décadas, do que Trein e Rodrigues (2011) denominam de *sistema brasileiro de ciência e tecnologia*, bem como os modelos de Estado e de universidade com os quais está alinhado. Desse modo, ainda consoante estes autores,

> Um mal-estar assombra a Academia: o mal-estar provocado pelo fetiche do conhecimento-mercadoria e o seu canto de sereia − o produtivismo. Professores, pesquisadores e estudantes universitários, e até mesmo os chamados "gestores de Ciência & Tecnologia", enfim, a Academia parece estar desagradada e, em alguma medida, degradada pela direção e pelo ritmo do desenvolvimento das transformações em curso no chamado sistema brasileiro de ciência e tecnologia (TREIN; RODRIGUES, p. 769).

Nesse sentido, um espectro parece assombrar pesquisadores ao redor do mundo: o *fantasma da improdutividade*. Schmidt (2011), por exemplo, rememora um clássico caso ocorrido em 1988, ocasião em que foi publicada no jornal *Folha de S.Paulo* uma lista que ficou conhecida como a *lista dos improdutivos*. Emblematicamente, o caso expressa algo que tem sido agravado. Atualmente, os 'improdutivos' não precisam ser listados eventualmente em jornais, pois o *Currículo Lattes*, dentre outras coisas, permite e promove que todos (os pesquisadores) se comparem com todos e que listas informais de 'improdutivos' sejam geradas continuamente.

Produzir e publicar, especialmente artigos em periódicos tidos como 'de qualidade', são dois dos verbos mais conjugados pelos acadêmicos e cientistas, sem os quais substantivos fundamentais à carreira acadêmica e científica – tais como *reconhecimento* e *financiamento* – tornam-se inacessíveis. Numa analogia, na gramática acadêmico-científica atual, aqueles verbos têm como complemento

ideológico estes substantivos, servindo de base para uma semântica acadêmico-científica cujas bases e efeitos podem normativamente ser questionados.

Para angariar reconhecimento intersubjetivo e recursos para desenvolvimento de pesquisas, manter-se e avançar na carreira é imprescindível produzir e publicar, sendo que, por vezes, produzir e publicar formam um binômio indissociável: *produzir-publicar*. Sem serem 'produtivos' (muitas das vezes, produtividade entendida como publicação de artigos conforme os padrões de 'qualidade' estabelecidos pelas agências de regulação-avaliação-financiamento da pesquisa acadêmico-científica), pesquisadores e suas instituições expõem-se aos riscos da "improdutividade".

É justamente para compreender a não tão recente pressão por produtividade e o mal-estar gerado por ela – que pode não ser compartilhado por todos os pesquisadores, é importante registrar – que tomo a cientometria e bibliometria vigentes como objeto de pesquisa de Tese de Doutorado. Meu objetivo geral é conhecer as características e os efeitos da política em vigor, desenvolvendo uma análise crítica que permita identificar seus problemas e, no limite, excogitar modos de alterar tal política, evitando seus males, forjando modelos normativamente melhores, embora não perfeitos.

O tema geral é, portanto, a lógica do *publicar ou perecer* e seus efeitos sobre os pesquisadores, a Academia e a ciência. Como algo decorrente dos critérios cientométricos e bibliométricos que compõem a política de avaliação do Ensino Superior, mais especificamente, da pós-graduação *stricto sensu*,[3] tal lógica vem normalizando posturas acadêmico-científicas, gerando efeitos pessoais, institucionais e científicos que merecem atenção crítica. Uma reflexão normativa sobre os efeitos dessa lógica para a ciência justifica-se em face do perene crescimento da relevância social, política, econômica e epistêmica do conhecimento de tipo científico e dos dilemas envolvidos na *produção e divulgação da verdade científica*. Isso vem associado à crescente (numericamente) produtividade em pesquisa (produção e divulgação), o que torna imperativo focalizar a ciência desde um ponto de vista normativo e qualitativo, e não unicamente pragmático ou quantitativo.

[3] Sempre que for feita menção à pós-graduação neste texto, deve-se compreender como referente ao *stricto sensu*.

Os objetivos gerais da minha pesquisa são: identificar em que lógica macropolítica é possível compreender o modelo CAPES de avaliação e de promoção/aferição da qualidade, bem como apresentar críticas a ele; identificar, analisar e criticar alguns dos traços e efeitos micropolíticos[4] mais relevantes e problemáticos da importância conferida à produção/divulgação do conhecimento acadêmico-científico e os critérios utilizados para mensurar a sua qualidade, segundo aquele modelo. Assim sendo, é sobre a multidimensionalidade das práticas e estratégias de exercício do governo dos homens (do seu comportamento), no tocante à Academia e ciência, à pós-graduação, que trato aqui. Governo dos outros ou sobre os outros, de uma parcela populacional (os pesquisadores) à moda de um liberalismo político e econômico que visa a maximizar seus efeitos reduzindo seus custos; governo de si mesmo, governo pela individualização, referente à forma como os sujeitos adequam-se, interagem, reagem, forjando uma conduta mais ou menos própria. É também, portanto, ao governo e autogoverno que se refere esta Tese.

Com esse enfoque, busco escapar da tendência totalitarista de uma visão exclusivamente macropolítica (avessa às mediações e particularidades, portanto, monológica) e da tendência localista da micropolítica (avessa aos condicionantes com alcance global e à existência de uma lógica sistêmica). Vê-se a pertinência de tal recurso teórico-metodológico, na medida em que permite perceber e captar a

[4] Conquanto o conceito de *micropolítica* possa ser, corretamente, associado a Gilles Deleuze e Félix Guattari, especialmente à análise que desenvolvem no livro *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, uso-o com uma acepção e intenção distintas, ainda que não contraditórias, a saber, ligadas à *genealogia do poder* foucaultiana. Em que pesem possíveis relações com a esquizoanálise de Deleuze e Guattari, notadamente quanto à centralidade das noções de subjetividade, força, desejo, linhas de fuga, discursos e práticas sociais de verdade, entre outras, circunscrevo a micropolítica à perspectiva genealógica de Michel Foucault, tendo em vista que me interessa ressaltar algo sobre o qual ele se debruçou mais detidamente: a *dinâmica do poder*. Deixarei de lado, então, conceitos típicos da abordagem deleuzeana (agenciamento, devir, rizoma, etc.), atendo-me ao vocabulário conceitual foucaultiano, especificamente ao conceito de *poder disciplinar*, a fim de entender os efeitos micropolíticos sobre os sujeitos, sobre suas práticas de objetivação e subjetivação, de assujeitamento e resistência (ou desassujeitamento), destacando um tipo específico de desejo, o *desejo pelo poder*, não necessariamente de exercê-lo, mas de que ele seja exercido, como problematiza Foucault (2007); não um poder que se possa possuir indeterminada e globalmente, mas que se exerça localmente. Na medida em que o objeto da Tese é uma modalidade específica de exercício do poder que está, como tento mostrar neste texto, diretamente (ainda que não linearmente) relacionada a uma dimensão macropolítica, cumpre, no meu entendimento, identificar a multiplicidade de formas como os sujeitos lidam com a complexa relação triádica *interesse-desejo-poder*, quer se ajustando e aderindo, quer resistindo e rejeitando; quer parcialmente, quer completamente. As estratégias micropolíticas estratégias (de adequação ou não) e lutas de resistência são efeitos irredutíveis à análise macropolítica, mas não independentes dela, pelo contrário. Daí a necessidade de uma abordagem que tente correlacionar ambas as dimensões políticas (globais ou supraindividuais, de um lado; e locais e subjetivas, de outro), identificando pontos de contato, conflito ou atravessamento.

sobredeterminação do sujeito. Ao mesmo tempo em que não está radicalmente livre no mundo (ou ensimesmado, 'ser à parte'), como pressupõe parte da *filosofia do sujeito transcentalizado*, sujeito com uma *essência supra-histórica preservada*, o sujeito também não está determinado absolutamente por fatores sociais, como um empedernido viés construtivista pode esposar. Ou seja, o sujeito não é um espectro pairando sobre a terra, mas, semelhantemente, não é o rebatimento puro e simples do contexto, até porque o contexto nunca é algo simples (unívoco). Em termos foucaultianos, o sujeito é produzido no constante e dinâmico processo de objetivação (normas gerais) e subjetivação (relação do eu consigo através de práticas/técnicas/tecnologias de si) num campo de experiências possíveis (REVEL, 2005). O que parece estar em jogo é, fundamentalmente, a gestão ou governo de um campo de ações (de acordo com a lógica ação sobre ação), visando à configuração do horizonte agonístico e transitório das liberdades entendidas como nem radicais, nem inexistentes; nem absolutamente determinadas, nem incondicionadas.

Dito de outro modo, a majorada relevância de fatores de ordem político-econômica globais sobre a recente diacronia das políticas públicas nacionais para a pós-graduação, como busco tornar claro no decurso deste texto, não pode servir para minorar a importância da dimensão subjetiva, haja vista as variadas possibilidades de apropriação, adequação, rejeição, crítica ou resistência das normas vigorantes que decorrem, em parte, daqueles fatores. Assim sendo, rejeitando uma forte tendência de uma ortodoxia marxista de, preconceituosamente, relegar a segundo plano a questão da subjetividade (por vezes, negar qualquer plano) "[...] inviabilizando, assim, uma reflexão rica e complexa sobre a subjetividade humana" (CHAGAS, 2013, p. 63), penso que seja possível e, mais do que isso, necessária uma análise que dê conta de uma dupla dimensão política, isto é, objetiva e subjetiva, inclusive à luz da teoria marxiana.[5]

[5] Segundo Chagas (2013, p. 65): "Marx não compreende a subjetividade como um simples reflexo das determinações da base econômica, como um mero produto do econômico, e sim como um componente inseparável dos processos de formação da vida humana. O seu pensamento não pode ser reduzido a um objetivismo, a um mero determinismo econômico, unilateral, visto que a objetividade é impensável sem uma íntima correspondência com a subjetividade. Não há, para ele, objeto sem sujeito, como não há sujeito sem objeto. Nenhum dos polos dessa relação, sujeito e objeto, é posto como um dado *a priori*; eles se constituem na relação. Quer dizer, Marx não considera o indivíduo humano apenas no seu caráter objetivo, determinado, mas em seu processo de autodeterminação. E é nesse processo de autoconstrução que se criam novas formas de objetivação, que possibilitam, por sua vez, novas formas de subjetivação. O que Marx quer

Dito isso, ainda que o tema em tela imponha uma abordagem que enquadre a lógica institucional implementada pela política científica nacional, permitindo a sua compreensão e análise crítica, há outra importante dimensão a ser pesquisada que não versa propriamente sobre instituições, mas sobre os indivíduos que a constituem e a conformam (sujeitos-pesquisadores). Afinal, instituições não existem para além dos indivíduos que nela atuam de acordo com regras/normas que estabelecem e/ou que têm de obedecer. O que está em questão é, então, o modo como suas ações, interesses, condutas, opções, potenciais criativos, capacidade de crítica, liberdades têm sido alvo de diligente indução, incentivo, direcionamento, controle, restrição e coação pelo conjunto de normas que forma a política acadêmico-científica nacional. A importância do papel das instituições responsáveis por estabelecê-la e executá-la está justamente no fato delas implementarem ações (de avaliação e hierarquização, por exemplo) que atuam sobre ações (dos pesquisadores), criando, assim, dada configuração de relações de poder que parece almejar a produção de uma padronização e homogeneização. Por meio de parâmetros aplicados igualmente ao *pluriverso da pós-graduação* (expressão que uso para apontar a pluralidade inerente à pós-graduação, que está sob forte padronização homogeneizadora), visa-se, a meu ver, à configuração do que chamarei de *sujeito produtivo*, subjetividade que deve poder ser mensurada objetivamente. Assim, as dimensões da subjetivação e da pluralidade encontram-se em processo de colonização pela objetivação monológica numericamente mensurável. Há um império quantitativo e numérico. Quero dizer, o sujeito é medido por um critério supostamente objetivo, o que o reduz, academicamente, a ele. Assim sendo, tanto o sujeito quanto o seu trabalho são expressos em números que, em tese, refletiriam o que ele é, ensejando uma ideia de subjetividade *performático-produtiva*.

Sendo assim, trato de algumas estratégias de normalização da conduta dos sujeitos que atuam na universidade, especialmente na pós-graduação, e suas práticas de ajustamento/assujeitamento e resistência/crítica/desassujeitamento,

---

mostrar é, na verdade, que a subjetividade não é nem uma instância própria, autônoma, independente, abstrata, nem posta naturalmente, dada imediatamente ao indivíduo, mas construída socialmente, produzida numa dada formação social, num determinado tempo histórico. Em consequência, a sua reflexão sobre a subjetividade não pode deixar de lado, por exemplo, uma análise da sociedade capitalista que a forja".

considerando-os (políticas, normas, estratégias, práticas e sujeitos) como contextualizados social, politica, economica e historicamente.

Diante da complexidade do que isso representa, impõe-se estabelecer mais um ponto do marco teórico geral, esboçando uma noção de sujeito a partir da diferenciação de *modos de ser*, focalizando a dimensão atitudinal a seguir.

Recorro, inicialmente, a Valenzuela (2005), na medida em que ela chama a atenção para uma *tridimensionalidade da natureza humana*: algo contraditório e contingente; onto-histórico; historicamente humanizado. Com essa perspectiva tridimensional e complementar, a autora enquadra o humano como uma entidade capaz de *ser de um modo ou de outro*, de *fracassar ou realizar-se*, de *humanizar-se ou desumanizar-se*, sendo *regido por uma ideia de humano, valores ideais e certos deveres historicamente vigorantes*. Para ela, a *physis* do humano é expressa, fundamentalmente, pelo exercício do poder criativo da liberdade, uma capacidade *autopoiética* que enseja o que ela denomina de *Homo humanus*.

Essa perspectiva de natureza humana me auxilia a formular o conceito de sujeito-agente ideal (ficcional) que me parece oportuna para os desafios analíticos que enfrento: humano como um agente ontologicamente polivalente, sendo capaz de, ao menos, três *modos de ser* exercitáveis num contexto concreto (pensar, sentir, agir, desejar, discursar, etc.), com variadas matizações e inter-relações concretas entre eles que são inapreensíveis pela presente abstração teórica, mas estão previstas nela:

- *livre*: exerce-se o que chamarei de *poder de ser* (*de um modo ou de outro*) ativa, criativa, reflexiva, critica e produtivamente, em suma, autopoieticamente, tendo como motivação fundamental a realização de um projeto existencial em que as opções se enquadram no presente e a construção de uma vida que seja passível de ser retomada retrospectivamente por meio de um *relato em primeira pessoa*;
- *adaptado*: exerce-se o poder de ser de forma ativa, mas reprodutora, instrumental e convencional, não havendo autopoiese, na medida em que não há produção, mas reprodução; tem-se como motivação fundamental o receio ou medo do prejuízo por contrariar ou a promessa da recompensa de anuir com o que dado contexto determina

como sendo normal (enquanto reflexo de um conjunto de normas que ditam o *correto comportamento*); as opções feitas não se enquadram num projeto existencial livremente estabelecido, contrariando-o no presente, além de impor que a vida construída seja resgatada retrospectivamente por meio de um *relato em terceira pessoa* (de tipo "o contexto me fez agir assim", "a regra era essa", "foi melhor agir de acordo com" e afins);

- e *mecânico*: o poder de ser, que não pode ser negado absolutamente, dá-se de forma passiva e mecânica, nem produtiva, nem reprodutiva, mas irrefletida e inconscientemente repetitiva (o agente sequer percebe um claro motivo ou intenção no que pensa, sente, deseja ou faz), de modo que não há motivação clara, tampouco um enquadramento ou não num projeto de vida; o sentido do que *se fez* pode ser, no máximo, buscado retrospectivamente, já que, no presente, não representa nada.

Para a minha concepção, a dimensão social é inescapavelmente condicionante. Assim, os modos de ser individuais citados estão relacionados a dado contexto em que o indivíduo está inserido, não sendo exercidos para além ou aquém de uma lógica relacional-contextual. O contexto provê elementos fundamentais da liberdade, da adaptação e da mecanicidade de modos de ser. A ontologia biossocial humana impõe a relação com outros num contexto historicamente regrado, o que é, ao mesmo tempo, condição de possibilidade do exercício do poder criativo da liberdade, do poder reprodutivo da adaptação e da conduta mecânica.

Nesse sentido, as condições materiais no interior do ordenamento político-econômico hegemônico (a chamada *questão social*), envolvendo não só a classe social, a renda e o acesso a oportunidades e direitos, mas também a cor da pele, o gênero, o sotaque, a localização geográfica da moradia, entre outros, são fundamentais para o acesso ou restrição às modalidades de exercício dos modos de ser citados. Como ficará evidenciada à frente (mais precisamente no capítulo 1.5), a lógica do livre mercado e a sua influência sobre o ordenamento político impõem distinções capitais e limites existências importantes (ainda que não absolutos) entre indivíduos, dando-lhes mais ou menos alternativas. Contudo, registro que não

concebo tais condicionamentos como suficientes, plenamente determinantes. Para compreender a questão do sujeito-agente e dos modos de ser que pode atualizar é necessário considerar elementos de outras ordens, que, conquanto não sejam facilmente definidos, apreendidos ou explicados, parecem contribuir, de maneiras variadas e, por vezes, imponderáveis.

Faz parte da dinâmica da natureza humana agir de modos distintos, e não necessariamente excludentes, como formas de respostas ao que dado contexto dispõe, possibilita, requer, estipula e/ou estimula. Quer dizer, não há exclusividade ou linearidade quanto os modos de ser. Os sujeitos são capazes de ações e condutas livres, adaptáveis e mecânicas concomitantes. Também não parto do entendimento de que toda postura adaptativa ou mecânica seja normativamente negativa, tampouco que toda a postura livre seja, em si, normativamente boa. Até aqui, não ergo pretensão de juízo de valor acerca do conteúdo ou resultado dos modos de ser. Nem todo modo de ser livre contém ou resulta em algo bom e nem todo modo de ser adaptado e mecânico em algo mau. Afinal, pode-se pensar, sentir, agir e discursar de modo tido como correto mesmo que isso seja fruto de um comportamento adaptativo ou mecanizado, ao mesmo tempo em que uma ação livre pode possuir um conteúdo nefasto e surtir efeitos maléficos. Isto é, aqui, o conteúdo cognitivo, emocional, atitudinal e discursivo, bem como o resultado da ação são tidos como fundamentais, mas não suficientes para o ajuizamento de valor acerca da ação em si. Embora a intenção e consciência do agente e a capacidade que dado ordenamento tenha de promover as liberdades sejam dimensões normativas sobremaneira relevantes, outrossim, são insuficientes em si. Com isso, tento evitar dois tipos comuns de tiranias: a tirana do contexto e a do indivíduo.

A importância do *par de complementação binária* formado por *contexto vivido-individualidade* para a perspectiva que adoto é do tipo *conditio sine qua non*. Reduzir o contexto à subjetividade individual e o inverso são, para mim, erros. A força da sociedade não é capaz de apagar o indivíduo, assim como o poder do indivíduo, mesmo nas sociedades atuais, extremamente individualistas, é incapaz de suprimir aquela, como o eminente sociólogo Norbert Elias (1994) sustenta na clássica obra *sociedade dos indivíduos*. Ainda segundo Elias, ao passo que a sociedade não produz o indivíduo numa relação de tipo ‘mão única’, o indivíduo ou a soma dos indivíduos, igualmente, não produz a sociedade, numa direção inversa da mesma via de mão única.

Conquanto eu parta da dimensão atitudinal-deliberativa na *direção sujeito-normas*, não me restrinjo a ela, à medida que o conteúdo da regra/norma, aquilo que ela implica ou atualiza, é fundamental na constituição do próprio sujeito. Assim, a *direção normas-sujeito* é, igualmente, importante. Há uma relação de tido "mão dupla", os sujeitos produzem normas que, por sua vez, produzem sujeitos que podem ratificar ou não as normas, entendimento que ratifica a ideia de um par de complementação binária.

Dito isso, há regras/normas que um sujeito não criou e que, ademais, podem não estar completamente correlacionadas ao que chamarei de sua *autocompreensão existencial* (o enquadramento hermenêutico em que se baseia o modo de ser livre, isto é, de ser de um modo, e não de outro, de construir uma vida passível de ser retomada por meio de um relato em primeira pessoa), mas com as quais ele concorda, haja vista compreender seu valor para além de si mesmo, isto é, para o contexto em que está inserido, para os outros com os quais convive (real ou potencialmente). Ou seja, um agente (sujeito de ação) pode agir livremente contra a sua vontade ou seu autointeresse mais imediato por julgar que há um motivo válido para isso. Daí a não necessidade, a meu ver, de ter de admitir uma restrição egocêntrica da autocompreensão existencial. Ao contrário, entendo-a como nem radicalmente egocentrada, nem radicalmente ego-descentrada, como tudo o mais que se situa na interface indivíduo-sociedade. Com consequência, cumpre sublinhar que a autocompreensão existencial não é algo fixo, permanente, plenamente coerente, mas passível de alteração diacrônica e contradições.

A conformação das regras e normas, bem como dos valores que as subsidiam são obras humanas, podendo majorar e/ou minorar um poder de ser e/ou outro de forma ondulatória, enquadramento agonístico e dinâmico em que os indivíduos estão inseridos e pelo qual são produzidos, mas que podem alterar, formando uma espécie de paradoxo do 'círculo aberto'. Quero dizer, em dado contexto, os indivíduos, enquanto produtores e produtos do meio, podem promover, ao mesmo tempo, condições para usos da liberdade e da criatividade, ampliando o horizonte autopoiético; restrições, coações e, no limite, imposições que promovam posturas reprodutoras, pelas quais um sujeito visa à adaptação conservadora da vida como uma estratégia de sobrevivência numa sociedade com regras/normas coativas; e procedimentos que levem os sujeitos a naturalizar (ou objetivar) coisas

da ordem do social e da deliberação subjetiva, mecanizando a sua conduta em torno de um 'é assim mesmo que funciona' irrefletido.

À semelhança de Valenzuela, parto do pressuposto de que o que nos diferencia de outros seres vivos é a capacidade autopoiética. A capacidade autocriadora, a meu ver, expressa em pensamentos, sentimentos, ações e decisões (que levam a ações) que nos parecem as melhores, tanto no sentido de corretas (pretensão de universalidade) quanto de adequadas ou pertinentes *para mim* (sem pretensão de universalidade). Já que o humano é o único ser capaz de criar-se a si mesmo, como alguns pensadores têm defendido ao longo da história da humanidade, ainda que com termos e perspectivas distintos[6], é o exercício dessa potencialidade que tomo como atinente ao que denominarei de *campo* (do exercício) *das liberdades*.

A capacidade de adaptar-se – partilhada por todo ser vivo em alguma medida (pois pressupõe-se que os animais irracionais não agem livre, consciente, critica e deliberativamente) – diz respeito a uma ação que resulta de um modo de ser complexo, só que, para mim, é afeta ao *campo da necessidade*, algo que se impõe *ao* sujeito – e não que o próprio sujeito se *impõe* – com uma força diferencial, mas sempre coativa. Quer biológica e inconscientemente (tenho em mente traços naturais não suscetíveis de controle racional e voluntário), quer biossocial e conscientemente (traços biológicos passíveis de influência social e de controle racional), diz respeito à necessidade de sobrevivência. O que está em jogo não é uma escolha espontânea e, diria, inofensiva. É sob imposição (ambiental ou social), coação, receio e, até mesmo, medo, bem como por simples interesse instrumental (de sobrevivência biossocial) que se age adaptativamente, conforme a perspectiva que proponho.

A capacidade de conduzir-se mecanicamente, isoladamente, não expressa a realização da dimensão que julgo como exclusivamente humana, ou seja, a do campo das liberdades. No máximo, o modo de ser mecânico refere-se ações que não envolvem um processo consciente e, logo, passível de ajuizamento e deliberação. Aqui, há o que chamarei de *naturalização* do que é da ordem social. O indivíduo não age nem por liberdade, nem por necessidade; simplesmente age,

[6] Por exemplo, Platão, Rousseau, Kant, Camus, com suas particularidades, as quais não serão analisadas aqui.

pensa, sente, etc., sem saber por quê, sem uma clara intencionalidade. Quando perguntado, o máximo que é capaz de afirmar é algo como “as coisas são assim mesmo”, “todo mundo faz ou pensa assim” e expressões afins.

Visando a ressaltar o caráter atitudinal, procedo a definir o campo das ações livres, o campo das ações adaptações e o campo das ações mecânicas, diferenciando-os. Apresentarei tais campos separadamente, o que não significa que eles não se cruzem ou alternem em vários pontos da vida prática.

O campo das ações de liberdade socialmente dependentes concerne às *ações baseadas em convicções afirmativas, conscientes, refletidas, convergentes e coerentes com dado projeto vital*. Um sujeito faz algo porque quer (dimensão volitiva), por atribuir valor positivo (dimensão normativo-existencial), porque, dentre as opções disponíveis, é a ação que mais se ajusta à sua autocompreensão existencial, seu modo de pensar, suas preferências, seus desejos, valores e interesses, e não por coação, indução, incentivo ou sobrevivência. Sua ação é resultante daquilo que Vilaça e Dias (2013) denominam de uma *escolha hermenêutica*, isto é, uma escolha na qual o sujeito se reconheça (‘esse sou eu’) e se realiza (‘esse sou o que quero ser’).

Desse modo, ações de liberdade possuem um *caráter normativo*, expresso pelo imperativo *deve ser assim* (quer universal, quer individual), ainda que uma escolha ou ação tenha consequências objetivas nulas (não gerem qualquer benefício ou prejuízo objetivo), imprevistas ou, no limite, previsivelmente prejudiciais para o sujeito objetiva ou subjetivamente. Cabe observar, reiterando o argumento acima, que a adoção dessa perspectiva definição não deve, necessariamente, levar a um egocentrismo, a uma espécie de *tirania do indivíduo sobre o coletivo*. Sem dúvida, esta é uma das armadilhas de um foco radical e exclusivo sobre as liberdades, por assim dizer, modernas (calcadas no indivíduo). Ciente disso, sustento que nenhum valor, conceito, princípio ou dimensão humano é autossuficiente. Ou seja, há sempre a necessidade de complementariedades. O respeito à escolha hermenêutica de outrem e a responsabilidade acerca do que a minha autocompreensão existencial me leva a fazer, dizer, pensar e sentir são alguns exemplos.

Para a presente perspectiva, julgo que não se pode falar acertadamente em autocompreensão existencial como base para o livre agir sem a correta e clara compreensão da importância da *responsabilidade* e do *respeito* que um sujeito deve

assumir, enquanto agente livre, diante do mundo, das coisas, dos outros sujeitos. Segundo a minha perspectiva, o meio social (incluindo coisas e outros sujeitos, o compartilhamento daquelas e as interações entre estes) é fundamental para a autocompreensão existencial. Esta, então, deve ser entendida como o modo semi-particular como cada sujeito compreende-se no contexto em que está, desde sempre, inserido, interpretando-se sempre numa relação com a interpretação do contexto vivido que seja, ao mesmo tempo, responsável e respeitosa. As coisas e sujeitos compõem o contexto em que a vida de dado sujeito faz algum sentido, resultando, portanto, no pano de fundo necessário da sua autocompreensão, devendo, neste raciocínio, ser considerados de modo não instrumental.

Dito isso, a ideia de autocompreensão existencial contém o pressuposto da *negação da contradição performativa*. Um agente livre, no exercício da sua autocompreensão, o que pressupõe a valorização normativa desta, não pode subtrair (ou querer subtrair) dos outros tal dimensão, sem que, com isso, abra mão, logicamente, da dimensão humana, que assume um papel de valor ou princípio. Afirmar o valor (normativo) da autocompreensão existencial *em particular* é logicamente incompatível com negar o valor (normativo) da autocompreensão existencial *em geral*, para todos. Esta é condição absolutamente necessária daquela. Por isso, um agente que nega a última, abre mão da primeira.

Evidentemente, tal concepção apriorística enfrenta, na prática, desafios que tomarei como insolúveis na sua totalidade. No contexto empírico de sociedades tidas como etica e endemicamente pluralistas, a autocompreensão de um indivíduo pode estar em tensão com a de outro, mas, em tese, segundo o pensamento liberal (por exemplo, de Habermas e Rawls) deve-se respeitar os limites dos desacordos razoáveis (uma abstração racional com pretensão de validade normativa enquanto guia da ação num contexto ético e político secular e plural de sociedades democráticas), o que, do ponto de vista empírico, é bastante difícil de precisar. Se considerarmos o contexto empírico, só que a partir da divisão em classes sociais e de tudo que isso depende e implica, pode-se presumir que o problema agrava-se sobremaneira, na medida em que a posição de classe determinará, em larga medida, se uma autocompreensão é realizável ou não. Quer tido como eticamente plural, quer como estruturalmente desigual e injusto, é num contexto agonístico real que o ideal de liberdade como exercício da autocompreensão existencial enquadra-se, é promovido ou reprimido. Daí a necessidade de criar uma abstração teórica

(limitada, obviamente) para superar a paralisia que a empiria causaria, se tratada nela mesma, sem mediações teóricas.

O campo das ações de adaptação socialmente dependentes é relativo às *ações conscientes e instrumentais baseadas em prudência, medo/segurança, por sobrevivência ou recompensa*. Um sujeito faz algo porque se sente, por um lado, ameaçado, coagido, sem opções; ou, por outro, porque é induzido, incentivado ou espera ser recompensado. Isto é, sem o medo da punição potencial ou real, de um lado; ou sem a expectativa da recompensa, de outro, ele não agiria daquele modo. Ou não há, de fato, opções de *ser de outro modo*; ou, diante das opções disponíveis, ele se vê coagido a escolher uma, justamente aquela que não está de acordo com seu modo de pensar, seus interesses, desejos e valores, em suma, sua autocompreensão existencial, mas que é a menos danosa ou mais recompensadora (penso em exemplos instrumentais, tais como, dinheiro, fama, posição social e afins), de forma que, ao contrário da escolha hermenêutica, ele não se vê refletido na escolha realizada. Há, portanto, dolorosos, numerosos, frequentes e, por vezes, radicais sacrifícios ideológicos envolvidos. Ao invés, há uma profunda cisão entre ele e o modo de ser, do qual, via de regra, mediatamente, envergonha-se ou ressente-se. Em suma, ações adaptativas são aquelas que o sujeito faz porque foi induzido ou incentivado, ameaçado ou coagido, tendo um *caráter pragmático* diante de algo que se lhe apresenta como uma opção mais prudente, segura ou adequada.

O campo das ações de mecânicas socialmente dependentes é relativo às *ações irrefletidas, automatizadas, de tipo 'é assim que é'*. Tal campo pode ser definido pela *naturalização das coisas sociais*. Aquilo que é da ordem da deliberação, da opção, da escolha, da aprovação ou da reprovação, passa a ser tido (inconscientemente), haja vista um processo de naturalização, como algo dado, pronto, objetivo, sobre o qual não nos cabe decidir. Apenas fazemos, repetimos.

Sem dúvida, como toda abstração teórica, tais distinções podem não ser exatamente claras na prática, tampouco serem aplicáveis a todos os casos particulares igualmente, mas é nesse registro teórico (com os limites da teoria) que me interessa argumentar.

Embora não pense em radicalizações mutuamente excludentes, mas numa dinâmica (portanto, algo sempre coexistente e mutável), pode-se, a meu ver, falar em predominâncias. Nesse sentido, no tocante especificamente aos sujeitos-pesquisadores inseridos no contexto regrado da pós-graduação, levanto uma

hipótese: embora o *Homo humanus* de Valenzuela não possa ser radicalmente superado, pois alguns dos traços que o constituem são bio-ontológicos, a produção e promoção sócio-histórica dele encontra-se, no tocante ao escopo do tema desta Tese, sob intensa restrição. O predomínio de normas e técnicas que constituem estratégias de controle, direcionamento, indução, incentivo e termos afins tem, a meu ver, encurtado o horizonte do *Homo humanus*, dando lugar ao que chamarei de *Homo accommodatus* (Homem adaptado ou que se adaptada). A adoção de princípios como o da *indução estratégica* pela CAPES, que mantém relação com o *princípio dos incentivos* concernente a vertentes políticas de cunho economicista, parece-me promover uma *política da adaptação*.

Em detrimento do modo de ser livre, da criticidade, da reflexão, da pluralidade, do debate público, etc., investe-se em influenciar e, no limite, manipular a ação humana, para que os sujeitos façam aquilo que algumas instituições desejam, mesmo sem convicção alguma acerca da sua validade ou mesmo sob intenso desacordo. No caso específico que analiso, há claros exemplos dessa tendência da política nacional voltada para a gestão da Academia e da ciência, como tento mostrar adiante. A obediência dos pesquisadores, por relevantes vezes rumorosa e estridentemente discordante, é condição de possibilidade da *sobrevivência* no meio ambiente da pós-graduação. Ou seja, por meio de ações adaptativas, os sujeitos-pesquisadores têm, contrariamente à sua autocompreensão existencial, visando a evitar os danos concernentes a um modo de ser livre que desobedeça o que é imposto a eles por alguns dos seus pares. Como defende Reinach (2013), tal postura inclui a prática de más condutas científicas como táticas adaptativas num contexto de forte pressão por publicação.

Para mim, é justamente numa espécie de *rota de colonização* (nunca terminal, observo) do campo das liberdades, em prol da promoção do campo das adaptações e, quiçá, para promover ações mecânicas como resultado mediado do reforço a longo prazo que se insere o meu tema de pesquisa. É, portanto, sobre o campo do governo da ação humana (de ações de liberdades e adaptações), em que há possibilidade de ofensivas e contraofensivas, de táticas de assujeitamento e desassujeitamento, que me importa pensar a gestão acadêmico-científica brasileira.

A partir desse esquema teórico-metodológico, analisarei algumas questões concernentes especificamente aos desafios normativos concernentes a um ordenamento da Academia e da ciência brasileiras pautado pela vigência do que

denomino de *norma produtividade*. Além da formação de um mercado acadêmico-científico e de um mercado de publicações, penso que à norma produtividade oficial está associada o *produtivismo* e às más condutas acadêmico-científicas. Como tento sustentar argumentativa e empiricamente, a norma produtividade decorre, fundamentalmente, de uma legislação voltada para o regramento da pós-graduação brasileira. Há efeitos diversos sobre a conduta dos sujeitos, produção do conhecimento acadêmico-científico e o valor/finalidade conferidos a ele, criando um contexto de *pressão para publicar*, o que, a meu ver, contribui para ocorrência de práticas produtivistas, envolvendo práticas científicas antiéticas e/ou modos de ser adaptativos.

Minha opção é focalizar o *contexto* em que tais práticas estão inseridas. A justificativa desta opção está baseada na seguinte premissa teórico-empírica: todo agente é constituído processualmente nas relações que estabelece com o meio social, de forma que todo ser de ação é um ser contextualizado. Ou seja, ninguém é algo para além de um contexto ou age num vazio situacional. Assim, é plausível pressupor que a ação de um sujeito é, em parte, uma resposta (mais ou menos criativa) às demandas concretas (não num sentido estritamente material, mas *real*, enquanto o que, embora imaterial, exista e influencia) às quais as expectativas subjetivas estão indissociavelmente relacionadas. Desse modo, é pressuposto da presente pesquisa a ideia de que a força do contexto é inegável, diferencialmente influente sobre os indivíduos, e não é capaz de anular a individualidade.

Dito isso, parece-me que compreender os traços de um contexto acadêmico-científico em que tal norma e práticas estão inseridas e ocorrem é fundamental. Aí surge a relação que pretendo demonstrar argumentativamente nesta Tese, qual seja: *más práticas acadêmicas* seriam um dos frutos dos traços da corrente *lógica do publicar ou perecer* decorrente da norma produtividade vigente no modelo CAPES de avaliação e, mais amplamente, no sistema brasileiro de ciência e tecnologia. Quer dizer, compreender um contexto em que a publicação de textos é condição de sobrevivência profissional deve fornecer elementos substantivos à análise que a presente pesquisa de doutorado almeja desenvolver, sublinhando que tal compreensão não ‘explica tudo’, mas aponta para traços relevantes da problemática infracitada.

O problema de pesquisa pode ser apresentado por meio das seguintes questões: o que a norma produtividade representa e gera? Há alguma correlação

entre más condutas acadêmico-científicas e a pressão por publicação? Ou seja, a demanda por produtividade, traduzida pela publicação de artigos – sobretudo em revistas tidas como *qualificadas* – pode estar, ao lado de outros fatores, contribuindo para a ocorrência de fraudes? Enfim, a pressão decorrente da política científica adotada contribui para ocorrência de ações, tomadas de decisão e assunção de posturas que comprometem a validade da Academia e da ciência, bem como a confiança depositada nelas?

A hipótese que viso a comprovar é que produtivismo e as más condutas estão associadas a um contexto de vigência de uma *periodicocracia do conhecimento acadêmico-científico* criada por uma norma produtividade com contornos quantitativos, bem como de um *mercado acadêmico-científico* forjado em torno de um processo de *mercantilização fetichista do conhecimento acadêmico e científico* que está atrelado a uma *cultura da perfomatividade acadêmico-científica*. Ou seja, tudo aquilo que envolve procedimentos ligados à produção/divulgação de conhecimento estaria, cada vez mais, submetido a uma lógica avaliativa com traços performático-mercantis, o que estabelece os fundamentos do ordenamento acadêmico-científico em vigor. Nesse contexto, os acadêmicos e cientistas, bem como as instituições às quais estão associados, são avaliados por meio de um foco na sua *performance produtiva quantitativamente mensurada e valorada*, especialmente, ainda que não exclusivamente, aferida pelo número de artigos publicados, o que gera a chamada *pressão para publicar* (*pressure to publish*).

Ou seja, a pressão por publicação contribui para a ocorrência do produtivismo e das más práticas na produção do conhecimento acadêmico-científico e na sua publicação. Neste estudo, viso a analisar a associação relativa, mas relevante, entre a política acadêmico-científica adotada e as práticas antiéticas, sobretudo em publicação, a fim de comprovar que fracassa toda tentativa de subvalorizar ou, no limite, desconsiderar a influência da pressão por publicação e das normas valorativas atinentes a ela sobre as fraudes acadêmico-científicas, optando por culpar isoladamente o indivíduo pelos seus atos, criando uma subespécie de pesquisadores, qual seja, a dos *fraudulentos*, *desonestos* ou afim.

Meus objetivos específicos são:

Na primeira parte:

1) contextualizar o tema da Tese, identificando traços macropolíticos fundamentais e conceitos analíticos pertinentes para analisar o tema e as questões da pesquisa;
2) demonstrar a influência do setor privado sobre a universidade brasileira, constituindo o que tem sido denominado de *mercantilização do Ensino Superior*;
3) identificar e criticar traços da política nacional da pós-graduação, notadamente acerca da *avaliação* e do *discurso de qualidade*;
4) identificar, analisar e criticar a lógica da economia de livre mercado, vez que presumo que ela tem sido aplicada à gestão da Academia e ciência brasileiras.

Na segunda parte:

5) comprovar a vigência de uma *norma produtividade* e de uma *periodicocracia*, especificamente no contexto da pós-graduação brasileira,;
6) defender que o modelo de avaliação da produtividade em que essa norma está fundamentada não é propriamente qualitativo, mas quantitativo, argumentando que a carência de critérios claros de qualidade epistêmica tem produzido algumas distorções no meio acadêmico-científico;
7) sustentar a existência de um espécie de livre mercado acadêmico-científico e um livre mercado de publicações, apontando alguns dos seus traços problemáticos, bem como alguns dos seus efeitos nocivos para indivíduos e instituições;
8) argumentar que o produtivismo e as más condutas estão diretamente, ainda que não exclusivamente, associados à pressão por publicação decorrente da norma produtividade e os critérios 'qualitativos' de avaliação que constituem um contexto propício para tais condutas e práticas;
9) através de uma análise crítico-comparativa de alguns dos mais relevantes Códigos de Boas Práticas Científicas internacionais e nacionais, questionar o foco na publicação e no indivíduo, o que, a meu ver, reitera a lógica da pressão por publicação e da culpabilização individual, deixando de lado a importância de refletir sobre o contexto, a fim de, no limite, alterá-lo.

A pesquisa desenvolvida é de tipo bibliográfico, realizada por meio de revisão de literatura e da consulta e análise de documentos atinentes às agências de normatização acadêmico-científica nacionais, bem como a alguns códigos de boas condutas científicas (ou similares) nacionais e internacionais. Mais especificamente, desenvolvo um procedimento analítico que denominarei de hermenêutico-crítico, na medida em que meu esforço está centrado em interpretar e criticar textos sobre o tema da Tese.

No primeiro capítulo, abordo descritivamente a diacronia da política acadêmico-científica nacional. Recorrendo exclusivamente ao discurso oficial, viso a delinear uma espécie de *autorretrato* que me permita identificar a racionalidade envolvida.

No capítulo 1. 2, por meio de uma revisão de literatura, desenvolvo uma contextualização do processo de mercantilização da educação, sem objetivar apresentar dados em profusão. Dentre os pontos relevantes, destaco o conceito de *pesquisador-empreendedor*, na medida em que começa a revelar uma faceta que predominará em toda a primeira parte da Tese, a saber, a relação entre pós-graduação e iniciativa privada, especialmente acerca de que comportamento se quer produzir nos sujeitos-pesquisadores.

No capítulo 1.3, tendo em vista o anterior, focalizo algumas especificidades da mercantilização ao nível da pós-graduação, revisando a literatura e problematizando o conceito de *princípio da indução estratégica* presente no *VI Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020*. Neste capítulo, começo a desenvolver uma análise crítica acerca do aspecto *indução da ação e controle do comportamento humanos*, o que retomo no capítulo 5, tendo em vista a importância do conceito de *incentivos* para o pensamento econômico-político atual.

No capítulo 1.4, seguindo a mesma metodologia, abordo a chamada *cultura da avaliação* e o *discurso da qualidade* presentes na gestão acadêmico-científica nacional, visando a compreender como são expressos no VI PNPG 2011-2020. Além disso, reviso a literatura para identificar o modo como alguns autores os têm compreendido e criticado. Por fim, reviso a literatura sobre os conceitos de *Estado avaliador* e *performatividade*, vez que são pertinentes para a análise do tema, das práticas e dos discursos em tela.

Encerrando a primeira parte, no capítulo 1.5, analiso a lógica econômica de livre mercado, a fim de compreender seus traços fundamentais e apontar, argumentativamente, alguns dos seus pontos críticos, inferindo que não é uma lógica apropriada para gerir o Ensino Superior, especificamente, a pós-graduação. Chamo especial atenção para o *conceito de incentivos*, haja vista guardar clara relação com o modelo CAPES de avaliação da pós-graduação, por meio da qual os sujeitos-pesquisadores são induzidos a agir de dado modo por meio de mecanismos de favorecimento e punição.

Na segunda parte, capítulo 2.1, analiso os documentos atinentes à avaliação de PPGs empregada pela CAPES (especificamente, os *Documentos de Área*), a fim de recolher dados que demonstrem a grandeza da importância dada ao critério produtividade no que diz respeito à esfera de formação tradicionalmente ligada à pesquisa, produção e divulgação acadêmico-científica. Neste capítulo, minha intenção é demonstrar a existência da norma produtividade sobre a qual a política distributiva de recursos brasileira está baseada, bem como o seu cunho eminentemente quantitativo e seu foco em um tipo específico de produtos, a saber, os *artigos*.

No capítulo 2.2, busco identificar os traços bibliométricos e cientométricos da peridiococracia nacional, buscando nos *Documentos de área* da CAPES os critérios adotados.

No capítulo 2.3, argumento que existe um *mercado acadêmico-científico*, entendimento que sustento apontando uma série de características presente no ordenamento vigente. Nele, há uma verdadeira *periodicocracia do conhecimento*. Ou seja, os artigos acadêmico-científicos despontam como uma valiosa moeda corrente no mercado, a partir dos quais, via de regra, um(a) pesquisador(a) constrói seu *capital curricular*, servindo, com isso, como elemento de troca por certos *bens e recursos acadêmico-científicos*, como reconhecimento intersubjetivo e financiamentos, o que pode variar mais ou menos de área para área. Assim, os periódicos científicos, ou melhor, seus gestores – editores e revisores – exercem um grande poder sobre a Academia e a ciência, tendo em vista determinarem o que deve ou não ser publicado, influenciando, por conseguinte, a distribuição de certos bens ou recursos.

Minha intenção neste capítulo é apresentar provas e indícios de que há uma gestão mercantil do processo de produção-divulgação acadêmico-científica,

apontando e analisando alguns dos seus efeitos problemáticos ou nocivos para indivíduos e instituições, bem como propor algumas medidas de ajustamento do processo concernente a esse fundamental aspecto do meio acadêmico-científico.

Como, evidentemente, não há uma distinção absoluta entre os componentes da periodicocracia e os do meio acadêmico-científico, mas sim uma continuidade, revela-se uma complexa ambiguidade do problema em tela, uma vez que os mesmos agentes são, por um lado, responsáveis pela implementação, manutenção e, até mesmo, pelo agravamento de uma questionável lógica periodicocrática; e, por outro, os atingidos – benefica ou maleficamente – pelos seus efeitos. Tal ambiguidade sugere a impertinência de assumir ou concluir, como ponto de partida ou conclusão crítica, a (falsa) premissa ou inferência de que tal sistema de gestão e normalização de indivíduos e instituições só gera efeitos tidos nocivos, prejudicando e oprimindo a todos igualmente. Em verdade, ele só foi instaurado e é mantido porque favorece a alguns, porque é compreendido como positivo, especial e justamente por aqueles que, num contexto de desiguais relações de poder, podem atuar de modo mais decisivo sobre a política acadêmico-científica adotada, bem como angariar os benefícios advindos dela. Isso dito, cumpre assumir a complexa tarefa judicativa de qualificar argumentativamente seus efeitos, sem, contudo, erguer pretensões exclusivamente descritivas, mas, sobretudo, pretensões interpretativas e normativas fundamentadas, recolhendo, apresentando e analisando provas e indícios que corroborem a perspectiva que sustento.

No capítulo 2.4, chamo a atenção para o *mercado de publicações*, na medida em que os periódicos têm gerado lucros, cobrando, nalguns casos, pela submissão/avaliação e/ou pela publicação (se aprovado) e/ou pelo acesso.

No capítulo 2.5, por meio de uma abordagem crítico-comparativa, examino os traços de alguns dos códigos de ética, boas práticas ou integridade acadêmico-científicas internacionais e nacionais. Neste capítulo, parto da identificação de uma negligência quanto à concepção de ética adotada pelos autores, o que tornam obscuras as razões pelas quais certas práticas seriam antiéticas. Após, identifico quais são as práticas mais frequentemente categorizadas como antiéticas e como são definidas. Por fim, problematizo a predominância de uma perspectiva restritiva, focalizando práticas acadêmico-científicas ligadas à publicação, reforçando a norma produtividade, bem como culpabilizando o indivíduo.

No capítulo 2.6, formulo uma crítica à tendência de individualização do problema. No meu entendimento, é possível identificar uma proposta de conduta ética predominante que não problematize as lógicas do *publicar ou perecer* e do mercado acadêmico-científico. Assim, minha ideia é que a perspectiva ética hegemonicamente presente nos códigos de boas práticas é insuficiente para promover a ética em pesquisa e em publicação, na medida em que tem desconsiderado ou, no mínimo, subvalorizado a influência do contexto sobre a conduta humana, focalizando apenas o sujeito e a sua consciência moral a partir de uma acepção de autonomia descolada da materialidade da vida social, portanto, abstrata e/ou *a priori*.

Tendo em vista a importância conferida ao conhecimento acadêmico-científico desde a modernidade e como ele reverbera sobre as práticas sociais em sentido ampliado, a opção por analisar as influências daquelas normas e daquele contexto em termos de práticas, condutas e valores adotados pelos indivíduos e instituições ligados à Academia e ciência é um investimento de pesquisa de clara relevância.

Inobstante, cabe salientar que não pretendo dar conta da complexidade do campo acadêmico-científico com a abordagem a ser desenvolvida aqui, reduzindo-a aos traços que destacarei. Por óbvio, sempre haverá exceções. Tampouco pretendo dirimir a conflitividade inerente à vida, portanto, à política científica. Aliás, a reflexão ética é justamente um tipo de esforço normativo apropriado para contextos de dissenso, discórdia e polêmica em torno do que é certo e errado, justo e injusto, devido ou indevido, como é o nosso. Por tudo isso, a crítica desenvolvida pretende ser um posicionamento argumentado e justificado acerca de regras que visam a regular condutas e determinar a função e direção da Academia e ciência brasileiras.

1 PÓS-GRADUAÇÃO, MERCANTILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO: EM BUSCA DE UMA CONTEXTUALIZAÇÃO CRÍTICO-ANALÍTICA DA POLÍTICA ACADÊMICO-CIENTÍFICA VIGENTE

1.1 Prolegômenos à diacronia da pós-graduação brasileira: traços de um autorretrato oficial

A existência de uma norma produtividade na política científica atual – com características específicas e efeitos diversos que mostro na segunda e terceira partes desta Tese – ajuda a compreender quais os parâmetros qualitativos e objetivos adotados para a Academia e ciência nacionais. Todavia, tal norma não pode ser nem compreendida sem a identificação e compreensão de traços fundamentais do contexto em que se inserem e das mudanças produzidas ao longo do tempo no tocante ao arranjo universitário, das quais são parte importante.

Tomando essa afirmação como uma premissa, importa ressaltar alguns aspectos atinentes à política científica nacional. Inicialmente, aduzo ao texto aspectos do discurso oficial, sobretudo para tecer algumas observações acerca das finalidades de duas agências de regulamentação e fomento da ciência nacional: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Recorrendo a informações disponíveis nos seus sítios eletrônicos, especialmente nas páginas destinadas à história e missão[7], minha intenção é modesta: identificar com que traços gerais[8] se constrói uma espécie de autorretrato e como ele pode ser compreendido criticamente, abordagem que desenvolvo nos subsequentes capítulos que compõem esta primeira parte. Com isso, não espero traçar uma história linear, mas sim apreender pontos da diacronia da política nacional de desenvolvimento da

[7] Para conferência, ver <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao> e <http://centrodememoria.cnpq.br/Missao2.html>. Acesso em: 05 out. 2013.

[8] Dos traços gerais apresentados neste capítulo de modo pontual, alguns serão alvo de análise nos outros capítulos da primeira parte, especialmente através da abordagem do V Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020.

ciência e de qualificação da pós-graduação, em que a cientometria e a bibliometria correntes se inserem, dando-lhe uma hodierna inteligibilidade.

Segundo informações disponíveis nos seus sítios eletrônicos, a CAPES e o CNPq foram criados oficialmente em 1950, estando intimamente ligados por um laço *desenvolvimentista* (CURY, 2005), projeto político para o qual a ciência seria de fundamental importância, o que implicaria profundas mudanças no papel da universidade, da pós-graduação e do trabalho do docente-pesquisador. É a ideia básica de uma agonística e mutável *política nacional de desenvolvimento da pós-graduação*, pensada e implementada a partir de uma concepção político-ideológica e para inserir o Brasil em lógicas globais por meio de algumas mediações particulares, que quero ressaltar. Pois, como veremos à frente com maior detalhamento, o tema desta Tese é eminentemente político, dizendo respeito à concepção, por assim dizer, *macropolítica* de sociedade e nação que se pretende desenvolver (suas bases ideológicas e econômicas gerais), bem como à *micropolítica*, ou seja, acerca de que *processo de subjetivação* deve ser produzido em consonância com o projeto societário geral. Além disso, na interface entre tais campos políticos, defrontamo-nos com as práticas políticas que surgem como efeito indesejado, quer por parte daqueles sujeitos que visam a se adequar à normatização vigorante, mas adotam posturas tidas como *antiéticas* (como veremos na terceira parte), quer por parte dos que pretendem resistir a ela.

A normatização estabelecida pela política nacional para a pós-graduação, notadamente seus parâmetros hierarquizadores de ‘qualidade’ e as práticas que enseja, está localizada entre macropoderes/macromecanismos (sobretudo, ligados à lógica de mercado endossada pelo Estado brasileiro); e, em paralelo com o que Foucault (2004; 2005) sugere, micropoderes/micromecanismos de inclusão e exclusão dos sujeitos-pesquisadores, de esquadrinhamento, docilização, disciplinamento e normalização do tempo, da atividade e do comportamento, visando a torná-los adaptados *a* e úteis *para* determinado modelo de pós-graduação, isto é, entre determinantes de ordem global, mecanismos locais de mediação e práticas individuais de sujeição e resistência. Assim sendo, não se trata de excluir o fundamental papel do Estado nas suas versões política e econômica liberais. Em vez, complexifico o quadro analítico por meio da agregação de outras modalidades de análise do exercício do poder, evitando uma análise linear, desatenta às mediações e particularidades, com transposições diretas e unívocas, o que não

exclui a presença de tendências hegemônicas ou majoritárias.[9] Dito isso, passo a fazer o que me proponho neste capítulo.

Em 1951, como resultado dos debates da *comissão especial* nomeada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, criou-se o *Conselho Nacional de Pesquisa* (CNPq). Segundo a lei que o instituiu (Lei n^{o} 1.130 de 15 de janeiro de 1951[10], conhecida como a 'Lei Áurea da pesquisa no Brasil'), suas finalidades eram, em suma, "promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, mediante concessão de recursos para pesquisa, formação de pesquisadores e técnicos, cooperação com as universidades brasileiras e intercâmbio com instituições estrangeiras".[11] Embora visasse a promover qualquer domínio de conhecimento, havia um especial interesse pelo campo da física nuclear, devido ao seu aspecto estratégico em um mundo à beira de deflagração de uma guerra dessa natureza.

A estratégia inicial do órgão foi formar recursos humanos qualificados para a pesquisa. Para tanto, ela atuaria concedendo bolsas de estudo para formação e aperfeiçoamento de pesquisadores, apoiando a realização de reuniões científicas nacionais e internacionais, além do intercâmbio científico no país e exterior. Em função da influência do clima do pós-guerra, inicialmente, o maior número de bolsas foi destinado às ciências básicas ligadas à física, notadamente à energia atômica. As ciências biológicas e aquelas diretamente associadas ao processo de industrialização também foram priorizadas. As modalidades de bolsas sofreram alterações ao longo do tempo, o que as tornaram mais abrangentes e variadas, embora ainda haja áreas mais bem abastecidas do que outras até hoje, cujos motivos variam.[12]

---

[9] "Para que um certo liberalismo burguês tenha sido possível no nível das instituições, foi preciso, no nível do que eu chamo de micro-poderes, um investimento muito mais forte dos indivíduos, foi preciso organizar o esquadrinhamento dos corpos e dos comportamentos" (FOUCAULT apud REVEL, 2005, p. 31).

[10] Disponível em: <http://centrodememoria.cnpq.br/legis1951.html>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[11] Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/a-criacao>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[12] Como pode-se constatar no *Mapa de Investimentos do CNPq*. Disponível em: <http://efomento.cnpq.br/efomento/distribuicaoGeografica/distribuicaoGeografica.do?metodo=apresentar>. Acesso em: 05 nov. 2013. Cabe registrar que a discrepância numérico-percentual relativa às áreas do conhecimento quanto ao aporte recebido das modalidades de investimento do CNPq pode representar, no mínimo, duas coisas: (1) uma desigualdade 'necessária' para dar conta do projeto político de sociedade vigente, direcionando mais recursos para as áreas prioritárias; (2) o fato de algumas áreas, pelas suas características, demandarem maior aporte (Engenharias, por

Na década de 1960, mudanças ampliaram as competências do órgão. “Além da formulação e programação da política científica e tecnológica do País, passa a abranger a coordenação com os vários Ministérios e demais órgãos do governo, da solução de problemas relacionados à ciência e suas aplicações”.[13] Foi criada uma série de órgãos/instituições com fins de desenvolvimento, entre eles o *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico* (BNDE), o *Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico* (Funcet) e a *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo* (FAPESP). Em 1965, ocorreu a institucionalização do ensino em nível de pós-graduação pelo parecer do Conselho de Ensino Superior nº 977, conhecido como Parecer Sucupira.[14] Dois anos depois, foi proposta pela primeira vez a adoção de uma política científica e tecnológica pelo *Programa Estratégico de Desenvolvimento* (PED), com o intento de fortalecer o investimento no desenvolvimento da ciência e tecnologia pelo CNPq e BNDE, criar o *Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (FNDCT) e formular um plano básico específico.

Na década de 1970, o primeiro *Plano Nacional de Desenvolvimento* (I PND) reitera o PDE, instituindo o *Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (PBDCT), que foi formalizado posteriormente como *Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (SNDCT).

Na década de 1980, com a aprovação do III PBDCT e sua proposta de linhas e diretrizes para os setores socioeconômicos do país, o órgão tentou ampliar e variar a sua atuação. Dentre as novidades, destaco o igual tratamento das ciências humanas e sociais aplicadas[15], dando lugar a novas áreas de conhecimento; a criação do *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (PADCT), investindo cerca de US$ 375 milhões; e a criação de linhas editoriais, fortalecendo o apoio a revistas científicas e à edição de livros em parceria com editoras privadas. Em 1985, com a criação do *Ministério de Ciência e Tecnologia*

---

exemplo). Ou seja, pode haver diferença por razões políticas (desigualdade) e/ou epistêmicas (diversidade).

[13] Disponível em: <http://centrodememoria.cnpq.br/Missao2.html>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[14] Para consultar o texto do parecer, ver <http://www.ccpg.puc-rio.br/nucleodememoria/textosfinais/parecerCFE97765.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[15] Nota-se que a equiparação seria entre as ciências citadas, e não entre elas e outras ciências, tais como as tecnológicas. Assim, pode-se supor que um desigual tratamento seria mantido, privilegiando certas áreas do conhecimento.

(MCT), foi criado o *Conselho Nacional de Pesquisa e Tecnologia*, preservando a sigla CNPq.

Em 1990, em razão da transferência de algumas funções para o MCT, importantes mudanças ocorreram. Por exemplo, permitiu-se "[...] intensificar os esforços na atividade de fomento *científico e tecnológico* e incentivando, também, a *inovação abrindo campo para a iniciativa empresarial privada*. Além disso, com a inserção cada vez mais premente da *função social na produção tecnológica e científica* [...]", passou a viger a nova missão do CNPq, a saber, "promover o desenvolvimento científico e tecnológico e executar pesquisas necessárias ao *progresso* social, econômico e cultural do país" (grifo nosso).[16] Foi nessa década que a *Plataforma Lattes* e o *Diretório dos Grupos de Pesquisa* foram criados, os quais são instrumentos fundamentais da avaliação, acompanhamento (ou controle) e direcionamento para políticas e diretrizes de incentivo à pesquisa.

Atualmente, de acordo com o Regimento Interno do CNPq, de 2002, sua finalidade é "[...] promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do País e contribuir na formulação de políticas nacionais de ciência e tecnologia".[17] Assim, os investimentos do CNPq são focalizados tanto em formação e absorção de recursos humanos quanto em financiamento de projetos de pesquisa, quer por demanda dos próprios pesquisadores, quer via editais. Segundo o CNPq, isso contribui "[...] para o aumento da produção de conhecimento e da geração de novas oportunidades de crescimento para o país".[18]

Em meio ao contexto de criação do CNPq, a atual CAPES surgiu (cerca de sete meses após) como *Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*, a fim de aperfeiçoar e capacitar os recursos humanos no país. Seu objetivo literal era "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos

---

[16] Disponível em: <http://centrodememoria.cnpq.br/Missao2.html>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[17] Ibidem. Na nova declaração da missão, nota-se que a expressão *progresso social, econômico e cultural do país* foi suprimida, o que pode sugerir alguma forma de divórcio entre o desenvolvimento científico e tecnológico e os interesses sociais mais amplos. Evidentemente, essa é uma inferência que carece de mais dados, mas é plausível ante a supressão.

[18] Ibid.

e privados[19] que visam ao desenvolvimento do país".[20] Diferentemente do que era função do CNPq, mas em complementaridade, a CAPES deveria, precipuamente, garantir recursos específicos de formação acadêmica de cientistas e pesquisadores.

A partir da segunda metade da década de 1960, em meio a reformas educacionais, especialmente no tocante à consolidação do regulamento da pós-graduação já mencionada, adequando a universidade brasileira ao modelo norte-americano, ela recebeu "novas atribuições e meios orçamentários para multiplicar suas ações e intervir na qualificação do corpo docente das universidades brasileiras".[21] Consequentemente, seu papel de formuladora de novas políticas para a pós-graduação destacou-se ainda mais.

Foi na segunda metade da década de 1970 (precisamente, em 1976) que se iniciou o *Sistema de Avaliação da Pós-graduação*, visando ao desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica no país.[22]

Em 1981, a CAPES foi determinada como o órgão responsável pela elaboração do *Plano Nacional de Pós-Graduação Stricto Sensu*, sendo também reconhecida como *Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura*, cabendo-lhe "elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior". Isso parece ter um peso importante, uma vez que é afirmado que "a tarefa de coordenar a avaliação da pós-graduação fortalece o papel da CAPES"[23], pois, de acordo com o relato disponível, o *Programa de Acompanhamento e Avaliação* contribuiu para a criação de mecanismos de controle de qualidade, aprofundando a sua relação com a comunidade científica e acadêmica.

---

[19] A preocupação com o atendimento das demandas de mercado está cada vez mais clara e intensa nas políticas para a pós-graduação, como veremos nos três capítulos subsequentes, mas já se apresentava no seu nascedouro.

[20] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[21] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[22] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pos-graduacao>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[23] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>. Acesso em: 05 nov. 2013.

À exceção de um brevíssimo momento no início da década de 1990[24], a CAPES mantém-se como órgão responsável pelo acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros, protagonizando a função de formular, acompanhar e executar aquele plano nacional. Em suma, como parte de uma campanha desenvolvimentista do país, a CAPES é a instituição que permite a abertura ou determina o fechamento de PPGs, reconhece-os, acompanhando, avaliando e hierarquizando-os em termos de conceitos.

Sem almejar erguer pretensões analíticas elevadas, especialmente de cunho historiográfico, e sem, tampouco, supor que os pontos supracitados subsidiariam uma reconstrução densa da criação e diacronia das agências, menos ainda das tensões anteriores e permanentes, resta-me excogitar que alguns aspectos do discurso oficial sobre o protagonismo do CNPq e CAPES apontam para as finalidades dessas agências e como isso influi na lógica distributiva de recursos, revelando uma tríade (ciência-tecnologia-desenvolvimento) que demarca o horizonte societário que se desejava e deseja atingir. Além disso, o discurso oficial, como é previsto, não tem a intenção ou preocupação de sublinhar pontos polêmicos e aspectos negativos, resumindo-se a ressalvar o que lhe importa publicizar, assumindo um discurso ora genérico, ora de autoelogio. Por exemplo, sob o discurso da avaliação e da promoção da qualidade, o papel-chave das empresas na política científica brasileira é, no mínimo, subvalorizado. A exígua menção ao central papel da iniciativa privada na gestão da pós-graduação nacional, como ficará claro à frente, é digna de nota.

Nesse sentido, conquanto não haja, até aqui, elementos para inferir que a política adotada pela CAPES e o CNPq represente um investimento numa concepção de desenvolvimento ou progresso estritamente tecnocientífico, penso que é cabível uma observação, tendo em vista uma tendência tecnocrata nas sociedades pós-modernas, no sentido dado por Lyotard (2011). Conforme veremos à frente (no capítulo 1.3), isso parece ser representado pelo estabelecimento de áreas tidas como *estratégicas* pelo Estado brasileiro, que devem receber *apoio diferencial*, ou seja, maior aporte de recursos financeiros e humanos, com notória predominância para áreas ligadas direta ou subsidiariamente à tecnociência; o foco

[24] "No governo Collor, a Medida Provisória nº 150, de 15 março de 1990, extingue a Capes, desencadeando intensa mobilização". Ibidem.

no que se denomina de *produção de inovação*; além de uma genérica menção *às questões sociais*, de acordo com um documento que orienta a pós-graduação no país.

Portanto, diante de alguns indícios, o que propedeuticamente ressalto é que a insidiosa ideia e o corrente discurso de que é prioritariamente com o investimento na ciência e tecnologia que se desenvolve uma nação pode representar a mundialização de certas demandas atinentes à dada concepção de desenvolvimento (tecnocientífico e tecnocrata), concepção que pode negligenciar outras demandas, que, embora sejam passíveis de intepretações distintas e controvérsias, ainda constituem um horizonte pautado por ideais reguladores, tais como de justiça social, de construção de uma sociedade democrática (promotora e garantidora de liberdades e igualdades), de manutenção ou mesmo expansão do espaço público de debate, de separação entre esfera pública e privada, de promoção de uma sociedade pluralista (pluralidades ética, religiosa, sexual, racial, etc.) e de respeito às diferenças. A supressão de certos ideais em nome do entendimento de que o desenvolvimento social e político é redutível ao avanço tecnocientífico, com expressiva inclinação para o atendimento de demandas de mercado, sugere a existência de dada relação entre ciência e contexto social e político, determinando o modo como os recursos são politicamente distribuídos e, portanto, investidos, podendo manter, gerar ou agravar distorções sociais irredutíveis ao par ciência-tecnologia e ao seu desenvolvimento.

Na medida em que a norma produtividade em vigor pode ser compreendida como um eixo da política científica corrente, o que, por conseguinte, influencia a relação que se deseja implementar entre universidade, política, economia e sociedade, compreender em que pano de fundo ela se insere parece-me fundamental. Como o autorretrato acima é insuficiente para identificar e compreender o contexto atual, nos três próximos capítulos, busco desenvolver uma abordagem crítico-analítica que revele traços contextuais com os quais a lógica do sistema brasileiro de ciência e tecnologia (TREIN; RODRIGUES, 2011) guarda inteligibilidade e apresentar alguns dos problemas, por assim dizer, mais gerais a eles relacionados.

Em síntese, acerca do panorama representado e dos breves comentários, dois são os principais pontos que devem ser ressaltados, na medida em que serão fundamentais para a presente pesquisa, sendo retomados analiticamente à frente:

(1) a relação entre um modelo de universidade, especialmente de pós-graduação, com uma acepção de desenvolvimento da ciência e de desenvolvimento do país, para a qual é fundamental uma íntima relação com os interesses não acadêmicos da iniciativa privada; (2) a utilização de um modelo de avaliação e de critérios tidos como qualitativos para distribuição dos recursos disponíveis, que são escassos, destacando áreas tidas como estratégicas, expressando dada lógica político-econômica.

1.2 **Universidade e educação: notas sobre um processo de mercantilização**

A fim de dar um tom menos descritivo e sumário, e mais analítico e crítico à questão fundamental de que ideia de universidade, pós-graduação e ciência estão na base do que me interessa analisar mais diretamente nesta Tese, passo a abordar como alguns autores têm diagnosticado o atual arranjo da Academia brasileira. Em função de razões óbvias, selecionarei autores e conceitos que me pareçam pertinentes, deixando de lado outras tantas possibilidades relevantes. Assim, não pretendo dar conta da descrição do real em todas as suas nuances, das relações complexas que compõem o arranjo universitário atual, das tensões em torno dos seus condicionantes, determinantes e efeitos. Tampouco intento refazer o trabalho eficientemente realizado por uma série de pesquisadores competentes que se dedicam especialmente ao tema das avaliações institucionais do Ensino Superior e da influência das reformas de Estado sobre o papel da universidade. O que busco é apenas aduzir ao texto aspectos contextualizadores e conceitos analíticos que subsidiem uma interpretação justificada argumentativamente, mas, evidentemente, passível de complementação e crítica, haja vista a complexidade e multifacetação de determinantes e relações envolvidas.

É ponto pacífico o fato de o Ensino Superior estar passando por múltiplas e estruturais mudanças ao longo do último meio século, considerando a série de reformas educacionais ocorridas. Uma parte relevante dos autores reporta à, por

assim dizer, *guinada neoliberal*[25] dos anos 1970 a função de um ponto de inflexão nas políticas educacionais. Há consenso, também, em torno do agravamento das mudanças a partir da década de 1990, em que, por exemplo, foi emitida a chamada *Declaração de Bolonha* (1999), uma declaração que ampliou a *Declaração de Sorbonne* (assinada um ano antes pelos ministros da Alemanha, França, Itália e Reino Unido), sendo assinada conjuntamente pelos ministros da educação europeus, mas cujas diretrizes acordadas repercutiram mundialmente, ainda que de modos variados, ensejando o chamado *Processo de Bolonha*. Mas os consensos encerram-se aqui. Sobre a natureza factual e valorativa das consequências dessas mudanças residem alguns dos mais severos desacordos. Sem pretender dar conta da amplidão da temática, elejo alguns autores com os quais me importa dialogar, a fim de identificar traços de uma perspectiva que me parece adequada.

Embora soe como um truísmo, importa ressaltar que a função da universidade numa sociedade é marcadamente política. O conhecimento que ela produz e os profissionais que forma e, sobretudo, como os forma e para que os forma têm funções sociais de caráter político, o que é outra trivialidade. Como consequência lógica, a questão dos governos dos humanos (de como guiar a sua conduta, seu pensamento, a força produtiva vital, etc.) está condicionada a isso. Na medida em que a universidade é composta por indivíduos que, ao lado de tantos outros entes sociais formadores, atuam sobre a formação de outros indivíduos que, por sua vez, agirão sobre si e sobre outros, a concepção de universidade passa pela resposta a pelo menos duas questões éticas e políticas fundamentais e diretamente correlacionadas: em que tipo de vida, em sentido amplo, devemos investir (dimensão individual) e que ordenamento societário queremos promover (dimensão coletiva). Desta forma, dada concepção de universidade envolve relações de poder, elementos macropolíticos e micropolíticos, carregando consigo algumas intenções ético-políticas traduzidas no(s) papel(éis) conferido(s) ao conhecimento, à pesquisa,

[25] O conceito de neoliberalismo e as diversas versões existentes não serão analisados nesta Tese. Mas cabe, aqui, a indicação do artigo de Candiotto (2012), em que, a partir do curso de Michel Foucault, intitulado *Nascimento da biopolítica* (1978-1979), o autor aborda especificamente as posições Friedrich von Hayek, embora faça menção (na primeira nota de rodapé) a algumas correntes neoliberais e a alguns autores relevantes. Particularidades e, logo, diferenças à parte, Candiotto ressalta a crítica compartilhada ao que os neoliberais, via de regra, denominam de *excessos de governo* (especialmente sobre a economia) dos modelos liberais clássicos (por exemplo, do modelo de Estado do bem-estar social, de John Maynard Keynes), e, também, a ideia igualmente compartilhada de que uma nova tecnologia governamental, radicalmente adaptada ao livre mercado, teria de ser formulada para substituí-los.

à formação acadêmica, expressando, portanto, uma ou mais concepções políticas vigentes em dado tempo histórico.

Tomando por pressupostos analíticos as afirmações acima, é presumível que mudanças em nível político e, também, econômico – já que economia e política estão irmanadas, condicionando-se mutuamente – geram alterações no arranjo universitário. Sendo assim, importa tentar compreender tais mudanças que estão no bojo da tendência, por assim dizer, predominante de arranjo universitário.

Segundo Serafim (2011, p. 241),

> O final do século XX representou um momento de importantes transformações no sistema capitalista mundial. Acompanhando essas transformações, a educação superior passou – e ainda segue passando – por um período de redefinição das suas funções. Esta redefinição vincula-se às mudanças impostas pelo processo de globalização econômica que permeia o mundo contemporâneo. A principal redefinição se refere à orientação cada vez mais próxima das instituições de educação superior (IES) à lógica do "mercado".

Tal entendimento é compartilhado por variados pesquisadores. Para Reis e Rodrigues (2006, p.183-4), por exemplo,

> A partir de meados da década de 1970, o capitalismo mundial passou a dar sinais críticos de mudança. Para continuar sua reprodução ampliada, o capitalismo precisava empreender uma nova metamorfose, a qual denominaremos *padrão de acumulação* flexível. A alternativa proposta ao Estado do Bem-Estar Social foi o neoliberalismo: um Estado forte em sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos e de controlar os gastos sociais, e supostamente fraco nas intervenções no mercado, que, mais uma vez, deveria ser "livre". A estabilidade monetária, o controle do déficit público e a "inserção internacional competitiva" deveriam ser as novas metas supremas dos governos.

Retomando Serafim (2006), a lógica da *economia competitiva* atinente à *nova fase do capitalismo* não tardou a influenciar o arranjo universitário. Segundo a autora,

> A "nova fase do capitalismo" (caracterizada por modelos de produção mais enxutos, financeirização do mercado e redução da participação do Estado na economia, entre outros fatores), reforçada pelo retorno aos fundamentos da antiga doutrina liberal através da ascensão do neoliberalismo, passou a subsidiar, em grande medida, essas práticas de aproximação à demanda ou racionalidade do mercado. O processo de influência dessa conjuntura econômica, política e ideológica sobre a educação superior é reconhecido como o principal impacto sofrido por essas instituições desde a sua origem. Esse processo tem sido identificado por diferentes rótulos: nos EUA como "capitalismo acadêmico" (SERAFIM, 2006, p. 242).

Para ela, “[...] a reforma neoliberal aprofundou a relação das IES com o ‘mercado’ [...]” (SERAFIM, 2006, p. 242), sugerindo que, na sua visão, tal relação já existia nalguma medida.

A expressão citada acima – capitalismo acadêmico – aponta para aquilo que alguns têm denominado de transformação do *homo academicus* em *homo economicus*, ou, ainda, na inspiração daquele por este (LORENZ, 2006a), todavia, alguns acadêmicos, mesmo diante de suas funções predominantemente administrativas ou gerenciais, ainda se percebem como típicos acadêmicos, conforme apontam Carvalho e Santiago (2010). Assim, embora haja uma tendência majoritária, os variados sujeitos relacionam-se com ela e a interpretam de modo distinto.

Prosseguindo no esforço contextualizador e analítico, vejamos o que afirma Santos (2004, p. 1146):

> No presente estágio do capitalismo, têm sido implementadas políticas públicas que, articuladas à globalização econômica, reconfiguram as políticas sociais. Este processo faz parte do ajuste estrutural, em que a criação do Estado mínimo exige reformas que repassem para o setor privado encargos e compromissos até então assumidos pelo setor público. Neste cenário se delineia uma nova arquitetura para o setor educacional, edificada a partir de critérios de eficiência e eficácia em consonância com os interesses do mercado, que alicerçam mudanças de várias ordens nos sistemas de ensino.

Um ponto fulcral, compartilhado por autores até mesmo ideologicamente antagônicos, é que as reformas educacionais operam uma espécie de semidesestatização da educação, aumentando progressivamente o protagonismo de setores da iniciativa privada, o que pode, num futuro mais ou menos próximo, tornar o Estado brasileiro um mero coadjuvante. O monopólio estatal sobre a educação é tido como um fator de atraso e falta de liberdade (pois centraliza as decisões), de modo que o mercado, como um ente supostamente neutro e descentralizador, atua proporcionando a liberdade e qualidade por meio da competitividade que lhe é inerente. Tal entendimento é bem resumido por Miguel (2006, p. 94):

> Um dos traços fundantes do pensamento liberal, em suas diversas vertentes, é a contraposição entre o espaço das relações impositivas (o Estado) e o espaço das trocas consensuais entre agentes livres (o mercado); ou, para usar as palavras de Milton Friedman (1985 [1962], p.

> 21), a “direção central usando a coerção” e a “cooperação voluntária dos indivíduos”.

Tomar o mercado como o lugar da liberdade é, sem dúvida, bastante contestável, como ficará evidenciado à frente (no capítulo 1.5). Sem entrar, ainda, no mérito da noção de liberdade – calcada em conceitos polêmicos, como o de *mão invisível* – que seria o espírito da crença citada, o que deve ser salientado é a ideia de que o Estado é, ao mesmo tempo, ineficiente (quanto à gestão dos recursos) e tolhedor (da liberdade individual). Assim sendo, o ideal republicano e democrático de universalidade (de educação como direito), que era inerente à noção de universidade como instituição social, vem perdendo, paulatinamente, espaço para outro ideal, a saber, de *economia competitiva*, para o qual a lógica do livre mercado é a que pode ser móbile de qualidade, eficiência e excelência (CHAUÍ, 2003). O ingresso da educação no rol de *serviços não exclusivos do Estado* (CHAUÍ, 2003) contribuiu decisivamente, no caso brasileiro, para esse processo em andamento.

Pressupondo a veracidade das crenças supracitadas e confiante de que uma relação de proximidade – senão de intimidade – entre Estado, universidade e empresas[26] traria benefícios (desenvolvimento econômico e social) para todos, uma série de mudanças vem sendo implementada, cedendo amplamente aos desejos de setores da iniciativa privada. Reis e Rodrigues (2006) mencionam como o empresariado industrial percebe a educação brasileira, a saber, como *um ponto de estrangulamento interno na busca pela competitividade*. Com isso, os industriais propuseram seis ações articuladas (REIS; RODRIGUES, 2006, p. 185-6): (1) maior rigor na transferência de recursos para as universidades públicas, mediante a avaliação da qualidade; (2) identificação dos centros de excelência; (3) criação de incentivos fiscais para promover a canalização de recursos privados para o sistema público de ensino, desde que garantida a participação direta das empresas na decisão sobre a destinação desses recursos; (4) implementação de programas especiais de alfabetização (português e aritmética) voltados para a força de trabalho industrial efetivamente empregada; (5) flexibilização no regime de dedicação exclusiva dos docentes-pesquisadores; (6) a CNI propôs ações para uma maior integração entre as empresas e as universidades (ou centros de pesquisa) de forma

[26] No VI PNPG 2011-2020, tal relação é denominada de *modelo da tríplice hélice* (BRASIL, 2010, p. 18).

a garantir benefícios para a indústria, através da criação, nos centros de pesquisa e nas universidades, de conselhos definidores de linhas estratégicas de pesquisa com a participação efetiva dos empresários, ao mesmo tempo em que estes também devem, na visão da entidade, participar dos órgãos governamentais responsáveis pela formulação da política tecnológica.[27] A conclusão dos autores é taxativa e, para mim, preocupante (REIS; RODRIGUES, 2006, p. 186):

> Enfim, a CNI propõe, desde 1988, a valorização da educação, mas uma *valorização interessada*, como diria Antonio Gramsci. Isto é, a burguesia industrial pretende valorizar a educação e a ciência para que atendam aos interesses do parque industrial, em particular, e aos interesses do capital, em geral. Em outras palavras, a educação que convém à burguesia é aquela determinada pela busca de uma *Economia Competitiva*.

Tendo em vista que vige um Estado de direito, instaurando uma ordem jurídica, algum rebatimento legal seria necessário para subsidiar ou legalizar as exigências do setor empresarial. Não é o meu interesse traçar uma cronologia de leis, medidas provisórias e afins, tampouco analisá-las detidamente. Assim, recorrendo a Leher (2004), ressalto as Parcerias Público-Privadas (PPPs), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o PL da Inovação Tecnológica, pois eles constituem a coluna vertebral da privatização da educação pública, do ensino superior em nível de graduação e pós-graduação. A fim de chamar a atenção para a inclinação empresarial da política universitária nacional, elejo o conceito de inovação para analisar.

A título de observação, cabe citar a presença, no VI PNPG, da ênfase na "[...] formação de *recursos humanos para a inovação tecnológica no mundo globalizado e*

[27] A título de exemplo de como a influência do setor privado-produtivo vem espraiando-se por todos os níveis educacionais, cito os *Princípios Norteadores* do *Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD)* da CAPES: "Princípios Norteadores. Os projetos submetidos ao edital deverão estar em consonância com, no mínimo, um dos seguintes princípios norteadores: a. estar relacionado à inovação e ao incremento da cooperação científica com empresas; b. objetivar a formação de recursos humanos para inovação; c. resultar em aumento da competitividade das empresas de base tecnológica, em consonância com a PDP; d. aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do país e a competitividade internacional da pesquisa brasileira; e. contemplar a inovação, ter relevância regional ou estar inserido em uma política de desenvolvimento local; f. resultar em adensamento tecnológico e na dinamização de cadeias produtivas". Disponível em: <http://www.capes.gov.br/bolsas/bolsas-no-pais/2190>. Acesso em: 05 nov. 2013. Observação: PDP é a *Política de Desenvolvimento Produtivo* do Governo Federal, cujo objetivo "é promover a competitividade de longo prazo da economia brasileira, consolidando a confiança na capacidade de crescer, com uma maior integração dos instrumentos de política existentes, fortalecimento da coordenação entre instituições de governo e aprofundamento da articulação com o setor privado." Disponível em: <http://www.pdp.gov.br/paginas/objetivo.aspx?path=Objetivos>. Acesso em: 05 nov. 2013.

competitivo [...]" (BRASIL, 2010, p. 16, grifo nosso). Nele, a inovação é tratada como *um novo paradigma*; compõe o desejo dos seus autores, na medida em que eles afirmam que "esperamos que esse documento sirva de referência aos vários setores da sociedade visando ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e *inovação* do nosso país" (BRASIL, 2010, p. 14, grifo nosso). Noutro trecho, há ainda mais evidências relevantes (BRASIL, 2010, p. 181, grifo nosso):

> A perspectiva empresarial de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) como fonte de riqueza econômica é crucial para que as demandas de tecnologia e de inovação tenham seus processos de *indução*, *adaptação* e *implementação agilizados* e contribuam para que a ciência produzida tenha também como horizonte suas aplicações potenciais, sejam elas a ciência produzida tenha também como horizonte suas aplicações potenciais, sejam elas decorrentes de demandas empresariais ou da necessidade para a execução de políticas de políticas públicas. *É necessário integrar cada vez mais a política de C,T&I à política industrial* para que *as empresas sejam estimuladas a incorporar a inovação em seu processo produtivo*, *forma mais eficiente de aumentar sua competitividade global*.

Sobre a Lei de Inovação, afirma-se que (BRASIL, 2010, p. 181):

> A Lei de Inovação, administrada pela Finep/MCT, permitiu que nas áreas selecionadas (Tecnologias de Informação e Comunicação, Biotecnologia, Nanotecnologia, selecionadas (Tecnologias de Informação e Comunicação, Biotecnologia, Nanotecnologia, Energia, Saúde, Temas Estratégicos e Desenvolvimento Social) uma subvenção não reembolsável de mais de R$ 1,5 bilhão tenha sido contemplada às empresas inovadoras nos últimos três anos. Valor esse complementado por vários outros investimentos de maior monta, acessíveis às empresas que inovam, em inúmeras outras modalidades, especialmente operadas pela FINEP e BNDES.

Segundo Massarani (2012), para o atual Ministro da pasta da Ciência, Tecnologia e *Inovação* (antigo Ministério da Ciência e Tecnologia), a inovação não é uma opção, mas sim um imperativo, o que dá prosseguimento à priorização dada pela gestão anterior, do Ministro Aloizio Mercadante, mostrando que o foco em inovação faz parte de uma política governamental de longo prazo. Na mesma reportagem, é expressa a preocupação de alguns pesquisadores de que a FINEP[28] (Financiadora de Estudos e Projetos) se transforme num simples banco de

[28] A missão da FINEP é: "Promover e financiar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas, centros de pesquisa, governo e entidades do terceiro setor, mobilizando recursos financeiros e integrando instrumentos para o desenvolvimento econômico e social do Brasil". Disponível em: <http://www.finep.gov.br/formularios_manuais/guia_de_convenios.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

investimento para a indústria, o que expressa o viés de financiamento predominante atualmente.

Não restam dúvidas do foco em inovação e de que os pesquisadores e centros de pesquisa devem se adaptar celeremente a ele, sob pena de perder vultosos financiamentos. Ademais, cabe observar, a palavra inovação (e variantes) é citada algumas dezenas de vezes no documento, sendo, portanto, insistentemente reforçada.

Chamar a atenção para o foco em inovação da política pública educacional nacional é fundamental, pois ele revela, com clareza, a sua forte inclinação empresarial, entendimento reforçado pelo sentido que tem sido atribuído ao conceito na literatura. Rimoli, Noronha e Serralvo (2013, p. 404, grifo nosso) afirmam que

> O termo inovação tem sido largamente conceituado ao longo do tempo, sendo que Mariano (2004) explica que esse conceito migrou de uma visão puramente técnica para a aplicação de qualquer conhecimento que agregue valor ao *desenvolvimento e comercialização de produtos, serviços e à gestão de organizações*.

Na segunda edição do *Manual de Oslo* (OCDE, 1997, p. 5), apresentado como "[...] a principal fonte internacional de diretrizes para coleta e uso de dados sobre atividades inovadoras da indústria", cujas versões traduzidas podem ser encontradas na página da FINEP[29], lê-se que

> "a capacidade de determinar a escala das atividades inovadoras, as características das empresas inovadoras e os fatores internos e sistêmicos que podem influenciar a inovação é [sic] um pré-requisito para o desenvolvimento e análise de políticas que visem incentivar [sic] a inovação tecnológica".

Segundo Rimoli, Noronha e Serralvo (2013, p. 402, grifo nosso), "sobre inovação, Mariano (2004) ressalta que no ambiente atual globalizado a concorrência se torna cada vez mais acirrada e as organizações precisam conquistar e manter vantagem competitiva pela geração e implementação de novas ideias[30] (tecnologia,

---

[29] Segundo dados colhidos da *internet*, a terceira e última edição do Manual de Oslo data de 2005. Disponível em: <http://download.finep.gov.br/imprensa/oslo2.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[30] Note-se que novas ideias só têm valor se resultarem em produtos para o mercado. Assim, pesquisadores de áreas do conhecimento como a educação, sociologia e, especialmente, filosofia possuem grande dificuldade de serem inovadores, mesmo que formulem excelentes ideias novas.

design, etc.)". "A inovação está no cerne da mudança econômica" (OCDE, 1997, p. 32), o que enseja o conceito de *economia da inovação*.

Mencionando o trabalho de Joseph Schumpeter (importante economista tcheco da primeira metade do século XX) como um dos que mais influenciaram as teorias da inovação, na terceira edição do Manual (OCDE, 2005, p. 36), afirma-se que:

> Seu argumento é de que o desenvolvimento econômico é conduzido pela inovação por meio de um processo dinâmico em que as novas tecnologias substituem as antigas, um processo por ele denominado "destruição criadora". Segundo Schumpeter, inovações "radicais" engendram rupturas mais intensas, enquanto inovações "incrementais" dão continuidade ao processo de mudança. Schumpeter (1934) propôs uma lista de cinco tipos de inovação:
> *i)* Introdução de novos produtos;
> *ii)* Introdução de novos métodos de produção;
> *iii)* Abertura de novos mercados;
> *iv)* Desenvolvimento de novas fontes provedoras de matérias-primas e outros insumos;
> *v)* Criação de novas estruturas de mercado em uma indústria.

Não resta dúvida, portanto, que aderir ao princípio da inovação, da *destruição criadora*[31], tomando-a com a força de um novo paradigma para a pós-graduação brasileira, impõe que o país adote oficialmente a lógica econômica de mercado, visando a atender aos seus interesses. Afinal, como afirma Glaucius Oliva, presidente do CNPq (CNPq, 2013, s/p., grifo nosso), por ocasião da oficialização de mais um *acordo de cooperação*[32] (expressão que merece ser problematizada),

> "*a inovação acontece no ambiente das empresas* e é fundamental esse processo de estabelecimento de parcerias para estimular o desenvolvimento científico e tecnológico e da inovação". "Uma das

[31] Pode-se traçar um paralelo entre a ideia de destruição criadora e a lógica da avaliação trienal, que será avaliada na segunda parte da Tese, segundo a qual os produtos (artigos, livros, etc.) concernentes a um triênio não são contabilizados no triênio seguinte, forçando a 'criação' de novos produtos.

[32] Entre o CNPq e a *Herbalife* acerca do programa federal *Ciência sem Fronteiras*. A empresa em questão, que define a sua missão como "mudar a vida das pessoas", oferecendo "produtos de qualidade e a melhor oportunidade de negócio na venda direta" (disponível em: <http://corporativo.herbalife.com.br/>. Acesso em: 05 nov. 2013), é largamente conhecida pelos seus *shakes* voltados para o controle de peso (especialmente, emagrecimento), sendo que estudos têm apontado para que o uso de alguns dos suplementos vendidos pode trazer danos hepáticos. Ver, por exemplo, os *Destaques da Reunião com Expertos em Hepatotoxididade da SBH (Sociedade Brasileira de Hepatologia)*, disponível em: <http://www.infectologia.org.br/anexos/02-28E_GED_Rev_Suplemento_Hepatotoxicidade-Fev2011-Normal_indd.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

> *vocações do programa Ciência sem Fronteiras é a formação de pesquisadores em ambiente empresarial*. *A parceria com as empresas* é um dos diferenciais do Programa", completou o presidente do CNPq.

Segundo o paradigma da inovação, a Academia, a ciência e a pós-graduação brasileiras devem estar em íntima relação com as empresas, tidas, acima, como *o lugar da inovação*, produzindo coisas (tecnologias, produtos e serviços) e recursos humanos que possam alavancar os negócios, favorecendo a lógica da economia de livre mercado.

Mesmo óbvia, é pertinente ressaltar que a perspectiva econômica com foco na inovação de Schumpeter está baseada numa concepção política da sociedade. A teoria econômica schumpeteriana do desenvolvimento enquanto fruto de um desequilíbrio inovador está profundamente ligada à sua *concepção minimalista de democracia*. Segundo Gama Neto (2011, p. 31), “a definição schumpeteriana de democracia é estritamente procedimental: a democracia é somente um método para a escolha de governantes, um conjunto de regras que estabelecem como devem ser escolhidos aqueles que devem realizar as decisões políticas”. Na descrição feita por Gama Neto, vê-se como a política deve ser um reflexo da lógica de mercado, em que os indivíduos (povo) são tidos como consumidores incapazes de compreender a política e deliberar acerca dela, cabendo-lhes apenas votar. Assim, o processo político é visto de um modo instrumental de apoderamento do governo e a democracia é compreendida de um ponto de vista minimalista, ou seja, como mera escolha dos líderes (os que efetivamente tomarão as decisões) por meio do voto:

> O problema central da teoria da democracia deixa de ser a participação popular e passa a ser a *eficácia* do regime democrático em eleger governos. Na visão do elitismo democrático schumpeteriano, o papel do povo não é o de interferir diretamente na política; ele não tem competência para isso. A democracia é um método de escolha de governantes, um sistema político concebido analogamente como uma forma de mercado, em que as decisões dos eleitores são resultado de um cálculo de utilidade, a política é resumida ao *grau de soberania do consumidor no mercado*. Assim, a política democrática é um sistema que institucionaliza a competição entre partidos e/ou coalizões partidárias, disputando no mercado eleitoral os votos que lhe darão a oportunidade de apoderar-se do governo (GAMA NETO, 2011, p. 31).

Como

> a democracia não é um tipo de sociedade específica ou um conjunto de normas morais (virtudes públicas), mas, sim, um sistema em que o poder do

> eleitor resume-se em simplesmente sancionar ou não os nomes que lhe são oferecidos no mercado político, por meio de eleições competitivas (GAMA NETO, 2011, p. 31),

sai de cena a política entendida como um campo de luta e deliberação e, com isso, o sujeito-cidadão (livre, crítico, consciente, etc.). A questão é mais propriamente econômica. As eleições competitivas são um rebatimento da lógica econômica competitiva. Por causa disso, a figura que é fundamental é a do *sujeito-empreendedor*, aquele que *inova*, já que o motor da economia é a inovação, como vimos.

"**Empreender é**, segundo Schumpeter, inovar a ponto de criar condições para uma radical transformação de um determinado setor, ramo de atividade, território, onde o empreendedor atua [...]" (MARTES, 2010, p. 260, grifo do autor). O desenvolvimento econômico é dependente da "[...] figura central do empresário inovador – agente econômico que traz novos produtos para o mercado por meio de combinações mais eficientes de fatores de produção, ou pela aplicação prática de alguma invenção ou inovação tecnológica" (SCHUMPETER, 1997, p. 9). Há, portanto, no pensamento de Schumpeter, uma relação entre inovação, criação de novos mercados e a ação empreendedora, bem como a concessão da função de protagonista do desenvolvimento econômico para a figura social do empresário.

Martes (2010, p. 260), reiterando o que se vê naquele Manual, explica a função do empreendedor no pensamento de Schumpeter:

> A definição com a qual Schumpeter trabalha é precisa. O empreendedor é aquele que realiza novas combinações dos meios produtivos, capazes de propiciar desenvolvimento econômico, quais sejam: 1) "introdução de um novo bem"; "introdução de um novo método de produção" 3) "abertura de um novo mercado" 6) "conquista de uma nova fonte de oferta de matérias primas ou bens semimanufaturados; 7) constituição ou fragmentação de posição de monopólio" (Schumpeter, 1985, p. 49).

A autora, ampliando a sua interpretação (p. 259-260), afirma que:

> Acredito haver, neste livro[33], quatro pontos fundamentais concernentes às relações entre ação empreendedora e economia: 1) a inovação é o elemento dinâmico da economia, consequentemente o papel do empreendedor é fundamental na promoção do desenvolvimento econômico; 2) o empresário inovador é um tipo específico de agente, diferente do mero

[33] *Teoria do desenvolvimento econômico*, de 1911, mais especificamente o capítulo intitulado *O fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico*.

> capitalista, pois ele decide racionalmente com base em valores (inovação), mas que também é guiado pela paixão (desejos e conquistas) e é, necessariamente, um líder; 3) o aspecto institucional é duplamente fundamental: seja pelo apoio, seja pela oposição. As instituições de crédito, as instituições políticas e econômicas, pela sua função de taxar juros e disponibilizar capital, permitem, num primeiro momento, dar base de sustentação à ação empreendedora e, num segundo momento, alavancar um novo ciclo de crescimento (a origem do capital empregado não advém da poupança, mas sim do crédito). Por outro lado, é justamente das instituições (valores e organizações) que virá um forte movimento de oposição à ação empreendedora. A fonte (origem e irradiação) desta oposição é institucional; 4) quanto à metodologia, assim como para Weber, também para Schumpeter o indivíduo - o empresário concebido como um tipo ideal, portador de interesses, vontade e intencionalidade - é a unidade básica de análise.

Retomando a análise de Leher (2004, p. 883) sobre as reformas educacionais, segundo ele, por meio das legislações citadas, o Estado opera a conversão da vida universitária em assunto de *homens de negócios*, um *pesquisador-empreendedor*, na medida em que

> O Estado é chamado a compartilhar os custos crescentes do desenvolvimento tecnológico, a organizar e a dar “coerência” ao esforço científico e tecnológico de “sua” nação. Por fim, o Estado deve limitar e controlar, de acordo com os interesses da fração dominante do capital, a aplicação, cooperação e difusão do desenvolvimento de C&T em seu território.

Há um reconhecimento oficial desse processo, na medida em que é afirmado no *VI Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020* que “[...] o *éthos* mertoniano, o *éthos* da ciência acadêmica, se encontram fraturados e em processo de dissolução, sendo substituídos mentalidade empresarial e taylorista (o cientista empreendedor) [...]” (BRASIL, 2010, p. 130).

Leher (2004, p. 884-5, grifo nosso) segue afirmando algo relevantíssimo, porquanto ajuda a compreender o modelo implementado e as graves alterações que institui:

> O PL é ousado na ressignificação (melhor seria falar em desconfiguração) do trabalho docente. *O processo de conversão do professor em um empreendedor* é denominado eufemisticamente "modernização das relações de trabalho". A nova legislação, conforme o Ministério de C&T, oferece uma espécie de gratificação para quem produzir conhecimentos que venham a ser usados por empresas: "Vamos dar ao pesquisador a oportunidade de ser também um empreendedor" (Campos, 2004). De fato, o art. 9º do referido PL estabelece que o professor envolvido na prestação de serviço poderá receber contribuição pecuniária da instituição na forma de "adicional variável" ou, como estabelece o art. 10, "bolsa de estímulo à

> inovação". *A conversão do professor em empreendedor* (art. 14) está contemplada no PL. O inventor ou autor de projeto, processo ou serviço poderá participar em até um terço dos ganhos econômicos auferidos pela instituição. Até mesmo a transformação do professor em empresário é permitida. *O docente pode se afastar por até seis anos da universidade para tentar uma carreira empresarial e até mesmo para constituir empresa*. *Durante o período de afastamento, é assegurado ao professor o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei e, ainda, progressão funcional e benefícios da seguridade* (arts. 15 e 16). *A privatização do recurso público fica patente na medida em que valores que deveriam ser investidos nas universidades em pagamento de salários a docentes e funcionários e em pesquisas são utilizados para financiar docentes que tentam uma colocação no mercado como empreendedores, sem qualquer risco ou ônus para sua carreira profissional*[34] *e sem qualquer custo para as empresas*. *O professor empreendedor*, embora possa fazer jus a alguma remuneração extra, *terá de instituir a censura e a mordaça nas salas de aula e nos laboratórios*. *É vedado ao dirigente, ao criador ou a qualquer servidor, empregado ou prestador de serviços de ICT divulgar, noticiar ou publicar qualquer aspecto de criações de cujo desenvolvimento tenha participado diretamente, ou tomado conhecimento por força de suas atividades, sem antes obter expressa autorização da ICT* (art. 13).

Ou seja, estamos diante de um novo modelo de universidade, que, por sua vez, parece comprometido com outro modelo político (de democracia). Com o PL, as universidades e, logo, os pesquisadores (alguns mais, alguns menos, de acordo com a área) tornam-se fortemente dependentes do setor empresarial. A *diversificação das fontes de financiamento* – ou seja, a quebra do monopólio estatal – é um ponto fulcral do processo de paulatina privatização que estou buscando compreender. De saída, cabe, aqui, um adágio popular: *quem paga manda*. Sem querer simplificar a questão, é fato que as fontes financiadoras do que quer que seja almejam exercer algum tipo de influência e controle sobre aquilo em que estão investindo.

> O Projeto subordina as universidades ao campo empresarial, na medida em que estabelece que as empresas, de acordo com os seus interesses, definem o que será desenvolvido (ou comprado) em termos de serviços, adequações e produtos. Conforme o ministro do Desenvolvimento, é a empresa que induz a Inovação, cabendo à universidade o papel de servir ao setor privado. Inclusive, conforme Furlan, o apoio do governo poderá ser dado diretamente às empresas (GOBETTI; NOSSA, 2004) (LEHER, 2004, p. 883).

[34] Há ônus, mas, geralmente, para a qualidade da atuação do docente no âmbito da instituição pública, especialmente no nível do ensino de graduação. Não são raros os casos de docentes de IES cuja presença torna-se episódica, quer por faltas sucessivas, quer por sucessivas alocações de orientandos (de mestrado e/ou doutorado) em substituição, a fim de dedicarem-se às suas atividades extras.

A abertura dada pela legislação para investimentos oriundos da iniciativa privada – por exemplo, através das chamadas *fundações universitárias* – é um fator determinante para o quadro que tenho tentado delinear até aqui. Neste ponto, também, não é possível, no meu entendimento, traçar uma linha única que perpasse todas as áreas. Embora haja influência difusa, esta não se dá na mesma medida. Há áreas – por exemplo, as Engenharias e as Medicinas – que dependem muito pouco do financiamento público, de modo que o aporte financeiro proveniente das empresas é tão vital para o desenvolvimento dos vieses científicos prestigiados nelas que é possível presumir o grau de condicionamento sofrido. Num texto em que analisam alguns conflitos de interesse entre indústrias farmacêuticas e médicos pesquisadores, Palma e Vilaça (2012) problematizam as bases e os efeitos da 'cooperação' científica entre eles. Partindo da afirmação de Elliott (2010) de que as indústrias farmacêuticas, primeiro, desenvolvem uma droga, para, depois, contratar médicos acadêmicos para realizar testes clínicos, os autores afirmam (PALMA; VILAÇA, 2012, p. 921) que:

> Tendo em vista que tais modalidades de 'cooperação' envolvem alguma contrapartida financeira e/ou melhoria de laboratórios, essa estratégia, podemos cogitar, se apresenta mais como uma mera formalidade com fins de validação de um fármaco já desenvolvido e menos como perscrutação epistemológica e eticamente criteriosa e comprometida, o que implicaria a total liberdade de proscrevê-lo.

Palma e Vilaça (2012) seguem argumentando que a relação de cooperação – que interessa a ambas as partes – pode estar viciando as pesquisas, comprometendo a postura e a atividade acadêmico-científica dos pesquisadores. Afinal, que indústria farmacêutica continuará a contratar os serviços de dados pesquisadores, investindo em equipar seus laboratórios (uma das suas contrapartidas), se esses pesquisadores, sistematicamente, reprovam ou reformulam as drogas que apenas deveriam testar e certificar, gerando prejuízos financeiros? Considerando que há "[...] uma flagrante desigualdade econômica, se levarmos em conta o fato de que as indústrias farmacêuticas detêm meios econômicos para promoção das (custosas) pesquisas que são incomparavelmente superiores aos daqueles centros acadêmicos" (PALMA; VILAÇA, 2012, p. 921), pode-se indagar se os vínculos de codependência criados pendem mais para que lado, para o dos cientistas, que estão interessados em variadas contrapartidas (verbas, equipamentos, presentes ou brindes, financiamento de viagens e congressos, etc.);

ou para o das empresas, “na medida em que oferecem pesquisadores para projetar e assinar testes clínicos e publicações em periódicos renomados – estratégia que legitima e propagandeia seus produtos – e grupos de potenciais sujeitos de pesquisa” (PALMA; VILAÇA, 2012, p. 921)?

Apesar de todas as evidências de prejuízos coletivos resultantes dos interesses privados, notadamente nalguns casos (como o da indústria farmacêutica), a gana governamental pela inclusão do Brasil na ordem econômica mundial via inovação leva agências de fomento a criarem ‘parcerias’, no mínimo, suspeitas e problemáticas, ou, no limite, imorais. Além da supracitada recente parceria com a *Herbalife*, a despeito dos estudos que apontam que seus produtos fazem mal à saúde, o CNPq realizou recentemente um *Fórum de Inovação* com uma das gigantes da indústria farmacêutica mundial[35], a suíça *Novartis*.

A título de informação, cito que sobre a referida indústria pesa uma série de denuncias: por exemplo, por suborno pago a farmácias[36] e a médicos[37] para que indiquem os seus produtos; participação numa estratégia de mercado partilhada por outras indústrias farmacêuticas que consiste em arregimentar Associações de Portadores de Enfermidades para serem usados como ‘laranjas’[38]; descumprimento dos prazos de entrega estabelecidos no contrato de compra de alguns medicamentos, segundo denúncia[39] encaminhada pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul à Procuradoria Geral do Estado e ao Ministério Público; retirada do mercado (desabastecimento deliberado) de uma versão mais barata de

---

[35] Segundo pesquisa realizada pelo governo britânico, utilizando dados de 2009, a *Novartis* era a sexta empresa que mais investia em pesquisa e desenvolvimento no mundo. Duas outras gigantes do setor – *Roche* (Suíça) e *Pfizer* (EUA) – ocupavam, respectivamente, o segundo e quinto lugares. Além disso, identificou-se que os setores farmacêutico e biotecnológico eram os que mais recebiam investimentos. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/inovacao/orcamento-publico-ciencia-tecnologia-e-inovacao-investimento-bilhoes-governo-do-brasil.aspx>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[36] Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/novartis-acusada-de-pagar-farmacias-para-recomendar-remedios>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[37] Disponível em: <http://agencia-brasil.justica.inf.br/noticia/2013/4/departamento-justica-norte-americano-processa-industria-farmaceutica-novartis-suborno-medicos>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[38] Disponível em: <http://www.sbbioetica.org.br/noticia/importante-jornal-ingles-denuncia-estrategias-da-bigfarma-contra-acao-regulatoria-dos-estados/>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[39] Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/noticias/1/32621/Saude-encaminha-ao-MP-e-a-PGE-denuncia-contra-laboratorio/3437///>. Acesso em: 05 nov. 2013.

um medicamento para forçar os usuários a comprar uma mais cara[40]; bem como inúmeras condenações, como, por exemplo, num caso de *discriminação sexual*, cuja condenação foi de US$ 250,000,000[41]; além de denúncias acerca dos males causados à saúde por alguns dos seus produtos, notadamente a um dos seus carros-chefe, a *Ritalina*®[42]. Tais casos, a meu ver, são razões suficientes para que o Estado brasileiro não se associasse de modo algum a *Novartis*, mas, ao invés, atuasse coibindo as suas práticas de mercado imorais. Todavia, segundo informação disponível no sítio eletrônico do CNPq[43] (uma agência estatal, cabe o reforço):

> Na cerimônia de abertura, o Secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, Carlos Gadelha, o Diretor das áreas de Engenharia, Ciências Exatas, Humanas e Socias [sic] do CNPq, Guilherme Salles Melo e o Presidente da Novartis no Brasil, Adib Jacob, *destacaram a importância da parceria público-privada para o desenvolvimento da Saúde no país* (grifo nosso).

Conquanto algumas áreas do conhecimento destaquem-se no quesito dependência-influência do financiamento privado, o atual arranjo propicia, como disse acima, um espectro de condicionamento amplo. A participação de empresários nos comitês de agências de financiamento públicas é uma comprovação. A já citada legalização das PPPs é outra. Acompanhemos o raciocínio de Leher (2004, p. 872-3) acerca disso:

> Os pressupostos de que o Estado não dispõe de riqueza para promover novos investimentos e de que é notório que o setor privado é mais eficiente no uso de recursos justificam a opção por contratos do Estado com o setor privado para fornecer todas as atividades outrora empreendidas pelo Estado. Cumpre observar que, pelo PL, toda ordem de "serviços" poderia ser objeto desse tipo de parceria, conforme manifesto em seu art. 1º, parágrafo único:

---

[40] Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/destaques/desabastecimento-da-ritalina-no-brasil-dura-cinco-meses/>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[41] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u737510.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[42] Ver, por exemplo, o artigo *A droga da obediência: medicalização, infância e biopoder – Notas sobre clínica e politica*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n2/v33n2a14.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[43] Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/noticiasviews/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/1347522>. Acesso em: 05 nov. 2013.

> Esta Lei se aplica aos órgãos da administração direta, aos fundos especiais, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
>
> O alcance dessas parcerias é ainda mais amplo que o previsto no Plano Diretor da Reforma do Estado, de Cardoso: “Art. 3º) Pode ser objeto de parceria público-privada: I – a delegação, total ou parcial, da prestação ou exploração de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública”.

Leher (2004), então, conclui que:

> Desse modo, excetuando o poder de regular, legislar e policiar, todo o restante pode ser objeto de PPP. Assim, a educação, a pesquisa C&T, o meio ambiente e a saúde, por exemplo, poderão ser objeto dessas parcerias. Dessa forma, caberão ao setor privado as decisões sobre investimentos governamentais: as resoluções de investimentos ficarão por conta dos investidores privados que os selecionarão de acordo com os seus critérios de poder de mercado e de maximização de lucros. Evidentemente, nesse escopo não cabem políticas públicas universalizantes. A focalização de nichos de mercado provavelmente será a regra.

Haja vista o que será abordado na segunda parte da Tese, é pertinente salientar que as mercadorizações da educação e do conhecimento são contemporâneas. Sem erguer quaisquer pretensões historicistas mais altivas, cumpre observar que, segundo Leher (ANDES-SN, 2011), no Brasil, o início desse processo data do período da ditadura militar, quando os programas de apoio científico e tecnológico foram centralizados no Ministério do Planejamento, e a educação assumiu um caráter claramente mercadológico e pragmático. Ferreira Jr. e Bittar (2008) apontam para esse mesmo sentido, examinando o que denominam de *ideologia tecnocrática* subjacente à concepção de educação que passou a viger a partir do período da ditadura militar no Brasil. Em meio ao discurso desenvolvimentista, criou-se uma estrutura estatal pautada por mecanismos mercantis de gestão e promoção da produtividade. Para os autores, essa ideologia fundada, por exemplo, na *Teoria do Capital Humano*, de Theodore W. Schultz, que fora criada para prover respostas ao problema da falta ou lentidão quanto ao crescimento econômico, estabeleceu “[...] uma relação direta entre educação e economia, na medida em que atribuía a [sic] primeira a capacidade de incrementar a produtividade da segunda” (FERREIRA JR.; BITTAR, 2008, p. 344).

Tal interpretação é compartilhada por Frigotto (2011, p. 245), segundo o qual a situação só se agrava, pois, “[...] dentro dessa lógica, é dada ênfase aos

processos de avaliação de resultados balizados pelo produtivismo e à sua filosofia mercantil, em nome do qual os processos pedagógicos são desenvolvidos mediante a pedagogia das competências". No sentido de gerenciar o pensamento acadêmico-científico, foram criados em embriões das agências que, hoje, regulam a produção/divulgação de conhecimento no país. Ou seja, isso que estou delineando não é um resultado fortuito de 'emergências não intencionais', mas efeitos desejáveis de políticas públicas com meio século de existência.

À guisa de conclusão do delineamento do panorama político-econômico em que o novo arranjo universitário se insere, abordo criticamente o modo como Simon Schwartzman argumenta a favor do que estou analisando criticamente. Como um exemplo de defensor do modelo que está sob crítica, vejamos como é possível interpretar alguns fatos de modo distinto, corroborando a premissa de que estamos diante de uma questão político-agonística. Após uma breve apresentação da perspectiva do sociólogo brasileiro, seguem-se algumas considerações crítico-problematizadoras.

Schwartzman (1992) menciona aquilo que, para ele, constituem três *fatores de mudança*, que, resumidamente, podem ser descritos assim: (1) a (suposta) incapacidade do Estado de prover sozinho o quantitativo de recursos demandado pelo Ensino Superior em expansão, haja vista o que o autor denomina de *crise fiscal*; (2) a decadência do *status* do diploma universitário de caráter generalista em prol de *diplomas específicos* provenientes de instituições de alto prestígio (passíveis de serem chamados de *certificações profissionais*) e de *habilidades específicas*[44] (que eu chamaria de *capacidades instrumentais e relacionais*), o que o autor denomina de *falência do modelo profissional corporativista*; e (3) a demanda social pela *ampliação da gama de serviços* que as instituições universitárias devem fornecer. Como conclusão, Schwartzman (1992, s/p., grifo nosso) afirma que "tudo isto faz com que os *setores mais dinâmicos das universidades* tendam a se mover com mais determinação, questionando o seu entorno, aceitando com *menos complacência a acomodação e a estagnação*, e procurando *novos caminhos*".

Algumas considerações devem ser feitas aqui: uma quanto ao caráter descritivo; outra quanto ao crítico; e, por último, ao inferencial. De saída, cumpre

[44] O autor cita a proficiência num idioma estrangeiro, no uso de conceitos matemáticos e formais, a capacidade de relacionamento com o público, de ter iniciativa e criatividade.

considerar se os fatores citados são de causas de mudança ou consequências. Em seguida, é controversa, do ponto de vista factual, a afirmação de que o Estado carece de recursos (LEHER, 2004). Talvez, corretamente colocada, a questão seja em que o Estado investe seus recursos. No caso brasileiro, por exemplo, a arrecadação de impostos bate recordes anuais consecutivos, de modo que falar em crise fiscal ou orçamentária é algo, no mínimo, questionável. Ou seja, a crise fiscal não se dá num vazio (político), mas sim num contexto em que as funções e limites do Estado são redefinidos, de instituições marcadamente corruptas, em que demandas de setores da economia e de grupos correlatos são apresentadas tiranicamente. Em outras palavras, mais do que uma crise de natureza econômica e uma causa das mudanças políticas, a crise fiscal revela-se como uma crise de natureza política e causa da tirania da economia de livre mercado.

Em segundo lugar, o pesquisador parece fazer uma correta leitura constatativa da realidade, sem, contudo, exercer uma atividade crítica que me parece fundamental. Sem dúvida, há uma mudança quanto à valorização da formação universitária tradicional. Entretanto, o que a motiva, a quais interesses atende e quais são seus efeitos para a formação do que, no jargão, é chamado de cidadão consciente e crítico? Se o que requer são apenas algumas capacidades instrumentais atinentes à prestação de dados serviços, uma formação de outra natureza (técnica, diria) pode ser mais eficiente do que a universitária. Além disso, para além da questão de eficiência educacional, cabe questionar, a que tipo de sociedade interessa um sujeito formado no nível educacional que for para obter apenas competências que o incluam mais rapidamente no mercado de trabalho?

Em terceiro lugar, chamo atenção para alguns termos e expressões: *setores mais dinâmicos da universidade*; *mover com mais determinação*; e *aceitando com menos complacência a acomodação e a estagnação*. Há termos, cuja ambiguidade dificulta o entendimento preciso do que significam em dada composição gramatical. Dinâmico é um deles. Em que sentido o termo é empregado? Vimos que o dinamismo da economia pode ser atribuído à inovação.

Assim, cabe perguntar: *os setores mais dinâmicos da universidade* são aqueles que se ajustam mais facil e rapidamente às mudanças da ordem capitalista, prestando-se a satisfazer às novas demandas e a seguir os *novos caminhos* determinados externamente pelos setores do mercado que podem consumir o conhecimento (produto) inovador que aqueles setores (ou áreas do conhecimento

acadêmico-científico) produzem, mesmo que isso implique em parcial ou total redirecionamento das suas funções e relação de dependência?

É o que parece, ainda que não seja possível afirmar categoricamente que sim. Todavia, a manutenção de um campo semântico associado ao termo *dinâmico* é clara, corroborando essa impressão. Afinal, algo que se move determinadamente, não sendo complacente com a acomodação e estagnação é algo, para alguns, positivo.

Contudo, sabe-se muito bem, nem tudo que muda, muda para melhor; nem tudo que é novo, igualmente, traz avanços. Certa convicção de pensamento ou firmeza de postura pode ser facilmente, ainda que indevidamente, considerada como acomodação ou estagnação. Mas taxar de complacente, acomodado ou estagnado quem preserva um entendimento contra a sedução das inovações é, no mínimo, algo questionável. Preservar uma perspectiva não é manter-se estático, mas ativo em nome dela. Movimentar-se, por seu turno, não é algo unidirecional, já que há vários caminhos a se seguir, incluindo o mesmo que se tem seguido. Ademais, o mencionado pronto e constante ajustamento às novas demandas pode ser um índice de falta de identidade institucional; ou, melhor, que a identidade institucional é justamente a da adaptação determinada, célere, dinâmica e, muitas das vezes, acrítica e complacente às novas regras e necessidades de alguns setores da sociedade.

Na Declaração de Bolonha[45] (1999, p. 1), elemento fundamental do processo em curso, é consignado o entendimento de que

> as instituições Europeias de Ensino Superior, por seu lado, aceitaram o desafio e assumiram um papel preponderante na criação do Espaço Europeu do Ensino Superior [...], dado que a independência e a autonomia das Universidades asseguram que o ensino superior e os sistemas de estudo, se adaptem às necessidades de mudança, às exigências da sociedade e aos avanços do conhecimento científico. O rumo foi traçado na direcção certa e com um objectivo significativo.

[45] De acordo com Mello e Dias (2011, p. 415), "Na origem do movimento que produziu o Processo de Bolonha, em 1999, políticos como especialistas em educação inquietavam-se com o fato de a Europa já não poder competir num contexto dominado pela sociedade do conhecimento. Ela aplicava em média 1,2% do PIB no ensino superior contra 2,6% nos Estados Unidos e 2,3% na Coreia do Sul. Não conseguia transferir o conhecimento acadêmico para a inovação na economia, ao contrário de outros países, como a Austrália e agora a China, que se tornaram polos mais atrativos para estudantes do mundo inteiro. O lançamento do Processo propunha-se a reformar a educação superior fazendo emergir um sistema europeu com maior competitividade. A acreditação e programas de mobilidade passaram a ser vistos como instrumentos estratégicos integrados aos esforços de consolidação da unificação da Europa".

Algumas insidiosas construções presentes no trecho citado também convergem para a tentativa de criar um consenso geral, pacífico e, por vezes, impessoal acerca daquilo sobre o qual há um intenso e tenso dissenso. Termos como *necessidades* e *exigências* visam a conferir um sentido de incontornabilidade e impessoalidade a algo que é do campo da decisão, ou seja, algo opcional e deliberativo. A relação de termos como *mudança* e *avanço*, por sua vez, visa a sugerir que o que está em jogo é a melhoria de uma situação ou arranjo existente, que só pode ser feita com a plena adaptação àquelas supostas necessidades/exigências. Esse é o rumo certo, conforme a Declaração propugna. Sobre a Declaração de Bolonha e outros planos europeus voltados para a educação, Lorenz (2006b) é taxativo:

> As we have seen, all the European declarations and plans considered so far basically contain an economic view of education, by treating higher education primarily in its function for the European economy and in terms of a marketable commodity. This is more apparent in the Paris and Lisbon Declarations than in the Bologna Declaration itself, although there too is an emphasis on the function of higher education for the labor market.[46]

As menções *à sociedade* e aos *avanços do conhecimento científico*, conferindo-lhes, respectivamente, um sentido unívoco-totalizante e de algo positivo, também merecem atenção crítica. Afinal, além de sob o conceito genérico 'a sociedade' haver uma série de particularidades, inclusive antagônicas, a utilização do rótulo 'avanço científico' deu lugar a algumas das maiores atrocidades praticadas contra a humanidade, os animais não humanos e o meio ambiente, como a história comprova prodigamente.

Por último, ainda que salte aos olhos a sua excrescência, é, no mínimo, curiosa a relação feita entre a afirmação da *independência e autonomia universitárias* com o *imperativo da adaptação*. Ainda que parte relevante ou 'mais representativa' da comunidade universitária (com maior capacidade de exercer poder e de deliberar sobre os rumos a serem seguidos – ou aceitar os rumos que

[46] O trecho correspondente na tradução é: "Como vimos, todas as declarações e planos abordados até agora contêm basicamente uma visão econômica da educação, considerando o ensino superior principalmente em seu papel para a economia europeia e em termos de uma mercadoria vendável. Isso é mais evidente nas Declarações de Paris e Lisboa do que na Declaração de Bolonha, apesar de haver também uma ênfase sobre a função do ensino superior para o trabalho no mercado".

são ‘propostos’), no exercício da sua autonomia, decida se adaptar, esta é apenas uma das opções, e não a opção autônoma por excelência. Já em relação à independência, parece-me claro que há uma flagrante oposição e incoerência semântica aqui. Dizer que alguém ou algo que se adapta às exigências de outrem (‘a’ sociedade) é independente, a meu ver, é uma peripécia, extravagância ou inovação semântica malsucedida.

De todo modo, mesmo frente às considerações, os apontamentos de Schwartzman e os lemas da declaração supracitada são pertinentes, uma vez que não estão descolados (no sentido constatativo) da realidade vivida. Eles revelam justamente o entendimento e o discurso macropolítico predominantes ou hegemônicos, de cunho neoliberal e para atender ao ‘novo capitalismo’, criando uma ponte para a abordagem do efeito para o arranjo universitário do que vimos. Segundo Sguissardi et al. (2008, p. 647), estamos diante de um *dilema hamletiano*: “Um dilema hamletiano ronda a universidade como bem público: reformar-se e/ou render-se às exigências da mercantilização do conhecimento e da deserção do Estado de seu papel de principal patrocinador e mantenedor da educação superior”.

Em síntese, cabe, então, aos agentes que compõem a universidade decidirem como se portar macro ou micropoliticamente acerca da predominante perspectiva política em curso, que está ligada à ideologia neoliberal e à economia competitiva global, propugnando uma íntima (‘flexível’) relação da universidade com o ‘mercado’ (setores produtivos da iniciativa privada), a fim de atender às suas demandas, o que a tem exposto aos interesses e vicissitudes deste, modificado sua(s) função(ões) social(is), as regras que a constituem e seus objetivos, condicionando mais fortemente a organização e as práticas de pesquisadores de algumas áreas do conhecimento.

1.3 **Pós-graduação estrategicamente induzida: identificando conceitos e objetivos para criticar a lógica envolvida**

Para Marilena Chauí, o atual ordenamento da universidade brasileira, reflexo do que foi analisado na seção anterior, é de uma *universidade de serviços*, cujo critério de excelência é conferido pelo mercado, *universidade operacional*, ou seja,

uma universidade "regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível [...], estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos" (CHAUÍ, 2003, p. 7). Para Chauí (2003, p. 7, grifo nosso), "a heteronomia da universidade autônoma[47] é visível a olho nu: o aumento insano de horas/aula, *a diminuição do tempo para mestrados e doutorados*, *a avaliação pela quantidade de publicações*, colóquios e congressos, a *multiplicação de comissões e relatórios* etc.".

Alguns autores corroboram a definição apresentada por Chauí, por exemplo, afirmando que "[...] a universidade-instituição hegemônica tende a se metamorfosear em uma universidade operacional" (GROPPO, 2011, p. 38). Fundamentando-se em Chauí (2003), para a qual a transformação da *universidade como instituição social* para *universidade como organização social* implica a substituição da pretensão de universalidade e da função da sociedade como princípio e referência normativos e valorativos pela ideia de *funcionalidade*, Groppo (2011, p. 48) assevera que

> a ascensão da universidade operacional tem íntima relação com os processos que implicam a transformação do capitalismo e a própria crise do

[47] O conceito de autonomia universitária – mencionado no final do capítulo anterior, que reaparece aqui – não será abordado em detalhes. Apenas observo que, no meu entendimento, ele – enquanto conceito – é controverso. O apelo a ele para criticar o atual arranjo da universidade pode ser problemático, haja vista expressar aquilo que chamo de *crença idealista no papel essencial-natural da universidade*. Atrelar a autonomia universitária – uma ficção jurídica bastante genérica, a considerar como aparece na Constituição Federal do Brasil, baseada naquilo que Miguel (2006) denomina de *narrativa utópica de uma sociedade auto-instruída* – a certo arranjo institucional e a certas funções tidas, por assim dizer, como algo *a priori* pode ser uma forma de naturalizar algo que é do campo político, ideológico, social, portanto, algo construído, mantido ou alterado em meio a um contexto agonístico. A chamada autonomia universitária só faz sentido, segundo o meu entendimento, se considerarmos que a *comunidade acadêmica* é composta por *indivíduos autônomos*, cujas decisões representariam aquela comunidade e seriam soberanas, ou seja, não passíveis de interferência por parte de outras instâncias que compõem o Estado, do mercado ou da chamada sociedade. Parto, então, do entendimento de que a política acadêmico-científica praticada no país não é uma ameaça à autonomia universitária *em si* – até porque isso não existiria – mas à dada concepção de autonomia. Sem dúvida, é possível interpretar que a construção (ou, para alguns, *emergência*) do chamado Estado-avaliador (NEAVE, 1988) pode constituir uma ameaça à tradicional concepção de autonomia universitária, na medida em que submete a Academia a critérios de avaliação e 'qualidade', por assim dizer, exteriores à universidade (heteronomia). Contudo, entendo que a política avaliativa corrente, que é alvo da minha análise e crítica, é expressão da autonomia de alguns que, em determinada configuração de relações de poder, têm a possibilidade de deliberar sobre que regras ou normas vigorarão, em detrimento de outras possibilidades, regulando a Academia e ciência nacionais. Ainda que pareça contraditório, penso que seja plausível afirmar que a relativa heteronomia que vige é fruto da autonomia. Assim sendo, parece-me que o termo mais apropriado seria independência (institucional), e não autonomia, pois, certamente, a universidade tem se tornado fortemente dependente de setores do mercado, da lógica da economia de mercado.

> Estado nacional moderno, no contexto da flexibilização do trabalho, da acumulação flexível do capital, da emergência de uma suposta "sociedade do conhecimento"[48] e da globalização.

Segundo Chauí (2003, p. 7),

> [...] a permanência de uma organização depende muito pouco de sua estrutura interna e muito mais de sua capacidade de adaptar-se celeremente a mudanças rápidas da superfície do "meio ambiente". Donde o interesse pela idéia de flexibilidade, que indica a capacidade adaptativa a mudanças contínuas e inesperadas.

Nesse sentido, a universidade estaria exercendo um novo papel, deixando de ser unicamente uma instituição promotora de práticas e conhecimentos que – de um modo tido como reflexivo, crítico e ativo – atendam ao que se pode chamar, com ressalvas, de interesse coletivo, para ser uma organização que se ajusta a certas demandas contextuais (tidas como de mercado) de modo passivo e funcional, dando uma resposta prática (útil e instrumental) para problemas de ordem prático-mercantil. A ideia de direito à educação e ao conhecimento vem sendo paulatinamente substituída, conforme a orientação política atual, pela ideia de universidade como fornecedora de serviços, produtos e recursos humanos para promover uma concepção de desenvolvimento de cunho marcadamente econômico-mercantil. No mesmo compasso, a ideia de formação de intelectuais, de sujeitos críticos, de profissionais epistemica e tecnicamente capacitados, mas conscientes do seu papel social, vem perdendo espaço e poder persuasivo para a ideia de sujeitos inovadores e empreendedores, atentos (ou obedientes) *às necessidades do mercado*.

Além disso, de um modo bastante consolidado, a universidade deixa de gerar seus próprios meios de reconhecimento e avaliação para se submeter aos sistemas (ou políticas) de *acreditação* e *avaliação*, cujas normas lhe são determinadas por instâncias do governo federal, que, como vimos, estão afinadas com os interesses de alguns setores do mercado. Como será evidenciado abaixo, as empresas têm um lugar de destaque para o *Sistema Nacional de Pós-Graduação* (SNPG), o que resta patente no IV PNPG 2011-2020. Portanto, os critérios que dão forma ao sistema (às políticas que o compõe) supracitado são, pela lógica, diretamente influenciados

[48] Segundo o Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020, "por fim, antes mesmo de deflagrar as avaliações periódicas, a Agência e os Comitês deverão ter em mente o tipo de profissional ou de pesquisador que se deseja formar, considerando-se a diversidade da *sociedade do conhecimento e das suas demandas*" (BRASIL, 2010, p. 129; grifo nosso).

pelas suas demandas e interesses. Importa ressaltar a opção pelo termo *políticas* (que usei entre parênteses), também feita por Almeida Junior e Catani (2009), a fim de ressaltar algo afim ao que tenho defendido: *a dinâmica agonística da relação entre IES, a sociedade* (incluindo as influências de setores do mercado) *e o Estado.*

O VI PNPG (2011-2020) parece corroborar alguns dos apontamentos supracitados. No resumo que é feito dos cinco Planos anteriores, afirma-se que (BRASIL, 2010, p. 16, grifo nosso):

> os cinco Planos foram protagonistas de cinco importantes etapas na história da pós-graduação brasileira: 1 – a capacitação dos docentes das universidades, formando o primeiro contingente de pesquisadores e especialistas em âmbito federal; 2 – a preocupação com o *desempenho e a qualidade*; 3 – a integração da pesquisa desenvolvida na universidade com o *setor produtivo*, visando o *desenvolvimento nacional*; 4 – a *flexibilização do modelo de pós-graduação*, o *aperfeiçoamento do sistema de avaliação* e a *ênfase na internacionalização*; 5 – a *introdução do princípio de indução estratégica*, o combate às assimetrias e o impacto das atividades de pós-graduação no setor produtivo e na sociedade, resultando na *incorporação da inovação no SNPG* e na inclusão de parâmetros sociais no processo de avaliação.

No PNPG 2011-2020, vê-se configurada a opção por uma íntima relação entre pós-graduação, avaliação e a iniciativa privada. Dentre os múltiplos exemplos presentes no Plano, julgo pertinente citar dois trechos:

> O PNPG 2011-2020 se inscreve nesse quadro e deverá levar em consideração a *necessidade* de promover a *sinergia*[49] desses três segmentos, em vista de favorecer a *integração do ensino de pós-graduação com o setor empresarial e a sociedade* (BRASIL, 2010, p. 18, grifo nosso).
>
> A *avaliação* deveria ser baseada na *qualidade e excelência dos resultados*, na especificidade das áreas de conhecimento e no *impacto dos resultados* na comunidade acadêmica e *empresarial* e na sociedade (BRASIL, 2010, p. 36, grifo nosso).

A tripartite instância do impacto dos resultados da avaliação inclui a comunidade acadêmica e a sociedade, não se resumindo às empresas. Inobstante, cabe apontar, o impacto sobre a comunidade acadêmica, como explicito ao longo do

[49] Interessante notar o uso do termo *sinergia*, na medida em que – dada a sua etimologia e semântica indicarem *união*, *unidade de trabalho*, *esforço conjunto* ou *coordenado visando a um mesmo fim*, cujo resultado é melhor para ambos do que seria para cada um se os fatores, elementos ou agentes em sinergia estivessem isolados ou separados – pode corroborar a menção que fiz à intenção de suprimir o caráter tenso, discordante e, por vezes, antagônico da relação entre tais instâncias, disseminando a ideia de que elas atuam conjunta e concordemente, visando ao mesmo fim.

texto, tem sido bastante controverso, sendo alvo de severas críticas. Esta Tese ergue justamente uma pretensão crítica, buscando correlacionar relativamente o modelo CAPES de avaliação, especialmente pela pressão por publicação que exerce e pela cientometria que adota, à ocorrência de práticas acadêmico-científicas antiéticas. Quanto ao impacto sobre a sociedade, o declarado foco sobre inovação para o atendimento das demandas empresariais sugere que modelo societário é adotado e, consequentemente, dada a lógica de livre mercado, põe em xeque a promoção de dada concepção de sociedade, como será visto adiante (capítulo 5).

Julgando desnecessário robustecer o rol de evidências quanto à relação citada, embora alguns trechos a seguir possam contribuir para isso, passo a identificar, no Plano, alguns traços da política nacional para a pós-graduação.

O PNPG 2011-2020 está organizado em cinco eixos. Neles, há a presença de alguns itens que merecem destaque, haja vista o tema e os objetivos desta Tese: a primazia da qualidade na busca pela expansão do SNPG; a criação de uma *nova* agenda nacional de pesquisa[50] diretamente ligada à pós-graduação, o que, pressupõe-se, afetará a liberdade de escolha dos pesquisadores brasileiros acerca do que estudar, afinal, a pesquisa que não estiver de acordo com a agenda será ou tenderá a ser desprestigiada (não financiada); o aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema C,T&I; e manutenção e aperfeiçoamento da avaliação, cuja posição como um eixo do Plano, manifestamente, demonstra a sua centralidade na política educacional em vigor.

Na introdução do volume 1 do PNPG 2011-2020, é feita uma síntese dos Planos anteriores. Nela, a *avaliação* recebe destaque. Segundo o documento, embora a avaliação já estivesse contemplada no I PNPG (1975-1979), foi no II PNPG (1982-1985) que houve o acréscimo do *crivo da qualidade*, o que foi acompanhado do aperfeiçoamento (juízo de valor atribuído no texto, cabe sublinhar) e institucionalização do instrumento de avaliação. Não é feita menção ao III PNPG (1986-1989) quanto à avaliação. Quanto ao IV PNPG, "[...] que não foi promulgado, mas cujas diretrizes foram adotadas pela CAPES [...]", dentre outras coisas,

[50] As pretensões do governo em torno dessa agenda são bastante elevadas e incluem um sonho, por assim dizer, jocoso, conforme é possível identificar no texto: "[...] é possível vislumbrar que a adoção de uma agenda nacional de pesquisa arrojada associada com a mobilização da comunidade científica elevará, num médio prazo, a nossa ciência a um patamar de excelência que nos permita não apenas antever novos saltos de qualidade, mas também caminhar para a obtenção do *primeiro prêmio Nobel da ciência brasileira*" (BRASIL, 2010, p. 23; grifo nosso).

caracterizou-se pela "[...] introdução de mudanças no processo de avaliação [...]" (BRASIL, 2010, p. 15). Sobre o V PNPG (2005-2010), gostaria de ressaltar o seguinte trecho:

> caracteriza-se pela introdução do princípio de indução estratégica nas atividades de pós-graduação em associação com as fundações estaduais e os fundos setoriais, o aprimoramento do processo de avaliação qualitativa da pós-graduação (conceito de nucleação, revisão do Qualis e introdução do PROEX) [...] (BRASIL, 2010, p. 15, grifo nosso).

Para os meus objetivos de pesquisa, é imperioso compreender e criticar o *princípio de indução estratégica*, uma vez que ele está fortemente relacionado ao poder coativo do modelo CAPES de avaliação, que, por sua vez, está diretamente associado à política de financiamento fortemente afinada com as demandas empresariais, além de representar uma estratégia de *governo dos outros* bastante interessante e polêmica, como analisarei abaixo. Assim, analiso a indução da pós-graduação, que é como aparece nos documentos oficiais, como indução de sujeitos, e não propriamente de instituições. Afinal, só se pode induzir algo que tenha existência material e seja suscetível de alteração do seu comportamento e/ou funcionamento. Como o que constitui um PPG são os sujeitos de ação envolvidos e suas práticas docentes (e discentes) e de pesquisa, é sobre eles e elas que a indução é exercida.

Uma dificuldade inicial enfrentada refere-se à definição do princípio. Na falta de uma definição precisa[51], cabe inferi-lo a partir daquilo que é apresentado como sendo seus objetivos. No V PNPG (2005-2010), há a seguinte afirmação (BRASIL, 2004, p. 53):

> Diante da existência de um quadro de assimetrias, já mencionado e analisado na Seção 3.6, torna-se necessário que o PNPG 2005-2010 contemple a indução de programas, como linha programática, visando a reduzir as diferenças regionais, intra-regionais e entre estados, bem como a estabelecer programas estratégicos buscando a sua integração com políticas públicas de médio e longo prazos. A indução estratégica de

[51] Numa busca nos V (2005-2010) e VI PNPG (2011-2020), não foi encontrada uma definição, mas apenas menções esporádicas. No V PNPG, o termo *indução estratégica*, sem menção a *princípio*, aparece apenas uma vez, precisamente na página 53. Neste documento, há sete menções ao termo *indução*, sendo que uma é no sumário. No VI, a expressão *princípio de indução estratégica* aparece uma vez (na página 16), sendo mencionado como *ideia da indução estratégica* na página 18 e como indução estratégica nas páginas 29 e 283.

> programas de Pós-Graduação ou programas prioritários de pesquisa deverá ser operacionalidade através do aporte de recursos adicionais

Ainda no V PNPG, encontram-se outras duas ocorrências do termo indução, menções que ajudam a compreender a lógica indutiva, especialmente se considerarmos o contexto em que aparecem. Vejamos o trecho que antecede as duas últimas citações do termo (BRASIL, 2004, p. 63, grifo nosso):

> A pós-graduação deve ser aferida pela qualidade da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa que a compõem. O número de doutores titulados que saíram da Iniciação Científica diretamente para o Doutorado deverá ser levado em conta na classificação dos centros de pós-graduação. A interação da pós-graduação com o setor empresarial, para a especialização de funcionários de empresas através de cursos de Mestrado, deverá ser valoriza, uma vez que indica uma maior inserção do Programa na sociedade".

Em seguida, lê-se:

> Em relação aos critérios de avaliação, sugere-se:
> [...]
> - Identificação, por meio do processo de avaliação, das questões ou problemas relevantes para a orientação e indução da expansão e desenvolvimento da pós-graduação nacional;
> - Indução da pós-graduação, mediante constante atualização dos indicadores empregados, de modo a orientar a formação de recursos humanos e a pesquisa na direção das fronteiras do conhecimento e das estratégicas do País; (BRASIL, 2004, p. 63)

Segundo o VI PNPG (BRASIL, 2010, p. 283) – no capítulo 13, intitulado "*Indução: um novo papel para as agências*", em que são feitas várias menções ao V PNPG 2005-2010,

> Políticas de indução no financiamento da pós-graduação representam uma importante ferramenta no atendimento aos objetivos e consecução das metas dos planos nacionais de pós-graduação, proporcionando importantes avanços do sistema nacional de pós-graduação – SNPG, sobretudo em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país.

No VI PNPG (BRASIL, 2010, p. 18, grifo nosso), seus objetivos são apresentados do seguinte modo:

> Retomando a idéia da indução estratégica contida no Plano anterior, um dos eixos do novo Plano será a organização de uma agenda nacional de pesquisa, também ela organizada em torno de temas, de acordo com sua relevância para o país e das *oportunidades que se avizinham*. O *combate*

> *às assimetrias* é outro tema importante, cuja complexidade irá exigir a ação sinérgica de vários órgãos de governo envolvidos. A novidade será o foco nas mesorregiões, cuja formatação dará aos órgãos de governo uma ferramenta mais precisa que o foco em unidades e em macrorregiões. Seguem-se ainda outros temas, como: *Recursos Humanos para empresas* e Recursos Humanos para programas nacionais (saúde, energia, etc.), os quais exigirão nova visão da avaliação e de modelos/processos na pesquisa e na formação de quadros, colocando no centro do sistema a multi e a interdisciplinaridade, dois outros temas de vulto no PNPG 2011-2020.

Ainda no VI PNPG (BRASIL, 2010, p. 283), vê-se a seguinte afirmação:

> [...] considerando que um dos principais objetivos do PNPG é o crescimento equânime do SNPG, e com o propósito de atender, com qualidade, as diversas demandas da sociedade, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país, o PNPG 2005-2010 buscou estabelecer diretrizes de indução para orientar as ações do país, o PNPG 2005-2010 buscou estabelecer diretrizes de indução para orientar as ações da CAPES no período.

Noutro ponto do VI PNPG, é afirmado que (BRASIL, 2010, p. 284):

> As ações de indução estimuladas na CAPES a partir de 2005, visaram atender [sic] demandas identificadas pela comunidade, sociedades científicas, coordenadores de áreas, pela própria diretoria, por demandas geradas por ministérios, estados e suas FAPs, e ainda, em menor escala, pelo setor empresarial. As ações, cuja execução envolveram as quatro diretorias da CAPES diretamente associadas à pós-graduação, tiveram os seguintes objetivos:
> a) criação de novos cursos e programas de pós-graduação;
> b) formatação, em áreas amadurecidas, de programas possibilitando a internacionalização;
> c) apoio diferencial a áreas específicas, consideradas estratégicas[52];
> d) apoio à cooperação internacional como elemento diferenciador da atuação da C,T&I brasileira;
> e) atração, via Portal de Periódicos e outros instrumentos de fomento, de instituições potencialmente qualificadas, mas ainda defasadas na sua atuação no SNPG ou nas atividades e serviços de interesse do Estado;
> f) estabelecimento de mecanismos de cooperação e compartilhamento de custos com outros organismos, ministérios, FAPs e empresas.

Ou seja, combater as assimetrias entre regiões no tocante à pós-graduação; ajudar a alcançar as metas dos PNPGs; prover recursos humanos para empresas e

[52] Além da agricultura; das áreas ligadas ao estudo dos potenciais da Amazônia (Amazônia Verde e Azul, riquezas minerais e marítimas), tais como oceanografia, física, matemática, meteorologia, cartografia, biologia marinha, geologia, química, áreas da engenharia e da geologia voltadas para a exploração de petróleo em águas profundas; de áreas ligadas à Defesa Nacional e a TV Digital; a nanobiotecnologia, "outras áreas estratégicas que deverão integrar a Agenda são: o programa espacial, a política nuclear, a saúde pública, o desafio urbano, o ensino médio e a educação básica, os problemas ligados ao clima, à energia, ao pré-sal e às questões sociais pertinentes" (BRASIL, 2010, p. 19).

para programas nacionais; expandir o SNPG; promover a qualidade da pós-graduação (aferida como vimos acima); induzir PPGs prioritários ou estratégicos; atender a demandas específicas da comunidade, das sociedades científicas e das empresas são alguns objetivos (genéricos) do princípio da indução estratégica, o que, segundo o documento, impõem uma nova visão de avaliação e de modelos/processos na pesquisa e formação profissional.

Na última ocorrência do termo indução no VI PNPG (BRASIL, 2010, p. 304), lê-se que:

> As ações induzidas pela CAPES têm-se mostrado muito eficientes no suporte à formação de recursos humanos via pós-graduação e devem ser continuadas. Tendo em vista que, a continuação e crescimento dessas ações e programas induzidos irão requerer um grande volume de recursos, sugere-se que:
> a CAPES crie um setor, vinculado à Presidência, constituído por especialistas para o acompanhamento e a avaliação dos programas induzidos em decorrência dos Planos 2005-2010 e 2011-2020.

Nos trechos acima, há a evidente tentativa de produzir um consenso de base acerca das demandas da pós-graduação brasileira. Por exemplo, 'a comunidade', os cientistas, acadêmicos, gestores públicos e empresários, todos, convergiriam para os seis pontos elencados na penúltima transcrição.

Vê-se, também, uma estratégia discursiva de positivação da política de indução adotada, tanto pelos termos usados quanto pela localização da sua inserção (como que com força de conclusão da abordagem sobre o conceito). Num trecho acima, as políticas de indução são tidas como *importantes ferramentas* para atingir as metas dos PNPGs, *proporcionando importantes avanços*. Resta claro que há uma associação (questionável) de ideias, cujo eixo retórico está na última parte ('promoção de avanços'). Quer dizer, como promoverá importantes avanços via implementação das metas, a indução é boa, formando uma tríade retoricamente insidiosa: *indução* das *metas* é igual a *avanços*. Dito de outro modo, se as metas promovem avanços, atingi-las é um imperativo, de modo que tudo que as induza é, por seu turno, correto. No último trecho transcrito, o resultado da indução ("as ações induzidas") é tido como empiricamente ("têm se mostrado") *muito eficiente*, o que está longe de ser um consenso entre os sujeitos e setores que compõem a dita comunidade acadêmico-científica.

Outro aspecto importante é a menção a objetivos de modo genérico, não problematizado. Quais são os critérios adotados para eleger os PPGs ou programas de pesquisa *prioritários* e as *áreas estratégicas*[53] e há acordo sobre eles? A promoção do desenvolvimento e a garantia da soberania nacionais, como aparecem no VI PNPG (BRASIL, 2010), são algo objetivo ou fruto de decisões políticas questionáveis? Há consenso em torno do que é desenvolvimento nacional[54]? Que padrão é adotado, o da inovação, logo, o do mercado, conforme vimos? Como os recursos adicionais para reduzir as assimetrias serão distribuídos, sob quais critérios? Eles são justos? Que demandas da comunidade, das sociedades científicas e do empresariado serão atendidas? Todas? Supondo que não, pois há disputa em torno de projetos de sociedade e os recursos são escassos, como serão escolhidas as demandas mais relevantes? Haverá uma hierarquização, primeiro as da comunidade, depois as científicas e, por último, as empresariais? Enfim, muitas questões podem ser feitas à política indutiva, até mesmo se o modelo de avaliação praticado é capaz de fornecer subsídios para alcançar os objetivos citados.[55]

Vejamos outros pontos relevantes, os quais ampliam a análise crítica do princípio da indução estratégica. Um dos elementos fundamentais da política de desenvolvimento em vigor é o investimento diferencial (ou desigual), com destaque para as áreas tidas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do país:

> Sugere-se então [sic] que as agências públicas que fomentam a pós-graduação aumentem a oferta de cursos com foco em áreas estratégicas para o país e por consequência também aumentem o número de bolsas de mestrado e doutorado. Para atender a essa recomendação, os governos (federal e estaduais) necessitam garantir os recursos necessários para que seus órgãos oficiais de fomento possam ampliar a quantidade de bolsas de mestrado e doutorado concedidas (BRASIL, 2010, p. 280).

[53] Segundo o VI PNPG (BRASIL, 2010, p. 287-8), as áreas estratégicas são induzidas pelos seguintes programas: *Pró-Defesa*; *Nanobiotecnologia*; *TV Digital*; *Pró-Engenharias*.

[54] Sobre uma abordagem que analisa o VI PNPG à luz da economia global, incluindo alguns exemplos particulares, ver BARRETO, Francisco C. de S. e DOMINGUES, Ivan. O PNPG 2011-2020: os desafios do país e o sistema nacional de pós-graduação. **Educação em Revista**, v. 28, n. 3, p. 17-53, 2012.

[55] A política de avaliação pode responder a algumas delas, mas o modelo CAPES de avaliação é prenhe de pontos polêmicos. Como a avaliação será alvo de análise noutros capítulos, esse ponto ficará em suspenso por enquanto, sendo mencionado pontualmente.

Segundo o documento, "[...] nos últimos anos [sic] a agência introduziu diversos formatos e mecanismos de indução, como a indução de novos cursos e programas de pós-graduação. Por meio de editais[56], foram feitos investimentos prioritários em bolsas, custeio e capital" (BRASIL, 2010, p. 284). Um dos meios de realizar tais objetivos é o aporte diferenciado de recursos adicionais, como vimos. Esses recursos estão atrelados a um conjunto de seis medidas que compõem as *estratégias para melhoria do desempenho do sistema*, cuja ênfase está em: *Programas Estratégicos Específicos*; na *articulação harmônica entre agências de fomento federais* e destas com *agências estaduais* e o *Setor Empresarial*, na *participação efetiva dos fundos setoriais*[57]*na pós-graduação*; e na *definição de novas tipologias regionais para a pós-graduação*.

Diante da presença do setor produtivo (empresas) e do foco na inovação como eixos dessa estratégia, resta evidente a influência dos interesses de mercado na 'melhoria' da qualidade da pós-graduação, o que reforça, novamente, a inferência de que o princípio da indução estratégica faz parte de um plano governamental que

[56] Segundo o V PNPG (BRASIL, 2010, p. 286-7), "os editais lançados pela CAPES nos últimos anos, mais significativos para a indução em áreas do conhecimento [...]" são: *Ciências do Mar* (formação de recursos humanos; criação, fortalecimento e ampliação de PPGs; ampliação do conhecimento e da produção científica e tecnológica; promoção de intercâmbios; estímulo à inovação; apoio às iniciativas de treinamento de pessoal em no país e no exterior); *Pró-Comex* (promover pesquisas e formar recursos humanos voltados para comércio exterior e áreas afins); *Pró-Ensino na Saúde* (estimular a realização de projetos de pesquisa e apoio ao Ensino na Saúde); *Pró-Botânica* (apoiar projetos conjuntos de pesquisa, possibilitando a pesquisa interdisciplinar voltada para a caracterização de espécie botânicas e a criação de condições estimulantes à associação de projetos de pesquisa).

[57] De acordo com a Agência Brasileira de Inovação – FINEP, "os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, criados a partir de 1999, são instrumentos de financiamento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no País. Há 16 Fundos Setoriais, sendo 14 relativos a setores específicos e dois transversais. Destes, um é voltado à interação universidade-empresa (FVA – Fundo Verde-Amarelo), enquanto o outro é destinado a apoiar a melhoria da infra-estrutura de ICTs (Infra-estrutura). A criação dos Fundos Setoriais representa o estabelecimento de um novo padrão de financiamento para o setor, sendo um mecanismo inovador de estímulo ao fortalecimento do sistema de C&T nacional. Seu objetivo é garantir a estabilidade de recursos para a área e criar um novo modelo de gestão, com a participação de vários segmentos sociais, além de promover maior sinergia entre as universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo. O apoio da FINEP abrange todas as etapas e dimensões do ciclo de desenvolvimento científico e tecnológico: pesquisa básica, pesquisa aplicada, inovações e desenvolvimento de produtos, serviços e processos. A FINEP apoia, ainda, a incubação de empresas de base tecnológica, a implantação de parques tecnológicos, a estruturação e consolidação dos processos de pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em empresas já estabelecidas, e o desenvolvimento de mercados. Além disso, a partir de 2012 a FINEP também passou a oferecer apoio para a implementação de uma primeira unidade industrial e também incorporações, fusões e joint ventures (associação de empresas)". Disponível em: <http://www.finep.gov.br>. Acesso em: 05 nov. 2013.

adota os princípios econômicos atinentes ao livre mercado para atender às suas necessidades e aos seus interesses.

Por meio de financiamentos atrelados estrategicamente a editais com focos determinados (sobretudo, inovação e, por vezes, intimamente ligadas a interesses de setores industriais e empresariais específicos[58]), o que tem orientado a pesquisa acadêmico-científica no Brasil, já que esta depende de recursos financeiros, vê-se um claro enviesamento do que deve ser produzido em termos de conhecimento científico no país. Ou seja, o governo federal está induzindo a pós-graduação – pesquisadores e suas práticas de pesquisa – a seguir um novo modelo de gestão da Academia e da ciência e a atender os interesses do que podemos chamar de "a pá mais forte" do modelo de tríplice hélice adotado pelo VI PNPG, a saber, as empresas. Desse modo, se quisermos uma imagem, o desenvolvimento da pós-graduação pode estar (mais) inclinado para um lado, o que tem sido alvo de críticas.[59]

Não há dúvida de que a produção e circulação do conhecimento, que é um produto abstrato, dependam de suportes materiais (CAMARGO JR., 2010). Como a pesquisa depende de financiamento, algumas delas de grande monta, e como os recursos públicos são escassos (DE MEIS et al., 2003), não há aumento apenas da concorrência entre indivíduos ou grupos de pesquisa por dinheiro, mas também da

---

[58] Por exemplo, o edital recentemente publicado, em que há uma parceria entre a Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e o *grupo PSA Peugeout Citroën*, que, na notícia, a agência faz questão de ressaltar que é "a segunda marca de automóveis mais antiga do mundo". Disponível em: <http://www.faperj.br/boletim_interna.phtml?obj_id=9523>. Acesso em: 05 nov. 2013. Quanto a essa parceria, cabe questionar qual será a dimensão do item *"*Impactos (Impactos socioeconômicos da produção de biocombustíveis; Impactos ambientais sobre a produção de biocombustíveis*"*, o último a ser citado na reportagem, na medida em que, como destacam Carvalho Jr. et al. (2012), a indústria canavieira tem grandes impactos negativos sobre o meio ambiente e sobre a saúde dos trabalhadores, frutos da associação entre os modos de plantio, colheita e produção envolvidos, bem como da exploração do trabalho humano. No Edital (FAPERJ N.º 40/2013), os termos *saúde* e *trabalhador* não são citados, e o termo *ambiental* aparece apenas uma vez e de modo genérico. Disponível em: <http://www.faperj.br/interna.phtml?obj_id=9526>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[59] Embora seu teor não seja de uma radical crítica ao modelo de gestão da ciência aplicado no Brasil, cabe citar a Carta Aberta à FINEP assinada e divulgada pelos presidentes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Disponível em: <http://download.finep.gov.br/formulariosManuais/cartafinep.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013. Para acompanhar a querela, ver a resposta de Glauco Arbix, dirigente da FINEP, em que afirma que "a FINEP pensa igualmente nos setores acadêmico e empresarial". Disponível em: <http://www.finep.gov.br/imprensa/noticia.asp?noticia=a-finep-pensa-igualmente-nos-setores-academico-e-empresarial-diz-glauco-arbix>. Acesso em: 05 nov. 2013.

capilaridade da iniciativa privada, inclusive em pesquisas desenvolvidas em instituições públicas. Muitas das vezes, os grupos/instituições financiados pela iniciativa privada acabam, em contrapartida à subserviência estratégica aos determinantes do mercado, tornando-se os mais valorizados no mercado acadêmico-científico, virando 'ilhas de excelência' em meio à precariedade institucional universitária. Conforme destaca Frigotto (2011, p. 247),

> [...] especialmente a partir década de 1990, houve o deslocamento da Universidade concebida como instituição pública concebida como instituição pública ligada ao Estado republicano para o de organização *social vinculada ao mercado* [...] Universidade operacional, avaliada não mais em razão de sua função social e cultural de caráter universal, mas da particularidade das demandas do mercado, ou seja, centrada na *pedagogia dos resultados* e do produtivismo [...].

Com isso, pode se excogitar, os acadêmicos e cientistas perdem a função de intelectuais que refletem 'livremente' sobre dada questão ou tema, para atuarem como mão-de-obra epistêmica, cujos meios de produção e divulgação – recursos, tempo, espaço, etc. – estariam sendo progressivamente alienados. A lógica do financiamento de pesquisa pautada por editais, os quais estão, há muito, guiando a formulação de pesquisas, as quais se amoldam a eles para 'ganhar da concorrência', expressa muito bem isso (ANDES-SN, 2011). Por conseguinte, o conhecimento vai sendo direcionado pelo caminho que o governo ou outro patrocinador da pesquisa deseja.

Além da inserção do princípio da indução numa ordem política, por assim dizer, macro, há um aspecto bastante relevante, a saber, a *normalização da conduta dos sujeitos* operada. A indução de ações e posturas individuais soa problemática. Merece atenção crítica a adoção, pela CAPES, de algo a título de princípio, cujo objetivo é levar os sujeitos-pesquisadores – por vezes, intelectuais – a fazerem algo sem que, mandatoriamente, tenha partido de uma reflexão consciente e uma ação deliberada e crítica. Afinal, num sentido geral, induzir, coagir ou incentivar é, simplesmente, levar alguém (ou algo) a agir, funcionar ou pensar de dado modo (o objetivo da indução). O(s) agente(s) da indução, que é quem determina o objetivo, exerce(m) sobre o objeto da indução (uma pessoa ou algo) um poder de estímulo, incentivo, persuasão, constrangimento, manipulação ou coação. Induzir estrategicamente é, portanto, criar os melhores meios para alcançar o objetivo, sem que este tenha sido formulado ou aprovado por aqueles que o porão em prática.

Assim, tais sujeitos são convertidos em meios, além de serem constrangidos a assumir um modo de ser adaptado, já que a estratégia de indução trabalha com recompensas e prejuízos, ameaças e promessas.

Considerando uma das finalidades da política de indução – reduzir as assimetrias – pode-se questionar: os pesquisadores não tinham os meios necessários ou não tinham o interesse em promovê-la? Supondo que não tinham ou tenham o interesse – o que, a meu ver, seria digno de nota e preocupação, haja vista apontar uma problemática perspectiva, por assim dizer, de *ausência de uma consciência coletiva* – mais do que serem induzidos, não deveriam ser motivados a refletir e, no limite, entrar num processo de conscientização por meio de um debate eminentemente político, sempre aberto, no qual pensariam, conjuntamente, políticas de avaliação diagnóstica e medidas cooperativas de correção das distorções encontradas? Supondo que o problema seja acerca dos meios, pode-se pressupor que os PPGs tidos como menos qualificados seriam providos dos mesmos, através de um maior aporte de recursos (financeiros e 'humanos'), como é dito nos PNPGs.

Todavia, pergunto: como uma política que se baseia numa avaliação hierarquizadora e, pode-se dizer, punitiva (SGUISSARDI, 2006), por meio da qual os PPGs e os pesquisadores são inseridos numa lógica claramente concorrencial, sendo induzidos ou estimulados a agir de dado modo em busca acirrada pelos escassos recursos, pode promover, efetivamente, por um lado, a redução das assimetrias, e, por outro, não gerar efeitos colaterais bastante significativos? Acrescido o fato de que os PPGs das regiões que estariam no lado prejudicado dessa assimetria terem, em média, os piores conceitos na avaliação trienal da CAPES – e este é um dos critérios para desfavorecimento no tocante aos recursos (bolsas, por exemplo, tanto em quantidade quanto em modalidades), traço que é fundamental para essa lógica – como a assimetria seria indutivamente reduzida? Isto é, estamos diante de uma lógica, no mínimo, controversa, senão, contraditória.

O entendimento que defendo é de que o princípio de indução estratégica é um princípio instrumental (pragmático), e não normativo, que aposta na utilização instrumental de sujeitos, na indução e controle do seu comportamento, sujeitos que deveriam, pela sua condição como humanos e, também, de acadêmicos, ser estimulados a pensar livre e criticamente, recebendo as condições necessárias para isso, e não sendo coagidos a agir de dado modo, sob a ameaçada da penúria de recursos. Logo, tal princípio deve sofrer um cuidadoso exame crítico.

O fato de o comportamento humano ser suscetível a influências e a condicionamentos é condição de possibilidade do exercício do poder da indução. Quer dizer, pessoas só podem ser estrategicamente induzidas a agir ou pensar de dado modo, porque são influenciáveis e passíveis de condicionamento. Induzir, contudo, não significa, necessariamente, algo correto ou bom. Podemos induzir pessoas a agirem ou a pensarem de forma irrefletida, dócil, adaptada, mecânica e/ou antiética. Como se diz, podemos *induzir a erro*.[60] Dentre as áreas que se utilizam disso, destaco a economia, como veremos num capítulo adiante (capítulo 1.5) a propósito da análise do *princípio econômico dos incentivos*.

A título de exemplo e paralelo, Carvalho Jr. et al. (2012), num artigo em que relatam uma pesquisa de avaliação da qualidade de vida de cortadores de cana-de-açúcar, afirmam que o trabalhador pode executar um trabalho excessivo e deletério para o *estado geral de saúde*, especialmente quanto ao parâmetro *vitalidade*, haja vista os *incentivos da remuneração por produtividade*. Segundo os pesquisadores, "os resultados encontrados neste estudo sugerem que o sistema de remuneração por produtividade e a alta carga de trabalho são os responsáveis pela redução de vitalidade nessa população" (CARVALHO JR. et al., 2012, p. 1063).

Interessante notar, como veremos à frente, a propósito da análise da pressão por publicação exercida pela cientometria e bibliometria vigentes, que está ocorrendo algo bastante semelhante com os pesquisadores. Os incentivos prometidos pelas agências de regulação e fomento e interligados à produtividade parecem fazer com os pesquisadores aumentem a sua carga de trabalho, o que, nalguns casos, tem repercutido negativamente sobre a sua saúde (LOUZADA, 2005; ANDES-SN, 2011). Conforme também será sustentado, tais incentivos, que são alvos de forte crítica e/ou resultam em efeitos nocivos para os sujeitos e para a Academia e ciência, comprimem o horizonte de possibilidades dos sujeitos-pesquisadores, representando, por vezes, uma indução aos modos de ser adaptativos. Afinal, ou o pesquisador (e, por conseguinte, o PPG em que atua) investe em adaptar-se, gozando das benesses do sistema, ou assume o risco das punições previstas na normatização em vigor.

A indução estratégica, com uma pretensão de neutralidade normativa acerca dos seus fins, restringe-se aos meios, forjando uma aparência de *normalidade* ou

[60] Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v46n6/16.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

naturalidade, *de* ‘é assim mesmo’, o que pode, nalguns casos, levar a modos de ser mecânicos. Bianchetti (2006, p. 142), por exemplo, afirma que “[...] a política indutiva da CAPES acabou por impor-se, de modo que hoje os questionamentos estão arrefecendo, como se estivéssemos chegando a algum ‘consenso’ ou a um “período de ciência normal” (KUHN, 1982)”. Neto Machado (2006), por sua vez, aumenta o tom da crítica, defendendo que:

> nós, pesquisadores, também esquecemos a origem de algumas práticas acadêmicas, tais como o sentido radical, último, de um congresso, colóquio ou seminário, o sentido último e a razão de existir de um periódico, e vamos nos deixando domesticar, desenvolvendo novos *habitus* induzidos por pressões convincentes, irrecusáveis, mas em muitos aspectos funestas, pois destituídas de finalidade, e que nos subtraem o tempo de formular boas perguntas, necessárias para conduzir nossas práticas e pesquisas de maneira ética.

Mesmo assim, para alguns, esse princípio instaurou, inequivocamente, um (exclusivamente) positivo divisor de águas na ciência brasileira, especificamente na pós-graduação. Seus radicais apologetas são afeitos à constatação numérica. Aumento da quantidade de grupos de pesquisa, do número mestres e doutores, de artigos publicados (especialmente, em periódicos famosos) e de parcerias acadêmico-científicas (por exemplo, coautorias) são alguns dos seus recursos retóricos. E, mesmo que os números aduzidos aos seus textos não sejam estatisticamente representativos ou argumentativamente suficientes, é sobre eles que repousam suas afirmações.

Sobre isso, cabe citar Botomé (2011, p. 336): “[...] falácia, apresentada como argumento: “aqui é assim... você precisa entender isso e adaptar-se. O argumento de inércia (pelo uso prolongado) associa-se ao argumento de autoridade (aqui definida pela extensão – todos fazem assim)”, entendimento que aponta para a plausibilidade da tese de vigência de uma política da adaptação, o que, com o passar do tempo e, sobretudo, diante de um reforço sistemático pode chegar à mecanicidade, gerando a naturalização da mesma. E ele segue afirmando, pertinentemente, que “a discordância transformou-se em quase ofensa, a hegemonia [...] parece ser sagrada e não pode ser questionada ou alterada”, constrangendo os modos de ser livre daqueles que têm um pensamento e uma prática crítico-divergentes. Se o modo de ser livre pode ‘ofender’ os defensores do ‘argumento’ da inércia, os apostadores na hegemonia (fictícia, por vezes), é porque

está em curso uma política e um viés ideológico que promovem outros modos de ser no mundo.

Julgo, outrossim, pertinente o que Neto Machado (2006) afirma e, por fim, questiona:

> A formação intelectual, a formação humana, aquela que permitiria ao novo pesquisador discernir entre o fundamental e o fútil, entre a obediência mecânica às regras do jogo, na qual uma publicação tem um valor de troca apenas, e o trabalho intelectual, que gera benefício, que faz a diferença, que contribui para a melhoria da educação nacional, que fará parte dos seis escritos que vale a pena se ler, não está em questão, nem entra na avaliação porque é demasiado complexo e não pode ser medido com estatísticas. O que aconteceu com o nosso tempo de debate, de diálogo?

Kuenzer e Moraes (2005, p. 1345), com uma análise que contém elogios e críticas, defendem uma relativa positividade da indução causada pelos PNPGs, mesmo antes da adoção explícita do princípio citado. Segundo elas,

> a história mostrou que o I PNPG, além do mérito de reconhecer que a expansão da pós-graduação só seria exeqüível por uma política indutiva deliberada do Estado e de integrá-la ao sistema universitário, estabeleceu a centralidade da pós-graduação na formação docente.

As autoras seguem defendendo que há aspectos positivos na política científica que vem sendo praticada ao longo do último meio século no país, asseverando que

> foi fundamental a ação da CAPES nesse processo, da qual resultou uma efetiva expansão e institucionalização da pós-graduação. O financiamento para pós-graduandos por meio de bolsas de estudos, aliado ao PICD, assegurou a formação de um expressivo contingente de quadros, em particular para a docência na pós-graduação.

Seguindo um roteiro cronológico – iniciado antes do momento de implementação do princípio da indução estratégica – elas chamam a atenção, quanto ao II PNPG, para a ênfase na qualidade do ensino de graduação e pós-graduação, o que dependia da institucionalização e do aperfeiçoamento da avaliação existente, ainda que embrionariamente, desde 1976. Sobre isso, destaca-se a formação de comissões de especialistas para avaliar os cursos de pós-graduação, selecionar bolsas para o exterior, reconhecer cursos novos, apoiar cursos *lato sensu*, acordos internacionais, etc., o que, segundo elas, "[...] significou o

envolvimento direto da comunidade acadêmica no processo avaliativo, “a avaliação por pares” (MORAES, 2002)” (KUENZER; MORAES, 2005, p. 1346). Quanto ao III PNPG (1986-89), referem-se à relevância dada à pesquisa, que seria

> [...] conseqüência de sua vinculação ao I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República. O PND, traduzindo o espírito da época, determinava como meta a conquista da autonomia nacional. Nessas circunstâncias, caberia à pós-graduação formar o quantitativo de cientistas necessário para o país atingir plena capacitação científica e tecnológica, condição esta reconhecida como requisito para assegurar a independência econômica.

No entanto, ressaltam, a tradicional centralização da pós-graduação na docência não foi superada.

Foi, conforme as autoras, em meio às discussões para o desenvolvimento do IV PNPG, na década de 1990, que a CAPES formulou seu novo paradigma de avaliação. O novo modelo de avaliação, introduzido para o biênio 1996-7, sendo mantido o mesmo até a avaliação trienal de 2001-4, produziu os seguintes efeitos (KUENZER; MORAES, 2005, p. 1347):

> Introduziu-se a idéia de Programa, e não mais de cursos de mestrado e doutorado avaliados isoladamente; atenção especial voltou-se às linhas de pesquisa e à sua organicidade com as disciplinas, projetos e produtos de pesquisa, teses e dissertações; as linhas, e não mais as preferências docentes, passaram a definir: a) os percursos curriculares, organizados a partir da pesquisa, e não mais das disciplinas; b) os seminários de pesquisa e de dissertação; c) a definição dos orientadores já no início dos cursos; d) os objetos de investigação como determinantes do percurso curricular, agora flexibilizado.

Todavia reconheçam “[...] o caráter positivo da indução que postulou a centralidade da pesquisa na pós-graduação e o seu caráter de cientificidade”, Kuenzer e Moraes (2005) consideram que houve efeitos negativos que, para elas, podem ser resumidos em dois pontos principais: *a exacerbação quantitativista* e um *verdadeiro surto produtivista*. Ou seja, segundo as autoras, parte da política de indução praticada gerou aquilo que a presente Tese visa a analisar e criticar. Induzidos por determinada lógica ‘qualitativa’, os pesquisadores, conforme sustento ao longo da segunda parte deste texto, formulam, no campo micropolítico, suas estratégias de sobrevivência acadêmico-científica nem sempre normativamente justificáveis, ainda que sejam contextualmente compreensíveis, bem como posturas críticas e táticas de resistência. A pressão por publicação gerada pela imposição do

cumprimento de índices quantitativos de produtividade acadêmico-científica tem ensejado práticas produtivistas, aspectos e relações que serão analisadas nas duas últimas partes desta Tese.

Os aspectos positivos e negativos apontados pelos autores revelam traços importantes do ordenamento universitário, do seu *ethos*, da normatização política das práticas, indivíduos e instituições de pesquisa nacionais na atualidade – o que, em parte, reflete a política indutiva abordada – bem como das tensões judicativas e interpretativas em torno deles. Ao ser cotejada com outras perspectivas, minha abordagem inicial do princípio da indução estratégica é complementada. Ou seja, as críticas a como o princípio é apresentado no discurso oficial não deve significar que avanços possam ser identificados no decurso do tempo da vigência da política científica brasileira. Aliás, cabe observar, não tenho a pretensão de realizar uma avaliação diacrônica, isto é, comparando o *antes e o depois* da pós-graduação, mas executar uma análise crítica do que temos no tempo presente, destacadamente no tocante ao tema em tela.

Vejamos, então, na seção seguinte, algumas características específicas de um aspecto fundamental da política nacional, qual seja, o modelo de avaliação da pós-graduação em vigor. Após, veremos amostras da tensão existente na comunidade acadêmica acerca dela, ressaltando, por fim, os conceitos de Estado-avaliador e performatividade para entender em que lógica societária tal modelo se insere.

1.4 **A pós-graduação segundo a lógica performática do Estado-Avaliador: a avaliação como norma, a qualidade como discurso, a performance produtiva-quantitativa como meta**[61]

Um aspecto do arranjo educacional atual é fundamental: a avaliação por índices de produtividade e, pode-se acrescentar, de ‘qualidade’ e ‘excelência’. Tais termos compõem uma espécie de *mantra avaliativo-qualitativo* que tem sido entoado em praticamente todos os níveis educacionais.

[61] Associada à revisão de literatura, farei uma análise do VI PNPG 2011-2020.

Investimentos em avaliações institucionais não são algo recente, tampouco restrito à educação. Mas, pelo menos desde a década de 1990, a *cultura da avaliação* vem sendo fortemente intensificada no Brasil no que tange à educação. Consoante Silva (2013, p. 337),

> A difusão midiática de uma "cultura de avaliação" baseada em exames tem produzido reconhecimento público de sua importância e lhe imputado importantes responsabilidades no âmbito da qualificação da educação. A idéia prevalecente é que se realizando exames de proficiência como o Prova Brasil e de certificação como o ENEM se está fazendo avaliação e tornando público seu resultado se estará melhorando a qualidade da educação. É claro que a publicização pretende a responsabilização de profissionais da educação sediados nas escolas e também nas redes de ensino sem levar em consideração as diferentes condições objetivas de cada escola e rede de ensino. É como se a educação brasileira não tivesse uma história de descaso e se o acesso e a permanência já fossem garantidos a décadas ou séculos e os descuidados profissionais do setor tivessem que ser cobrados pelo mau desempenho dos/as alunos/as.

Na perspectiva desenvolvida por Afonso (2007), essa verdadeira *obsessão avaliativa* deve ser atribuída a uma nova ideologia emergente, a saber, da *nova direita*, uma reunião de valores e interesses neoliberais e neoconservadores, que investiu em reformas voltadas para uma *modernização conservadora*. É, para o autor, nesse contexto que surgem os *exames nacionais da educação*.

É *tempo de avaliação*, diria Schwartzman (1992), defendendo que ela nos tem livrado das citadas estagnação e acomodação. Sem negar, absolutamente, o fato de que até mesmo um mau modelo de avaliação pode atuar sobre alguns membros da Academia de modo positivo, retirando-os de uma confortável e indevida zona de ociosidade causada pela ausência de vigilância, controle e ajuizamento acerca da sua atividade de trabalho, é necessário compreendê-la também mais amplamente, para além dos efeitos pontuais e, por vezes, inesperados.

A avaliação é um tema polêmico por excelência. Avaliar, por exemplo, envolve juízos de valor sobre práticas, repercutindo, incontornavelmente, sobre os indivíduos, o que gera insatisfações, discordâncias e tensões. Nenhum modelo de avaliação que vise a dar conta de um grupo heterogêneo por meio de critérios gerais e comuns será tido como perfeito por todos os envolvidos, ou seja, como só produzindo bons efeitos (até porque o juízo de valor *bom* será sempre discutível), ou como sendo capaz de dar conta de todas as particularidades (objetivas e subjetivas). Assim, todo o debate em torno do sistema de avaliação praticado é bastante

previsível e compreensível, bem como o é a discordância que se vê entre os pesquisadores. Antes, porém, de revisar parte do debate, vejamos como o modelo de avaliação atual é definido e o que é proposto no mais recente PNPG.

Por meio de uma redação, no mínimo, de qualidade duvidosa (quase em formato de tópicos e com uso de expressões do tipo “tudo isso foi bom”), o PNPG 2011-2020, capítulo 5, intitulado *Sistema de avaliação da Pós-Graduação Brasileira*, logo, que é dedicado ao tema da avaliação, começa com uma afirmação largamente questionável: “O sistema de avaliação da CAPES é uma experiência bem sucedida, a despeito das imperfeições, e pode ser aperfeiçoado, ajustando-se às mudanças e necessidades do conjunto das áreas do conhecimento” (BRASIL, 2010, p. 125). Como veremos ao longo desta seção, bem como em outros pontos deste texto, há um forte dissenso acerca do ajuizamento de que o modelo ou sistema de avaliação é bem sucedido. Assim, de saída, vê-se, mais uma vez, no PNPG, a ocorrência da estratégia retórica de forjar um consenso sobre um tema acerca do qual há intensa discordância. Outro aspecto que deve ser ressaltado é a menção a que o aperfeiçoamento do modelo vigente ocorrerá de acordo com o ajuste às mudanças e necessidades do conjunto das áreas do conhecimento. Como veremos abaixo, alguns dos itens da proposta da CAPES para o modelo de avaliação sugerem o atendimento mais específico e, logo, diversificado, das demandas de cada área do conhecimento. Ora, como pode focalizar o conjunto das áreas, mas atender às particularidades de cada uma?

Retomando um trecho já citado, ainda na parte destinada aos *antecedentes*, ou seja, aos PNPG anteriores, leem-se as seguintes asseverações normativas (BRASIL, 2010, p. 36):

> a avaliação deveria ser baseada na qualidade e excelência dos resultados, na especificidade das áreas de conhecimento e no impacto dos resultados na comunidade acadêmica e empresarial e na sociedade. Os índices propostos até então davam ênfase à produtividade dos orientadores e à participação do aluno formado na produção científica e tecnológica dos laboratórios ou grupos que compõem a pós-graduação. Os índices reveriam refletir a relevância do conhecimento novo, sua importância no contexto social e o impacto da inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo.

O tom imperativo prossegue:

> A pós-graduação deveria ser aferida pela qualidade da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa que a compõem. O número de doutores titulados que saíram da iniciação científica diretamente para o doutorado deveria ser levado em conta na classificação dos centros de pós-graduação. *A interação da pós-graduação com o setor empresarial, para a especialização de funcionários de empresas através de cursos de mestrado, deveria ser valorizada, uma vez que indica uma maior inserção daquela na sociedade* (BRASIL, 2010, p. 36, grifo nosso).

Nos trechos destacados, pode-se inferir a continuidade entre o V e o VI PNPG. É, também, notória (no último destaque feito no segundo trecho citado) a subsunção (ao menos uma tentativa ideológica) da sociedade ao setor empresarial, chegando-se ao ponto de aferir uma maior inserção da pós-graduação na sociedade por meio de cursos de mestrado que aperfeiçoem funcionários de empresas.

De acordo com Silva (2013, p. 335),

> a avaliação vem sendo considerada como ação estratégica por vários setores da vida nacional. Essa preocupação com a avaliação parece vincular-se a um movimento geral pela melhoria da qualidade de produtos e processos de produção com a utilização de menos insumos, diminuição de custos e maximização de lucros.

O uso de termos tipicamente associados à economia de mercado – produtos, produção, insumos, custos, lucros – faz do trecho acima uma espécie de diapasão por meio do qual se pode aferir o tom do arranjo universitário em curso atualmente, mostrando como a avaliação da pós-graduação está afinada com os ditames da economia competitiva ou de mercado, traço fundamental do quadro desenhado anteriormente. Silva (2013, p. 336) segue na mesma sintonia, afirmando que:

> O modelo de avaliação implementado se fundamenta na lógica neoliberal tornando-a instrumento de regulamentação e controle do Estado sobre a educação por meio da legislação e da cobrança de sua observância quer no nível municipal, estadual ou federal. O Estado assume, então, para si a responsabilidade pela avaliação – Estado Avaliador – e publicização dos resultados difundindo a idéia de que assim se aperfeiçoa a democracia, pois oferece ao cidadão condições de escolha na prateleira onde se pode encontrar exposta a educação. Nesse sentido as principais características deste modelo de avaliação a fazem: “quantitativa, competitiva, produtivista, fragmentada, baseada em exames nacionais distanciados da realidade local e seguem as determinações de organismos multilaterais” (RIBEIRO, 2008, p. 1).

Para Leher (2004, p. 881),

> A partir dos anos de 1990, novas noções, imagens, temas e referências com pretensão conceitual compõem o léxico da educação superior: produtividade, qualidade, competitividade, flexibilidade, gestão e eficiência. O metro para aferir a qualidade deixa de ser um determinado "ethos" acadêmico, tomando emprestado um outro sistema de medida: o mercado. Assim, a aferição é feita a partir de noções como produtividade, eficiência, excelência, flexibilidade e *empreendedorismo*.

Com esse viés, no que tange aos critérios de avaliação, vejamos as sugestões presentes no VI PNPG (BRASIL, 2010, p. 36-8):

> • preservação do sistema nacional de avaliação de qualidade da pós-graduação brasileira, como um sistema de certificação e referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa;
> • manutenção da periodicidade das avaliações, assim como o sistema de aquisição de dados nos moldes DATA-CAPES;
> • consideração de impacto e relevância na fronteira do conhecimento ao avaliar-se a produção, aferindo-a por sua visibilidade (índice de impacto) e também por sua contribuição intrínseca ao conhecimento novo (índice de citação);
> • avaliação da produção tecnológica e seu impacto e relevância para o setor econômico, industrial e social; através de índices relacionados a novos processos e produtos, expressos por patentes depositadas e negociadas, por transferência de tecnologia e por novos processos de produção que poderão dar uma vantagem competitiva ao país;
> • incentivo à inovação através da adoção de novos indicadores, que estimassem o aumento do valor agregado de nossos produtos e a conquista competitiva de novos mercados no mundo globalizado. Um maior peso deveria ser dado a processos inovadores que refletiriam em maiores oportunidades de emprego e renda para a sociedade;
> • a avaliação de cada área deveria também ser expressa com indicadores relativos à sua expressão científica e social no contexto nacional e internacional;
> • fortalecimento das atuais atribuições dos órgãos superiores da CAPES, principalmente as referentes à avaliação, autorização de cursos novos e o seu recredenciamento, com vistas à manutenção do Sistema Nacional de Pós-Graduação;
> • identificação, por meio do processo de avaliação, das questões ou problemas relevantes para a orientação e indução da expansão e desenvolvimento da pós-graduação nacional;
> • indução da pós-graduação, mediante constante atualização dos indicadores empregados, de modo a orientar a formação de recursos humanos e a pesquisa na direção das fronteiras do conhecimento e das prioridades estratégicas do país;
> • diversificação do sistema de avaliação de forma a possibilitar a análise de diferentes modelos de pós-graduação;
> • introdução de processos de avaliação qualitativa dos produtos dos programas de doutorado e mestrado, incluindo na avaliação produtos até hoje subavaliados, como: os livros, nas áreas de Humanidades; patentes e tecnologias, nas áreas pertinentes e, em especial, no caso dos mestrados profissionais, o destino dos egressos;
> • maior transparência do sistema, que deveria ser mais amigável e completo, agregando-se a isso a recomendação de que, paulatinamente, se tornaria mandatório que os programas tivessem páginas web com conteúdos científicos como instrumento de difusão de conhecimento.

Em suma, a avaliação corrente articula-se em três eixos: (1) é feita por pares; (2) tem natureza meritocrática; (3) associa reconhecimento e fomento. Sendo assim, no que é pertinente ao tema da presente Tese, vê-se que o modelo de avaliação e aferição da 'qualidade' em vigor determina o acesso a alguns dos mais importantes meios estatais de financiamento da pesquisa acadêmica e científica, de tal modo que ajustar àquele é condição fundamental de gozar destes. Noutras palavras, sob a ameaça de não obter provimentos para a manutenção da condição de pesquisador(a), os indivíduos veem-se constrangidos a cumprir as normas e alcançar os índices de 'qualidade' preestabelecidos, criando uma *pressão por publicação*, como veremos no primeiro capítulo da segunda parte desta Tese.

Após uma menção à passagem do modelo alfabético (de A a E) para o modelo de escala numérica (1 a 7) no que diz respeito à conceituação dos PPGs, dado cuja relevância é questionável, afirma-se que (BRASIL, 2010, p. 125, grifo nosso): "A julgar pelos resultados alcançados, *tudo isso foi bom*, contribuindo para a constituição de um sistema sólido, exigente e respeitado, e ainda é para alguns segmentos e certas situações [...]".

Não está claro em nome de quem se está falando e sobre quais evidências a afirmação se sustenta. De todo modo, logo a seguir a essa espécie de loa, o VI PNPG 2011-2020 aborda *distorções e necessidades de ajuste*. Diante disso, cabe a questão: como um sistema tão bom, sólido, exigente e respeitado pode sofrer de tais problemas?

De acordo com o documento, até a década de 1990, a avaliação praticada pela CAPES combinou parâmetros acadêmicos (produção de livros e artigos, dissertações e teses de teor acadêmico, etc.) e critérios quantitativos. Como veremos ao longo desta Tese, a distinção acima é bastante questionável. O que é denominado de parâmetros acadêmicos não são exatamente parâmetros, mas objetos ou produtos. Tais produtos, que são os relatórios escritos das pesquisas acadêmico-científicas realizadas, são claramente avaliados por critérios quantitativos, numéricos. Assim, talvez seja indevido dizer que há parâmetros acadêmicos, de um lado, e critérios quantitativos, de outro.

Prosseguindo a abordagem da descrição provida pelo documento, é afirmado, de modo relativamente impreciso, que "nos últimos tempos outros [sic] parâmetros foram introduzidos, como a nucleação e a solidariedade, levando os Comitês a atentar para a capacidade (de) ou o interesse dos programas mais fortes em

cooperarem com e ajudarem os mais fracos" (BRASIL, 2010, p. 126). A menção a *outros parâmetros* sugere que eles não se enquadram nas tipologias acima (acadêmico e quantitativo). Além de tais parâmetros não serem tipificados, vê-se que a CAPES parte do entendimento de que há PPGs fortes e fracos, o que também não é definido no documento. O enfoque na solidariedade entre fortes e fracos, ou melhor, na capacidade dos PPGs que têm *grande impacto na área de conhecimento* de influenciar os desprovidos de tal poder, é capitalizado politicamente (BRASIL, 2010, p. 126):

> E isso, não apenas porque o índice de solidariedade social passou a frequentar a mesa dos consultores, como uma marca de um governo preocupado com o social; mas também, e sobretudo [sic], porque acarretou a introdução de um novo fator capaz de distinguir o perfil dos cursos, ocupando o topo do sistema: de um lado, aqueles cursos de vocação regional e mesmo de mestrado; de outro, aqueles de vocação nacional e de doutorado.

Além de não abordar os determinantes sociais, políticos e econômicos da força ou da fraqueza dos PPGs, tampouco a pertinência dos critérios adotados para classificá-los assim, a CAPES ainda parece querer naturalizar um perfil dos cursos, sua vocação, se quisermos, seus dons e talentos inatos.

Por fim, destaca-se a introdução do *Ranking Qualis*, um dos pontos mais controversos da lógica do modelo de avaliação em vigor, que será abordado na segunda parte desta Tese. Segundo o próprio documento, ele possui "[...] nível de confiabilidade e grau de impactação diversos, variando segundo as áreas de conhecimento, com mais lastro nas ciências naturais e certas áreas tecnológicas, e menos lastro nas ciências humanas e sociais" (BRASIL, 2010, p. 126).

A título de conclusão abrupta e largamente questionável, haja vista os dados apresentados não servirem de base para a inferência feita, lê-se que (BRASIL, 2010, p. 126):

> Tudo isso deu um perfil razoavelmente dinâmico e flexível ao sistema de avaliação, mostrando certa porosidade e maleabilidade do sistema, caracterizado pelo conservadorismo e a inércia comuns às grandes instituições públicas e corporações privadas. Tal é, portanto, a situação da chamada Pós-Graduação *stricto sensu*, de natureza acadêmica, voltada para a formação de professores e pesquisadores, com o doutorado no topo e o mestrado base.

A implausibilidade do trecho acima é patente. Unir instituições públicas e corporações privadas sob um mesmo rótulo de conservadorismo e inércia é empiricamente falso e teoricamente contestável. Afinal, numa economia de mercado competitiva, as empresas não podem assumir uma postura conservadora e inerte. Ademais, como penso já ter deixado evidente, o uso retórico do termo *flexível* é, por assim dizer, argumentativamente fajuto.

Destarte, para mim, a baixa qualidade do texto presente no documento faz com que reste inexitosa a frágil tentativa de explicar o modelo de avaliação da CAPES e, sobretudo, de invocar um caráter positivo dele.

Para sedimentar essa interpretação, bem como apontar o caráter, por assim dizer, quase esquizofrênico do texto, cito um longo trecho com o qual se encerra o confuso tópico “5.2 Distorções e necessidades de ajuste” (BRASIL, 2010, p. 127):

> É de se supor – sendo uma pós-graduação acadêmica e recobrindo áreas com culturas tão diversas, como as básicas, as tecnológicas e as humanas – que o sistema depois de quarenta anos já tivesse acomodado as diferenças e refinado parâmetros e critérios condizentes com sua realidade e necessidade. Mas não é bem isso o que ocorre e as distorções são de todo tipo. Historicamente, houve a hegemonia ou a predominância de critérios, culturas e procedimentos das ciências exatas e naturais, as quais migraram para outras áreas e funcionaram como uma camisa de força. No curso dos anos, o taylorismo intelectual e o imperativo do *publish* ou *perish* [sic] invadiram todas as áreas e isso refletiu na avaliação, com o predomínio da quantidade sobre a qualidade. Ademais, as áreas profissionais e aplicadas continuam sendo avaliadas a partir de parâmetros das áreas básicas e acadêmicas, prevalecendo o *paper* e o livro sobre as criações e os inventos. Por fim, a periodicidade da avaliação continua sendo excessivamente curta para as necessidades dos programas, que mal têm tempo para esperar pelos efeitos das mudanças implementadas e adensar as propostas e os resultados delas decorrentes.

A incongruência desse trecho com o restante é, presumo, evidente. O sistema “tudo isso foi bom”, “uma experiência exitosa”, algo “sólido”, etc. é, agora, avaliado de um modo bastante diferente, crítico, no limite, contraditório, reforçando o questionamento feito acima.

Inobstante o teor do texto, é importante citar o reconhecimento da agência acerca da necessidade de mudanças: “é necessário introduzir corretores de rota no conjunto, em atenção à sua complexidade, à sua maturidade e à sua dinâmica interna, com vistas ao plano decenal 2011-2020” (BRASIL, 2010, p. 127).

A proposta do VI PNPG para a avaliação divide-se em *princípios* e *recomendações*: “Os princípios que nortearão o sistema de avaliação da próxima

década são: a diversidade e a busca pelo contínuo aperfeiçoamento, que deverão ser observados pelos Comitês e as instâncias superiores" (BRASIL, 2010, p. 127). Como se pode identificar, os princípios norteadores adotados no VI PNPG não são muito precisos e, logo, claros. Afinal, como o princípio da diversidade será aplicado? Haverá critérios distintos para avaliar as diversas áreas ou os PPG especificamente? Por seu turno, *aperfeiçoar* é uma atitude que possui pretensões qualitativas discutíveis. No extremo, pode-se aperfeiçoar algo que, em si, pode ser normativamente incorreto (aperfeiçoar técnicas de tortura, por exemplo, tornando-as mais eficazes). Ou seja, os meios para alcançar um fim questionável ou nefasto podem ser aperfeiçoados, tornando o processo mais eficiente, o que agrava o quadro. Sem saber se a busca pelo aperfeiçoamento é dos meios e dos fins da avaliação, uma lacuna perigosa é aberta.

O trecho consecutivo ao que transcrevi é, no mínimo, surpreendente (BRASIL, 2010, p. 127): "O sistema de pós-graduação é constituído por um conjunto de universidades, com propostas e perfis diversos, tendo autonomia para criar ou fechar cursos, mas dependendo do financiamento da CAPES e do seu *Ranking*[62], que lhes atribui o selo de qualidade". Além de não parametrizar os princípios citados, há a inserção de outro conceito (autonomia) que é claramente confrontado com as prerrogativas da CAPES. E, ademais, soa, no mínimo, irônico, dizer que as universidades têm autonomia para abrir cursos de pós-graduação, mas que é a CAPES que os financia e atribui selo de qualidade – talvez, a expressão mais apropriada seja atribui reconhecimento jurídico e acadêmico, o que não tem, necessariamente, a ver com qualidade. Em suma, seguindo o supracitado teor do documento, a proposta do PNPG 2011-2020 inicia-se problemática.

Conquanto já esteja mais do que comprovada a preocupação com os interesses privados, cumpre-me observar que ela também é claramente identificada no modelo de avaliação proposto. Conforme o documento, deve-se responder a demandas e necessidades diferentes provenientes de um *conjunto de natureza diferente e complementar*, formado por universidades públicas e privadas, instituições com vocações acadêmicas e entidades "com menos vocação acadêmica e maior proximidade com o mercado e, por vezes, com o setor produtivo" (BRASIL,

[62] Segundo Sguissardi (2006, p. 70), "a comparação entre programas da área (*ranking*)" foi um dos pontos que avaliadores estrangeiros questionaram acerca do modelo CAPES de avaliação.

2010, p. 128). É cominatório ressalvar que as necessidades podem não ser apenas diferentes, mas conflituosas, concorrentes.

Noutro estampido crítico-reflexivo, há uma interessante argumentação que reforça a minha observação. Fazendo menção ao sociológico norte-americano Robert K. Merton e à sua definição de *ethos da ciência*, bem como ao modo como o físico britânico John Michael Ziman o codificou e expandiu por meio do acrônimo CUDOS[63], para, depois, contrapô-lo ao acrônico PLACE[64], referente ao *ethos da ciência industrial*, discute-se, ainda que brevemente, modelos concorrentes de ciência que possuem papéis sociais distintos e conflitantes, concluindo que (BRASIL, 2010, p. 130):

> Caberá então à comunidade e a todos nós decidir o que queremos, ao fim e ao cabo, pensando nas universidades humboldtianas e não-humboldianas: aprofundar a fratura do velho *éthos* da ciência e do intelectual, o CUDOS? Resistir ao império taylorista do *boss* do cientista empreendedor, o PLACE? Voltar ao que era ou moldar algo diferente, e mesmo diferente dos dois?

Inobstante, vejamos o que se diz noutro ponto do documento (BRASIL, 2010, p. 128):

> [...] num extremo, a necessidade de formar professores e pesquisadores voltados para o sistema de ensino e de pesquisa; noutro extremo, a necessidade de formar quadros e técnicos altamente especializados para os setores público e privado. Em consequência, será preciso criar mais de um sistema de avaliação e depurar diferentes critérios de teor acadêmico e não-acadêmico, ajustados para as diferentes situações e necessidades, como no mestrado profissional.

---

[63] "Dando-se certa liberdade, o físico cria o termo novo CUDOS, significando cada letra: Comunalismo (a pesquisa científica deve ser socialmente construída, conduzida no espaço público e com seus resultados publicizados), Universalismo (a ciência visa ao universal e não tem pátria), Desinteresse (a ciência tem valor intrínseco e está acima dos interesses particulares dos cientistas), Originalidade (a pesquisa científica deve ser marcada pela busca do conhecimento novo e da originalidade) e Ceticismo ("Organized skepticism", segundo Merton: as proposições da ciência devem ser acatadas com reservas e averiguadas o tempo todo, ao se submeterem ao crivo da experiência)" (BRASIL, 2010, p. 129).

[64] "Ziman (2000) coloca ao lado do CUDOS o acrônimo PLACE, que é o *éthos* industrial, significando cada letra: Propriedade (associada à privatização do conhecimento), Local (conhecimento voltado para o particular e o local, e não para o universal), Autoridade (fundado sobre a autoridade gerencial = *boss*), Comissionado (o conhecimento é *commissioned*: trata-se de um empreendimento visando resultados concretos e fins práticos, feito sob medida ou encomenda) e Especialista (assunto de *expert problem-solvers*, em vez de conduzir ao aprimoramento do indivíduo e à criatividade pessoal). [...]" (BRASIL, 2010, p. 130).

Sem naturalizar o papel da universidade, pergunto: uma formação instrumental, voltada para a capacitação para o mercado e para o setor produtivo, não acaba por furtar o educando de uma formação humana mais ampla e complexa, que, em tese, era uma função tipicamente universitária? Formar alguém para trabalhar, para atender as demandas contextuais e passageiras do mercado de trabalho, o que implica uma opção por uma formação mais técnica do que tradicionalmente universitária, para uma postura mais flexível do que crítica, não reduz o investimento em potencialidades ou capacidades intelectuais inerentes, por exemplo, à criticidade, à autonomia e à liberdade? No meu entendimento, sim.

Ainda que seja um ideal regulador, a educação, enquanto componente de uma formação humana ampla, deve buscar produzir nos sujeitos uma compreensão ampla e mediata, crítica e não-instrumental da vida, da sociedade, da economia, da política, etc. Destarte, a educação promoveria o modo de ser livre. Uma formação para preenchimento de vagas no mercado de trabalho parece-me inserir a educação numa outra perspectiva. Se eu estiver correto, o atendimento das demandas citadas, 'menos acadêmicas', pode encerrar a universidade numa lógica educacional instrumental, adaptativa, dependente, voltada para a formação de recursos humanos enquanto mão-de-obra tida como 'qualificada' (tecnicamente), mas intelectual e politicamente deficitária ou docilizada. Assim, o que está em jogo agonístico, sendo caso de decisão política, é(são) o(s) papel(éis) da universidade, da ciência, em que tipo de formação investir, que tipo de subjetividade produzir e, por conseguinte, que tipo de sociedade construir.

Embora não haja indícios de movimentos no sentido contrário da satisfação de demandas de mercado, como o próprio documento reconhece[65], de modo que o poder do mercado parece alastrar-se sobre quase todas as facetas da vida humana, no VI PNPG, há a prescrição de que uma multiplicidade de formações seja contemplada (BRASIL, 2010, p. 129):

> a Agência e os Comitês deverão ter em mente o tipo de profissional ou de pesquisador que se deseja formar, considerando-se a diversidade da sociedade do conhecimento e das suas demandas. Todas as áreas deverão ser mobilizadas de tempos em tempos e pôr na agenda a discussão acerca

[65] Retomando trecho já mencionado, cito: "[...] o *éthos* mertoniano, o *éthos* da ciência acadêmica, se encontram fraturados e em processo de dissolução, sendo substituídos mentalidade empresarial e taylorista (o cientista empreendedor) [...]" (BRASIL, 2010, p. 130).

> do *éthos* intelectual, pesquisador, técnico e cientista que as universidades têm a incumbência de formar. Mais de um caminho é possível.

Continuando o esforço de identificar e analisar traços do modelo de avaliação proposto, um aspecto apontado é que a peridiocidade da avaliação seja alongada nos casos de PPGs enquadrados nos conceitos 6 e 7, ao mesmo tempo em que ela seja menos alongada e amiudada para os outros cursos, intensificando seu monitoramento. Embora seja prematuro afirmar com absoluta certeza e alcance geral que os PPGs tidos como de excelência não devam ser monitorados intensamente só porque estão bem adaptados à égide *CAPES*iana, tal possibilidade não me parece poder ser radicalmente descartada.

Sem que haja a preocupação de traçar uma linha ou relação entre propostas, outra medida anunciada é que os pesquisadores passem a escolher quatro ou cinco produções que julguem melhores, submetendo-as à avaliação. Não fica claro se essa medida substituirá ou não o sistema de avaliação de produtos existente, tampouco qual a sua intenção. Além disso, é sabido que os pesquisadores não escolherão, com absoluta liberdade, segundo o seu próprio ajuizamento, as 'melhores' produções. Haja vista, conforme veremos na próxima parte da Tese, as produções terem o que chamarei de *valor de mercado acadêmico-científico* medido pelo sistema *Qualis Periódicos* da CAPES, presume-se que os pesquisadores não optarão por aqueles produtos em que sua personalidade, visão de mundo e/ou coisa afim estejam mais bem apresentados; artigos em que desenvolveram seus melhores argumentos; entre outros motivos de ordem subjetiva, mas sim aqueles enquadrados nos mais altos estratos, segundo aquele sistema. São os artigos publicados em periódicos A1 ou com alto Fator de Impacto[66] que tenderão, via de regra, a ser estrategica e adaptativamente selecionados.

Por fim, e, novamente, de forma abrupta, o documento conclui (BRASIL, 2010, p. 130-1):

---

[66] De acordo com Thomaz, Assad e Moreira (2011, p. 90), "Proposto por Eugene Garfield, em 1955, o Fator de Impacto (FI) começou a ser utilizado como instrumento de avaliação da qualidade das publicações a partir dos anos sessenta, tendo sido usado como critério de seleção dos periódicos a serem indexados pelo *Science Citation Index* (SCI). Desde então, o FI firmou-se como meio de avaliação dos periódicos nas mais variadas instâncias. É calculado anualmente pelo *Institute for Scientific Information/Thompson Scientific Reuters* para as revistas indexadas em sua base de dados e é publicado pelo *Journal Citations Reports* (JCR)." Se X é o número de vezes que os itens citáveis (usualmente, artigos, ensaios, notas, resenhas) de um periódico foram citados em dado período (2010/2011) em revistas indexadas pelo ISI; e se Y é o número total destes itens publicados no mesmo período; o FI do periódico no ano subsequente (2012) é igual a X/Y.

> Feitas essas observações e estabelecidos esses princípios gerais, recomendamos as seguintes diretrizes:
> 1 - Avavaliação dos cursos 6 e 7 será realizada em intervalo maior de tempo, ficando os demais submetidos à periodicidade trienal, com monitoramento mais frequente, visando aferir a aproximação ou distanciamento dos indicadores exigidos para a melhoria de conceito.
> 2 – A CAPES deverá adotar, como um dos parâmetros de avaliação, a comparação com programas internacionais considerados de referência, sem qualquer cota previamente estabelecida para a classificação de programas nos níveis de excelência: este expediente se aplicará aos cursos 5, 6 e 7.
> 3 - O envolvimento econômico e social do país deverá conduzir à formação, *cada vez mais numerosa*, de pós-graduados voltados para atividades extra-acadêmicas.[67] Isso envolve a incorporação, no processo de avaliação, de parâmetros que não sejam exclusivamente os das áreas básicas e acadêmicas.
> 4 - A avaliação de programas poderá lançar mão de critérios que contemplem assimetrias, especialmente no caso de mestrados localizados em regiões em estado de desenvolvimento ainda incipiente.
> 5 – A avaliação dos programas de mestrado deverá apontar se, de fato, o programa em questão é acadêmico ou profissional; isso porque a rapidez da evolução e a abundância de mudanças, dentro de todas as áreas do conhecimento, podem induzir a repensarem-se as finalidades dos programas. Tal ponderação conduz a concluir-se que os mestrados profissionais não devem ser considerados, nem concebidos, como formação aquém da dos mestrados acadêmicos e devem ser avaliados com a ajuda de parâmetros específicos e apoiados dentro do sistema de bolsas.
> 6 - A avaliação dos programas de natureza aplicada deverá incorporar parâmetros que incentivem a formação de parcerias com o setor extra-acadêmico, visando à de tecnologia e à formação, de dato, de profissionais voltados para o setor empresarial: esta diretriz leva à ponderação de outros itens para além de artigos e livros, bem como ao reconhecimento de teses e dissertações ajustadas às suas demandas e necessidades.

Diante dos seis pontos, não restam dúvidas de qual é a opção expressa no VI PNPG. Como uma espécie de resposta ao que é interrogativamente enunciado no documento, há uma clara tentativa de conciliar as demandas dos dois *ethos científicos* supracitados, com considerável destaque para o *industrial*, já que ele é contemplado em três das seis recomendações. A adução de elementos e parcerias *extra-acadêmicos*, com foco no setor empresarial, ao modelo/sistema de avaliação da pós-graduação comprova essa interpretação.

Em busca de uma análise teórica do que foi apresentado, recorro a autores que têm pensado o papel da avaliação e o sistema adotado no Brasil.

Segundo Dias Sobrinho (2004), as práticas de avaliação são fundamentais para a compreensão das transformações da educação superior. Para ele,

[67] Segundo o VI PNPG, dentre os objetivos da pós-graduação entre os anos de 2005 e 2010, já estava a formação de quadros para mercados não acadêmicos.

> A avaliação da educação superior ultrapassa amplamente os âmbitos mais restritos do objeto a que se dirige. Seus efeitos atingem não só o sistema de educação superior como também têm impactos sobre toda a sociedade. A avaliação instrumentaliza as reformas educacionais, produzindo mudanças nos currículos, na gestão, nas estruturas de poder, nas configurações gerais do sistema educativo, nas concepções e prioridades da pesquisa, nas noções de responsabilidade social, enfim, tem a ver com as transformações desejadas não somente para a educação superior propriamente dita, mas para a sociedade que se quer consolidar ou construir (DIAS SOBRINHO, 2004, p. 706).

Uma aura de neutralidade (político-ideológica) e objetividade-imparcialidade (acadêmico-científica) é criada em torno da avaliação, o que pode contribuir para a sua legitimação social num contexto em que vige o império numérico e um concomitante menoscabamento do discurso argumentativo. Sguissardi (2006) contesta o 'trunfo' do modelo CAPES de avaliação, chamando a atenção para os perigos inerentes a uma avaliação que toma números e a objetividade como suas bases absolutas.

Critérios de 'qualidade' aplicados igualmente a todos os indivíduos, instituições e áreas do conhecimento, desconsiderando suas particularidades, dando origem a índices de produtividade que são questionavel e, no meu entendimento, indevidamente associados a conceitos com forte apelo normativo (responsabilidade, acreditação, prestação de contas, eficiência no uso dos recursos públicos, etc.), forjam uma retórica bastante sedutora para alguns, ainda que seja claramente insidiosa, haja vista os elementos que constituem aquela aura estarem devida e fartamente demonstrados como uma ficção (SGUISSARDI, 2006). Além dos problemas da aplicação dos mesmos critérios a áreas distintas, há, também, as distorções geradas pela aplicação diferencial de critérios (não provenientes da CAPES, mas diretamente atrelados à sua avaliação) que deveriam ser isonômicos, o que cria obscuridades, favorecimentos e prejuízos, conforme veremos, em detalhes, na segunda parte desta Tese.

Afonso (2012, p. 472) argumenta que a avaliação praticada pelo governo brasileiro tem, obviamente, um viés político-ideológico:

> [...] uma forma hierárquico-burocrática ou tecnocrática e gerencialista de *prestação de contas* que, pelo menos implicitamente, contém e dá ênfase a consequências ou imputações negativas e estigmatizantes, as quais, não raras vezes, consubstanciam formas autoritárias de responsabilização das instituições, organizações e indivíduos.

Para Afonso (2012, p. 472):

> A referência frequente à necessidade de implementação de certas formas de *accountability* transformou-se numa panaceia (ou mesmo num fetiche) pelo facto de a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização serem, supostamente, capazes de, por si sós, satisfazer as expetativas de grupos e setores sociais aparentemente desejosos de resolver os défices e problemas de qualidade da educação pública. Em muitas situações, abstraída do contexto de retração profunda do Estado e do recuo dos direitos sociais, económicos e culturais, esta qualidade– que em vez de ser uma "qualidade negociada" (ver, por exemplo, Freitas, 2005, 2007), é, ao invés, assumida como axiologicamente neutra, despolitizada em termos de princípios e fins educacionais e humanos, e nunca definida na sua complexidade institucional ou organizacional (Sá, 2008; Esteban & Afonso, 2010) –, traduz-se, no senso comum, de forma redutoramente naturalizada, ao mesmo tempo em que a educação (enquanto bem público) continua a ser ressignificada e redimensionada, no embate com orientações e políticas concretas do conservadorismo neoliberal – o qual, aliás, transformou-se nas últimas décadas numa espécie de vírus (Amin, 2005) que se espalha para além das fronteiras nacionais dos países que o criaram ou fizeram emergir.

Segundo Botomé (2011, p. 336),

> A avaliação do trabalho alheio está disseminada na Universidade de acordo com isso e é o que lhe dá uma aparência de "naturalidade": "é assim!". Como se a universidade houvesse retornado há alguns séculos antes de Cristo e fosse adequado considerar que a "essência dos processos", independentemente de como ela foi construída (ou, na metáfora usual, "adquirida"), lhe desse propriedades transcendentais que não possibilitam questionamento, indagação, dúvida ou até discordância ou, no extremo, reclamação e indignação.

Embora avaliações façam parte do ritmo e dos ritos escolares (DIAS SOBRINHO, 2004), de modo que, em tese, elas deveriam ser familiares ao âmbito universitário, o *conteúdo*, o *modo* e os *objetivos* da avaliação podem ser bastante diversos, configurando caso de bastante divergência. Para Dias Sobrinho (2004, p. 707), "[...] a avaliação nem sempre é aplicada com função pedagógica, formativa e, portanto, de emancipação pessoal e social. Muito comumente, ela tem exercido funções de controle, seleção social, restrições à autonomia".

Braga (2013) sublinha um dos pontos mais recorrentemente ressaltados pelos críticos do sistema de avaliação corrente: a mesma instituição – CAPES – é responsável por regular, avaliar e fomentar a pesquisa, conforme se pode depreender dos três eixos que a caracterizam. Assim, a CAPES torna-se soberana, atuando, segundo as regras que ela mesma institui, no reconhecimento, na

avaliação, na hierarquização e no financiamento da pós-graduação. Assim, a quem os PPGs podem recorrer, caso discordem dos critérios adotados ou dos resultados desses complexos processos, se não à própria responsável pela política de avaliação?

De acordo com Almeida Junior e Catani (2009, p. 562), “políticas de acreditação e de avaliação referem-se ao conjunto de propostas (intenções) e ações (prática) de Estado e de Governo destinadas, respectivamente, a dar fé pública e a valorar as instituições de educação superior e os seus programas e cursos”. Quer dizer, toda forma de prover reconhecimento, avaliar e aperfeiçoar a universidade tem intenções politicamente comprometidas com uma visão de mundo na qual as IES têm dada(s) função(ões), um entendimento obviamente passível de discordância e crítica politicamente comprometidas num outro sentido.

Trevisan, Devechi e Dias (2013), num artigo cujo subtítulo (*Quanta verdade é suportável?*) anuncia o tom da abordagem, apontam a antiguidade das discórdias em torno do sistema de avaliação praticado no Brasil, especificamente o dos PPGs realizado pela CAPES. Segundo eles, desde a sua origem (1976-1977), discussões em torno da validade dos critérios utilizados e dos seus objetivos têm sido travadas. Na área da Educação, afirmam, “é expressiva a insatisfação quando os professores são requeridos a atender aos critérios exigidos para alcançarem o conceito de excelência nos programas e, assim, se manterem credenciados” (TREVISAN; DEVECHI; DIAS, 2013, p. 374).

Gatti et al. (2003) relatam o resultado de uma importante iniciativa de pesquisadores da área da educação para avaliar o modelo CAPES de avaliação. Segundo eles, uma comissão foi formada a partir da decisão tomada pela Assembleia Geral durante a 21ª Reunião Anual da ANPEd, a fim de: “a) analisar o modelo utilizado na última avaliação; b) sugerir alternativas, tendo em vista a superação do modelo atual; c) estabelecer um cronograma de discussão que, passando pelos programas, culmine na 22ª Reunião Anual” (GATTI et al., 2003, p. 137). No documento, infiro que é apontada uma necessidade, por assim dizer, genérica de discutir o modelo de avaliação e de ampliar a participação dos pesquisadores, dando-lhe ‘mais voz’ e autonomia. Dentre as variadas e importantes considerações específicas feitas, destaco:

(1) a necessidade de uma avaliação com caráter diagnóstico e formativo, de apoio e incentivo, sem um caráter punitivo e hierarquizador; a proposta é que um PPG deficiente seja ajudado (pela CAPES, por outras agências de fomente e/ou por PPGs consolidados) a melhorar, não sendo descredenciado, embora possa ser impedido de receber novos alunos em um período determinado (tido como de *reestruturação*);

(2) a necessidade de flexibilização do sistema de avaliação, respeitando as especificidades dos programas[68], na medida em que se considera que não é mandatório que as áreas sejam avaliadas conforme os mesmos critérios. É proposto que haja revisões periódicas dos quesitos e itens da avaliação, bem como a inserção de uma lógica alternativa ("ou... ou"), e não aditiva ("e... e"), respeitando as citadas especificidades;

(3) a necessidade de descentralização do processo, estabelecendo comitês regionais de avaliação;

(4) a necessidade de uma avaliação diferenciada, pois cursos consolidados, em reestruturação e novos não poderiam ter o mesmo tratamento[69];

(5) a necessidade de pensar sobre a possibilidade de (re)organizar a sistemática da avaliação, na medida em que não haveria justificativa para que todas as áreas do conhecimento e todos os cursos de uma mesma área fossem avaliados ao mesmo tempo[70];

---

[68] Segundo Gatti et al. (2003, p. 139): "Contemplar a história do programa numa escala temporal de no mínimo cinco anos; incorporando os dados de auto-avaliação do programa; aproveitar melhor os "itens abertos" da ficha de avaliação e agregar novos componentes que podem ser revistos ano a ano, são algumas das possibilidades".

[69] Segundo Gatti et al. (2003, p. 139): "Os cursos consolidados devem ter seus pontos fortes reforçados e ser estimulados a oferecer apoio e assessoria aos cursos em reestruturação, tendo como contrapartida institucional espaço formal para contabilizar esse apoio no ColetaCAPES. Os cursos em reestruturação devem receber atenção especial e indicações muito claras sobre seus avanços e dificuldades, para que possam tomar as medidas necessárias. Os cursos novos, por sua vez, devem ser analisados dentro da política de expansão da área, supondo-se debatidos com a comunidade os critérios a serem utilizados na recomendação de sua proposta. A transparência de critérios evitará situações de constrangimentos para esses programas e comparações com outros programas, às vezes totalmente improcedentes".

[70] Segundo Gatti et al. (2003, p. 140): "Pode-se planejar ciclos específicos de avaliação, por área. E, dentro de uma área, programas que tenham evidenciado problemas ou que tenham desenvolvido projetos de recuperação poderiam requerer uma avaliação no intervalo de um ciclo, visando alterar seu "conceito" ou "nota". Essa seria uma forma concreta de se evitar manter situações de injustiça

– por exemplo, no caso de um programa, quando avaliado, já ter superado uma situação de crise vivida no período anterior e ser obrigado a carregar por vários anos um "conceito" ou "nota" que

(6) a necessidade de avaliar o processo educacional-formativo inerente à pós-graduação, e não medir e pesar os seus produtos. Nesse sentido, a *autoavaliação* baseada na contextualização, historicidade e representação da proposta, dos autores e atores de um PPG, bem como a sua contribuição social – critérios que deverão ser especificados[71] – são tidas como fundamentais;

(7) a necessidade de refletir-se sobre a escala (1 a 7) utilizada pela CAPES para hierarquizar os PPGs, porquanto os 'valores' adquirem *vida própria e mitificada*, servindo como um rótulo simplificador ('de qualidade', para alguns; e de falta dela, para outros), além de impreciso e com parâmetros questionáveis[72] – que, nos meus termos, cria uma estereotipia (des)qualificadora – critério valorizado na concessão ou negação de financiamentos. Os autores propõem o desenvolvimento de outro tipo de escala, que, conquanto preserve o escalonamento de 1 a 7, torná-la-ia mais complexa, clara e precisa[73];

---

retrata um passado. Seria também a forma mais fácil de superar a indevida exploração feita pela imprensa – cursos "aprovados" e cursos "reprovados"".

[71] Para Gatti et al. (2003, p. 140): "É preciso definir os indicadores dessa contribuição, no caso da educação: formação de quadros para o ensino superior; formação de quadros para a gestão de instituições públicas e movimentos sociais; vinculação com a rede pública de ensino fundamental e médio; outras atuações significativas de extensão universitária etc. Também devem ser considerados: participação em conselhos de educação e cultura nacionais, estaduais e municipais; participação em comitês e associações científicas; assessoria a escolas, redes de ensino e movimentos sociais e sindicais. Em particular, se o programa colaborou na organização de outros programas de pós-graduação e se se constituiu em referência para outros centros de pesquisa, nacionais e internacionais. Informações precisas sobre o destino dos egressos também são fundamentais".

[72] Gatti et al. (2003, p. 140-1) questionam: "A pontuação proposta, de 1 a 7, realmente pode ser considerada uma escala, no sentido em que esta é conceituada teoricamente em avaliação? Os conceitos relativos ao que cada ponto significa estão claramente formulados? A distância entre os pontos atende ao critério de "distância igual" ou "proporcional", necessário à definição de uma escala consistente? Foram definidos critérios explícitos de compatibilização entre as áreas e, dentro dessas, entre as subáreas? Se isso não foi feito, as comparações e a classificação dela decorrente não são problemáticas, escondendo vieses graves e encobrindo subjetividades e preconceitos nunca totalmente evitados?".

[73] "A comissão considerou interessante a proposta de ser criada uma escala complexa que procuraria superar alguns dos problemas acima apontados. Essa escala, mesmo mantendo o intervalo de 1 a 7, compreenderia descrições em cada posição, possibilitando uma visão clara de cada ponto. Dessa forma, o resultado de avaliação dos programas seria uma síntese do diagnóstico realizado – mesmo que descrita numericamente – e traçaria um perfil do desempenho em cada quesito. [...]a apresentação do modelo de avaliação com a descrição de sua matriz de indicadores poderia apresentar os seguintes elementos: a) identificação do indicador; b) descrição do que é, o que pretende refletir, os limites e possibilidades da medida; c) associações previstas com os indicadores; d) critérios ou perspectivas em termos do alcance esperado; e) fontes de coleta a

(8) a necessidade de estabelecer em que consiste a produção de um PPG, considerando uma série de possíveis componentes[74], bem como, em segundo lugar, quais veículos de publicação devem ser priorizados, considerando que "[...] a publicação em periódicos internacionais não tem, na área de educação, o mesmo significado que tem para outras áreas [...]" (GATTI et al., 2003, p. 142)? Sobre os periódicos, os autores sustentam que, dado o grande volume, há a necessidade de uma *lista classificatória* criada a partir de alguns parâmetros (por exemplo, circulação e efetiva utilização). Especificamente quanto à produção discente, além das modalidades mais fortemente requeridas dos docentes (publicação de artigos, livros, capítulos em coautoria ou não, e apresentação de trabalhos em congressos nacionais e internacionais), defende-se que "[...] devem ser consideradas outras formas de produção discente, como participação em seminários e encontros científicos, envolvimento em projetos integrados de pesquisa, experiência em docência supervisionada. O esforço de um programa em viabilizar essa participação também deve ser ponderado positivamente" (GATTI et al., 2003, p. 142). Sobre esse ponto, que me interessa particularmente, observo que a proposta, inobstante um breve comentário mais indagativo do que propositivo[75], soa, por assim dizer, 'pouco crítica' ao sistema em vigor, no limite, quase conservadora do que já existe. Como veremos à frente, a lista classificatória oficial – o *Sistema Qualis* – por exemplo, está baseada em critérios 'qualitativos' bastante questionáveis e dá origem a alguns dos mais relevantes

---

serem privilegiadas ou os procedimentos de cálculo; f) pontos de variabilidade possíveis de serem atribuídos" (GATTI et al., 2003, p. 141).

[74] "[...] o papel do livro didático e a cada vez mais freqüente preparação de vídeos instrucionais; da divulgação das publicações por via eletrônica; e o lugar dos pareceres solicitados pelas agências de financiamento e dos relatórios das visitas realizadas por indicação da CAPES; da promoção de eventos científicos; da participação em comitês e associações científicas. É preciso que haja uma melhor especificação e diferenciação entre os diversos tipos de produção de um programa, em especial entre produção científica, acadêmica, técnica e artística" (GATTI et al., 2003, p. 142).

[75] "Por outro lado, sabemos que o tempo de maturação de um trabalho acadêmico e, principalmente, científico, na área de filosofia, ciências sociais e humanas é maior que em outras áreas. Conhecemos também a dificuldade de publicar artigos e ensaios em revistas de peso – o que de certa forma explica a emergência das revistas locais. Como ponderar tais fatos? Por que a área não toma em suas mãos, através da ANPEd e com o apoio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a tarefa de realizar um levantamento e manter um cadastro atualizado dos periódicos da área e uma análise séria de suas condições de produção, circulação e utilização?" (GATTI et al., 2003, p. 143).

> problemáticos efeitos da cientometria a bibliometria vigentes. Ademais, não é feito qualquer comentário sobre a lógica de demanda por produtividade que enseja o aforismo *publicar ou perecer*, o que é digno de nota, haja vista a pressão por publicação ser um dos pontos mais criticados pelas comunidades acadêmico-científicas.

A conclusão do documento é, portanto, que outro modelo de avaliação seja necessário (GATTI et al., 2003, p. 144), pois

> [...] é preciso refletir com maior profundidade sobre os fundamentos políticos do modelo atualmente vigente, seus objetivos e impacto à luz das variadas e variáveis necessidades nacionais, verificando se seus contornos são os mais adequados para esse momento que o país atravessa, ou se é necessário alterar pressupostos e processos.

Para Nosella (2010), as críticas à forma de avaliar da CAPES têm se avolumado diariamente. Isso se deve, ao menos em parte, porque as propostas que vêm sendo feitas pelas diversas áreas não têm repercutido decisivamente no âmbito CAPESiano. Em 2008, na Assembleia final da 30ª Reunião Anual da ANPEd, foi aprovada a criação de uma (nova) comissão para avaliar a avaliação da CAPES, afirma o educador. Mas, segundo ele, "infelizmente, nem sei por quê, essa moção se perdeu no nada. Sequer lhe foi dada ampla divulgação", reiterando, contudo, que "o fato é que existe e alastra-se cada vez mais, no conjunto dos docentes e discentes, forte descontentamento com a forma como se avaliam os programas e suas produções" (NOSELLA, 2010, p. 181). Corroborando a afirmação anterior acerca da importância da avaliação e de que não há, entre os pesquisadores, uma implausível absoluta aversão a ela, Nosella defende que o ponto não é a existência de avaliação, mas sim os pressupostos e procedimentos do modelo vigente. Para ele (NOSELLA, 2010, p. 182),

> [...] não é pela forma burocrática, determinada por regras e normas estabelecidas *a priori*, que se distinguem e qualificam as produções culturais, pois há produções, coletivas ou individuais, pequenas ou grandes, tradicionais ou originais, rápidas ou demoradas, precedidas por longos momentos de solitude ou realizadas em solenes eventos e congressos ou ainda em pequenos colóquios científicos etc., que podem ser relevantes culturalmente ou insignificantes, no sentido de contribuir para humanizar a sociedade e a natureza. [...] É ilusão pensar que os instrumentos tecnológicos dispensem a proximidade e a interlocução humana direta,

> presencial; é ilusão pensar que um único escritório central em Brasília possa avaliar as pesquisas no sentido exposto.

Segundo Kuenzer e Moraes (2005, p. 1347), "[...] a exacerbação quantitativista que, como de resto ocorre com os modelos econométricos, só avalia o que pode ser mensurado". O discurso da qualidade presente nos documentos, como apontam as autoras, não se mostra factível, na medida em que (KUENZER; MORAES, 2005, p. 1348):

> [...] a qualidade da produção – o verdadeiramente relevante – dificilmente pode ser mensurada, porquanto ainda não se descobriu uma fórmula razoável e rápida para avaliar a qualidade em termos do impacto social e científico dos produtos na qualidade de vida, na democratização social e econômica, na preservação do ambiente e assim por diante. A avaliação qualitativa reclamaria, também, a leitura de artigos e livros, além de teses e dissertações. Considerando que a área de Educação elenca hoje 73 Programas (recomendados pela CAPES), pode-se inferir a dimensão do problema. Por conseguinte, o modelo ganha dimensões formais que nem sempre expressam a realidade dos Programas.

À frente, no início da segunda parte desta Tese, veremos como, de fato, a qualidade dos PPGs é aferida e em que consiste a avaliação praticada pela CAPES. Na oportunidade, os documentos analisados serão os *Documentos de Área*, já que é neles que estão descritos os critérios que formam a métrica em vigor. Mas cabe adiantar que a qualidade ainda será um problema, uma espécie de *pedra de tropeço* (VILAÇA; PALMA, 2013), na medida em que os critérios de 'qualidade' parecem, mais propriamente, de cunho tipicamente quantitativo. Nesse sentido, reporto-me a Sguissardi (2006, p. 71, grifos do autor) novamente, na medida em que a comissão que avaliou o modelo CAPES de avaliação, dentre outros pontos, questionou:

> o número excessivo de indicadores quantitativos, que levam à redundância ou à desconsideração**, e a falta de indicadores de natureza mais qualitativa:**
> É recomendável analisar a conveniência de diminuir a quantidade de dados submetidos às comissões avaliadoras. Talvez não seja necessário fornecer tantos indicadores quantitativos para uma **avaliação que deve ser essencialmente qualitativa**, e restringi-los aos realmente úteis, que variam de uma comissão a outra. (SPAGNOLO; CALHAU, 2002, p. 14; grifos nossos); A grande quantidade de informação que se solicita e se obtém **está principalmente destinada a obter respostas quantitativas (índices, média, tabelas etc.)** aplicáveis a disciplinas diversas e estabelecem a base comum para uma parte da avaliação. **Não se percebe similar preocupação para aspectos qualitativos não reduzíveis a termos numéricos ou estatísticos.** É precisamente nestes aspectos qualitativos que se encontram as especificidades de cada disciplina, aquilo que pode

> distinguí-las de outras e que dificilmente pode ser reduzido a critérios comuns. (SPAGNOLO; CALHAU, 2002, p. 14; grifos nossos).

Conforme Trevisan, Devechi e Dias (2013), há duas grandes linhas de pensamento sobre a modalidade de avaliação da pós-graduação em vigor. Uma entende que a apreciação quantitativa é a melhor maneira de garantir a qualidade, especialmente tendo em vista a *exigência da nova perspectiva econômica*, isto é, de "[...] integração do ensino de pós-graduação com o setor empresarial e a sociedade".[76] A outra, no sentido oposto, acredita que uma avaliação quantitativa não garante a qualidade, além de gerar problemas, como "[...] o controle e o engessamento da política dos programas com poder de delimitar os temas de pesquisa, o número de publicações, a classificação das revistas, etc." (TREVISAN; DEVECHI; DIAS, 2013, p. 375). Para os autores, o que dá o tom do debate é a polêmica *quantidade versus qualidade*, o que é tido como a *mais antiga das controvérsias contemporâneas*.

Embora seja fundamental um esforço de matizar esses dualismos, evitando uma inferência sugestionada de que há alguns que defendem uma avaliação meramente pela quantidade, sem critérios de qualidade (questionáveis, sim, mas existentes), o panorama traçado pelos autores aponta traços gerais das tensões presentes nas variadas comunidades acadêmico-científicas em maior ou menor intensidade.

Entre a defesa de que não é possível mensurar a qualidade acadêmica e científica (KUENZER; MORAES, 2005; TREIN; RODRIGUES, 2011) e a aposta em critérios quantitativos, como o Fator de Impacto (PINTO, 2008), vê-se crescer uma das polêmicas mais interessantes da atualidade e que, segundo Vilaça e Palma (2013) precisam ser enfrentadas honesta, ampla, urgente e criticamente, já que, para eles, a questão fundamental do que é uma pesquisa acadêmica ou científica da qualidade não deve ficar à mercê de meros consensos hegemônicos e, acrescento, preferências subjetivas (por autor, corrente teórica, tipo de metodologia, etc.).

Diante da forte tendência de quantificação numérica, o entendimento de Sguissardi (2006), baseado em Dias Sobrinho, é que a avaliação perde o caráter

[76] Os autores citam o *PNPG 2011-2020*, em que os termos *empresa/empresas/empresarial* aparecem quase o triplo de vezes a mais do que o termo *sociedade*.

educativo e diagnóstico-formativo, assumindo um caráter de mensuração rotuladora, reguladora e controladora:

> A avaliação, no sentido de regulação e controle, tem sido, em especial nas últimas décadas, um instrumento central na reforma ou modernização conservadora do aparelho do Estado, em meio aos ajustes ultraliberais da economia, e, por conseqüência, nas reformas de educação superior (SGUISSARDI, 2006, p. 52).

Em síntese, a propedêutica abordagem feita acima permite ver algumas das genéricas características do modelo CAPES de avaliação, assim como um modo como ele pode ser compreendido a partir do contexto em que surge e das filiações ideológicas e políticas que possui. Abaixo, seleciono um dos seus elementos centrais para analisar: o *discurso da qualidade*.

A presença de um discurso da qualidade no VI PNPG já está evidenciada acima. A qualidade é um dos objetivos declarados – talvez, o principal – do modelo CAPES de avaliação. Entretanto, são claros e, sobretudo, justificáveis os parâmetros de qualidade adotados? Há pouco mais de uma centena de citações no documento, citações nem sempre ligadas à educação.[77] Na imensa maioria das vezes, o termo qualidade aparece sem qualquer especificação. Dito de modo genérico, 'busca-se garantir, promover ou melhorar a qualidade', sem que se justifique por que os critérios e meios adotados são adequados para tal finalidade. A seguir, farei um breve trajeto da ocorrência do termo *qualidade*, pontuando trechos em que há um esforço de delimitá-lo e esclarecê-lo – se é que podemos chamar assim – tentando identificar seu(s) sentido(s) ou propriedade(s).

Recuperando termos e temas abordados para lhe dar inteligibilidade, o discurso da qualidade insere-se no contexto das políticas de "avaliação e acreditação [que] constituem núcleos centrais da agenda da educação superior no mundo todo e, especialmente nestas duas últimas décadas, na América Latina e Caribe" (DIAS SOBINHO, 2008, p. 67; termo entre colchetes incluído). Segundo Dias Sobrinho (2008, p. 67), "no cenário das discussões sobre educação superior, o tema da qualidade muitas vezes vem associado à pertinência, responsabilidade social, acreditação, sociedade do conhecimento, desenvolvimento sustentável e outros semelhantes". Ressaltando a diversidade semântica dos termos, a conflituosidade

[77] Há, por exemplo, menções à *qualidade de vida*.

sócio-política entre alguns deles e, portanto, a necessidade de um posicionamento acerca deles (de 'qual lado" dado indivíduo ou grupo está), Dias Sobrinho (2008, p. 67) sustenta que,

> De todo modo, é a palavra 'qualidade', agora banhada de significados próprios do mundo dos negócios, que está no centro das referências de todas as outras, e essa é mais uma constatação da grande influência do mercado, particularmente da indústria e da gestão empresarial, sobre a educação.

Mais uma vez, a década de 1980 desponta como central. Segundo Bertolin (2009, p. 127),

> A ênfase no debate acerca da qualidade foi precedida pelas exigências quantitativas. O auge das soluções quantitativas para a educação deu-se nas décadas de 1960 e 1970 [...]. Somente no início da década de 1980 começaram a surgir os primeiros questionamentos acerca da qualidade em educação e já no final da mesma década o assunto se tornara uma prioridade nos EUA e na Europa.

Como veremos abaixo, há convergência da *cruzada pela qualidade* com a criação do chamado *Estado Avaliador*, o que, por sua vez, coincide com algumas das medidas que estabeleceram um 'divisor de águas' na política brasileira para a pós-graduação. Assim, vê-se uma intrincada relação que nos permite compreender filiações, determinações e objetivos inerentes ao modelo CAPES de avaliação.

A cultura da avaliação do Ensino Superior fez com que a lógica empresarial fosse inserida na educação pública sob o biombo da qualidade. De acordo com Bertolin (2009, p. 128), "termos característicos da iniciativa privada, das empresas e do mercado, como, por exemplo, planos estratégicos, qualidade total e auditoria, passaram a fazer parte da rotina das instituições de educação superior e universidades". Todavia, os "defensores dos modelos de qualidade empresariais (*total quality management*, qualidade total etc.) [...]" não estão plenamente satisfeitos, pois, para eles, os *programas de qualidade* são falhos, problema que é atribuído "[...] a algumas características existentes na academia, como a resistência à noção de cliente para os alunos, dificuldades de trabalho em equipe, tradição e resistência a novas práticas, entre outras" (BERTOLIN, 2009, p. 128). Mas, ressalta o autor, há aqueles que sustentam a inadequação do conceito de qualidade advindo

da indústria e afeito à lógica de gestão empresarial para avaliar o Ensino Superior, haja vista a natureza qualitativa, e não quantitativa, do ensino e da pesquisa.

Embora teóricos tenham sobejamente apontado as características da acepção e/ou concepção de qualidade adotadas pela CAPES, cabe verificar como ela é – ou não – definida oficialmente. A expressão *qualidade da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa* é uma das primeiras tentativas de matizar o que é qualidade. Citada no início do Plano (tópico *2.3.6 Avaliação e qualidade*), deixa, contudo, em aberto o sentido de qualidade, porquanto os critérios de avaliação e distinção de algo 'de qualidade' e algo 'sem qualidade' não são apresentados. Adiante (no início do capítulo 1.*3. Situação atual da pós-graduação*), é afirmado que, dentre outras coisas, será recomendado ao SNPG o "[...] estabelecimento de padrões mínimos de qualidade [...]" (BRASIL, 2010, p. 41). Mas o problema da obscuridade permanece.

Remetendo-me a um supracitado trecho do VI PNPG, é admitido um "[...] predomínio da quantidade sobre a qualidade" (BRASIL, 2010, p. 127). Diante da ausência de clareza, tal afirmação soa bastante sugestiva. Perante esse quadro, é severamente problemática a afirmação, outrossim citada, de que a CAPES, por meio do seu financiamento e ranqueamento, é capaz de atribuir um selo de qualidade aos PPGs. Afinal, sem uma acepção de qualidade clara e ante a admissão de que critérios quantitativos têm predominado, não é plausível avocar tal capacidade.

No tópico sobre a Educação Básica (*8.2. Uma trajetória recente da Educação Básica*), são ressaltados os fatores contextuais e subjetivos do conceito de qualidade da educação[78], o que é bastante relevante. Após, são citados os, por assim dizer, critérios ou fatores de qualidade (BRASIL, 2010, p. 160, grifo nosso):

> O conceito de qualidade adotado atualmente parece muito mais abrangente do que o utilizado no passado e impõe que a educação, para ser considerada de qualidade, deve preencher *um leque significativamente grande* de atribuições, dentre elas a de garantir o acesso e a permanência dos alunos à escola, promover as *aprendizagens significativas* do ponto de vista das *exigências sociais* e de *desenvolvimento individual*, atender às *necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais*, com diferentes capacidades e interesses e tratar de forma diferenciada os estudantes, com vistas a obter *aprendizagens e*

[78] "O conceito de qualidade da educação é uma construção histórica que assume diferentes significados em tempos e espaços diversos e tem a ver com os lugares de onde falam os sujeitos, os grupos sociais a que pertencem, os interesses e valores envolvidos e os projetos de sociedade em jogo" (BRASIL, 2010, p. 160).

> *desenvolvimentos equiparáveis*, assegurando a todos a igualdade de direito à educação.

Além de estar atrelado a um nível de ensino distinto do que é o meu alvo, cumpre salientar a vagueza dos termos utilizados na definição, os quais foram grifados, bem como algumas incongruências. Por exemplo, o que se quer dizer propriamente como o termo *significativamente*? Que aprendizagens são significativas e quais são desprezíveis? Que 'exigências sociais' (opções) serão atendidas (privilegiadas), pergunta que é pertinente, vez que há 'exigências' (ou decisões) sociais antagônicas? Como tornar congruente o atendimento das necessidades e características dos diferentes estudantes, o desenvolvimento individual e o tratamento diferencial dos alunos, ao mesmo tempo em que se procura atender às exigências sociais? Essa educação de qualidade é factível?

Doravante, nada de substantivo é acrescido, restando sublinhar a presença de um eixo em torno do qual orbitam as ações propostas no documento: *Programas gerais para melhoria da qualidade da pós-graduação*. Segundo o documento (BRASIL, 2010, p. 289),

> Atua [sic] de formas variadas, concedendo recursos para aquisição de equipamentos, mobilidade de pesquisadores e atração de recursos humanos especializados. Todos esses programas visam à promoção, ou seja, mudança de nível dos cursos de pós-graduação na avaliação da CAPES.

Destacando o *PROEX – Programa de Apoio à Excelência*, cujo objetivo é a "[...] a manutenção do padrão de qualidade de programas de pós-graduação com nota 6 ou 7, em duas avaliações trienais consecutivas, por meio do atendimento de com nota 6 ou 7, em duas avaliações trienais consecutivas, por meio do atendimento de suas necessidades e especificidades" (BRASIL, 2010, p. 289), o que se pode inferir do sentido de qualidade por meio desses programas é que os PPGs de qualidade ou excelência serão mais bem financiados. Noutras palavras, sem saber ao certo o que é ser 'de qualidade', sabe-se que os 'de qualidade' receberão mais recursos e desfrutarão de 'mais autonomia' para geri-los. Também é possível interpretar que os PPGs tidos como 'de qualidade' são aqueles que se ajustam eficientemente ao que a CAPES determina, alcançando os objetivos que ela impõe. Assim, pode-se supor que 'de qualidade' é um selo atribuído a PPGs com pesquisadores bem adaptados e obedientes ao modelo CAPES, sendo

considerados como *eficientes*. Por conseguinte, a avaliação da pós-graduação vigorante focaliza uma capacidade específica dos (integrantes dos) PPGs: a *conscienciosa performatividade adaptativa*.

Vê-se algo nesse sentido na abordagem de Sguissardi (2006). O autor aponta aspectos da avaliação feita por uma comissão externa composta por dezoito *experts* acerca da avaliação CAPES do triênio 1998-2000. Dentre eles, lê-se que (SGUISSARDI, 2006, p. 73, grifos do autor):

> Há universidades totalmente organizadas e que **aprenderam bem a lição: dar à CAPES o que ela quer. Em outras palavras, se você tem aqueles índices básicos certinhos – e eles são em sua maioria medidas de eficiência interna – você já está na direção de uma nota decente**. E quando aspectos qualitativos, como os referentes a publicações, entram em cena vão ter menor poder para afetar o resultado geral. (SPAGNOLO; CALHAU, 2002, p. 14; grifos nossos).

Os avaliadores externos prosseguem (SGUISSARDI, 2006, p. 73, grifos do autor):

> Dada a possibilidade de programas eficientes e com certa produção de pesquisa garantirem boas notas, e dado que, **muitas universidades aprendem rapidamente como organizar seus programas de acordo com as regras**, o que fazer para os próximos dois ciclos de avaliação a respeito da provável inflação de notas? (SPAGNOLO; CALHAU, 2002, p. 32, grifos nossos).

À semelhança de Gatti et al. (2003), Sguissardi (2006) ressalta o caráter homogeneizante e uniformizador do modelo CAPES de avaliação, o que, para ele, tem conduzido os PPGs a assumirem uma forma *defensiva* de trabalhar e informar. Quer dizer, por medo das penalizações, do baixo conceito, da escassez de recursos, os sujeitos-pesquisadores têm sido motivados a adaptar-se.

Tendo em vista tais afirmações, cabe aduzir algumas das definições das propostas de taxonomias do conceito de qualidade abordadas por Bertolin (2009). Num esforço de interpretar algo impreciso, pode-se dizer que a acepção de qualidade do modelo CAPES de avaliação está mais direta, majoritaria e claramente relacionada a cinco definições de qualidade (o que não inviabiliza outras acepções atualmente menos predominantes ou evidentes, bem como novas e futuras) (BERTOLIN, 2009, p. 130-2):

(1) "*Qualidade como relação custo-benefício*: a idéia de eficiência econômica está na base desta concepção de qualidade, ou seja, a idéia de *accountability* (prestação de contas) dos custos (investimentos e custeios) para financiadores (governantes e contribuintes) é central. Os chamados "indicadores de realização ou rendimento" (*performance indicators*) são utilizados para medição nesta concepção de qualidade"; nesse sentido, um PPG de qualidade é aquele que possui resultados (produtos) que expressam uma boa *performance* e uma gestão eficiente dos recursos que desfruta.

(2) "*A qualidade como ajuste a especificações e standards:* o conceito de qualidade em ES como ajuste a especificações e *standards* tem sua origem ligada à noção de controle de qualidade na produção industrial. A especificação de um produto ou serviço compreende um conjunto de *standards* e a qualidade é medida em termos da conformidade com tal especificação"; isto é, um PPG é de qualidade se cumpre as normas fundamentais ou alcança ao menos os índices básicos de produtividade estabelecidos pela CAPES.

(3) "*A qualidade como adequação aos objetivos:* a definição de qualidade adotada por muitos analistas e elaboradores de políticas da educação superior é a da adequação aos objetivos. Neste conceito a qualidade é julgada em termos da extensão em que os objetivos preestabelecidos de um produto ou serviço são atingidos ou logrados"; ou seja, um PPG de qualidade é aquele que atende ou alcança os objetivos predeterminados pela CAPES.

(4) "*A qualidade como efetivação do êxito das metas institucionais:* este conceito é uma versão do modelo de qualidade como adequação aos objetivos que enfatiza a avaliação da qualidade em nível de instituição. A alta qualidade institucional está na explícita exposição de sua missão ou objetivos e na eficiência e efetividade no cumprimento das metas autodeterminadas"; ressalvando que, no caso dos PPGs, as metas são, por assim dizer, altrudeterminadas.

(5) "*Qualidade como fenômeno excepcional:* esta concepção de qualidade aceita como axiomático que qualidade é algo especial. Para esta visão de qualidade podem ser observadas três variações: (a) *a noção tradicional de qualidade* - relativa à idéia de exclusividade, elitismo e distinção, que em grande medida é inacessível à maioria das pessoas, como, por exemplo, a educação de Oxford e Cambridge. A qualidade, nesta noção, não pode ser medida ou julgada; (b) *a qualidade como excelência* – a qualidade é vista como superação de *standards*. Os componentes da excelência são identificáveis nos insumos, no processo e nos resultados. Uma universidade que atrai os melhores alunos, os melhores professores (com prêmio Nobel), que possui os melhores recursos físicos (laboratórios, bibliotecas etc.) é, por natureza, de qualidade e de excelência (ou um centro de excelência); (c) *qualidade como satisfação de um conjunto de requisitos* – a qualidade nesta noção é o resultado do "controle científico da qualidade" pela conformidade com *standards*. Identifica-se, geralmente, com produtos que superam "o controle de qualidade", ou seja, a qualidade melhora se os *standards* são elevados"; assim, é possível hierarquizar os PPGs, por exemplo, através do PROEX, promovendo ou induzindo a competição entre eles.

Em suma, haja vista a análise realizada, há indícios de que o documento que serve de guia da política do SNPG e de referência para os vários setores da sociedade é marcado por uma baixa qualidade textual expressa por meio de passagens abruptamente concluídas, mudanças repentinas de tom argumentativo,

inferências sem fundamentos e obscuridades conceituais, conforme penso que tenha ficado patente. Apesar disso, expressa uma lógica marcadamente associada a traços e interesses da iniciativa privada, sendo amplamente contestável não só por parte de pesquisadores nacionais, mas também estrangeiros.

Inobstante os problemas apontados, penso que é possível identificar traços do contexto e lógica em que o que vimos está inserido e tem sentido. Para tanto, aduzo ao texto dois conceitos: *Estado-avaliador* e *performatividade*.

Segundo Dias Sobrinho (2004):

> Desde a crise econômica e o aumento das demandas sociais dos anos de 1970, ou seja, com a diminuição dos recursos públicos para os setores sociais coincidindo com a crescente complexidade da sociedade, nos países industrializados, os Estados aumentaram consideravelmente as suas ações de controle e fiscalização. Este fenômeno se tornou conhecido como "Estado Avaliador", segundo expressão cunhada por Guy Neave, e caracteriza a forte presença do Estado no controle dos gastos e dos resultados das instituições e dos órgãos públicos. O "Estado Avaliador" intervém para assegurar mais eficiência e manter o controle daquilo que considera ser qualidade. Para a educação superior tornou-se obrigatório o aumento da eficiência de acordo com a fórmula: produzir mais, com menos gastos. A forte presença do "Estado Avaliador" faz com que as avaliações protagonizadas pelos governos sejam quase exclusivamente externas, somativas, focadas nos resultados e nas comparações dos produtos, para efeito de provocar a competitividade e orientar o mercado, e se realizam *ex post*.

O conceito de *Estado-avaliador*, originalmente cunhado por Guy Neave, designa uma nova formação de o Estado atuar (AFONSO, 2007). Segundo Neave (2012b), o Estado Avaliador (*Evaluative State*) é fruto da crise econômica e caracteriza-se por enfatizar a *política da ação* em oposição à *política da reflexão*. Por exemplo, no caso brasileiro, em vez de reflexão sobre o que é qualidade, conforme vimos a propósito do exame do conceito no VI PNPG, o Estado Avaliador 'foca' em ações de desenvolvimento da qualidade, bem como da eficiência, mostrando seu parentesco empresarial.

Ainda segundo o autor, a análise dos primeiros movimentos em direção ao Estado Avaliador revela que seus instrumentos – agências, procedimentos, normas e critérios de qualidade – foram resultado de dificuldades econômicas precedentes. Reduzir custos e aumentar a eficiência dos investimentos era e ainda é o mote (NEAVE, 2012b). Para Neave (2012a, p. 676),

> O Estado-avaliador emergiu de uma série de medidas, poucas das quais poderiam,

> em sua origem, indicar com precisão o que ocorreria mais tarde. Ao rastrear as raízes históricas da versão europeia ocidental do Estado-avaliador, é preciso admitir que medidas semelhantes, que mais tarde amadureceram sob a forma desse conceito, são mais aparentadas com a administração rotineira necessária para que os sistemas de ensino superior se mantenham em atividade do que com um movimento autoconsciente e deliberado para situar a relação entre ensino superior, governo e sociedade sobre um conjunto de princípios e procedimentos operacionais radicalmente distintos.

O autor situa a base do Estado-Avaliador em três crises que ele considerada como inter-relacionadas (NEAVE, 2012a): (1ª crise: demanda social) o ressurgimento de demandas sociais por ensino superior em escala nunca antes vista; (2ª crise: financiamento) a questão de como financiar uma demanda tão massiva; (3ª crise: eficiência operacional) a questão da *eficiência operacional*, conceito central que alude a um típico jargão tecnocrata: a necessidade da *reengenharia do sistema*.

Nos primórdios do Estado-Avaliador, em meados da década de 1980, o principal desafio era como distribuir recursos e utilizá-los. Sobre isso, ao que o autor dá grande destaque, Neave (2012a, p. 678) assevera que:

> [...] o principal objetivo da política girou em torno do aumento da otimização desses recursos – em primeiro lugar, por meio da redução de custos e, em segundo, através de medidas para racionalização da oferta nacional de disciplinas. A eficiência operacional manteve-se em total acordo com a gama usual de ação administrativa – corte de custos, interrupção do recrutamento de funcionários permanentes ou sua substituição por funcionários em tempo parcial (DE WEERT; ENDERS, 2004), e um exame mais rigoroso em relação ao ingresso de estudantes.

Yannoulas, Souza e Assis (2009, p. 59) afirmam que:

> Segundo Neave, o Estado Avaliador consistiria numa racionalização e uma re-distribuição geral das funções (e dos poderes) entre o centro e a periferia, de maneira tal que o centro conservaria o controle estratégico global através de mecanismos políticos menores em número, porém mais precisos, constituídos pela definição de metas para o sistema e o estabelecimento de critérios e processos de controle de qualidade do produto. Poucas áreas do de [sic] atuação do Estado escapam ao controle exercido pelo Estado Avaliador, pois o resultado da avaliação é utilizado para distribuir os recursos humanos e financeiros entre as instituições que oferecem um serviço (educacional, de saúde, etc.). O conceito está de acordo com um modelo de gestão pública que se orienta por resultados atingidos pela instituição potencialmente beneficiária dos recursos financeiros. O foco do controle por parte do Estado Avaliador não se concentra nos processos pedagógicos, mas nos resultados dos processos pedagógicos. O novo tipo de controle realizado pelo Estado permitiu a adaptação gradativa das próprias instituições de educação superior

> européias, introduzindo os valores e a lógica capitalista racional própria do setor produtivo.

Citando o estudo de Elliott sobre o Estado Avaliador no contexto do Reino Unido, Estado (neo)liberal por excelência, os autores chamam a atenção para a transformação da natureza estatal, o que ajuda a estabelecer relações com o que vimos nos capítulos anteriores (YANNOULAS; SOUZA; ASSIS, 2009, p. 59):

> Nesse processo, o Estado abandona progressivamente seu papel de provedor direto de serviços públicos para erigir-se como o ente regulador do mercado educacional privatizado por excelência. Isso significa o abandono do conceito de educação como bem público, necessário para o desenvolvimento e a perpetuação de uma ordem social justa e democrática. Nesse processo, as instituições educacionais passam a ser vistas como prestadoras de serviços, e os cidadãos são transformados em consumidores. A relação entre o Estado e essas entidades fundamenta-se no princípio da responsabilidade contratual, e são criadas instâncias visando o exercício dos procedimentos de auditoria e avaliação externa.

Maccari et al. (2008, p. 177) afirmam que “em sentido amplo, esta expressão significa que o Estado vem adotando um estilo mais competitivo, passando a admitir a lógica do mercado e importando modelos de gestão privada com ênfase em resultados ou produtos para o domínio público”. Os autores prosseguem mencionando Afonso, a fim de afirmar que:

> a avaliação é um pré-requisito para que seja possível a implementação dos mecanismos de controle e responsabilização desejados pelo Estado, haja vista que, sem objetivos claros e previamente definidos, não é possível criar indicadores e medir as *performances* dos sistemas. Afonso (2000) destaca que isto é particularmente importante numa época caracterizada tanto pela exigência de acompanhamento dos níveis de educação nacional, quanto pela necessidade de manter e criar altos padrões de inovação científica e tecnológica para enfrentar a competitividade educacional (MACCARI et al., 2008, p. 177).

Afonso (2003, p. 44-5), ajuda a compreender a importância do conceito para a reformulação das instituições educacionais, citando um elucidativo resumo feito por Ana Maria Seixas:

> O Estado-avaliador implica uma redistribuição das funções e responsabilidades na coordenação do ensino superior. Basicamente podem-se referir três aspectos fundamentais: a concentração da administração central na dimensão estratégica de desenvolvimento do sistema, definindo os objectivos e os critérios de qualidade do produto final; a emergência de poderosos órgãos intermediários de especialistas

> funcionando como agentes directos de avaliação e coordenação; e a ênfase na auto-regulação das instituições.

No tocante ao Ensino Superior, Neave (2012b) afirma que o Estado Avaliador, com sua direção para a qualidade e o desempenho, procurou *explicitamente* aperfeiçoar a sua capacidade de adaptação ao mercado. A palavra de ordem do Estado Avaliador é *economizar*, quer seja tempo, quer recursos, e *tornar eficiente*, ao que o autor denomina de *expeditive ethic* (uma ética da eficiência, do *fazer veloz*).

Segundo Maccari et al. (2008), Afonso localiza o início do interesse de governos neoliberais e neoconservadores pela avaliação na década de 1980, justamente a época quando uma série de medidas de 'qualidade' foi implementada pela CAPES, o que, para alguns, representa a fase de consolidação da sua sistemática de avaliação (FÁVERO, 1998). A qualidade está 'no coração operacional' do Estado Avaliador, diz Neave (2012b), ainda que sirva, mais propriamente, como um pretexto para implementar mudanças política e econômicas questionáveis ou, até mesmo, deletérias. As iniciativas tomadas nesse momento e aperfeiçoadas ao longo do tempo são de suma importância, já que, por meio delas, foi promovida "[...] a recuperação, actualização e predomínio de muitos dos pressupostos e instrumentos positivistas e quantitativistas em avaliação, favorecendo, assim, a desvalorização social e política da complexidade dos processos sociais e educativos" (AFONSO, 2007, p. 20).

Com o que chamarei de *aparelho avaliador de Estado*, constituído por agências/instituições e exames/avaliações (por exemplo, CAPES, Inep, SINAES, CONAES, Avaliação Trienal CAPES, ENADE, ENEM, etc.), o Estado cria e implementa uma lógica de gestão com características da lógica de mercado. Uma delas, como vimos, é a adoção do *princípio da eficiência*. Nesse caso, avaliar é quantificar dados e mensurar a eficiência do sistema. Vejamos o que Yannoulas, Souza e Assis (2009, p. 60, grifo nosso), em clara concordância com Dias Sobrinho (2004), afirmam sobre o Estado Avaliador, ressaltando alguns dos aspectos fundamentais (e problemáticos) do modelo CAPES de avaliação:

> [...] o Estado Avaliador presente na América Latina surge associado ao controle de gastos e resultados, pretendendo *assegurar mais eficiência e manutenção do controle sobre aquilo que considera qualidade superior e competitividade*. Possui uma função predominantemente técnico-

> burocrática, com uma finalidade economicista. Como conseqüência, os tipos de avaliação realizados revelam algumas tendências semelhantes: são externas - realizadas por entes externos à instituição, e são exógenas - *decididas fora da instituição* (em contraposição as avaliações internas e endógenas), *são somativas e não formativas*, *estão focadas nos resultados e não nos processos pedagógicos ou na efetividade social das políticas educacionais*, são realizadas majoritariamente ex-post e *direcionadas a estimular a competitividade das instituições que compõem o mercado educacional*.

Citando Mary Henkel, especificamente um texto (*Government, evaluation and change*) em que a autora analisa as mudanças das políticas públicas inglesas no período de 1983-1989, lê-se em Afonso (1999) que

> o governo identificou a avaliação como uma componente significativa na sua estratégia de conseguir alguns objetivos decisivos: controlar as despesas públicas, mudar a cultura do setor público e alterar as fronteiras e a definição das esferas de atividade pública e privada.

Tal afirmação é fundamental, vez que reforça aquilo que tem sido afirmado ao longo da primeira parte da Tese, mostrando mais um meio ou modo de inserir a lógica empresarial no sistema educacional público, modificando sua orientação, impondo uma nova normatização à universidade e, mais especificamente, à pós-graduação.

Para Afonso (1999, p. 146), valores como a igualdade, a justiça e a cidadania passaram a estar sob ameaça, haja vista a "[...] introdução de elementos de mercado e de outras lógicas específicas do setor privado que, entre outros modos, têm sido viabilizados pela utilização política e administrativa de certas modalidades de avaliação". Ainda que sem aprofundamento, é pertinente observar que, na afirmação acima, estamos diante de alguns dos efeitos nocivos (por exemplo, para um conceito complexo de democracia) do espraiamento da lógica de livre mercado, criando uma *sociedade de mercado*, o que será alvo de análise no capítulo seguinte.

"Desse modo", afirma Afonso (1999, p. 146), "[...] a avaliação reaparece claramente relacionada com funções gestionárias tendendo a ser, como refere E. House (1993, p. x), uma 'avaliação centrada na eficiência e na produtividade sob o controle direto do Estado'". Corroborando o que tem sido sublinhado aqui, Afonso (1999, p. 150) assevera que estamos diante de um processo de (tentativa) convergência entre Estado e mercado, formando o que o autor denomina de *paradoxo do Estado neoliberal*:

> por um lado, o Estado quer controlar mais de perto os resultados escolares e educacionais (tornando-se assim mais Estado, Estado-avaliador), mas, por outro, tem que partilhar esse escrutínio com os pais vistos agora como clientes ou consumidores (diluindo também por aí algumas fronteiras tradicionais, e tornando-se mais mercado e menos Estado)

No mesmo compasso, Afonso (1999, p. 150) assevera que

> Produz-se assim um mecanismo de *quase-mercado* em que o Estado, não abrindo mão da imposição de determinados conteúdos e objetivos educacionais (de que a criação de um currículo nacional é apenas um exemplo), permite, ao mesmo tempo, que os resultados/produtos do sistema educativo sejam controlados pelo mercado.

Para Sguissardi (2006, p. 53):

> A crise e a substituição do Estado do Bem-Estar, a *neoliberalização* da economia, a reconfiguração do Estado, com a expansão de seu pólo privado e restrição de seu pólo público, incentivo e garantias crescentes ao capital e decrescentes aos direitos do trabalho, fizeram da avaliação, como instrumento de regulação e controle, uma arma poderosa posta a serviço do poder hegemônico. Nas palavras de Dias Sobrinho, "muitos países desenvolvidos criaram suas agências de avaliação vinculadas ao núcleo mais duro do poder." (2003a, p. 36).

Dias Sobrinho (2004, p. 708), uma das referências nacionais no uso do conceito, afina-se com o tom acima, afirmando que

> Desde a crise econômica e o aumento das demandas sociais dos anos de 1970, ou seja, com a diminuição dos recursos públicos para os setores sociais coincidindo com a crescente complexidade da sociedade, nos países industrializados, os Estados aumentaram consideravelmente as suas ações de controle e fiscalização.

Citando Dias Sobrinho, Sguissardi (2006, p. 53) conclui que

> Neste contexto emerge o denominado Estado Avaliador, expressão que caracteriza o estado forte, no controle do campo social, e liberal relativamente à economia. Segundo essa lógica, o estado confere maior liberdade à gestão dos meios e processos, como fator de eficácia e produtividade, podendo assim justificar a diminuição dos financiamentos e criar as facilidades para a expansão da privatização e da mentalidade empresarial em educação. Por outro lado, exerce um rígido controle sobre os fins e produtos, através de mecanismos que chama de avaliação, para consolidar os modelos desejados e orientar o mercado. (DIAS SOBRINHO, 2003a, p. 38).

Para Afonso (1999, p. 148), “em síntese, se é verdade que emergiu o Estado-avaliador, também é verdade que as mudanças nas políticas avaliativas foram igualmente marcadas pela introdução de mecanismos de mercado”.

Por fim, lançando uma das bases para uma análise do que chamo de *norma produtividade* e da *pressão por publicação* dela decorrente (o que será feito na segunda parte da Tese), abordo o conceito de *performatividade*.

No campo da educação, Stephen Ball, renomado sociólogo da educação inglês, tem se notabilizado por criticar a *lógica da performatividade*. Todavia seja uma referência no debate contemporâneo sobre as reformas educacionais de cunho neoliberal, sua postura é alvo de críticas por parte, sobretudo, dos apologetas do modelo CAPES de avaliação. Uma das estratégias dos críticos de Ball é criticá-lo por meio do filósofo francês Jean-François Lyotard, afirmando que este – ao contrário daquele – via aspectos positivos na lógica da performatividade.

Ball, ao mesmo tempo em que seguramente parte da obra de Lyotard (2011) nos seus escritos, claramente o ultrapassa em vários aspectos, incorporando outros referenciais. Quer dizer, de saída, Ball não pode ser subsumido a Lyotard, de tal modo que a crítica a um deles não pode ter efeito recíproco, como alguns defensores da lógica vigente tentam, equivocadamente, argumentar.

Contra a insidiosa observação de que Lyotard não negativava a performatividade absolutamente, cabe afirmar que, de fato, Lyotard apontou algumas *positividades*, no sentido foucaultiano (isto é, *produtivo*), além de *linhas de fuga* (principalmente pelo conceito de *invenção*), também no sentido foucaultiano, relativas à lógica operativo-performática. Todavia, ele não deixou de destacar as sérias negatividades (no sentido corriqueiro, *algo nocivo*) que lhe são inerentes. Vejamos um trecho da introdução ao seu livro, no qual, salvo engano, certos termos sugerem isso (LYOTARD, 2011, p. xvi-xvii, grifo nosso; termo entre colchetes incluído):

> [...] os decisores tentam gerir estas [pós-modernas] nuvens de socialidades sobre matrizes de *input/output*, segundo uma lógica que implica a comensurabilidade dos elementos e a determinabilidade do todo. Para eles, *nossa vida fica reduzida* ao aumento do poder. Sua legitimação em matéria de *justiça social* e de *verdade científica* seria a de otimizar as *performances* do sistema, sua *eficácia*. A aplicação deste critério a todos os nossos jogos *não se realiza sem algum terror*, forte ou suave: sede operatórios, isto é, comensuráveis, ou *desaparecei*. Esta lógica do melhor desempenho é, *sem dúvida*, inconsistente sob muitos aspectos [...]. O critério de operatividade é tecnológico; ele *não é pertinente para se julgar o verdadeiro e o justo*.

Inobstante pensar que os trechos destacados são, por si sós, suficientes para expressar a visada não tão neutra, tampouco positiva daquilo que o filósofo francês pretendia descrever e prognosticar, cabem alguns comentários para reforçar essa interpretação.

As menções ao desaparecimento das questões da justiça social e do justo, bem como da verdade científica e do verdadeiro – princípios e conceitos que tipificavam os pensamentos político e científico tidos como modernos, mas que ainda nos influenciam, atuando como *ideais reguladores* das nossas práticas, ideias e organizações sociais – em nome da *eficácia performática de um sistema* pautado pela tentativa de *medir* e *determinar tudo*, *reduzindo a liberdade vital* correlativamente ao *aumento do poder hiperbólico*, indica um juízo ou uma crítica negativa. Tal impressão é confirmada com a sentença de que *a aplicação deste critério não se realiza sem algum terror*, bem como pelo tom autoritário que traduz essa lógica: *sede operatórios, isto é, comensuráveis, ou desaparecei*.

Partindo da premissa de que Lyotard não se caracterizava por uma postura cínica, vejamos um trecho, no qual, salvo engano, certos termos sugerem isso (LYOTARD, 2011, p. 114-5):

> [...] o sistema apresenta-se como a máquina de vanguarda atraindo a humanidade, desumanizando-a, para tornar a humanizá-la em outro nível de capacidade normativa. Os tecnocratas declaram não poder fiar-se no que a sociedade declara serem suas necessidades. [...] Eis aí o orgulho dos decisores, e sua cegueira. [...] Este comportamento é terrorista [...]. Entende-se por terror a eficiência oriunda da eliminação ou da ameaça de eliminação de um parceiro fora do jogo de linguagem que se jogava com ele.

Caracterizar um sistema como *insensível e cego às necessidades humanas que não favoreçam a sua eficiência*, portanto, um sistema *instrumentalizador da vida humana*, *desumanizador* e, no limite, *terrorista*, que força o indivíduo a se calar ou a dar seu assentimento “[...] não porque ele é refutado, mas ameaçado de ser privado de jogar [...]”, dizendo-lhe “[...] adaptai vossas aspirações aos nossos fins, senão...” (LYOTARD, 2011, p. 115-6), decisivamente não pode ser uma forma de mostrar as suas positividades, a não ser que aquela premissa seja devidamente refutada.

Observações feitas, vejamos como o conceito tem sido definido no tocante, especialmente, à educação. De acordo com Moreira (2009, p. 32), a partir da obra de Ball,

> a performatividade corresponde a uma tecnologia, a uma cultura e a uma forma de regulação que serve de críticas, comparações e demonstrações como meio de controle, pressões e mudanças. Trata-se de uma luta por visibilidade, que pode ser vista como verdadeiro 'sistema de terror', segundo o qual os desempenhos (de sujeitos individuais ou organizações) servem como medidas de produtividade e rendimento, ou como demonstrações de 'qualidade' ou ainda como 'momentos' de promoção ou inspecção. Esses desempenhos expressam, em outras palavras, o valor de um indivíduo ou de uma organização no interior de dado âmbito de avaliação.

Conforme Ball (2012, p. 37),

> Performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação que emprega avaliações, comparações e demonstrações como meios de controle, desgaste, e mudança. As performances de indivíduos ou organizações servem como medidas de produtividade ou resultado, demonstrações de "qualidade", ou "momentos" de promoção ou inspeção. Eles defendem, encapsulam ou representam o mérito, a qualidade ou valor de um indivíduo ou organização num campo de avaliação, fazendo "silêncio audível".

Consoante Ball (2004), tal cultura é fruto da inserção do *habitus* da produção privada nas práticas educacionais, imprimindo as suas sensibilidades comerciais e sua moralidade utilitária, o que produziu efeitos mercantilizadores da *performatividade* e da *responsabilidade*. A esses efeitos pode-se somar pelo menos mais um, qual seja, a *competitividade*, o que é bastante previsível, uma vez que a competição faz parte daquele *habitus*.

Para a lógica da performatividade, do desempenho mensurável, uma ideia-conceito tem importância capital: *meritocracia*. A ideia de que um contexto competitivo forjado em torno de um modelo de avaliação que hierarquiza por comparação é a melhor opção para aferir o *mérito* de cada um (PPG ou pesquisador) acerca do financiamento é um dos versos mais sedutores do complexo canto de sereia do sistema brasileiro de ciência e tecnologia, para usar expressões de Trein e Rodrigues (2011). A ideia é sedutora, pois avoca características como objetividade, neutralidade e justeza, disseminando o entendimento de que, portanto, é uma *boa* avaliação. O modelo CAPES de avaliação, como espero que fique claro na segunda parte da Tese, é claramente baseado numa meritocracia quantitativista.

Além disso, como veremos adiante (nos capítulos 2.1 e 2.2), uma das principais preocupações do CNPq acerca das más condutas acadêmico-científicas é justamente a de elas comprometerem a meritocracia. Assim, resta evidente a aposta governamental (oficial) no regime do mérito.

Não é minha intenção fazer uma análise detida da meritocracia. Mas gostaria de pontuar algumas críticas. Para tanto, recorro a Souza (2013), que, num interessante texto, aponta e resume alguns dos seus principais problemas. Para o autor (SOUZA, 2013, s/p.),

> "a meritocracia é uma forma de justificação das posições sociais de poder com base no merecimento, normalmente calcado em valências individuais, como inteligência, habilidade e esforço". "Assim", infere o autor, "ser meritocrata implicaria não só assumir que o seu insucesso é fruto da falta de mérito pessoal, como também relegar apenas para si a responsabilidade pela superação da sua condição".

A meritocracia está na base do que Souza (2013) denomina de pensamento reacionário e de ideologia conservadora. Políticas afirmativas no campo educacional (por exemplo, cotas étnicas ou sociais para acesso às universidades públicas) e no campo social (por exemplo, programa bolsa-família) são vistas como indevidas, pois, consoante o autor, desconsideram e ameaçam os critérios de mérito. A despeito de possíveis ressalvas a essa interpretação, por assim dizer, resumida, penso que o mérito é, sim, um dos componentes do conjunto de razões sustentado pelos críticos das políticas afirmativas. Tais críticos, conforme o autor (SOUZA, 2013, s/p.), são até mesmo "contra os políticos porque em uma sociedade racional, a técnica, e não a política, deveria ser a base de todas as decisões: então, deveríamos ter bons gestores e não políticos. Tudo uma questão de mérito".

Para Souza (2013), na medida em que o mérito refere-se ao indivíduo e as suas valências individuais, ele não serve para apreciações sociais. Mas, acrescento, no caso em tela, há, ainda que em segundo plano, uma visada institucional. O mérito de um PPG de alcançar as valências de 'qualidade' estabelecidas pela CAPES é, todavia, resultado do conjunto de méritos individuais. Em todo caso, a ausência ou, no mínimo, subestimação de fatores sociais permanece e é um dos principais defeitos da lógica meritocrática. A objetivação do sujeito (ou instituição) avaliado e de suas valências, em pretensa desconexão com condicionantes de ordem social, é um traço característico da política do mérito. Mais uma vez, evidencia-se a qualidade

meritocrática do modelo CAPES de avaliação: avaliar os produtos, e não o processo; desconsiderar elementos de ordem social, a fim de garantir a objetividade da comparação hierarquizadora. Avaliando igualmente PPGs com realidades sociais distintas ou, no limite, desiguais (quanto a recursos financeiros e humanos), tal modelo produz o chamado *efeito Mateus* (MERTON, 1968), o que retomarei à frente a propósito de como os conceitos atribuídos aos PPGs determinam a distribuição de recursos financeiros.

Dito isso, sublinho alguns dos pontos-chave da sobremaneira pertinente crítica de Souza (2013, s/p., grifo nosso), destacando alguns trechos especialmente relacionados ao meu tema de estudo:

> a) A meritocracia *propõe construir uma ordem social baseada nas diferenças de predicados pessoais* (habilidade, conhecimento, competência, etc.) *e não em valores sociais universais* (direito à vida, justiça, liberdade, solidariedade, etc.). Então, *uma sociedade meritocrática pode atentar contra estes valores, ou pode obstruir o acesso de muitos a direitos fundamentais*.
> b) A meritocracia *exacerba o individualismo e a intolerância social*, *supervalorizando o sucesso e estigmatizando o fracasso*, bem como *atribuindo exclusivamente ao indivíduo e às suas valências as responsabilidades por seus sucessos e fracassos*.
> c) A meritocracia *esvazia o espaço público*, *o espaço de construção social das ordens coletivas*, e *tende a desprezar a atividade* política, transformando-a em uma espécie de excrescência disfuncional da sociedade, uma atividade sem legitimidade para a criação destas ordens coletivas. Supondo uma sociedade isenta de jogos de interesse e de ambiguidades de valor, prevê uma ordem social que siga apenas a racionalidade técnica do merecimento e do desempenho, e não a racionalidade política das disputas, das conversações, das negociações, dos acordos, das coalisões e/ou das concertações, algo improvável em uma sociedade democrática e pluralista.
> d) A meritocracia *esconde,* por trás de uma aparente e aceitável "ética do merecimento", *uma perversa "ética do desempenho"*. *Numa sociedade de condições desiguais, pautada por lógicas mercantis e formada por pessoas que tem não só características diferentes mas também condições diversas, merecimento e desempenho podem tomar rumos muito distantes*. [...] neste mudo em que vivemos, *valor e resultado, merecimento e desempenho nem sempre caminham juntos, e talvez raramente convirjam*.
> Mas a meritocracia *exige medidas, e o merecimento, que é um juízo de valor subjetivo, não pode ser medido*; portanto, o que *se mede é o desempenho supondo-se que ele seja um indicador do merecimento, o que está longe de ser*. Desta forma, *no mundo da meritocracia* – que mais *deveria se chamar "desempenhocracia" - se confunde merecimento com desempenho, com larga vantagem para este último como medida de mérito*.
> e) A meritocracia *escamoteia as reais operações de poder*. *Como avaliação e desempenho são cruciais na meritocracia, pois dão acesso a certas posições de poder e a recursos, tanto os indicadores de avaliação como os meios que levam a bons desempenhos são moldados por relações de poder; e o são decisivamente*. *Seria ingênuo supor o contrário*. Assim, *os critérios de avaliação que ranqueiam os cursos de pós-graduação no país são pautados pelas correntes mais poderosas do meio acadêmico e científico*; bons desempenhos no mercado literário são produzidos não só

por uma boa literatura, mas por grandes investimentos em marketing; grandes sucessos no meio musical são conseguidos, dentre outras formas, "promovendo" as músicas nas rádios e em programas de televisão, e assim por diante. *Os poderes econômico e político, não raras vezes, estão por trás dos critérios avaliativos e dos "bons" desempenhos*.

Critérios avaliativos e medidas de desempenho são moldáveis conforme os interesses dominantes, e os interesses são a razão de ser das operações de poder; que por sua vez, são a matéria prima de toda a atividade política. Então, *por trás da cortina de fumaça da meritocracia repousa toda a estrutura de poder da sociedade*.

Até aí tudo bem, isso ocorre na maioria dos sistemas políticos, econômicos e sociais. *O problema é que, sob o manto da suposta "objetividade" dos critérios de avaliação e desempenho, a meritocracia esconde estas relações de poder, sugerindo uma sociedade tecnicamente organizada e isenta da ingerência política*. *Nada mais ilusório e nada mais perigoso*, pois a pior política é aquela que despolitiza, e o pior poder, o mais difícil de enfrentar e de combater, é aquele que nega a si mesmo, que se oculta para não ser visto.

e) [sic] A meritocracia *é a única ideologia que institui a desigualdade social com fundamentos "racionais", e legitima pela razão toda a forma de dominação* (*talvez a mais insidiosa forma de legitimação da modernidade*). *A dominação e o poder ganham roupagens racionais*, *fundamentos científicos e bases de conhecimento*, o que *dá a eles uma aparente naturalidade e inquestionabilidade*: *é como se dominados e dominadores concordassem racionalmente sobre os termos da dominação*.

f) A meritocracia *substitui a racionalidade baseada nos valores, nos fins, pela racionalidade instrumental, baseada na adequação dos meios aos resultados esperados*. *Para a meritocracia não vale a pena ser o Quintana, não é racional, embora seus poemas fossem a própria exacerbação de si, de sua substância, de seus valores artísticos. Vale mais a pena ser o Paulo Coelho, a E.L. James, e fazer uma literatura calibrada para vender*. Da mesma forma, muitos pais acham mais racional *escolher a escola dos seus filhos* não pelos fundamentos de conhecimento e valores que ela contém, mas *pelo índice de aprovação no vestibular* que ela apresenta. Estudantes geralmente não estudam para aprender, estudam para passar em provas. *Cursos de pós-graduação e professores universitários não produzem conhecimentos e publicam artigos e livros para fazerem a diferença no mundo*, *para terem um significado na pesquisa e na vida intelectual do país, mas sim para engrossarem o seu Lattes e para ficarem bem ranqueados na CAPES e no CNPq.*

A meritocracia *exige uma complexa rede de avaliações objetivas para distribuir e justificar as pessoas nas diferentes posições de autoridade e poder na sociedade, e estas avaliações funcionam como guiões para as decisões e ações humanas*. Assim, em uma sociedade meritocrática, *a racionalidade dirige a ação para a escolha dos meios necessários para se ter um bom desempenho nestes processos avaliativos*, ao invés de dirigi-la para valores, princípios ou convicções pessoais e sociais.

g) Por fim, a meritocracia *dilui toda a subjetividade e complexidade humana na ilusória e reducionista objetividade dos resultados e do desempenho*. [...] para ela, cada um de nós é apenas um ponto em uma escala de valor, e a posição e o valor que cada um ocupa nesta escala depende de processos objetivos de avaliação. *A posição e o valor de uma obra literária se mede pelo número de exemplares vendidos, de um aluno pela nota na prova, de uma escola pelo ranking no Ideb, de uma pessoa pelo sucesso profissional, pelo contracheque, de um curso de pós-graduação pela nota da CAPES*, e assim por diante. Embora a natureza humana seja subjetiva e complexa e suas interações sociais sejam intersubjetivas, na meritocracia não há espaço para a subjetividade nem para a complexidade e, sendo assim, lamentavelmente, há muito pouco espaço para o próprio ser humano. Desta forma, *a meritocracia destrói o espaço do humano na sociedade*.

Segundo Ball (2002), a performatividade educacional possui dois elementos-chave, a *comparação e a* '*mercadorização*', os quais estão relacionados ao fornecimento de informação (produto) para consumidores dentro da forma de mercado da educação. Comparar impõe distinguir. Mercadejar implica fetichizar o produto. O *eu acadêmico-científico* está intimamente inter-relacionado a esses verbos, ora sendo autor do produto, ora sendo o próprio produto em um mercado educacional e do conhecimento. Estratégias de diferenciação (de *eus* entre si, como subjetividades objetivadas e adaptadas) e de fetichização (do *eu* em si, transformado em produto de desejo de consumo, reificando-o) parecem indissociavelmente ligadas. Mede-se o acadêmico e o cientista objetivamente, ou seja, pelo número de produtos (via de regra, artigos publicados em periódicos científicos) que ele produziu num triênio, conforme o modelo CAPES de avaliação. Sua subjetividade é (pretensamente) revelada – bem sucedida ou fracassada – em números.

Ou seja, grosso modo, um(a) pesquisador(a) (e, por extensão, uma pós-graduação) *vale quanto produz* e *onde produz* (aspecto que ficará evidenciado, em detalhes, no capítulo 2.2). O trabalhador-pesquisador, portanto, é tratado como coisa, mensurado objetivamente, sendo submetido a uma forma de *governo calculador* de suas capacidades e práticas, para o qual os *produtos* (*outputs*) são a referência principal. Pode-se dizer que o(a) pesquisador é, nessa lógica, o que produz.

Essa maneira social de conceber a função ou natureza dos acadêmicos e cientistas, bem como, por consequência, das instituições de pesquisa pode ser compreendida teoricamente à luz do pensamento marxista, como se pode ver em Lukács (2012, p. 200):

> A universalidade da forma mercantil condiciona, portanto, tanto sob o aspecto objetivo quanto sob o subjetivo, uma abstração do trabalho humano que se objetiva nas mercadorias. [...] Objetivamente, a forma mercantil só se torna possível como forma de igualdade, da permutabilidade de objetos qualitativamente diferentes pelo fato de esses objetos – *nessa* relação que é a única a lhes conferir sua natureza de mercadoria – serem vistos como formalmente iguais. [...] Subjetivamente, essa igualdade formal do trabalho humano abstrato não é somente o denominador comum ao qual os diferentes objetos são reduzidos na relação mercantil, mas torna-se também o princípio real do processo efetivo de produção de mercadoria.

Os artigos (sobretudo, ainda que não exclusivamente) produzidos ao longo de certo tempo (um triênio) tornam-se mercadorias objetivadas, supostamente sem condicionamentos subjetivos e sociais, permitindo que o ideal do governo racional, 'imparcial' e calculador seja exercido eficientemente. O sujeito-pesquisador é reduzido à fantasmagórica objetividade do que produz. Assim, a relação reificadora criada "é apenas a relação social determinada pelos próprios homens que assume para eles a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas" (LUKÁCS, 2012, p. 199).

Nos termos de Afonso (1999, p. 147), estamos diante de um modelo de avaliação,

> [...] *avaliação estandardizada criterial*, isto é, a avaliação que visa ao controle de objetivos previamente definidos (quer como produtos, quer como resultados educacionais), é que foi sendo gradualmente apontada como um dos traços distintivos das mudanças nas políticas avaliativas, tornando-se um instrumento importante para a implementação da agenda educacional da *nova direita*. Isso porque, se pela introdução da avaliação estandardizada criterial se pode favorecer a expansão do Estado, pela publicação dos resultados dessa mesma avaliação pode promover-se a expansão do mercado.

Como podemos inferir à luz do pensamento de Lukács (2012, p. 201), a lógica em vigor é tipicamente capitalista:

> Por um lado, o processo de trabalho fragmentado [...] em operações parciais abstratamente racionais, o que interrompe a relação do trabalhador com o produto acabado e reduz seu trabalho a uma função especial que se repete mecanicamente. Por outro, à medida que a racionalização e a mecanização se intensificam, o período de trabalho socialmente necessário, que forma a base do cálculo racional, deixa de ser considerado como tempo médio e empírico para figura como uma quantidade de trabalho objetivamente calculável, que se opõe ao trabalhador sob a forma de uma objetividade pronta e estabelecida.

Sob uma lógica de mensuração quantitativa de produtos ligada ao modelo de *PLACE* de ciência ("império taylorista", como vimos no VI PNPG), vê-se uma espécie de cisão da subjetividade, da personalidade do acadêmico e do cientista. Frente a isso, cabe aduzir Lukács (2012, p. 201-2) ao texto novamente:

> Com a moderna análise "psicológica" do processo de trabalho (sistema de Taylor), essa mecanização racional penetra até na "alma" do trabalhador: inclusive suas qualidades psicológicas são separadas do conjunto da sua personalidade e são objetivadas em reação a esta última, para poderem ser

> integradas em sistemas especiais e racionais e reconduzidas ao conceito calculador

Para Ball (2004), a *performatividade*: (1) desempenha uma crucial função no conjunto de políticas públicas voltadas para dada atividade; (2) exerce um poder de *atar* e *reelaborar* coisas a ela inerentes; (3) facilita o monitoramento estatal dela, tornando o governo mais eficaz, pois 'governaria à distância', ou seja, diminuindo a percepção por parte de quem é governado da existência de um governo ('governando sem governo'), ao mesmo tempo em que há uma profunda inserção dele nas culturas, práticas e subjetividades das instituições e de seus trabalhadores; (4) muda significados; (5) produz perfis; (6) garante o alinhamento; (7) objetifica e mercantiliza o trabalho do setor público e o trabalho com conhecimento das instituições educativas, transformando-o em *resultados*, *níveis de desempenho* e *formas de qualidade*.

Tais objetivações seriam, para Ball, acompanhadas por discursos da *responsabilidade*, *melhoria*, *qualidade* e *eficiência*, que tornam as práticas existentes frágeis e indefensáveis, de tal modo que a mudança torna-se imperiosa, sobretudo quando os incentivos estão vinculados às medidas de desempenho. Citando o filósofo e educador Deron R. Boyles, "consequentemente, o ensino e a aprendizagem são reduzidos a processos de produção e de fornecimento que devem cumprir os objetivos de mercado de transferência eficiente e de controle de qualidade" (BOYLE apud BALL, 2004, p. 1116). A educação, então, que é entendida como um serviço social, passa a ser pensada como uma forma de produção como qualquer outra (BALL, 2004), no interior da qual os indivíduos e instituições competem por reconhecimento e financiamento (DE MEIS et al., 2003), submetidos aos princípios mercadológicos do cálculo e da eficiência. No âmbito da pós-graduação, vê-se, por exemplo, que a produção do conhecimento respeita uma lógica específica, qual seja, a do *conhecimento-mercadoria*, em que a sua dimensão não é propriamente do *valor de uso*, mas do *valor de troca* (TREIN; RODRIGUES, 2011).

A título de conclusão deste capítulo e ligação com capítulos a seguir, cito outro esclarecedor trecho, em que alguns dos traços do modelo de avaliação e do sentido de 'qualidade' vistos (taylorismo acadêmico-científico, mecanicismo, funcionalismo, objetivação, quantificação e cálculo) podem ser claramente

contemplados e compreendidos, bem como alguns dos seus efeitos podem ser prefigurados, à luz do pensamento de Lukács (2012, p. 202-3):

> [...] o mais importante é o *princípio* que assim se impõe: o princípio da racionalização baseada no cálculo, na *possibilidade de cálculo*. As modificações decisivas que assim são operadas sobre o sujeito e o objeto do processo econômico são as seguintes: em primeiro lugar, para poder calcular o processo de trabalho, sempre qualitativamente condicionada, do próprio produto. Só se pode alcançar a racionalização, no sentido de uma previsão e de um cálculo cada vez mais exatos de todos os resultados a atingir, pela análise mais precisa de cada conjunto complexo em seus elementos, pelo estudo de leis parciais específicas de sua produção. [...] a racionalização é impensável sem a especialização. O produto que forma uma unidade, como objeto do processo de trabalho, desaparece. [...] A unidade do produto como mercadoria não coincide mais com sua unidade como valor de uso. [...] Essa fragmentação do objeto da produção implica necessariamente a fragmentação do sujeito. Como consequência do processo de racionalização do trabalho, as propriedades e particularidades humanas do trabalhador aparecem cada vez mais como *simples fontes de erro* quando comparadas com o funcionamento dessas leis parciais abstratas, calculado previamente. O homem não aparece, nem objetivamente, nem em seu comportamento em relação ao processo de trabalho, como verdadeiro portador desse processo; em vez disso, ele é incorporado como parte mecanizada num sistema mecânico que já se encontra pronto e funcionando de modo totalmente independente dele, e cujas leis ele deve se submeter.

A clareza da pertinência do que é dito no trecho acima para compreender o que vimos até aqui revela, ao mesmo tempo, a sua gravidade. Diante de uma política calculadora – e, por que não, calculista – o pesquisador, que é um trabalhador, vê-se objetivado e avaliado pelo número de produtos que produz e pelo valor (pontos) que o lugar de publicação lhe gera. Tendo de ajustar-se às regras de cuja produção social, por vezes, não lhe é acessível, sua participação na vida institucional é fragmentada, de modo que o fragmento que lhe cabe é justamente o da obediência às determinações. À semelhança do se lê acima, no modelo CAPES de avaliação, o pesquisador não é o portador do processo, pois o mecanismo vem pronto, acabado e funcionando de modo independente dele. Se o pesquisador e seu PPG não se inserirem passiva e adaptativamente nele, o mecanismo, que já previu as punições, atua disciplinarmente. No limite, ele pode ser excluído do PPG. Assim, cabe a ele reproduzir uma lógica. Por exemplo, é sabido que PPGs têm se visto coagidos a incluir a produtividade (de artigos) nos critérios de credenciamento e descredenciamento de professores, mesmo que não concordem com tal parâmetro, forçando o pesquisador a produzir para não prejudicar o conceito CAPES do PPG. Como também se lê acima, particularidades têm sido vistas como fontes de erro. O

acerto, no modelo em vigor, é aferido por números, índices, pontos e estatísticas, coisas objetivas. É a isso que denomino de *norma produtividade*, o que será analisado à frente.

Antes, contudo, para finalizar a primeira parte da Tese, em que se demonstrou fartamente a interferência (ou atendimento estatal) dos interesses e lógica empresariais no ordenamento universitário, analiso a lógica da economia de livre mercado, a fim de sustentar que ela, *por si mesma*, traz efeitos nocivos para a Academia, a ciência e a educação.

1.5 **Características e problemas da lógica da economia de livre mercado: uma análise crítica da sociedade mercadologicamente organizada**

Para concluir a primeira parte da Tese, impõem-me fazer uma análise da lógica de economia de mercado, que, segundo vimos, está intimamente relacionada à nova ordem universitária e, conforme veremos, influencia a cientometria e bibliometria vigentes.

Ciente da complexidade do conceito de mercado, dos tipos de organização, da intrincada relação entre os mais diversos setores que o compõem, da diferencial influência dos setores sobre o Estado e governos, das particularidades micro e macroeconômicas, entre outros fatores, minhas pretensões são modestas.

Minha intenção é, com certa prudência argumentativa, apontar alguns problemas inerentes à lógica de livre mercado, indicando que a sua adução à gestão das atividades universitárias, acadêmicas e científicas carrega tal potencial problemático, o que a torna, a meu ver, contraindicada. Como o resultado de uma análise desse tipo depende dos parâmetros adotados, minha abordagem utilizará os seguintes critérios inter-relacionados: comprometimento com uma reflexão moral[79] acerca de suas normas e práticas, promoção da liberdade[80] e reificação do

[79] Num sentido genérico, ou seja, como um juízo que diferencia o modo de agir *correto* ou *bom* do *incorreto* ou *mau*.

[80] Tendo em vista o procedimento analítico que adotei, bem como a semelhança com a noção de sujeito da ação que esbocei, o conceito de liberdade utilizado aqui será o de Sen (2010).

humano.[81] Quanto aos dois primeiros, a ausência será tida como um índice negativo; quanto ao terceiro, a presença é que será tida como algo negativo. Quero dizer, algo que não se comprometa com princípios, valores ou reflexões de cunho moral; que comprima o horizonte das liberdades; e que, por conseguinte, reifique o humano é, a meu ver, digno das mais severas críticas.

Para escapar da alegação de que a análise estaria viciada pela admissão prévia de uma verdade oculta que se quer apenas confirmar, estando, assim, contaminada por um 'viés ideológico', caso adotasse o referencial marxista – o que, para alguns, comprometeria a abordagem na origem – adoto, propositadamente, um procedimento teórico-metodológico: a partir da identificação de alguns traços fundamentais, analiso e critico alguns princípios e efeitos da lógica da economia de mercado, recorrendo, predominantemente, a autores ligados ao liberalismo político[82], para os quais ela não é um mal intrínseco. Em notas de rodapé, incluo trechos de autores da tradição marxista para complementar a abordagem. Também como nota de rodapé, faço observações acerca da similaridade de certos aspectos da lógica de livre mercado com componentes do tema desta Tese. Com isso, pretendo indicar pontos que serão analisados na abordagem crítica posterior acerca da mercantilização do conhecimento acadêmico-científico, especificamente no tocante ao que chamo de *mercado acadêmico-científico* e de *mercado de publicações*, que são, a meu ver, reflexos da política cientométrica e bibliométrica adotada, também, no Brasil.

Conforme vimos nos capítulos anteriores, uma das teses neoliberais – talvez uma das mais fundamentais – é que o Estado 'excessivamente intervencionista' comprometeria a liberdade (individual), a qual apenas a lógica do livre mercado

[81] Conquanto não seja 'propriedade privada' do marxista, o conceito de reificação é fortemente associado a essa tradição de pensamento. Assim, tomá-lo-ei no sentido que ela nos legou, ou seja, como um fenômeno fundamental que Marx, segundo Lukács (2012, p. 198-9), definiu assim: "O caráter misterioso da forma mercantil consiste, portanto, simplesmente em revelar para os homens os caracteres sociais do seu próprio trabalho como caracteres objetivos do produto do trabalho, como qualidades sociais naturais dessas coisas e, conseqüentemente, também a relação social dos produtos com o conjunto do trabalho como uma relação social de objetos que existe exteriormente a eles. [...] É apenas a relação social determinada dos próprios homens que assume para eles a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas". Em suma, reificação como uma coisificação das relações sociais e dos humanos.

[82] Pontualmente, como nota de rodapé, incluirei trechos de pensadores da tradição marxista que digam respeito ao que estará sob análise. Meu objetivo é mostrar como eles anteviram alguns problemas e/ou refletiram sobre o que os pensadores liberais têm dito atualmente.

poderia garantir. Assim sendo, para refutar a positividade normativa da adoção de tal lógica, é necessário, dentre outras coisas, identificar e criticar a noção de liberdade adotada. Com pretensões de amoralidade e uma natureza reificadora, como veremos abaixo, a lógica de livre mercado, seria apropriada para reger a organização social, as relações humanas ou, mais especificamente, o ordenamento universitário, estabelecendo regras de funcionamento e finalidades? É justamente ao último ponto que pretendo oferecer uma resposta ao final deste capítulo.

Para alguns – geralmente os denominados de comunistas, marxistas ou de esquerda – o livre mercado é um mal intrínseco. A lógica da economia de livre mercado (descentralizadamente regulada pela 'mão invisível'), própria do capitalismo, seria absolutamente nefasta. Diante de uma infinidade de dados da realidade, que parecem incontestes, tais indivíduos teriam completa razão. Os casos dos males gerados pelo seu âmago – que abordarei a seguir – parecem corroborar o entendimento de que tal lógica oferece riscos à humanidade em diversos sentidos, alguns assustadoramente tremendos, tidos, por vezes, como desumanizadores do homem ou reificadores.

Num capítulo acima, citei os conflitos de interesses entre pesquisadores/instituições de pesquisa e a indústria farmacêutica, os quais geram problemas, dentre eles, grandes riscos à vida humana. O conhecido e tenebroso *caso Monsanto*[83], por seu turno, adensa a ideia de que são bastante graves os efeitos da colonização do pensamento e da atividade científica pelos interesses de grandes corporações mercantis – com clara e reprovável conivência do aparelho estatal via, por exemplo, 'desburocratização' (desregulamentação) dos imperiosos processos meticulosos de testagem científica dos produtos via *lobbies* no alto escalão governamental.

Todavia, para outros, isso não seria suficiente para praguejarmos contra a lógica de livre mercado e seu poder. De acordo com Sen (2010, p. 20), renomado

[83] Para detalhes, sugiro o documentário *O mundo segundo a Monsanto*, da jornalista francesa Marie-Monique Robin (2008), que se baseou no seu livro homônimo. Tal documentário encontra-se disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=y6leaqoN6Ys>. Acesso em: 05 nov. 2013. Indico, também, a leitura do texto *Monsanto Accused of Attempt to Bribe Health Canada for rBGH (Posilac) Approval*, disponível em: <http://www.ethicalinvesting.com/monsanto/news/10009.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013. Neste, há a denúncia de manipulação científica (falsificação e omissão de dados e resultados de pesquisa) e tentativa de suborno das autoridades canadenses para a liberação do uso do *hormônio do crescimento bovino recombinante* (rBGH), um dos produtos da Monsanto, cuja promessa é elevar a produtividade de leite bovino, mas sem efeitos nocivos colaterais para os animais e, sobretudo, para os humanos, o que não é verdade.

economista indiano, laureado com o Prêmio Nobel de Economia, em 1998, “ser *genericamente contra* os mercados seria quase tão estapafúrdio quanto ser genericamente contra a conversa entre as pessoas”. Quanto aos males atribuídos ao capitalismo, um dos argumentos é que atrocidades praticadas por humanos sobre outros humanos não é um advento capitalista, nem está restrito a ele, o que tem respaldo histórico. Outrossim, argumentam que outros regimes político-econômicos, notadamente os radicalmente refratários ao capitalismo, também cometeram atrocidades e alienarem os indivíduos da relação consigo e com os outros, impondo-lhes severos limites[84], o que a história igualmente comprova. Assim, se há provas de que atos reprováveis foram e são realizados em lógicas distintas (capitalista ou não), bem como que efeitos tidos como nefastos decorrem delas[85], parece-me que é imperioso admitir que algo como a maldade ou a arbitrariedade não está restrita a uma ou a outra.

Tendo em vista a razoabilidade dessas alegações, tomo como premissas da minha análise crítica as seguintes afirmações: (1) não há regime perfeito, ampla ou integralmente promotor de liberdades e de um ideal/radical bem comum, pois cada um, pela sua natureza e em nome da sua manutenção, imprimirá uma lógica que restringirá alguns interesses e liberdades, gerando insatisfações e resistências que tendem a ser, de uma forma ou de outra, coibidas e silenciadas; (2) em correlação com a anterior, rejeito qualquer discurso de tipo messiânico ou panaceico (que aposte em alguma forma de utopia do tipo ‘plenitude dos tempos’), segundo o qual

---

[84] É conhecida a crítica arendtiana ao papel central da questão social em detrimento da liberdade presente, especialmente, no pensamento marxista. Em síntese, a ideia de Hannah Arendt é que a busca revolucionária pela solução das desigualdades sociais de cunho econômico colocaram a luta política pela liberdade em segundo plano ou até mesmo a comprometeram radicalmente, tornando-se revolução totalitária ou, no limite, autoritária. Sobre isso, sugiro o artigo de AGUIAR, Odilio A. A questão social em Hannah Arendt. *Trans/Form/Ação*, v. 27, n. 2, p. 7-20, 2004.

[85] André Gorz, abordado por Abramovay (2009, p. 68), é um exemplo, na medida em que entende que “[...] essa inversão (a atividade criativa humana a serviço do sistema de máquinas, numa relação de alienação) não decorre do capitalismo e não seria abolida caso o regime social de produção deixasse de ser capitalista. A relação de estranhamento entre o trabalhador e os meios materiais de produção (quer se trate de máquinas, de escritório ou de uma locomotiva) não é abolida pelo fato de ele não mais trabalhar para o capital e sim para o coletivo organizado dos operários que teriam controle sobre a produção social. A tentativa soviética de imprimir identidade existencial, sentido humano ao trabalho resultou no stakhanovismo, que em nada se distinguia das piores práticas administrativas aplicadas nas sociedades capitalistas. O projeto político que consiste em ultrapassar o capitalismo por meio da expropriação dos grandes meios de produção e troca e da substituição generalizada do mercado pelo planejamento central padece do vício de imaginar que uma organização social complexa pode ser perfeitamente transparente aos olhos de seus participantes e, por aí, então, gerida de forma democrática”.

haveria uma solução *para todos* os problemas reais, sem a criação de outros e imprevistos problemas reais, por meio da implementação de dado sistema político e econômico. Como conclusão – fechando uma espécie de silogismo básico – infiro que cada regime de governo dos homens tem suas normas, suas estratégias de convencimento e dominação, produz seus efeitos típicos, uns considerados bons, outros considerados maus, segundo os critérios que consubstanciam a interpretação judicativa de cada um, mas todos decorrem da lógica que eles implementam.

Destarte, sem visar a detalhar todas as facetas da economia capitalista, restrinjo-me a tentar identificar apenas alguns traços da lógica de livre mercado e a interpretar alguns dos seus efeitos, sem, contudo, poder afirmar que eles seriam totalmente superados pela instauração de outra lógica, tampouco que esta não geraria outros problemas semelhantemente complexos e carentes de solução, já que ela mesma não poderia ou não se interessaria em prover. Em síntese, assumo uma perspectiva cética acerca não da melhoria das relações entre os humanos, da sua relação com o meio ambiente, de um regime político e econômico 'menos pior' em alguns pontos do que o hegemônico, mas da possibilidade de perfeição e plenitude benfazeja de qualquer regime. Feitas essas considerações propedêuticas, passo a analisar a lógica capitalista do livre mercado.

Dito de modo genérico, falar em mercado é tratar de relações de troca entre indivíduos. Segundo Nicholas G. Mankiw (2012, p. 66), conhecido economista norte-americano, "um mercado é um grupo de compradores e vendedores de um determinado bem ou serviço". Contudo, o mercado pode assumir variados formatos. Um deles é o regime de *livre mercado*. O regime de livre mercado está baseado numa *economia de mercado*, ou seja, "uma economia que aloca recursos por meio de decisões descentralizadas de muitas empresas e famílias quando estas interagem nos mercados de bens e serviços" (MANKIW, 2012, p. 10). Ainda segundo Mankiw (2012, p. 10),

> as empresas decidem quem contratar e o que produzir. As famílias decidem em que empresas trabalhar e o que comprar com seus rendimentos. Essas empresas e famílias interagem no mercado, em que os preços e o interesse próprio guiam suas decisões.

Segundo Sen (2010, p. 20), "a contribuição do mecanismo de mercado para o crescimento econômico é obviamente importante, mas vem depois do

reconhecimento da importância direta da liberdade de troca – de palavras, bens, presentes". Perseverando na defesa da relação intrínseca entre mercado e liberdade, Sen (2010, p. 21) afirma que: "a liberdade de entrar em mercados pode ser, ela própria, uma contribuição importante para o desenvolvimento, independentemente do que o mecanismo de mercado possa fazer ou não para promover o crescimento econômico ou a industrialização". Para o economista indiano, a *liberdade do contrato de trabalho*, "[...] em oposição à escravidão e à exclusão forçada do mercado de trabalho" (SEN, 2010, p. 21), e o *livre acesso ao mercado de produtos* são elementos que têm um *papel básico na vida social*. Numa afirmação que, como veremos, mostrar-se-á, no mínimo, incompatível com sua noção de *liberdade enquanto capacitações ligadas a processos e oportunidades reais*, bem como com a sua ideia de uma *relação indissociável entre renda e capacitações*, Sen (2010, p. 156) chega a asseverar que:

> O mercado de trabalho pode ser libertador em muitos contextos diferentes, e a liberdade básica de transação pode ter uma importância crucial, independentemente do que o mecanismo de mercado vier ou não a realizar no que se refere a rendas, utilidades ou outros resultados.

A aposta em tais liberdades (que, em si mesmas, possuem plausível validade, sendo passíveis de justificação), que só seriam garantidas pelos mecanismos de mercado, mostra-se como uma abstração social que encontra fortes empecilhos empíricos. Primeiramente, a oposição binária diametralmente oposta liberdade *versus* escravidão é uma questionável estratégia retórica para defender a positividade dos mecanismos de mercado. É flagrante a artificialidade da ideia de um mundo em que haveria extremos tão díspares e sem múltiplas gradações intermediárias. Ademais, se a escravidão foi e é uma realidade, inclusive em sociedades capitalistas, em que os direitos trabalhistas vêm sendo continuamente 'flexibilizados' e desrespeitados, o mesmo não se pode dizer de uma total liberdade do contrato de trabalho, segundo a qual estaríamos livres de determinações de variados matizes e fortes coações. Dito de outro modo, há formas escravagistas de trabalho na lógica de mercado e não há liberdade plena de trabalho nesta mesma lógica.

Escolher em que trabalhar se mostra, inequivocamente, uma liberdade cuja relatividade é bastante significativa. Ainda assim, menoscabada, é uma espécie de

luxo. Os indivíduos que possuem o poder de ditar as regras do mercado de trabalho, que é flagrantemente coativo, impõem os termos do contrato. Nele, a 'cláusula liberdade' não é uma regra pétrea, sequer uma preocupação secundária. Fazendo justiça aos mecanismos de mercado, é mais ou menos comum uma importante acepção de liberdade: *a de demitir-se*. Não ser obrigado, formalmente, a trabalhar num emprego específico para todo o sempre é, sem dúvida, algo digno de nota. Entretanto, dada a necessidade de sobrevivência, nem sempre ela se apresenta como uma possibilidade real, mas tão somente formal. Por outro lado, o mercado de trabalho desfruta de uma série de mecanismos de controle da função do trabalhador, alguns bastante sub-reptícios[86], outros nem tanto[87], que o coloca sob forte coação e, logo, controle.

Por seu turno, soa, no mínimo, ingênuo supor que haja um livre acesso ao mercado de produtos. A liberdade formal de acesso está claramente condicionada a alguns fatores, notadamente, *poder de compra* (dinheiro ou crédito). Não é necessário aprofundar a refutação de tal liberdade, bastando ressaltar que só podem exercê-la os indivíduos que possuem dinheiro para comprar os produtos vendidos no mercado. Isto é, a existência de um livre mercado de produtos não garante, por si só, o livre acesso a ele.

Inobstante as evidências e os argumentos, resta patente que é um traço fundamental do ideário neoliberal creditar à lógica de economia de mercado a função de promotora e garantidora de modalidades de liberdades, supondo que tal lógica não seja concreta e incontornavelmente diretiva e, no limite, coativa.

Como se pode facilmente constatar, as liberdades formais supracitadas não têm sido garantidas, na prática, a todos, sequer à maioria, na medida em que dependem de algo que não está disponível para todos na mesma proporção em sociedade de mercado, sendo que a privação é radical nalguns numerosos casos: condições materiais (notadamente, capital, dinheiro) das quais derivam o acesso a oportunidades sociais e garantia de direitos (igual tratamento e consideração), tais

[86] Por exemplo, pesquisas de opinião, nas quais o trabalhador deve avaliar a empresa em que trabalha. As respostas do trabalhador podem ajudar a empresa e definir se ele tem ou não 'perfil' para prosseguir no cargo. Outro exemplo, no caso das empresas fornecedores de serviços educacionais, são as ditas 'avaliações discentes', verdadeiras pesquisas de satisfação do cliente, o que também serve para a mesma finalidade citada.

[87] Por exemplo, controle de ponto; prêmios por produtividade; etc.

como, nutrição adequada, educação, saúde, justiça. Carecemos de indícios de que as sociedades governadas pelo mecanismo de mercado tenham resoluta e diligentemente combatido aquilo que Sen (2010) denomina de *fontes de privação de liberdade*: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência de serviços públicos e intolerância ou interferências excessivas de Estados repressivos. O próprio economista sabe disso: "a despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdade elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo à maioria" (SEN, 2010, p.17).

É, portanto, plausível pressupor que os mecanismos de mercado têm se mostrado ineficientes quanto à capacidade de promover liberdades. Considerando a perspectiva de liberdade adotada por Sen (2010, p. 32), ou seja, algo que "[...] envolve tanto os *processos* que permitem a liberdade de ações e decisões como as *oportunidades* reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais", tal pressuposição pode ser retomada com força de inferência.

Como a pedra angular das chamadas *sociedades livres*, a intervenção do Estado sobre a economia é um 'mal' que deve ser combatido. Além de ser tida como desnecessária, haja vista a 'mão invisível' do mercado já exercer, em tese, uma satisfatória função reguladora, a 'intromissão' do Estado em assuntos 'do mercado' é prejudicial, pois comprime a liberdade dos indivíduos e o desenvolvimento econômico de um país. A ideia de que o mercado deve ser legiferado apenas pela chamada *lei da oferta e demanda* (ou procura)[88], o que deve, desse ponto de vista,

[88] Segundo Mankiw (2012, p. 67; grifo do original), "a **quantidade demandada** de um bem qualquer é a quantidade desse bem que os compradores desejam e podem comprar"; "a **quantidade ofertada** de qualquer bem ou serviço é a quantidade que os vendedores querem ou podem vender" (2012, p. 73; grifo do original). Ainda segundo o economista norte-americano, muitos fatores determinam a demanda e a oferta de um bem ou serviço, mas um exerce papel central: o preço do bem. A "relação entre preço e quantidade demandada aplica à maioria dos bens existentes na economia e, na verdade, é tão universal que os economistas a chamam de **lei da demanda**: com tudo o mais mantido constante, quando o preço aumenta, sua quantidade demandada diminui; quando o preço diminui, a quantidade demanda aumenta" (MANKIW, 2012, p. 73); a "relação entre preço e quantidade [...] ofertada é chamada de **lei da oferta**: com tudo o mais mantido constante, quando o preço de um bem aumenta, a quantidade ofertada desse bem aumenta, e, quando o preço de um bem cai, a quantidade ofertada desse bem também cai" (MANKIW, 2012, p. 73). A demanda pode ser individual ou *demanda de mercado*, ou seja, a soma das demandas individuais por determinado bem ou serviço. O objetivo do mercado, que é o lucro, faz com que a melhor relação entre oferta e demanda seja, em geral, a situação denominada de *excesso de demanda*. Como há, nesta situação, mais demanda por bens e serviços do que a oferta deles no mercado, o vendedor pode aumentar o preço sem risco, ao menos imediatamente, de prejuízo. Note-se que o que regula o mercado não é a necessidade vital do bem ou serviço, mas o preço que eles podem ter em dada relação de oferta e demanda. Não raro, vê-se o

guiar a economia de um modo 'neutro', imparcial, é um dos pontos-chave da lógica em questão. Mas, como essa lei fundamental não sobrevive sem alguns estímulos, a tese ou a pretensão da não diretividade mostra-se rapidamente falsa.

Além de atuar fortemente na orientação do modo como os humanos devem se relacionar, controlando o chamado *mercado de trabalho*, o mercado não pode esperar que novas necessidades ou demandas surjam espontaneamente. Ele mesmo se encarrega de criá-las. Um pacote de novas *necessidades artificialmente criadas* (novas mercadorias) é inserido no mercado periodicamente. Inovações, notadamente as tecnológicas, que são criadas aos montes, mas distribuídas aos poucos. O último modelo de dada mercadoria precisa se tornar ultrapassado, para que o consumidor (noção que tem substituído a noção de pessoa, humano e cidadão) se sinta, ele mesmo, obsoleto, o que induz certo comportamento consumista. Não se pode esquecer que há, também, falsas inovações, até mesmo no que se refere a medicamentos, já que há novos produtos que são meramente uma nova versão (e sempre mais cara) de algo já existente[89] (MIGUELOTE; CAMARGO JR., 2010), sem reais avanços ou alterações, o que visa a ludibriar o ser humano que é visto meramente como potencial consumidor.

À tática para promover a *sociedade do consumo* está associada a lógica do *prazo de validade funcional*, ou seja, a deliberada redução da vida útil dos produtos, o que está em íntima associação com aquela ideia de destruição criadora, de Schumpeter. O que tem sido chamado de *obsolescência programada* ou *planejada*[90], em associação com as táticas citadas e tantas outras não

---

descarte de alguns bens – leite de vaca, por exemplo – porque o preço está demasiadamente baixo. Em suma, o que regula a lógica do livre mercado é a possibilidade de lucro com o bem ou serviço vendido, nada mais, nada menos.

[89] A título de exemplo, ver matéria intitulada *Farmacêutica factura milhões com inovação duvidosa na osteoporose*. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=655523>. Acesso em: 05 nov. 2013. Também sugiro a elucidativa *web*conferência do médico Ronaldo Zonta disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=w6SaE8GT9Is>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[90] Sobre isso, ver PADILHA, Valquíria e BONIFÁCIO, Renata C. A., em artigo intitulado *Obsolescência planejada: armadilha silenciosa da sociedade de consumo*, em que se lê: "Planejar quando um produto vai falhar ou se tornar velho, programando seu fim antes mesmo da ação da natureza e do tempo de uso é a *obsolescência planejada*. Trata-se da estratégia de estabelecer uma data de morte de um produto, seja por meio de mau funcionamento ou envelhecimento perante as tecnologias mais recentes. Essa estratégia foi discutida como solução para a crise de 1929. O conceito teve início por volta de 1920, quando fabricantes começaram a reduzir de propósito a vida de seus produtos para aumentar venda e lucro". Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1489>. Acesso em: 05 nov. 2013.

mencionadas[91], mantém a roda econômica do consumo girando. Afinal, parafraseando um velho adágio popular, *produto vendido não move moinho*.[92]

Outra chave do mecanismo é a *propaganda*. A propaganda (como uma estratégia de *marketing*) é uma das facetas do mercado que mais claramente expressam seu viés pragmático. A propaganda tem um objetivo muito simples (que não é o de informar com veracidade e honestidade): *fazer comprar*. Todavia, para alcançar a sua finalidade, além da ideia de *novidade* (e, logo, de *ultrapassado*), ela precisa produzir a sensação de necessidade e a promessa de satisfação desta. Ao propagandear necessidades artificiais, produz toda sorte de engano, tanto acerca do produto (suas caraterísticas, funções e importância para a vida) quanto dos valores e ideário a ele atrelados. Ante a multiplicidade de exemplos de verdadeiros *gadgets* (objetos de desejo prenhes de promessas enganosas e poder reificante), não me estenderei neste ponto, tomando, com força de um axioma, a afirmação de que a verdade não é um parâmetro para a propaganda voltada para o livre mercado.

Ainda que as pessoas não comprem apenas aquilo que lhes pareça ser necessário ou que tenha uma utilidade prática imediata ou explícita, seu ímpeto consumista é mais acirrado quando tal percepção (ou engano) é produzida. E a utilidade não precisa ser material, mas pode ser apenas simbólica. Ter um IPad®, por exemplo, faz com que o indivíduo ingresse no seleto grupo dos 'humanos-Apple'. Não é tanto ou exclusivamente o produto e a sua tecnologia, mas a marca que se torna desejo de consumo.[93] Contestando o adágio popular segundo o qual 'a propaganda é alma (imoral) do negócio (capitalista)', mas sem reduzir seu poder, a propaganda encarna o verdadeiro espírito do capitalismo, que é a *fetichização da*

---

[91] "Para mover esta sociedade de consumo precisamos consumir o tempo todo e desejar novos produtos para substituir os que já temos – seja por falha, por acharmos que surgiu outro exemplar mais desenvolvido tecnologicamente ou simplesmente porque saíram de moda. Serge Latouche, no documentário *A história secreta da obsolescência planejada* (disponível em: <www.youtube.com/watch?v=q97DdVViqLg>. Acesso em: 05 nov. 2013), diz que nossa necessidade de consumir é alimentada a todo momento por um trio infalível: publicidade, crédito e obsolescência".

[92] À frente, veremos como essa ideia se aplica à lógica de produção de artigos. Na medida em que o 'valor' (sua capacidade de pontuar) de um artigo expira após um triênio, podemos, analogamente, dizer que: artigo vencido não move currículo.

[93] À frente, veremos como há uma analogia entre isso a lógica do Fator de Impacto (FI), dado que revistas com alto FI são como marcas acadêmico-científicas que despertam grande desejo em alguns pesquisadores.

mercadoria.[94] É o sujeito tornando-se coisa e a coisa exercendo poderes e funções humanos, tais como, persuadir, concluindo um *ciclo reificador*.

Como um dos traços da lógica de livre mercado e das relações que se estabelece por meio dela, a pretensão de amoralidade parece explícita. Além de não primar pela veracidade das informações, menos ainda pela publicidade das características do processo produtivo (relações sociais) envolvido naquele produto[95], restringindo-se aos 'benefícios' de possuí-lo (ou de ser possuído por ele), não raro, a propaganda de mercado investe em associações escusas ou, mesmo, maledicentes entre produtos.[96] Ou seja, não faz parte da ética de alguns setores do mercado – para não dizer de todos – valores (ou princípios) como a verdade, a publicidade/transparência e a beneficência ou não maleficência, bem como o valor saúde, o que, nalguns numerosos casos, fica evidenciado. Ao menos aparentemente, é o valor lucro que constitui fundamentalmente a ética do mercado.

Numa sociedade em que a lógica da economia de mercado penetra as mais variadas esferas da vida humana, a pretensão de amoralidade do mercado contamina a consciência de alguns sujeitos. Não interessa muito aos sujeitos-consumidores como os produtos da marca são produzidos, mesmo quando isso é revelado pela grande mídia.[97] Assumindo a figura ou personalidade ética do

---

[94] O conceito de mercadoria será abordado na segunda parte da Tese por meio do referencial marxista, a propósito de compreender como o conhecimento científico tem se tornado uma mercadoria.

[95] Adiante, o FI servirá, mais uma vez, para mostrar a aplicação da lógica de mercado à cientometria e bibliometria vigentes, na medida em que é um produto exclusivo de uma empresa (Thomson Reuters) que, portanto, detém o monopólio de um dos mais importantes índices de 'qualidade' acadêmico-científica. Como veremos, tal empresa não preza pela publicidade dos critérios adotados para emissão dos fatores de impacto.

[96] Um caso recente e que teve bastante repercussão nacional refere-se à rede de *fast food* McDonald's. O abuso publicitário presente na venda casada envolvendo seus produtos alimentícios (largamente tidos como não saudáveis) e brinquedos foi alvo de punição pelo Procon-SP, em resposta a denúncia feita pelo *Instituto Alana*, e de ação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado, que proibiu a estratégia publicitária. Ver matérias disponíveis em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/04/procon-sp-mantem-multa-de-mais-de-r-3-milhoes-ao-mcdonalds.html>; <http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2012/08/28/comissao-do-senado-proibe-venda-de-sanduiche-com-brindes-infantis.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013. A título de pergunta retórica: o McDonald's vê as crianças brasileiras como pessoas que necessitam de nutrientes que seus produtos não podem fornecer e, ademais, cujas características podem prejudicá-las; ou as veem como meras consumidoras em potencial a serem persuadidas a qualquer custo?

[97] Ver reportagens disponíveis em: <http://tvuol.uol.com.br/assistir.htm?video=video-mostra-trabalho-em-linha-de-producao-da-apple-na-china-04028D993072CCA92326>; <http://info.abril.com.br/noticias/mercado/apple-e-acusada-de-explorar-trabalho-infanti-02032010-

consumidor, os sujeitos criam uma posição de exterioridade acerca do que consomem. Sua relação é com um objeto, com seus caracteres objetivos, e não com a relação humana e social inerente à sua produção, o que, em tese, desobrigá-los-ia de um dever ou responsabilidade moral.

Não é por acaso que autores têm refletido sobre o chamado *mundo de consumidores* (SENNETT, 2006; BAUMAN, 2011), em que a pessoalidade e a cidadania estão fortemente associadas à capacidade de consumo do indivíduo. Numa sociedade organizada em torno da lógica (ou do *ethos*) da economia de mercado, o humano vira comprador e suas necessidades (naturais ou criadas) só são, via de regra, plenamente satisfeitas se ele puder pagar ao vendedor pelo bem ou serviço que este produz. Pode-se dizer que estamos num paulatino processo de substituição dos direitos fundamentais (humanos, se quiser) pelos direitos do consumidor.

Acima, apontei a passagem da ideia de educação como um direito para a de educação como serviço. Um direito é, via de regra, de todos; um serviço, por sua vez, é para quem pode pagar por ele. Como o vendedor espera ganhar o máximo possível pela venda (de um produto ou serviço), sem se preocupar com um acesso amplo e igualitário, é possível que nem todos possam comprá-lo e, portanto, satisfazer as suas necessidades, sem que isso, necessariamente, crie uma consciência de injustiça, de que algo está estruturalmente errado, normativamente injustificado. Em geral, no máximo, a percepção é de que o problema é a falta de dinheiro para trocar por mercadorias. Assim, tendo dinheiro, tal problema prático está resolvido e a 'cidadania' está reconquistada até a próxima crise econômica ou situação de desemprego. Observe-se que considerações sobre a correção ou não dessa lógica, não raro, estão ausentes.

Na lógica de mercado, não há oferta do que é demandado pelos humanos (enquanto mercado consumidor), porém, ao mesmo tempo, não gera lucro para o vendedor. Por outro lado, não há regulação do preço de um bem ou serviço se este é ampla e intensamente demandado pelos humanos (consumidores), por necessidade ou mero desejo/apego, ainda que altos preços inviabilizem o acesso de alguns a ele. Se considerarmos que a educação está em franco processo de

---

39.shl>; <http://www.nytimes.com/2012/01/22/business/apple-america-and-a-squeezed-middle-class.html?_r=3&ref=charlesduhigg&pagewanted=all>.

mercantilização, ou seja, de passagem do estatuto de direito humano que o Estado democrático deve garantir para o de serviço a ser vendido, presume-se que alguns humanos não possam consumi-la. A privação – conceito ao qual Sen (2010) reporta-se inúmeras vezes – é coirmã da privatização. E, apesar da opulência sem precedentes produzida pelas sociedades capitalistas, como destaca Sen (2010, p. 9), "[...] vivemos igualmente em um mundo de privação, destituição e opressão extraordinárias". E isso não parece afrontar a lógica de livre mercado.

Os estatutos de ser cidadão e pessoa perdem, nessa lógica, valor intrínseco, de algo inegociável sob qualquer argumento ou fim prático. Ao invés, são caudatários de algo que alçou tal categoria (de valor em si mesmo), a saber, o nível de renda e, logo, o poder de consumo. Nada tão novo, porquanto Marx, em 1844, já afirmava categoricamente que (MARX, 2004, p. 157):

> O *dinheiro*, na medida em que possui o *atributo* de tudo comprar, na medida em que possui o atributo de se apropriar de todos os objetos, é, portanto, o *objeto* enquanto possessão eminente. A universalidade de seu *atributo* é a onipotência de seu ser; ele vale, por isso, como ser onipotente. ... O dinheiro é o *alcoviteiro* entre a necessidade e o objeto, entre a vida e o meio de vida do homem. Mas o que medeia a *minha* vida para mim, *medeia-me* também a existência de outro homem para mim. Isto é para mim o *outro* homem...

Marx segue dizendo, com incrível pertinência e atualidade, que (MARX, 2004, p. 159):

> O que é para mim pelo *dinheiro*, o que eu posso pagar, isto é, o que o dinheiro pode comprar, isso *sou eu*, o possuidor do próprio dinheiro. Tão grande a força do dinheiro é a minha força. As qualidades do dinheiro são minhas – [de] seu possuidor – qualidade e forças essenciais. O que eu *sou* e *consigo* não é determinado de modo algum, portanto, pela minha individualidade. [...] sou um ser humano mau, sem honra, sem escrúpulos, sem espírito, mas o dinheiro é honrado e, portanto, também o seu possuidor. O dinheiro é o bem supremo, logo, é bom também o seu possuidor, o dinheiro me isenta do trabalho de ser honesto, sou, portanto, presumido honesto [...]. Se o *dinheiro* é o vínculo que me liga à vida *humana*, que liga a sociedade a mim, que me liga à natureza e ao homem, não é o dinheiro o vínculo de todos os *vínculos*?

Mas não é preciso recorrer a Marx – e aos marxistas – para concluir que o mercado possui limites. Num artigo em que analisam como a crítica econômica e política de Amartya Sen é influenciada pelo pensamento de Adam Smith, Creder e Araujo (2013, p. 104-5) afirmam que

> Sen demonstra que dificilmente pode-se extrair da pioneira análise smithiana do funcionamento da economia de mercado uma teoria que estabeleça a sua suficiência. Ao contrário, Smith destacou o papel crucial de uma multiplicidade de valores sociais na escolha dos comportamentos, além da função reguladora imprescindível das instituições. [...] a fonte dos equívocos hermenêuticos cometidos pelos principais intérpretes de Smith provavelmente reside no fato de expandirem a sua constatação, bastante restrita, de o motivo subjacente às relações comerciais ser o autointeresse, para outras esferas normativas do comportamento. Sendo bastante evidente que as pessoas comerciam movidas pelo próprio interesse, segundo Sen, era igualmente óbvio, para Smith, que uma economia saudável carece de outros valores, como, por exemplo, a confiança mútua, para funcionar de maneira eficiente.

A despeito de discordar da ideia bastante disseminada, por sinal, entre alguns cientistas políticos (especialmente, alguns da corrente do chamado *Capital Social*[98]) de que uma espécie de *déficit de confiança* explicaria complexos e graves problemas estruturais de ordem socioeconômica, vê-se que até mesmo um dos 'pais' da ideologia do liberalismo político e econômico aponta limites da lógica de mercado, apostando que certos valores deveriam complementá-lo ou, quem sabe, limitar a sua voracidade autointeressada. Como questiono nalguns pontos deste capítulo, a questão é saber se isso é possível.

A lógica de mercado não pode governar todos os comportamentos humanos, pode-se inferir do trecho transcrito acima. E, como afirmam os autores, Sen defende a tese de que, em Smith, não há uma defesa de tipo neoliberal, de passividade estatal, tampouco propugnou uma amoralidade no tocante ao mercado (CREDER; ARAUJO, 2013, p. 105-106):

> Ele (Smith) não só era um defensor do papel do Estado na realização das funções sociais de cujo exercício o mercado se eximia (como a promoção do acesso universal à educação e o alívio da pobreza), como defendeu que as escolhas institucionais atendessem a cada problema eventualmente surgido, ao invés de aderir de modo definitivo a alguma fórmula fixa, como sempre deixar ao mercado o livre seguimento do seu curso (SEN, 2009d).
> Na economia, por exemplo, as investigações pioneiras de Smith transcenderam a mera explicação das causas e dos modos de funcionamento do dinamismo da economia de mercado, ou a suficiência do interesse próprio nas relações comerciais: elas também consideraram o papel crucial de motivações morais mais amplas, assim como de determinadas instituições, para a eficácia e a viabilidade da atividade econômica em geral; e, na ética, o conceito de *espectador imparcial*, proposto por Smith na *Teoria dos sentimentos morais*, contribuiu para uma compreensão mais

[98] Tenho em mente, especificamente, Robert Putnam e Francis Fukuyama.

> plena das exigências da justiça, designadamente da imparcialidade em relação a interesses paroquiais (SEN, 2010a).

Em suma, não é possível falar que todo pensador de orientação (neo)liberal é um açodado, ingênuo e amplo defensor dos mecanismos de livre mercado.

A tradição marxista ou marxiana também não é a única a identificar que a vida humana perdeu valor intrínseco, tornando-se *coisa* (*ou mercadoria*) com valor de troca. Preeminente filósofo político norte-americano com orientação ideológica liberal, professor de Harvard e famoso por suas aulas de filosofia política concorridíssimas, Michael J. Sandel (2012) cita alguns interessantes exemplos de como isso vem ocorrendo quanto ao diferencial (ou desigual) acesso a certas 'benesses' mediante pagamento, o que cria uma distinção qualitativa entre os humanos: *upgrade* na cela carcerária em Santa Ana, Califórnia, EUA = US$ 82 por noite; acesso às pistas de transporte solidário[99] em Minneapolis, EUA = US$ 8 nas horas do *rush*; Barriga de aluguel indiana[100] = US$ 6.250; direito de ser imigrante nos Estados Unidos (o *green card*)[101] = US$ 500.000; direito de lançar uma tonelada métrica de gás carbônico na atmosfera[102] = € 13; matricular um filho numa universidade de prestígio = preço não divulgado[103], entre outros.

Além disso, Sandel aborda como a vida humana pode ter valor ou preço distinto, até mesmo quanto se trata da literal troca da vida (ou da segurança de viver) por dinheiro. Sandel (2012) cita alguns exemplos de comercialização da vida humana: alugar espaço na testa (ou outra parte do corpo) para publicidade comercial na Nova Zelândia = US$ 777; servir de cobaia humana em testes de

---

[99] Segundo o autor (SANDEL, 2012, p. 9), "para tentar diminuir o congestionamento do trânsito, Minneapolis e outras cidades estão permitindo que motoristas desacompanhados usem as pistas reservadas ao transporte solidário, a taxas que variam de acordo com a intensidade do tráfego".

[100] Conforme Sandel (2012, p. 9), "os casais ocidentais em busca de mãe de aluguel recorrem cada vez mais à terceirização na Índia, onde a prática é legal e o preço corresponde a menos de um terço das taxas em vigor nos Estados Unidos".

[101] Segundo o autor (SANDEL, 2012, p. 9), "os estrangeiros que investem US$ 500.000 e geram pelo menos dez empregos numa região de alto nível de desemprego recebem um *green card* que lhes dá direito de residência permanente".

[102] Sandel (2012, p. 10) afirma que "a União Europeia mantém um mercado de emissões de gás carbônico que permite às empresas compra e vender o direito de poluir".

[103] "Embora o preço não seja divulgado, funcionários de certas universidades de primeira linha disseram ao *Wall Street Journal* que aceitam alunos não propriamente brilhantes cujos pais seja ricos e suscetíveis de fazer doações financeiras substanciais", Sandel (2012, p. 10).

laboratório farmacêuticos para novas medicações = US$ 7.500[104]; combater na Somália ou no Afeganistão num contingente militar privado = de US$ 250 por mês a US$ 1.000 por dia; comprar a apólice de seguro de uma pessoa idosa ou doente, pagar os prêmios anuais enquanto ela está viva e receber a indenização quando ela morrer = potencialmente, milhões de dólares (dependendo da apólice); ainda no ramo do valor da vida ou, melhor, da morte, a contratação de seguros de vida dos funcionários pela empresa, prática conhecida como *seguro do zelador*[105], entre outros exemplos de práticas comerciais mais ou menos chocantes.

Em outro texto, Sandel (2011) aborda o diferencial valor dado às vidas humanas mencionando a questão do *alistamento militar* nos Estados Unidos. Segundo o autor, "a obrigatoriedade do serviço militar atingia a tradição individualista americana em sua base, e a União abriu uma ampla concessão: quem fosse convocado e não quisesse servir poderia contratar outra pessoa para assumir seu lugar" (SANDEL, 2011, p. 100). Assim, "os convocados publicaram anúncios nos jornais em busca de substitutos, oferecendo até 1.500 dólares, valor considerável na

[104] Quanto mais arriscado ou desconfortável for o teste, maior a remuneração. Sobre esse assunto, sugiro a leitura do livro Elliott (2010). Para o autor, há uma verdadeira *comunidade de sujeitos de pesquisa semiprofissionais* formada por pessoas em flagrante estado de vulnerabilidade social: desempregados, trabalhadores com contrato de trabalho precário, ex-presidiários, imigrantes, etc. Parafraseando Sen (2010), a força das influências sociais restringe o grau e o alcance da liberdade individual dessas classes ou categorias de indivíduos.

[105] Ilegal até a década de 1980, quando, após a pressão das seguradoras sobre a maioria das assembleias legislativas, as leis foram modificadas, o esquema é simples, embora mórbido: a empresa contrata uma apólice de seguro de vida no nome do funcionário, sem a necessidade do seu consentimento, sequer de sua ciência, mas, quando ele morre, é ela que recebe o benefício. Segundo Sandel (2012, p. 132-4), "na década de 1990, as grandes empresas já investiam milhões de dólares nessas apólices de vida empresarias, conhecidas como Coli (*corporate-owned life insurances*), gerando uma verdadeira indústria multibilionária de apostas em futuras mortes. Entre as empresas que compravam apólices em nome dos empregados estavam a AT&T, Dow Chemical, Nestlé USA, Pitney Bowes, Procter & Gamble, Walmart, Walt Disney e a rede de supermercados Winn-Dixie. As empresas eram atraídas a esse tipo mórbido de investimento por vantagens fiscais. [...] A maioria das apólices Coli continuava em vigor mesmo depois que o empregado se demitisse, se aposentasse ou fosse demitido. [...] Em certos Estados, as empresas podiam até comprar seguros de vida e receber benefícios pela morte de filhos e cônjuges dos empregados. [...] O florescente negócio dos seguros do zelador foi trazido ao conhecimento da opinião pública por uma série de artigos no *Wall Strett Journal* em 2002. O diário contava a história de um homem que morrera de Aids em 1992 aos 29 anos, legando um benefício de US$ 339.000 à empresa proprietária da loja de música onde havia trabalhado por breve período. Sua família nada recebeu. [...] A série de reportagens também dava conta do fato terrível, mas pouco noticiado, de que 'depois dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, alguns dos primeiros pagamentos de seguro de vida não foram para as famílias das vítimas, mas para seus empregadores. [...] Será que as empresas devem ter direito de lucrar com a morte dos empregados?".

época. A lei da Confederação também permitia o pagamento de substitutos, o que deu origem à expressão “guerra dos ricos, luta dos pobres” (SANDEL, 2011, p. 100).

Diante das críticas direcionadas a essa prática e de uma série de revoltas populares, que apontavam a clara separação entre quem pode pagar para não arriscar a vida e quem arrisca a vida para poder tentar se manter vivo, uma mudança foi realizada: “em março de 1983, o Congresso aprovou uma nova lei de alistamento, na tentativa de solucionar o problema. [...] a lei permitia que qualquer convocado pagasse ao governo uma taxa de 300 dólares[106] em vez de servir”. Além de não abolir a troca de arriscar-se numa guerra por dinheiro, o Estado estatizou a cobrança. Ou seja, a prática moralmente problemática foi mantida e o Estado encontrou nela um meio de arrecadação. Ademais, formou-se um *mercado pela vida* em torno disso, já que “[...] companhias de seguro permitiam que os participantes pagassem um prêmio mensal por uma apólice que cobriria a taxa em caso de convocação” (SANDEL, 2011, p. 100). Diante da continuidade da revolta acerca do que os jornais intitulavam de “trezentos dólares pela sua vida”, o Congresso, segundo Sandel, aprovou uma nova lei, revogando o pagamento de uma taxa de compensação, embora o direito de contratar um substituto tenha sido mantido no norte durante toda guerra (SANDEL, 2010).

Atualmente, o regime de alistamento adotado nos Estados Unidos é o do *sistema de mercado*, também chamado de *exército voluntário*. “Os soldados são tão ‘voluntários’ quanto os empregados pagos em qualquer profissão. Ninguém é recrutado, e o trabalho é desempenhado por aqueles que concordam em fazê-lo em troca de dinheiro e outros benefícios” (SANDEL, 2011, p. 103). Em tese, o regime em vigor parece ter contornado o problema existente na política de taxas supramencionada. Mas, como já vimos, a força do mercado é muito maior do que a do indivíduo, especialmente dos indivíduos economicamente desprivilegiados ou, melhor, marginalizados, empobrecidos e, portanto, extremamente vulneráveis. Resultado: são os mais pobres que continuam a lutar nas guerras dos ricos. Assim sendo, cabe questionar: se um indivíduo não tiver opções razoáveis de trabalho, a ideia de exército ‘voluntário’ faz sentido ou é equânime? Embora não seja

[106] Segundo Sandel (2011), o valor representava a média salarial anual de um trabalhador desqualificado, o que, por óbvio, mantinha a lógica restritiva de quem pode pagar para não arriscar a sua vida.

compulsório, o alistamento na lógica do mercado não se vale da coação, ainda que de outra natureza (socioeconômica)?

De acordo com Sandel (2011, p. 107),

> a situação econômica e escolar dos atuais voluntários do exército comprova a lógica dessa objeção [...]. Jovens de regiões de baixa renda (renda familiar média de 30.850 até 57.836 dólares) representam a maioria nas fileiras ativas do exército. [...] Nos últimos anos, mais de 25% dos recrutas não têm diploma de ensino médio. E, enquanto 46% da população civil possui algum tipo de educação universitária, apenas 6,5% dos componentes das fileiras militares entre 18 e 24 anos frequentaram uma universidade.

Para complementar o conjunto de dados, Sandel cita que o percentual de egressos de grandes universidades que se alistam é baixíssimo (por exemplo, dos 1.108 formandos, em 2006, na Universidade de Princeton, apenas 9 se alistaram), bem como é irrisório o número de filhos(as) de membros do congresso alistados (cerca de 2%). Desse modo, infere-se que a vida de parcela da população norte-americana está sendo paga para lutar pelo país nas suas guerras. Supondo que lutar em guerras é um dever cívico, portanto, politicamente justificado e amplamente requerido dos cidadãos, nota-se como tal dever está restrito à camada da população empobrecida, justamente a que já é mais vulnerável, o que encerra uma incoerência ou desigualdade social patente. Vê-se, portanto, que deveres e direitos são desigualmente distribuídos ou acessíveis.

Esses dados acerca da relação entre nível educacional e valor da vida individual podem ser interpretados à luz da teoria de Sen. Segundo Sen (2010, p. 10, trecho entre colchetes incluído), “[...] oportunidades sociais de educação e assistência médica, que podem requerer a ação pública [intervenção do Estado], complementam oportunidades individuais de participação econômica e política e também favorecem nossas iniciativas para vencer privações”. A privação dessas oportunidades tem, como os dados apontam, contribuído para a priva(tiza)ção da liberdade de preservar a própria vida. E, considerando que as muitas guerras de conquista norte-americanas promoveram o seu estágio de atual, tido como de país desenvolvido, se admitirmos a tese seniana de que o desenvolvimento se mede pela promoção de liberdades, o rótulo estadunidense de nação desenvolvida ficaria em xeque.

No Brasil, dentre tantas amostras de como a cidadania e a pessoalidade (se se quiser, a dignidade humana) estão condicionadas conforme a lógica subjacente aos exemplos citados, pode-se tomar como exemplo a existência da *lei da fiança*, que condiciona a liberdade de acusados por alguns crimes a quem possa pagar um valor que, segundo a nova lei de processo penal, pode chegar a R$ 109.000.000,00.[107] Ou seja, o direito de responder em liberdade a alguma acusação penal não é acessível a qualquer cidadão, mas depende do poder econômico do qual desfruta. Há outros exemplos dessa lógica, tais como os relacionados ao acesso desigual à educação básica de qualidade, à assistência à saúde, a uma alimentação nutricionalmente adequada, ao lazer culturalmente relevante, à segurança, etc.

Tais dados de realidade apontam para a importância do poder econômico do indivíduo para o modo como ele é tratado, os direitos aos quais tem acesso e as situações às quais tem de se submeter para manter-se vivo numa sociedade em que tudo – ou quase tudo, pelo menos ainda – está sujeito à lógica do mercado, podendo ser trocado por dinheiro. Em outras palavras, aí estão algumas das formas de reificação do humano atinentes à lógica do mercado.

A questão acima remete a um traço fundamental da lógica em tela: o *direito de propriedade*, definido por Mankiw (2012, p. 10) como a "habilidade de um indivíduo para possuir e exercer controle sobre recursos escassos". Antecipando algo que ficará mais claro a seguir, a saber, a mudança do sentido do termo economia, cumpre notar que os recursos disponíveis para a humanidade, tidos como escassos, na lógica da economia de mercado, são possuídos e controlados por alguns indivíduos 'habilidosos', recursos que, como vimos, determinam o estatuto social e, se se quiser, moral dos sujeitos.

Observando que o termo *habilidade* pode ser um eufemismo severamente problemático, aqui, o Estado deve intervir pesadamente, pois

> os fazendeiros não cultivarão alimentos se acharem que suas colheitas serão roubadas; os restaurantes só servirão refeições se tiverem a garantia de que os clientes pagarão antes de ir embora e uma companhia não produzirá CD se muitos consumidores em potencial fizerem cópias ilegais" (MANKIW, 2012, p. 10).

[107] Sobre o assunto, sugiro leitura de matéria disponível em: <http://jus.com.br/artigos/20222/a-nova-lei-das-prisoes-e-o-sistema-penal-brasileiro>. Acesso em: 05 nov. 2013.

Assim, cabe ao aparelho repressivo estatal exercer diligentemente uma função de manutenção das condições fundamentais do mercado, quer por meio de leis (por exemplo, que garantam a propriedade privada e punam, consequentemente, aquilo que a ameace – o furto, o roubo, etc.), quer por meio de instituições (por exemplo, a polícia e o poder judiciário). Interessante notar essa concessão do mercado ao Estado, requisitando sua intensa e extensa atuação regulatória, de controle.

Para Mankiw (2012, p. 10), "[...] as economias de mercado têm se mostrado muito bem-sucedidas na organização da atividade econômica para promover o bem-estar econômico geral". Em consonância com o que anunciei, os critérios utilizados para avaliar podem mudar radicalmente o entendimento sobre o caráter desenvolvimentista da lógica de livre mercado; ou, mais especificamente, a pertinência de um modelo de livre mercado para gerir pessoas, recursos ou atividades afetos à universidade. Farei isso prosseguindo na identificação de mais alguns dos seus traços fundamentais, apresentando alguns argumentos para criticá-los.

A *livre competição* é peça-chave dessa lógica. Wolff (1998) afirma que relações de troca é uma coisa e a competição econômica é outra; mas, colocando as duas juntas, tem-se o livre mercado, cujo fim é a eficiência produtiva (genericamente, a relação ente custos de produção e preço de venda, da qual se aufere os lucros), e não o significado existencial do trabalho realizado ou a necessidade de um bem ou serviço para a sobrevivência humana. Wolff (1988) cita um trecho da famosa obra *Sobre a liberdade*, de John Stuart Mill (1806-1873), renomado filósofo utilitarista inglês, em que os males da competição individual são tidos como óbvios (inveja, ódio, falta de caridade), na medida em que um precisa perder para que outro vença. Numa disputa competitiva, a satisfação de um só se realiza sobre a frustração do outro. Numa sociedade (de economia) competitiva, a acumulação é um sinal de vitória. Assim, as pessoas usam seus poderes para acumular sempre mais[108], desconsiderando as necessidades dos outros (COHEN

[108] Adiante, ver-se-á pertinência desse princípio capitalista ao tema da Tese, na medida em que a *acumulação de artigos* para o robustecimento do currículo é uma das marcas do que analiso.

apud WOLFF, 1998). Assim, conclui o autor, a competição pode ser uma forma de exploração, especialmente dos humanos mais vulneráveis.

Conforme Singer (2001),

> Na economia capitalista, a regra de sociabilidade 'deveria' ser a competição, tanto entre empresas quanto dentro das empresas. A competição entre empresas é essencial para preservar os direitos da parte mais desconcentrada, seja de compradores seja de vendedores. O equilíbrio entre oferta e demanda exige, em princípio, competição livre, que implica em um número tão grande de vendedores e compradores que nenhum dos lados pode impor o preço ao outro.

Ainda segundo Singer (2001), tal competição, no atual estágio do capitalismo, tem ocorrido, em nível global, entre oligopólios, entre empresas gigantes ou multiempresas transnacionais. A existência de poucas empresas (ou conglomerados de empresas que são fruto de fusões), por óbvio, aumenta o poder de mercado destas, o que as permite determinar preços e exercer uma enorme influência sobre o que deve ser produzido, quando e onde, bem como a que tipo e montante de remuneração. Com isso, o *mercado competitivo*, isto é, "[...] um mercado onde há tantos compradores e vendedores que cada um deles tem impacto insignificante sobre o preço do mercado" (MANKIW, 2012, p. 66), é substituído por oligopólios, notadamente nalguns setores, gerando um recrudescimento de más práticas econômicas.[109] Por tabela, tais megaempresas, com o poder econômico que desfrutam, acabam exercendo majorado poder político[110], por exemplo, por meio de *lobbies*[111] e intensa corrupção de agentes públicos nos diversos níveis

---

[109] Adiante, quando tocar no tema do *mercado de publicações*, a existência de megaeditoras trará esse ponto de volta à discussão.

[110] No Brasil, são inúmeros os casos. A influência de empreiteiras, como a Odebrecht, entre outras empresas de variados ramos do mercado, tem sido alvo de uma série de reportagens que dão conta de denúncias sobre relações escusas com políticos e governos e a pressão exercida sobre eles para satisfazer os seus interesses comerciais. A título de exemplo, ver: <http://www.hojeemdia.com.br/noticias/politica/petrobras-reduziu-em-41-contrato-suspeito-com-a-empreiteira-odebrecht-1.157082>; <http://www.portali9.com.br/noticias/denuncia/filho-de-ministro-e-um-meteoro-na-odebrecht>; <http://www.proprietariosdobrasil.org.br/wiki/index.php?title=Odebrecht>; <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-05-14/odebrecht-critica-relacao-entre-governo-e-congresso-na-votacao-da-mp-dos-portos>; <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/07/05/governo-entrega-maracana-a-consorcio-e-releva-pendencia-em-contrato.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[111] Uma legal (jurídico), mas evidentemente problemática forma de *lobby* é o financiamento de campanhas políticas por empresas. Obviamente, o candidato patrocinado, caso eleito, estará comprometido com os interesses da empresa que o financiou. Um dos pontos-chave da reforma

governamentais, como o supracitado caso da Monsanto, comprometendo o que se pode denominar de bom funcionamento das instituições democráticas liberais.

Sobre a relação de submissão dos Estados aos interesses das empresas transnacionais, cabe citar as observações de Roberto Romano. Segundo o professor de ética e filosofia da UNICAMP, o Estado brasileiro teria uma *dupla e contraditória face*:

> Ele, ao mesmo tempo, providencia, nos gabinetes econômicos, por intermédio de suas elites subordinadas, as condições para a acumulação transnacional dos capitais e representa a nação que não é possível transnacionalizar, a maioria de milhões de marginalizados do movimento financeiro, técnico, científico, educacional de saúde, etc. [...] Os governantes, não apenas enquanto demagogia, mas por um choque real, precisam, ao mesmo tempo, indicar políticas sociais responsáveis, recolher impostos escorchantes, definir normas jurídicas, aplicar a força física em proveito do capital transnacional (ROMANO, 2002, p. 65-6).

A tentativa de conciliar interesses antagônicos, via de regra, mostra-se desventurosa. O Estado não tem se mostrado capaz de atender demandas sociais que não confluam, de um modo ou de outro, mediatamente aos interesses da economia de mercado. Um exemplo disso são as políticas sociais de renda mínima, muitas vezes, uma forma de aquecer o consumo e *movimentar a economia*. Assim, criando políticas sociais aqui e acolá, enfim, o interesse público é projetado à imagem e semelhança dos interesses corporativos e mercantis. Segundo Romano (2002, p. 66, grifo nosso), nesta lógica,

> [...] os governos devem, como prioridade absoluta, adotar políticas fiscais e monetárias (usando o monopólio do excedente econômico) que assegurem a estabilidade para os capitais transnacionais e providenciar a estrutura básica para a atividade econômica global (aeroportos, portos marítimos, redes de comunicação, *sistemas educacionais*), de acordo com o que o capital internacional requer de seu país.

Com uma "[...] máquina do Estado dócil para as diretrizes transnacionais" (ROMANO, 2002, p. 66), os sistemas e instituições estatais – incluindo as educacionais – adequam-se ao *ethos empresarial* e aos seus princípios, entendimento que reforça o que vimos anteriormente.

---

política no Brasil é justamente o financiamento público de campanhas políticas, embora alguns críticos acreditem que isso não diminuirá a influência do poder econômico sobre a política estatal.

Aqui, é imperativo mencionar o entendimento do sociólogo Max Weber sobre o funcionamento do Estado moderno (apud LUKÁCS, 2012, p. 214, trecho entre colchetes incluído):

> A semelhança estrutural [entre o desenvolvimento capitalista e o Estado correspondente] é, de fato, tão grande que nenhum historiador realmente perspicaz do capitalismo moderno poderia deixar de constatá-la. Max Weber descreve o princípio fundamental desse desenvolvimento da seguinte maneira: "Ambos são, antes, bastante similares em sua essência fundamental. O Estado moderno, de um ponto de vista sociológico, é uma 'empresa' tal como uma fábrica [...]. E as relações de dominação na empresa também estão, nos dois casos, submetidas a condições da mesma espécie [...]: os instrumentos, as reservas e os meios financeiros, indispensáveis tanto à empresa quanto à vida econômica, estão nas mãos do empresário, num caso, e do chefe político, no outro".

Retomando um ponto mencionado acima, um dos típicos princípios da lógica da economia de livre mercado que tem norteado a gestão das IES é o da *eficiência*. Segundo Mankiw (2012, p. 5, grifo do autor), "**eficiência** significa que a sociedade está obtendo o máximo que pode de seus recursos escassos". Mankiw (2012, p. 145, grifo do autor), ao tratar do conceito de *excedente total*[112], afirma que "se uma alocação de recursos maximiza o excedente total, dizemos que tem **eficiência**. Se uma alocação não é eficiente, então parte dos ganhos potenciais do comércio entre compradores e vendedores não está sendo obtida". Ou seja, a eficiência do mercado está intima ou, talvez, exclusivamente atrelada a um fim pragmático: auferir o maior resultado com os recursos disponíveis. Noutras palavras, o foco está no lucro dos vendedores, na razão entre custo e benefício (financeiro).

Se uma alocação é ineficiente, quer dizer, "[...] se um bem não está sendo produzido ao menor custo pelos vendedores [...]", deve-se "[...] deslocar a produção de um produtor de alto custo para outro que tenha custo mais baixo[113] [...]" (SEN,

---

[112] "O excedente total de um mercado é o valor total atribuído pelos compradores dos bens, medido por sua disposição para pagar, menos o custo total dos vendedores que fornecem esses bens", Mankiw (2012, p. 145).

[113] É importante ressaltar que o *salário* pago aos trabalhadores e direitos trabalhistas são fatores que compõem o custo de produção. Assim, deslocar a produção para um produtor de baixo custo pode significar contratar alguém que paga salários mais baixos ou, no limite, não paga salário. Diretamente relacionado a isso, é comum economistas defenderem a insidiosamente chamada *flexibilização das leis trabalhistas*. São amplamente conhecidas as 'estratégias de mercado' de algumas empresas, que, no afã de reduzir custos de produção, deslocam suas fábricas para países com leis trabalhistas mais 'flexíveis'. Outrossim, são inúmeras as recentes denúncias de trabalho escravo, inclusive no Brasil. Para alguns exemplos, ver reportagem na revista Exame. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/gestao/noticias/o-que-a-zara-e-5-grifes-fazem-mesmo-com-o-trabalho-escravo/>. Acesso em: 05 nov. 2013. Outro elemento que compõe o custo de

2010), pois a redução do custo total para os vendedores tenderá a aumentar o excedente total (o lucro).

O mercado investe constantemente em pesquisas, inclusive teóricas, sobre o par eficiência-produtividade, estabelecendo e reformulando regras e procedimentos com vistas ao aumento dos lucros. Färe e Grosskopf (2003), por exemplo, estabeleceram novas orientações para os rumos da produtividade eficiente, utilizando a Teoria da Produção Axiomática e a Teoria da Dualidade Associada para alcançar novos resultados. Objetivando modificações nos modelos tradicionais de produção, tais conhecidas teorias econômicas são articuladamente pensadas, a fim de forjar um modelo complexo para gerir ainda mais eficientemente a produção, aumentando, com isso, os lucros. Por meio dele, a produção, dentro de uma relação tempo-espaço dada, pode ser aperfeiçoada com novas 'entradas' (*inputs*), o que se espera que gere novas saídas (*outputs*). Esse processo de gestão do processo de conversão de entradas em saídas, ou de recursos em produtos, deve ser gerido e/ou mensurado/avaliado por parâmetros que forneçam índices de eficiência econômica.

Em síntese, o valor eficiência parece restrito a uma equação instrumental, cujo fim está dado, cabendo apenas encontrar os melhores meios. No tocante ao mercado de produtos, pode-se inferir que a gestão dos recursos a serem transformados em produtos comercializáveis respeita a seguinte lógica: preço do produto (para compradores) – custo de produção (para vendedores) = ao lucro (para os vendedores). Noutras palavras, produzir ao menor custo para gerar o maior lucro.

Numa relação analógico-metafórica utilizando o termo *custo*, se consideramos coisas de naturezas distintas, surge uma interessante inversão quanto ao efeito do *baixo custo*: ao passo que o *baixo custo pecuniário* para produzir algo pode gerar o *maior lucro* possível (também pecuniário, efeito 'positivo' restrito a um ou poucos indivíduos); o *baixo custo ético* para produzir algo pode gerar um *alto prejuízo* (efeito negativo) de outras ordens, tais como, social e moral, portanto, coletiva.[114]

---

produção são os impostos. Assim, a sonegação dos mesmos pode implicar o aumento dos lucros das empresas. Sobre isso, ver matérias/documentos disponíveis em: <http://www.conversaafiada.com.br/pig/2013/06/28/globo-sonegou-i-renda-a-dilma-vai-cobrar/>; <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2013/07/19/interna_mundo,377989/g20-quer-atuar-contra-as-multinacionais-que-sonegam-impostos.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[114] Como veremos adiante, o baixo 'custo ético' expresso pela adoção de más condutas acadêmico-científicas para elevar a produtividade em pesquisa pode estar gerando um alto prejuízo para a ciência, Academia e humanidade.

Sobre o conceito de eficiência econômica, Sen (2010, p. 157) afirma que ele é definido, tradicionalmente, pelo modelo de "otimalidade de Pareto", ou seja, "uma situação na qual a utilidade (ou bem-estar) de qualquer pessoa não pode ser aumentada sem reduzir a utilidade (ou bem-estar) de alguma outra". Dito de outro modo, "não é possível melhorar os resultados do mecanismo de mercado de modo que viesse a aumentar a utilidade de todas as pessoas (ou aumentar a utilidade de algumas sem reduzir a utilidade de outras)" (SEN, 2010, p. 157). Para a realização da eficiência, de acordo com o chamado *teorema de Arrow-Debreu*, a única motivação que deve guiar a ação humana é o *autointeresse*. Assim, o princípio eficiência está atrelado ao princípio da desigualdade vantajosa ou da vantagem desigual e ao princípio do individualismo radical, o que é admitido inescrupulosamente, pois, num mundo competitivo, para uns serem beneficiados, outros têm de ser prejudicados. Ou, para uns ganharem, uns têm de perder, reafirmando o que vimos acima em Wolff. Para a ética do livre e competitivo mercado, o humano não é um fim em si mesmo, algo que tem um valor intrínseco que não pode estar submetido à utilidade instrumental (mero meio). Ao invés, os humanos podem ser desigualmente tratados, a fim de que a eficiência do mercado (o fim em si mesmo) seja alcançada. É o humano como meio, objeto, o humano reificado.

Neste ponto, importa retomar a suscetibilidade do comportamento humano a influências, direcionamentos, induções e afins abordada anteriormente. O entendimento de que a economia estuda o comportamento humano e o processo decisório envolvido na existência humana, como será apontado abaixo, é fundamental, na medida em que revela uma das facetas problemáticas (ou perversas) da hegemônica racionalidade econômica. Dentre outras motivações, podemos tomar decisões e orientar condutas por razões de eficiência ou de igualdade. Considerando que igualdade "[...] significa que os benefícios advindos [...] (dos) recursos (escassos) estão sendo distribuídos uniformemente entre os membros de uma sociedade" (MANKIW, 2012, p. 5; termos entre parênteses incluídos), Mankiw trabalha o conflito entre eficiência e igualdade como constituindo um dos *tradeoffs*[115] da vida. Haja vista a propalada eficiência do mercado (ou busca

[115] Segundo a nota do tradutor, "em economia, *tradeoff* é uma expressão que define uma situação de escolha conflitante, isto é, quando uma ação econômica que visa à resolução de determinado problema acarreta, inevitavelmente, outros" (MANKIW, 2012, p. 5).

obstinada e acrítica dela), o que mantém a vigência da sua lógica e expande o seu alcance e domínio, pode-se concluir que a igualdade tem sido um valor desprezado sistematica e intencionalmente. Em suma, o preço da eficiência é altíssimo.

Ainda que a etimologia de um termo não estabeleça um sentido único, verdadeiro, obrigatório e imutável, é interessante notar que a noção originária de economia como *administração da casa* (*oikos* = casa e *nomos* = lei) ou da *coisa pública (res publica*), que possuía um caráter coletivo e ético, do interesse comum (mesmo que seja algo difícil de precisar), vem sendo substituída por um sentido privado, do interesse particular, dos benefícios para alguns em detrimento, necessariamente, de outros. Se, para aquela noção de economia, ser eficiente era gerir os recursos limitados, a fim de distribuí-los, em tese, de modo justo para todos 'os da casa'; para esta, ser eficiente é usar os recursos disponíveis e escassos (inclusive os chamados recursos humanos) para auferir o maior lucro possível na relação mercantil de compra e venda de produtos ou serviços. Como é possível notar, o horizonte normativo e potencialmente inclusivo inerente a *todos os da casa* foi substituído pela restrição inerente a *quem pode pagar*. Creder e Araujo (2013) parecem servir de apoio a essa observação, vez que afirmam que Sen reportaria ao *trágico divórcio entre ética e economia* a causa das mais graves injustiças sociais da atualidade.

Acerca do livro *Economics*, de Paul Samuelson, o principal manual de economia na segunda metade do século XX, Sandel sublinha que economia é entendida como "'o mundo dos preços, salários, taxas de juros, ações e títulos, bancos e crédito, impostos e gastos'" (SANDEL, 2012, p. 85). Sandel também cita a definição de economia de Mankiw para sugerir que houve mudanças na acepção de economia: "'não existe qualquer mistério no que é a 'economia'. Uma economia é simplesmente um grupo de pessoas interagindo na condição de suas vidas'" (SANDEL, 2012, p. 85). O caráter genérico da definição pode ser apropriado para definir um conceito amplo. Porém, falar em economia atualmente é falar em economia de mercado, o que nos leva de volta à definição de Samuelson, uma referência não por acaso. Mankiw, segundo Sandel, especifica o sentido de economia como um campo para além da produção, distribuição e consumo de bens materiais, mas, também, acerca da interação humana geral e dos princípios que regem a tomada de decisões pelos indivíduos.

Precisamente nesse ponto, o paralelo anunciado acima entre o princípio da indução estratégica adotado nos dois últimos PNPGs e um princípio tipicamente econômico se apresenta. Um dos princípios que guiam a racionalidade econômica é o dos *incentivos*, e o motivo é simples: as pessoas reagem a eles (SANDEL, 2012).[116] Note-se o uso do termo *reagem*, ou seja, um sujeito (reagente) cuja ação é uma resposta à ação de outrem (agente). A resposta do reagente pode estar mais ou menos de acordo com a previsão do agente. À semelhança, sua resposta consoante à intenção do agente pode estar mais ou menos em conformidade com a sua autocompreensão existencial, incluindo extremos, ou seja, totalmente de acordo ou em desacordo. Mas, de todo modo, o agente age sobre alguém que reage visando a uma resposta que lhe é condizente, não tomando a autocompreensão do outro como um princípio inegociável da relação atitudinal estabelecida. O agente não age sem expectativas concernentes à sua própria perspectiva, as quais podem ser frustradas, mas que estão lá na origem da ação. Assim, é plausível supor que, para o agente, a melhor reação, é a que mais atende as suas expectativas sobre o reagente, é a ação de adaptação do sujeito-reagente.

Ainda conforme Sandel (2012, p. 86),

> o uso da palavra *incentivos* intensificou-se consideravelmente na segunda metade do século XX, à medida que os mercados e a lógica de mercado aumentavam sua influência. [...] Ao passarem os incentivos a ser encarados como 'a pedra angular da vida moderna', o mercado surge como uma mão pesada e ainda por cima manipuladora.[117]

A sagacidade da identificação dessa suscetibilidade humana à manipulação deliberativa, atitudinal e comportamental é notória, e, talvez, perversa, refletindo traços de um entendimento teórico macropolítico importante. Conforme a afirmação de Sandel, o autointeresse de quem manipula toma, pela lógica, o outro agente como um objeto de manipulação.

Segundo Gama Neto (2011, p. 34), "as teorias econômicas da democracia partem do pressuposto de que os interesses individuais são a força motivadora

---

[116] Adiante, a adoção parafraseada do *princípio do incentivo* pela política nacional de pós-graduação ficará clara na abordagem que farei do PNPG 2011-2020, em que é adotado o *princípio da indução*.

[117] Sandel (2012) dá como exemplo de manipulação os incentivos para emagrecer, à esterilização e às boas notas.

básica da ação política". Isto é, é fundamentalmente o autointeresse que orienta a ação humana, o que, como vimos, sequer Adam Smith ousou afirmar, menos ainda defender.

Mancur Olson – economista e cientista social norte-americano, que é tido como um dos pioneiros do estudo[118] dos fenômenos sociais e políticos a partir de modelos econômicos – que questiona até mesmo a visão pluralista de *grupos de interesses*, optando por um, por assim dizer, egoísmo radical, afirma que

> a menos que o número de indivíduos de um grupo seja realmente pequeno, ou a menos que haja coerção ou algum outro dispositivo especial que faça os indivíduos agirem em interesse próprio, *os indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses não agirão para promover seus interesses comuns ou grupais* (OLSON, 2011, p. 14)

.

A tese olsoniana "[...] é que os indivíduos racionais que não têm 'incentivos seletivos', tenderão a não participar de ações coletivas" (GAMA NETO, 2011, p. 34). Caso não haja *incentivos seletivos* – quer negativos (causando prejuízos), quer positivos (gerando ganhos) – "[...] seletividade [que] se efetua na medida em que aqueles que não se unam ao grupo ou não contribuam para ele, devam ser tratados de forma diferenciada, negativa, ou positiva caso participem ou colaborem" (BRANDÃO, 2008, p. 13; termo entre colchetes incluído), atuando, portanto, com clara força de coerção, o indivíduo que faz parte de grupos grandes (denominados de *latentes*) não se sentirá motivado a agir coletivamente. Consoante Brandão (2008, p. 10),

> Para Olson, "a combinação de interesses individuais e comuns em uma organização sugere uma analogia com o mercado competitivo" (1999, p. 21). Desta forma, assim como organizações empresariais buscam maximizar lucros, pode-se dizer que a lógica racional da maximização de resultados serve para todos os grupos *deste* tipo (i.e. racionais).

Embora evidente, cabe sublinhar a ideia presente no trecho acima, a fim de registrá-la o mais fortemente possível: o mercado competitivo, cujos efeitos nocivos estou tentando identificar, é entendido por alguns como a lógica que governa (afirmação naturalizadora, do tipo 'é assim') as ações racionais, ou seja, humanas.

---

[118] Um de suas obras fundamentais é o livro *A lógica da ação coletiva: bens públicos e a teoria de grupos*, de 1965.

Para Olson, os bens públicos (ou benefícios coletivos), pela sua natureza coletiva, quer dizer, de não poder ser privada a alguns, pode gerar a figura do *free-rider* (carona). Segundo Silva (2012, p. 982),

> A explicação para essa dissociação entre interesse próprio e ação coletiva tem por base a lógica própria dos bens públicos. Tendo em vista que os bens públicos por definição são não excludentes, ou seja, quando estão disponíveis para um grupo não podem excluir determinados indivíduos do mesmo grupo de usufruir de seus benefícios, a atitude mais racional para os indivíduos em grupos grandes pode ser não agir para prover tal bem, tendo em vista que ele se beneficiará mesmo não tendo contribuído para a provisão. Deste modo, tendo em vista que a ação coletiva tem por objetivo a provisão de bens comuns, os indivíduos têm grandes incentivos para se portarem como *free-riders* (caronas), já que podem se beneficiar sem ter o custo de participar, a menos que se trate de um *grupo pequeno* ou haja algum tipo de coerção ou de benefício seletivo.

Assim, conforme Brandão (2008, p. 11) assevera, "[...] em grandes grupos, embora os benefícios sejam coletivos – e exatamente por causa disto –, um elemento indispensável é a compulsão, ou seja, a coerção imposta aos membros para que cumpram com sua parte no esforço grupal". Resta claro, portanto, que, de acordo com o raciocínio que estou tentando acompanhar, apenas a coerção é capaz de fazer um humano agir em prol da coletividade.

O padrão de racionalidade em tela é proveniente da *teoria da escolha racional*, campo de estudos da racionalidade com traços de psicologia social e de uma espécie de utilitarismo egocentrado (distinto do utilitarismo filosófico), segundo o qual o indivíduo é racional, porque é capaz de, segundo suas crenças, desejos e preferências, calcular instrumentalmente os meios (alternativas disponíveis) para alcançar o fim, que é maximizar o seu próprio bem-estar, mesmo que, para isso, o bem-estar de outrem seja prejudicado, o que, nunca lógica social concorrencial, não é exceção, mas, por vezes, regra. E, não se pode esquecer de destacar, em busca do seu bem-estar individual, um indivíduo pode usar outro como um mero meio para ter êxito.

Assim, infiro que a acepção de racionalidade da vertente economicista de democracia, para a qual a ação coletiva é resultado de incentivos, está evidenciada: racionalidade calculadora, de maximização dos resultados do ponto de vista do próprio indivíduo, e não do maior número de indivíduos possível.[119] Numa explícita

[119] Para adensar a compreensão do padrão de racionalidade, cito um interessante trecho de Brandão (2008, p. 14; grifo nosso), em que é estabelecida uma relação com Joseph Schumpeter, trecho

aposta numa natureza humana egoísta, instrumental, sem consciência normativa e qualquer consciência e convicção acerca do valor intrínseco da coletividade, o que é um dado ontológico para as teorias econômicas da democracia. Um indivíduo só promove o bem comum secundariamente, como resultado quase fortuito de sua busca autointeressada em resposta a uma coação externa, por um acaso circunstancial ou, no máximo, como elemento estratégico.

Sem dúvida, incentivos mobilizam ações, conforme pudemos ver e conforme a política científica nacional tem demonstrado. É fato que a produtividade (especialmente, número de artigos publicados) tem se agigantado e é plausível inferir que ela é, em parte relevante, resultado da indução ou do incentivo daquela política. E, como venho sugerindo, as punições e benefícios previstos na política de indução adaptativa são peças fundamentais do maquinário disciplinar envolvido no festejado aumento da produtividade acadêmico-científica nacional.

Algo semelhante foi dito por Foucault (2004) ao estudar a lógica do poder disciplinar. Com punições, de um lado, e recompensas, de outro, a ação humana pode ser direcionada, tornando os humanos dóceis, obedientes e úteis para dado sistema. Mas, penso, há questões que devem ser feitas imediatamente, as quais dizem respeito à natureza dos incentivos, à lógica em que estão inseridos e para gerar qual (re)ação nos indivíduos, bem como à própria correção de valer-se de um faceta da racionalidade humana para reduzir o indivíduo a ela. Afinal, embora os humanos sejam caracterizados, dentre outras tantas facetas, pelo autointeresse, o que a eficiência do princípio dos incentivos comprova empiricamente, engana-se quem generaliza tal componente da natureza humana, cogitando que ele seja a única motivação humana, o que dados empíricos também comprovam sobejamente. A questão normativa envolvida, então, parece clara e nos remete ao humanismo: que tendência (para utilizar a terminologia humanística clássica) ou faceta humana se deseja fortalecer e quais meios são utilizados para isso? Decerto, esta é uma das questões morais mais relevantes e incontornáveis da história humana.

---

prenhe de expressões controversas: “Partindo da análise de Olson, podemos levar em consideração que estamos tratando de organizações racionais, grandes grupos latentes, que objetivam – permitam seguir a lógica de Schumpeter – *controlar um mercado criminoso*, ou, melhor considerando, um *mercado de bens ilícitos* (SCHUMPETER, 1979). *Mesmo não se tratando de um mercado econômico “pacífico”, este mercado se pauta na lógica da oferta e da procura, assim como apresenta também uma lógica de competitividade bem alta*. Assim, apresentar a existência de um mercado de bens ilícitos é uma tentativa de tratar seus agentes como racionais”.

Um assassino de aluguel age por incentivo (o pagamento pelo 'serviço'); um médico-executivo de um plano de saúde também (o pagamento de bônus pelo número de solicitações dos assegurados negadas[120]). De modo semelhante, um professor pode se adequar às normas (expressa pelas famosas 'metas') de uma Secretaria de Educação, tendo em vista o bônus salarial que pode ganhar; ou como um pesquisador pode se dedicar intensivamente à produção de artigos para cumprir a sua cota de produtividade, adaptando-se mais ou menos docilmente à política de indução estratégica da CAPES.

Sen (2010) sugere que os governantes e líderes políticos de regimes democráticos sentem-se incentivados a tentar debelar qualquer ameaça de fome coletiva não porque ela é, necessariamente, um mal em si, mas porque seus flagelos podem atingi-los. Não há dúvida de que a ação humana pode ser incentivada por motivos instrumentais e fins egocêntricos. Mas a questão é até que ponto isso pode ser considerado bom, isto é, normativamente desejável e justificável.

No meu entendimento, é, no mínimo, problemática e, no limite, imoral a aposta na promoção de atitudes e posturas como mera resposta instrumental a incentivos, por medo ou autointeresse, cuja intencionalidade do (re)agente é alvo de tentativa de configuração/programação prévia por um agente manipulador num mecanismo de tipo entrada/saída (*Input/Output*), conforme se vê em Lyotard (2011). Na medida em que desestimula qualquer avaliação normativa/subjetiva dos meios e dos fins, tampouco requer uma consciência que ultrapasse os limites da busca pela melhor forma de adaptação, pode ser compreendida como um dos males contemporâneos. Com um foco na previsibilidade das ações decorrentes dos incentivos – provenientes, por exemplos, de *teorias da ação racional* – se a 'saída' (ações do sujeito reagente) não estiver de acordo com a 'entrada' (incentivos dados pelo sujeito agente), infere-se que o 'sistema' tem um problema. Esclarecendo a analogia, se os sujeitos reagirem resistivamente, não implementando o que está atrelado ao incentivo coativo, gerando, com isso, 'saídas' indesejáveis ou imprevistas, tal postura crítica é vista como um problema para o sistema, devendo ser contornada com novos e mais eficientes incentivos ('entradas') ou com punições

[120] Tal informação, a título de denúncia, pode ser conferida no documentário SiCKO (2007), de Michael Moore. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=VoBleMNAwUg>. Acesso em: 05 nov. 2013.

mais eficazes. Como o indivíduo, em tese, só age por interesse próprio, pela busca da maximização do seu bem-estar, logo, pode-se 'contornar' (ou suprimir) a sua criticidade através de *incentivos negativos* que promovam o seu mal-estar. Diante desse incentivo, ele reajusta a sua conduta, a fim de fugir do dele, buscando reestabelecer o bem-estar egocentrado.

Os efeitos (danosos) causados pela racionalidade funcionalista e instrumentalizadora, pela consequente reificação do humano e de suas relações, têm sido apontados por vários pensadores. Um dos mais ferrenhos críticos é o filósofo alemão Jürgen Habermas, que, em sua teoria crítico-social reconstrutiva (intitulada *Teoria da Ação Comunicativo*, de 1981), faz uma detalhada investigação do processo de racionalização moderno, diagnosticando alguns dos males gerados pela colonização do mundo da vida pelo sistema.

Dentre eles, destaco a retração do espaço público de discussão política, em razão da paulatina transição para a análise científica e a planificação técnica, que revela as debilidades do modelo tecnocrático de Estado como um órgão meramente administrativo e integralmente racional-instrumental (razão meios-fins), que só pode ser avaliado quanto à eficiência da sua gestão face aos produtos comensuráveis, e não pela justeza ou não das suas decisões, práticas e políticas (HABERMAS, 1997). No contexto da ideologia capitalista, a "[...] política (é) dirigida à resolução de tarefas técnicas que põe entre parênteses questões práticas" (HABERMAS, 1997, p. 75), submetendo o marco institucional às coações manipulatórias da administração técnico-operativa. Ainda segundo esse filósofo, "[...] a autocompreensão culturalmente determinada de um mundo social da vida é substituída pela autocoisificação dos homens, sob as categorias de acção racionalidade dirigida a fins e do comportamento adaptativo" (HABERMAS, 1997, p. 74).

Políticas de incentivos (ou de bônus) têm grassado sobre a educação brasileira nos mais diversos níveis, desde a Educação Básica[121] até o Ensino Superior. Aquisição de recursos financeiros (por exemplo, bônus salariais e

[121] Há variação quanto aos critérios adotados pelas Secretarias de Educação municipais e estaduais. Assiduidade, indicadores de fluxo escolar (aprovação, reprovação e evasão), nota em exames da educação básica, cumprimento do currículo mínimo, lançamento de notas no sistema no prazo estabelecido são alguns deles. Sugiro matéria recém-publicada, intitulada *Fraude na Educação*, a propósito da greve de professores municipais e estaduais do Rio de Janeiro, em que tal lógica é abordada e criticada. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/fraude-na-educacao-9766388>. Acesso em: 05 nov. 2013.

financiamentos de pesquisa) está atrelada à aceitação ampla e irrestrita das determinações dos gestores da educação, os quais estão fortemente submetidos aos interesses empresarias. E a estratégia é eficiente (e perversa, cabe repetir): na educação básica, salários baixos criam vulnerabilidade do professor, tornando-o dependente dos bônus prometidos; estes estão atrelados às determinações (metas governamentais) que o governo quer implementar. Algumas delas são alvo das mais severas críticas de parte relevante do professorado, mas, como a possibilidade de complementar o salário está atrelada ao cumprimento das determinações, cria-se uma relação de dependência e obediência. No Ensino Superior, especificamente na pós-graduação, possibilidades de inserção institucional (em PPGs) e da sua manutenção, bem como financiamentos de pesquisa, entre outras coisas, são decisivamente dependentes de uma atitude de adequação ao modelo CAPES de gestão da Academia e da ciência. Além de uma relação coativa verticalizada (do gestor público da educação sobre os professores ou pesquisadores), cria-se uma horizontal, na medida em que os próprios sujeitos vigiam e coagem seus pares, a fim de garantir que todos, concordando ou não, busquem atingir o alvo (bônus salarial ou um excelente conceito CAPES na avaliação trienal dos PPGs), adequando-se às normas.

A eficiência (aspecto pragmático) desse método coativo pode não ser questionável, mas a sua correção ou incorreção (aspecto normativo), sim. Afinal, contar ou investir na vulnerabilização de um indivíduo para obter seu consentimento acerca de algo sobre o qual ele, por convicção, discorde, é uma estratégia imoral, se considerarmos, por exemplo, que o respeito à pessoa humana, a autonomia e a não coação são alguns valores ou parâmetros morais. Gerir a educação utilizando essa arma de ‘convencimento’ (ou coação) e submissão é apostar numa tecnocracia instrumentalizadora e funcionalista dos humanos – portanto, reificadora – que é avessa ao debate e embate políticos. É como se trocássemos a consciência e o debate (liberdade e razão) pela carência e satisfação (necessidade e sua saciedade instrumental).[122]

[122] Para entender o caráter reificador das políticas de incentivo, vejamos o que Lukács (2012, p. 203-4) afirma: “o homem não aparece, nem objetivamente, nem em seu comportamento em relação ao processo de trabalho, como verdadeiro portador desse processo; em vez disso, ele é incorporado como parte mecanizada num sistema mecânico que já encontra pronto e funcionando de modo totalmente independente dele, e cujas leis ele deve se submeter”.

Assim, em síntese, a política de incentivos aposta na produção de condicionamentos sociais coativos atrelados a componentes psicológicos humanos reativos, encontrando neles seus pontos de apoio para implementar uma lógica perversa: a privação de meios suficientes para prover a subsistência, isto é, a criação social da dependência; e o autointeresse instrumental, que pode ser considerado um instinto de sobrevivência que cria uma atitude de adaptação[123] e obediência. Destarte, tal política não está comprometida com a promoção de liberdades, mas, sim, da dependência.

Supondo que Sen (2010) esteja correto ao afirmar que liberdades econômicas e política se reforçam mutuamente, cumpre inferir que a política de incentivos ou bônus é uma forma de tolher a liberdade econômica e, com isso, a política dos indivíduos submetidos a ela. Ainda segundo o economista indiano, se a expansão da liberdade for a meta e o meio do desenvolvimento, qualquer resultado da política de incentivos não representaria desenvolvimento, pelo contrário, um atraso.

Allen E. Buchanan, um expoente filósofo político e bioeticista norte-americano contemporâneo, afirma que argumentos podem ser agrupados em duas categorias, por assim dizer, reciprocamente excludentes ou, no mínimo, conflituosas: *argumentos a favor ou contra o mercado por razões de eficiência* e *argumentos morais*. Para ele, embora muitos pressuponham a possibilidade de harmonização entre a busca intransigente da eficiência e a defesa de valores morais, “é bastante consistente afirmar que o mercado é tão moralmente defeituoso que deve ser reformado ou mesmo abandonado, mesmo que isso implique perda de eficiência” (BUCHANAN, 1985, p. 3). Para alguns (os defensores do mercado), a questão da eficiência econômica é apenas alocar recursos e distribuir produtos visando a majorar os lucros. Evitando qualquer tentativa de lidar com questões morais, de se dada atitude é ou não moralmente superior, pode-se presumir que, para o mercado, se certos bens e serviços têm contribuído para o bem-estar de uma população, mas, por outro lado, têm perdido valor de mercado, ‘ajustes econômicos’ (incluindo, por exemplo, procura de mão-de-obra mais barata; utilização de matérias-primas de

[123] No capítulo sobre más condutas acadêmico-científicas, esta ideia será retomada. Inobstante, cabe antecipar que há quem defenda que a adoção delas pode ser entendida, ao menos em parte, como uma adaptação ao meio ambiente acadêmico-científico em que o aumento da produtividade (publicação de artigos) é condição de sobrevivência (cf. REINACH, 2013).

menor qualidade; utilização de matérias-primas com data de validade vencida[124]; adulteração de produtos, mesmo que isso implique risco à saúde[125] ou outro tipo de prejuízo ao consumidor[126], etc.) serão feitos, a expensas dos prejuízos que isso possa causar para o bem-estar das pessoas.

Sem pretender estabelecer uma relação de plena complementariedade entre Sandel e Sen, a teoria deste é, aqui, também pertinente. Como vimos acima, Sen defende uma ideia de liberdade política dependente de fatores econômicos e sociais. Na sua teoria liberal da liberdade, o conceito de *capabilities* (capacidades, capacitações ou, se quisermos, potenciais) é central. Sobre o desenvolvimento, ele diz (SEN, 2010, p. 33, palavras entre parênteses incluídas):

> [...] as liberdades dos indivíduos (são) os elementos constitutivos atenta-se particularmente para a expansão das 'capacidades' [*capabilities*] das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam – e com razão. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo. *Essa relação de mão dupla* é central na (minha) análise [...].

Resta claro que o exemplo supracitado (das políticas de bônus) vai de encontro com a *relação de mão dupla* propugnada por Sen, na medida em que a política de incentivos rompe com a perspectiva de liberdade ligada à *condição de agente livre*, que, para Sen (2010, p. 34), significa "[...] alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo", definição que se assemelha com a ideia de autocompreensão existencial e escolha hermenêutica. Ou seja, a noção de agente livre refere-se à condição de tomar decisões e fazer escolhas que possam, por assim dizer, guardar alguma relação subjetiva, existencial e valorativa consigo

[124] Por exemplo, o famoso restaurante carioca *Antiquarius*, acusado de manter em seus estoques 25 kg de comida fora do prazo de validade. Matéria disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,rio-antiquarius-tinha-25-kg-de-comida-vencida-,1061350,0.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[125] Por exemplo, mais um caso de leite de vaca adulterado. Matéria disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,brf-diz-que-leite-adulterado-nao-chegou-ao-consumidor,1069610,0.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[126] Por exemplo, adulteração de chope num famoso bar paulistano. Matéria disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/arquivo/2012/03/30/fraude-no-chope-como-jogar-o-nome-na-lama/>. Acesso em: 05 nov. 2013.

mesmo. Ao contrário, de acordo com a política de incentivos, os agentes são levados a agir de modo instrumental, visando apenas à eficácia ou utilidade das escolhas atreladas a sua ação de conformação a determinações externas (do que Sen chama de *o mandante*), ou seja, a conquista do bônus que aliviará sua penúria financeira, ainda que apenas momentaneamente.

Decerto, a perspectiva liberal de Sen esposa alguma noção de moralidade. A admissão da centralidade do conceito de liberdade enquanto a implementação de um horizonte próprio de realizações racionalmente valorizadas é prova disso. Uma, por assim dizer, *boa* política pública deve promover isso e ser influenciada por isso, segundo Sen. A normatividade de cunho liberal de Sen, portanto, confronta o critério eficiência e o princípio do incentivo atinentes ao mercado e revela facetas da impropriedade da sua lógica para gestar a coisa pública, as relações humanas, a vida humana, mesmo do ponto de vista liberal.

Embora possa haver defensores irrestritos do capitalismo, para os quais a economia de livre mercado traz apenas bons efeitos, há exceções. Dentre as *falhas de mercado*, Mankiw (2012), por exemplo, cita a *externalidade* (o impacto das ações de uma pessoa sobre o bem-estar de outras que tomam parte da ação) e o *poder de mercado* (a capacidade de um único agente econômico tem de influenciar significativamente os preços de mercado). Com uma posição, por assim dizer, teoricamente mais plausível (ainda que contestável do ponto de vista teórico e, sobretudo, prático), é comum entre os ditos autores liberais a tese de que tal modelo (liberalismo econômico), embora imperfeito, é o melhor ordenamento societário disponível para regular os indivíduos guiados pelos seus interesses particulares, e deve vir associado a um liberalismo político de cunho normativo.[127] Em outras palavras, o mercado pode e deve ser moralizado, normatizado, limitado.

Sandel é um dos apostadores nessa ideia. Para ele, o problema não é exatamente a economia de mercado, mas a criação de uma *sociedade de mercado* atinente à *era do triunfalismo de mercado* (SANDEL, 2012). Por sociedade de mercado, Sandel entende o mundo pós-guerra fria; em que quase tudo pode ser comprado e vendido; em que os mercados e seus valores passaram a governar a

[127] John Rawls (1921-2002), professor Emérito de Harvard, proeminente filósofo político liberal norte-americano, autor da clássica obra *Uma teoria da justiça*, publicada em 1971, é um notável exemplo disso, tendo em vista que, para a sua ideia de justiça, embora o mercado tenha lugar, ele não deve ser preservado num contexto de anomia política. Ao contrário, sua teoria de justiça visa justamente a fornecer os princípios que deveriam regular e controlar as atividades do mercado.

nossa vida como nunca; em que a economia exerce um domínio imperial; em que a propaganda e o *marketing* viraram a referência de *publicidade* e de *opinião pública* (redimensionando e revalorizando esses conceitos), sobretudo ante a magnitude da sua influência sobre o que é veiculado pelas mídias de massa; em que direitos tidos como fundamentais, instâncias tipicamente públicas ou coisas tidas como não privatizáveis (que possuíam valor intrínseco) – corpo, saúde, educação, liberdade, segurança, privacidade, vida, procriação, meio ambiente, respeito, justiça, cidadania – são comercializadas por empresas e vendidas no mercado como outra coisa qualquer, ou seja, para quem possa pagar[128], o que, é óbvio, altera o seu significado social. Estabelecer preço (e não valor) para tudo institui uma norma não harmonizável com a ideia de direito ou bem.

Segundo o filósofo, a partir do fim da guerra fria e de todas as mudanças no bipolarismo político, social e econômico em que ela se baseava, "os valores de mercado passavam a desempenhar um papel cada vez maior na vida social" (2012, p. 13). Nos primórdios do que ele chama de sociedade de mercado, "a economia tornava-se um domínio imperial", o que desencadeou um processo intensivo e ostensivo, ao ponto de, "hoje, a lógica da compra e venda não se aplica(r) mais apenas a bens materiais: governa crescentemente a vida como um todo" (SANDEL, 2012, p. 13).

Com (quase) tudo à venda, o empobrecimento de um contingente maciço de indivíduos os expõe a privações atrozes, como se vê em Sen (2010, p. 123-4):

---

[128] Vejamos o que Lukács (2012, p. 194-5; grifos do original) afirmava em 1923: "[...] a questão do fetichismo da mercadoria é *específica* da nossa época, do capitalismo *moderno*. Como se sabe, a troca de mercadorias e as relações mercantis subjetivas e objetivas correspondentes já existiam em etapas muito primitivas do desenvolvimento da sociedade. Mas o que imporá *aqui* é saber em que medida a troca de mercadorias e suas consequências estruturais são capazes de influenciar *toda* a vida exterior e interior da sociedade. Portanto, a extensão da troca mercantil como forma dominante do metabolismo de uma sociedade [...] em que a forma mercantil é a dominante que influencia decisivamente todas as manifestações da vida [...]". Lukács (2012, p. 196), citando Marx, ressalta a passagem de uma relação mercantil (processo de intercâmbio) voltada para o *valor de uso* para uma voltada para o *valor de troca*, para a mercadorização: "'De fato, o processo de troca de mercadorias não aparece originalmente no seio das comunidades naturais, mas sim onde elas cessam de existir, em suas fronteiras, nos poucos pontos em que entram em contato com outras comunidades. Aqui começa a troca que, em seguida, repercute no interior da comunidade, na qual ela atua de maneira desagregadora'. A constatação da ação desagregadora da troca de mercadorias voltada para o interior aponta claramente para a mudança qualitativa que nasce da dominação da mercadoria". Há, para Lukács (2012, p. 196), uma "[...] diferença *qualitativa* entre a mercadoria como uma forma (entre muitas outras) do metabolismo social dos homens e a mercadoria como forma universal da conformação da sociedade [...]", que é fruto de uma ação penetrante da forma mercantil no conjunto das manifestações vitais da sociedade, remodelando-as à sua imagem e semelhança.

> Embora seja importante distinguir conceitualmente a noção de pobreza como inadequação de capacidade da noção de pobreza como baixo nível de renda, essas duas perspectivas não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades.

Como Sandel (2012, p. 19) pertinentemente observa,

> O interesse do mercado decorre em parte do fato de não julgar as preferências de quem atende. Ele não quer saber se determinadas maneiras de avaliar os bens são preferíveis a outras mais condignas. Se alguém estiver disposto a pagar por sexo ou por um rim e um adulto se dispuser a vendê-lo, a única pergunta que o economista faz é: 'Quanto'?. Os mercados não apontam o polegar para cima ou para baixo. Não discriminam entre preferências louváveis ou condenáveis. Cada parte envolvida num trato decide por si mesma que valor atribuir aos objetos trocados.

A síntese da passagem anterior parece simples: pretendendo ser amoral, o mercado dá lugar a práticas imorais. Considerando que, via de regra, (1) teorias morais partem do ponto em comum do primado da pessoa sobre os objetos (o que impõe uma distinção normativa entre eles); e que (2) questões morais são incontornáveis no que se trata de relações humanas e sociais, a atitude, por assim dizer, reificante – que equipara tudo (objetos, leis e regras sociais) e todos (sujeitos) ao estatuto de coisa, algo dado, externo a si mesmo: *torna-se fundamento e fundamental*. Retirando, suposta e artificialmente, o caráter humano, social e, portanto, moral da produção, do produto e do consumo, seria, em tese, aberto o caminho para uma relação entre coisas[129], logo, amoral.

Para Sandel (2012, p. 13), "a chegada do mercado e do pensamento centrado nele a aspectos da vida tradicionalmente governados por outras normas é um dos acontecimentos mais significativos da nossa época". Hoje em dia, em nome do direito capitalista fundamental de possuir e controlar os recursos escassos (propriedade privada), muitas coisas tidas como fundamentais à vida humana têm sido privatizadas e, portanto, alguns têm sido privados de usufruí-las.

[129] Lukács (2012, p. 198): "Pois é somente como categoria universal de todo o ser social que a mercadoria pode ser compreendida em sua essência autêntica. Apenas nesse contexto a reificação surgida da relação mercantil adquire uma importância decisiva, tanto para o desenvolvimento objetivo da sociedade quanto para a atitude dos homens a seu respeito, para a submissão de sua consciência às formas nas quais essa reificação se exprime, para as tentativas de compreender esse processo ou de se dirigir contra seus efeitos destruidores, para se libertar da servidão da 'segunda natureza' que surge desse modo".

Sandel (2012) entende que, conquanto a mais recente crise do capitalismo, eclodida em 2008 e ainda presente, tenha colocado em dúvida o triunfalismo de mercado e a capacidade deste de gerir os riscos com eficiência, não parece evidente o que isso significa e como devemos proceder: “o espetacular fracasso dos mercados financeiros [joia da lógica de mercado] não amorteceu a confiança nos mercados de maneira geral” (SANDEL, 2012, p. 17, trecho entre colchetes incluído). Não os bancos, mas os governos foram os mais desacreditados.

O diagnóstico sandeliano é que a ganância dos donos do capital não explica suficientemente o problema. O que está no cerne da questão, para ele, é que o mercado extrapolou os seus limites. Como o mercado não se coloca questões de cunho moral, mas sempre pragmático, quando ele extrapola sua influência para (quase) todos os níveis da existência humana, “[...] o pensamento mercadológico também priva a vida pública de fundo moral” (SANDEL, 2012, p. 19). Citando o economista Steven D. Leviit e o jornalista (*The New York Times*) Sthephen J. Dubner[130], que afirmam que “a economia ‘simplesmente não lida como a moralidade’”, pois “a moralidade representa a maneira como gostaríamos que o mundo funcionasse, e a economia representa a maneira como ele de fato funciona” (SANDEL, 2012, p. 88), o autor nos permite inferir que, para eles, as coisas funcionariam automaticamente (e misteriosamente) segundo dado modo[131],

[130] Ambos, em coautoria, notabilizaram-se pelas polêmicas criadas pelos seus livros *Freakonomics* (2005) e *SuperFreakonomics* (2009), em que buscam aplicar a teoria econômica a vários campos da vida cotidiana.

[131] Essa visão pode ser compreendida à luz da crítica que Lukács, a partir de Marx, faz à ideia abstrata de uma objetividade sem sujeito, como algo completamente exterior, algo dado, com existência própria, sobre o qual o humano não pode interferir, mas o qual cabe conhecer e ao qual cabe se ajustar performativamente. Vejamos o que Lukács (2012, p. 199-200, trecho entre colchetes incluído) afirma numa citação longa, mas elucidativa: “Desse fato básico e estrutural [o fenômeno fundamental da reificação] é preciso reter sobretudo que, por meio dele, o homem é confrontado com a própria atividade, com seu próprio trabalho objetivo, independente dele e que o domina por leis próprias, que lhes são estranhas. E isso ocorre tanto sob o aspecto objetivo quanto sob o subjetivo. Objetivamente, quando surge um mundo de coisas acabadas e de relações entre coisas (o mundo das mercadorias e de sua circulação no mercado), cujas leis, embora se tornem gradualmente conhecidas pelos homens, mesmo nesse caso se lhes opõem como poderes intransponíveis, que se exercem por sai mesmos. O indivíduo pode, portanto, utilizar seu conhecimento sobre essas leis a seu favor, sem que lhe seja dado exercer, mesmo nesse caso, uma influência transformadora sobre o processo real por meio de sua atividade. Subjetivamente, numa economia mercantil desenvolvida, quando a atividade do homem se objetiva em relação a ele, torna-se uma mercadoria que é submetida à objetividade estranha aos homens, de leis sociais naturais, e deve executar seus movimentos de maneira tão independente dos homens como qualquer bem destinado à satisfação de necessidades que se tornou artigo de consumo”

impondo-se aos sujeitos objetivamente, entendimento equivocado, decerto. Afinal, à exceção de algumas leis da natureza, tudo funciona do modo como o Homem quer ou pretende que seja, tornando-se, por conseguinte, inescapavelmente responsável por ele. E, como resposta à pretensão dos autores e à afirmação supra, Sandel (2012, p. 88) afirma que "quanto mais os mercados aumentam a penetração nas esferas não econômicas da vida, mais se envolvem com questões morais".

Segundo Sandel, o espaço aberto para o triunfalismo de mercado se deu pelo esvaziamento moral da politica contemporânea. "Na esperança de evitar confrontos sectários, muitas vezes insistimos em que os cidadãos deixem suas convicções morais e espirituais para trás ao entrar na arena pública" (SANDEL, 2012, p. 88). A conclusão de Sandel (2012, p. 88) é taxativa:

> Mas nossa relutância em considerar os argumentos morais e espirituais, nesse movimento de adoção da lógica de mercado, veio a cobrar um preço alto: privou o discurso público de energia moral e cívica, e contribuiu para a política tecnocrática e gerencial que hoje aflige muitas sociedades.

O foco de Sandel está em que limites (morais) devemos impor ao mercado, qual o seu lugar, sobre o que não devemos deixá-lo exercer a sua lógica. "Precisamos de um debate público sobre o que significa manter os mercados no seu devido lugar. Para que esse debate ocorra, precisamos analisar os limites morais do mercado. Precisamos perguntar se não existem coisas que o dinheiro não pode comprar" é a proposta de Sandel (2012, p. 12-3). O filósofo segue defendendo a sua proposta, asseverando que "um debate sobre o limite moral do mercado nos permitiria decidir, como sociedade, em que circunstâncias os mercados atendem ao bem público e quais aquelas em que eles são intrusos" (SANDEL, 2012, p. 19).

Sem dúvida, o debate público é, em tese, uma das mais auspiciosas formas de mudar um ordenamento societário. No entanto, aquilo que, em tese, seria um meio politicamente justificado, na prática, pode ser inviável. Minha objeção se dá em dois níveis do que chamarei de *semântica sociológica*: (1) talvez, mercado e interesse público não sejam instâncias sociais conciliáveis, de modo que a existência fortalecida de uma implique prejuízo ou fraqueza à outra; (2) minha questão pode ser traduzida pelo seguinte argumento interrogativo: como abrir um debate público – com pretensões não só de discussão, mas de mudança – acerca de uma lógica numa esfera pública, por assim dizer, colonizada justamente por essa

lógica (o que dá origem à sociedade de mercado)? Tendo em vista que “nossa política é tão exaltada por causa do seu essencial vazio, em conteúdo moral e espiritual” e que, portanto, “ela não é capaz de enfrentar as grandes questões que importam a todos” (SANDEL, 2012, p. 18-9), pressupor a efetividade do debate público num contexto político assim apresentado pode ser, quando muito, uma aposta demasiadamente idealizada.

A intrincada relação entre mercado e Estado nas sociedades de mercado, a meu juízo, cria uma relativa, mas importante indistinção entre esfera pública e esfera privada, o que majora o poder desta sobre aquela, comprimindo os espaços públicos de discussão e representação. Como Sandel (2012, p. 15; trecho entre colchetes incluído) afirma, “os mercados deixam sua marca. Às vezes, os valores de mercado são responsáveis pelo descarte de princípios [por exemplo, de publicidade; uso público da razão; respeito à opinião pública; interesse geral; igualdade, entre outros] que, não vinculados aos mercados, devem ser respeitados”. É propriamente esse descarte de valores que constituem a ideia de esfera pública, mesmo na sua versão burguesa, que estou abordando, o que me parece comprometer, desde o fundamento, aquilo que um debate público carece para ser efetivo.

Se minha perspectiva estiver correta, há instrumentos suficientes para embargar a efetividade de um debate público com vistas à limitação do poder do mercado sobre a política, sobre a vida. Como venho argumentando, a compressão das liberdades é um elemento substancial. O mercado conta, inclusive, com a cumplicidade estatal, o que ocorre de variadas formas e instâncias, mas, mais claramente, pela função repressora do Estado. Em certo sentido, o mercado metamorfoseou-se em esfera pública (ABRAMOVAY, 2009), sem preservar seus princípios, usurpando suas prerrogativas (notadamente, de opinião pública e publicidade), ainda que não completa e terminantemente, pois, presumo, sempre há possibilidade (mesmo que remota) de resistência e mudança.

Em sentido correlato ao de Sandel, Abramovay (2009, p. 65) afirma que

> O mais importante desafio da esquerda consiste em conter o avanço voraz da racionalidade econômica sobre a vida social. O que está em questão não é tanto a apropriação dos resultados ou dos meios materiais que permitem o exercício do trabalho: é, antes de tudo, a própria sociedade do trabalho. Não se trata de abolir seu pressuposto básico, o mercado. Trata-se sim de impedir que ele determine como os indivíduos organizam suas vidas e de ampliar ao máximo as formas de interação que não respondem às exigências mercantis.

Mesmo que não seja meu interesse aprofundar um debate acerca dos rumos da esquerda em nível mundial ou local, cabe ressaltar que é questionável atribuir à (toda) esquerda uma espécie de *guinada conservadora* – ainda que isso seja plenamente verdadeiro nalguns casos, como em estrados da chamada esquerda no Brasil, notadamente o Partido dos Trabalhadores e seus correligionários – desradicalizando a sua luta contra o mercado. De todo modo, a questão que permanece é: impedir a ampliação do alcance do mercado tem se mostrado possível? Onde? Como? Se a resposta às três questões for negativa, é sábio admitir que há, no mínimo, uma forte tendência de inexitosidade da pretensão de manter a lógica de mercado, mas reduzir o seu poder de alcance sobre todas as esferas da vida.

Diante do exposto, parece, no mínimo, questionável a tese de que o mercado é o lugar ou o melhor arranjo societário para a promoção da liberdade. Até mesmo se a noção de liberdade adotada for demasiadamente restrita, ou seja, a de escolher para quem vender a força de trabalho, um ponto insistentemente retomado por Sen como algo de suma importância[132], ou que produto comprar e de quem, penso que tenha ficado evidente que ambas não estão à disposição de todos igualmente, o que lhes furtaria sistematicamente o exercício das liberdades citadas. Afinal, a necessidade de sobreviver faz com a liberdade de escolher em que e para quem trabalhar – de *participar do intercâmbio econômico*, para usar uma expressão de Sen – seja, nalguns casos, consideravelmente comprimida pelos mecanismos do mercado; noutros, completamente.

Se elevarmos consideravelmente o estatuto de liberdade assumindo "a importância intrínseca da liberdade humana em geral, como objetivo supremo do desenvolvimento, (sendo) acentuadamente suplementada pela eficácia instrumental de liberdades específicas na promoção de liberdades de outros tipos" (SEN, 2010, p. 10; palavra entre parênteses incluída), ainda mais flagrantemente indevida se torna a lógica de mercado. Tal conclusão não significa que outra lógica viabilizaria tais

[132] Segundo Sen (2010, p. 152-3): "O desenvolvimento de mercados livres em geral e da livre procura de emprego em particular é um fato muito valorizado em estudos históricos. Até mesmo o grande crítico do capitalismo, Karl Marx, viu a emergência da liberdade de emprego como um progresso importantíssimo". Sen cita alguns casos contemporâneos de privação do que ele denomina de *liberdade básica de procurar trabalho assalariado*, por exemplo, regiões da Índia, Paquistão, Bangladesh e países que foram socialistas.

acepções de liberdade absoluta e pacificamente, tampouco algo como a *liberdade em si* (conceito vago). Mas apenas que a tese neoliberal fundamental é, no mínimo, controversa, senão, falsa. Assim, presumir que a aplicação de tal lógica à universidade trará algum ganho de liberdade é, como tentei mostrar, incorreto.

Se a minha análise teórica, pautada, basicamente, em autores liberais, estiver correta, o mercado também não passaria pelo crivo da moralidade (cujo princípio maior é o valor intrínseco da vida humana), o que expõem, se quisermos uma imagem, as vísceras da sua natureza reificadora e, logo, desumanizadora. Se considerarmos que a moralidade é, dentre outras coisas, o que tipifica o humano e que é sobre ela que se assentam algumas das capacidades espirituais humanas tidas como mais elevadas (liberdade, dignidade, autonomia, respeito, solidariedade, etc.), aquilo que a desconsiderada ou compromete tende a ser normativamente reprovável.

Por fim, considerando que tratar pessoas como coisas é algo imoral e não se refere, de modo algum, a qualquer versão ou acepção da ideia de liberdade (conceito, repito, bastante impreciso), parecem claros os graves limites da suposta benfazeja lógica da economia de mercado. Em síntese, se o critério for a reificação do humano, o mercado também seria mal avaliado.

Sendo assim, parece-me que o mercado, frente aos critérios selecionados e ao procedimento teórico-analítico adotado, não deveria ser uma lógica implementada na gestão das universidades, da pós-graduação, do conhecimento acadêmico-científico. À semelhança do que Sandel sugere, talvez, a educação superior seja algo em que a lógica de mercado não deva tocar. E, para chegar a essa conclusão, não foi necessário subsidiar a argumentação em autores marxistas, o que me parece procedimentalmente significativo.

A seguir, na segunda parte da Tese, desenvolvo as ideias de *mercado acadêmico-científico* e *mercado de publicações* como resultado da vigência de uma *norma produtividade* na gestão da Academia e ciência brasileiras, o que repercute uma tendência global. Na *economia acadêmico-científica global*, publicar é um imperativo que, como tento mostrar, tem gerado graves e nocivos efeitos éticos e epistêmicos.

2 A NORMA PRODUTIVIDADE, O PRODUTIVISMO E AS MÁS CONDUTAS ACADÊMICO-CIENTÍFICAS: UMA ANÁLISE DA LÓGICA E DOS EFEITOS DO EN*CAPES*ULAMENTO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO-CIENTÍFICO *QUALIS*FICADO

Na segunda parte da Tese, o destaque é a função da produtividade em pesquisa como eixo entre performance individual e institucional na política acadêmico-científica de avaliação e distribuição de recursos oficial, além dos possíveis efeitos que a adoção dessa norma tem gerado entre os sujeitos-pesquisadores. É na relação entre fatores contextuais e práticas subjetivas que situo e, portanto, analiso os pontos selecionados doravante. Dito de outro modo, o fenômeno denominado de *pressão por publicação* é tomado como resultante da cientometria e bibliometria vigentes, que dão tonalidades mercantis à Academia e à ciência, de modo que o produtivismo e as más condutas acadêmico-científicas não podem ser entendidos para aquém desse contexto. Com o apoio do quadro teórico exposto e defendido, bem como do esforço contextualizador presentes na primeira parte da Tese, é contra uma tendência à *culpabilização individual* que me posiciono no decurso da segunda parte, o que abordo, com precisão, no último capítulo.

Primeiramente, por meio dos *Documentos de Área da Avaliação CAPES*, defendo a existência do que chamo de *norma produtividade*. Com isso, identifico alguns fundamentos das ideias de mercado acadêmico-científico e mercado de publicações, que também serão desenvolvidas aqui. Por fim, critico as características e infiro alguns dos nocivos efeitos desse quadro contemporâneo para os sujeitos, às instituições acadêmico-científicas (PPGs) e a ciência como buscadora ou construtora da verdade epistemicamente fundamentada e socialmente (coletivamente) relevante.

Para o propósito do estudo, focalizo, inicialmente, aspectos da avaliação trienal de PPGs realizada pela CAPES, fazendo menções a outros aspectos de outras agências de modo esporádico. A fim de especificar ainda mais, os aspectos das políticas do conhecimento ou científicas da CAPES que será investigado se refere à *política de avaliação* dos PPGs e a sua relação íntima com o *Sistema Qualis Periódicos* da *CAPES*. Como trato de um *sistema geral*, particularidades referentes às áreas serão salientadas em notas de rodapé. No primeiro capítulo desta segunda

parte (capítulo 2.2), o objetivo principal é recolher provas documentais da existência oficial da norma produtividade.

A título de esclarecimento conceitual e de introdução à análise que será realizada abaixo, neste texto, o termo norma é utilizado para designar comandos, imperativos, padrões e/ou critérios de conduta. Um conjunto ou sistema de normas serve, portanto, para promover ajustamentos e permitir a avaliação das condutas. Para otimizar dado sistema de normas, atrela-se a ele meios, mecanismos e procedimentos de punição e recompensa para os que se adaptam à norma e para os que resistem ou desviam dela, respectivamente.

Tal acepção guarda correspondências com o conceito foucaultiano de *normação*, que é utilizado pelo filósofo francês a propósito de sua investigação sobre a noção de *poder disciplinar*. Foucault, no conhecido livro *Vigiar e punir*, investiga uma modalidade de exercício ou relação de poder baseado em procedimentos disciplinares que são exercidos sobre os sujeitos a fim de regular os processos concernentes às suas atividades, impondo uma *relação de docilidade-utilidade* (FOUCAULT, 2004). As disciplinas constituem técnicas de individualização do poder, na medida em que visam ao controle da conduta, do comportamento, das atitudes dos humanos, com o intuito de intensificar suas performances, multiplicar suas capacidades, alocando-os onde são mais úteis.

Dito isto, por norma produtividade entendo um conjunto ou sistema de regras, padrões, mecanismos e critérios cujo eixo é a *performance produtiva*, por meio do qual se visa a normalizar indivíduos e instituições, constrangendo, induzindo e ajustando condutas, já que confere marcante destaque à produtividade em pesquisa como critério avaliativo e seletivo (hierarquizador e distintivo), de promoção e punição. Por meio de um cuidadoso esquadrinhamento sistemático da tríade espaço-tempo-atividade, a norma produtividade é utilizada pelos gestores do meio acadêmico-científico para operar um exame periódico que permite qualificar, classificar e punir por meio do provimento de algumas distinções fundamentais para a lógica corrente: a separação entre os produtivos e os improdutivos; ou entre os que publicam bem (por exemplo, pesquisadores de alto impacto, pois publicam em

revistas com alto Fator de Impacto[133] ou bem *Qualis*ficadas) e os que publicam mal (o inverso); ou, ainda, entre PPGs de excelência.

Dada a clareza da sua pertinência sobre o que a avaliação praticada opera, transcrevo, abaixo, um trecho do livro *Vigiar e Punir*, em que Foucault (2004, p. 154) explicita algumas funções de toda técnica de exame/avaliação:

> O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível.

Com o modelo CAPES de avaliação, vê-se aquilo que Foucault (2004, p. 155, termo entre colchetes incluído) afirma sobre a nova medicina do século XIX: "A inspeção de antigamente, descontínua e rápida, se transforma em uma observação regular que coloca o doente [pesquisador] em situação de exame quase perpétuo".

Para concluir a apresentação dos traços da análise foucaultiana acerca da função do exame no exercício do poder disciplinar, chamo a atenção para alguns trechos em que se veem alguns dos principais aspectos ressaltados pelo filósofo francês que, mesmo com algumas adequações, aplicam-se com propriedade ao tema em tela (FOUCAULT, 2004, p. 156-60):

> O exame supõe um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício do poder.
> 1) *O exame inverte a economia da visibilidade no exercício do poder:* [...] O poder disciplinar [...] se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória. Na disciplina, são os súditos que têm que ser vistos. Sua iluminação assegura a garra do poder que se exerce sobre eles. É o fato de ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto, que mantém sujeito o indivíduo disciplinar. E o exame é a técnica pela qual o poder, em vez de emitir os sinais de seu poderio, em vez de impor sua marca a seus súditos, capta-os num mecanismo de objetivação. No espaço que domina, o poder disciplinar

[133] Esse índice bibliométrico, que será abordado à frente, é um dos mais conhecidos e valiosos – embora contestáveis – instrumentos utilizados pela cientometria vigorante para diferenciar a 'boa' da 'má' publicação, constituindo um verdadeiro objeto de desejo de periódicos e pesquisadores, nos termos de Garcia (2013), um *fetiche dos cientistas*.

> manifesta, para o essencial, seu poderio organizando os objetos. O exame vale como cerimônia dessa objetivação.
> 2) *O exame faz também a individualidade entrar num campo documentário:* Seu resultado é um arquivo inteiro com detalhes e minúcias [...]. O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam. Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária. Um "poder de escrita" é constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina. Em muitos pontos, modela-se pelos métodos tradicionais da documentação administrativa. Mas com técnicas particulares e inovações importantes. Umas se referem aos métodos de identificação, de assimilação, ou de descrição. [...] Era o problema dos estabelecimentos de ensino, onde era forçoso caracterizar a aptidão de cada um, situar seu nível e capacidades, indicar a utilização eventual que se pode fazer dele. [...] Graças a todo esse aparelho de escrita que o acompanha, o exame abre duas possibilidades que são correlatas: a constituição do indivíduo como objeto descritível, analisável, não contudo para reduzi-lo a traços "específicos", como fazem os naturalistas a respeito dos seres vivos; mas para mantê-lo em seus traços singulares, em sua evolução particular, em suas aptidões ou capacidades próprias, sob o controle de um saber permanente; e por outro lado a constituição de um sistema comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa "população".
> 3) *O exame, cercado de todas as suas técnicas documentárias, faz de cada indivíduo um "caso ":* um caso que ao mesmo tempo constitui um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder. O caso [...] é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído, etc. Os procedimentos disciplinares [...] fazem dessa descrição um meio de controle e um método de dominação. Não mais monumento para uma memória futura, mas documento para uma utilização eventual. E essa nova descritibilidade é ainda mais marcada, porquanto é estrito o enquadramento disciplinar [...], segundo uma via que é a dos mecanismos de disciplina, objeto de descrições individuais e de relatos biográficos. Esta transcrição por escrito das existências reais não é mais um processo de heroificação; funciona como processo de objetivação e de sujeição. A vida cuidadosamente estudada [...]. O exame como fixação ao mesmo tempo ritual e "científica" das diferenças individuais, como aposição de cada um à sua própria singularidade [...] indica bem a aparição de uma nova modalidade de poder em que cada um recebe como status sua própria individualidade, e onde está estatutariamente ligado aos traços, às medidas, aos desvios, às "notas" que o caracterizam e fazem dele, de qualquer modo, um "caso". Finalmente, o exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber. É ele que, combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões. Portanto, de fabricação da individualidade celular, orgânica, genética e combinatória. Com ele se ritualizam aquelas disciplinas que se pode caracterizar com uma palavra dizendo que são uma modalidade de poder para o qual a diferença individual é pertinente.

Ou seja, o exame, a avaliação opera o imperativo da visibilidade, consubstanciando todo um cerimonial de objetivação do sujeito; inscreve

descritivamente o sujeito num quadro detalhado que permite captá-lo, fixá-lo, analisá-lo e, logo, vigiá-lo, a fim de identificar, promover e controlar suas aptidões e capacidades, tornando-o útil, além de permitir o seu enquadramento inclusivo ou excludente em dado grupo ou coletivo; descreve, mensura e compara indivíduos, classificando-os, normalizando-os, incluindo-os e excluindo-os, exercendo controle e dominação, fabricando, ainda que parcialmente, uma individualidade ajustada (ou assujeitada) e, concomitantemente, passível de ser diferenciada de outras individualidades.

A tese a ser desenvolvida aqui é de que a norma produtividade atua na normalização de sujeitos, na medida em que a produtividade em pesquisa é utilizada, quer como um dos critérios utilizados por um conjunto de regras oficiais que constituem parte das políticas públicas voltadas para a avaliação e financiamento de PPGs, quer como critério para seleção, financiamento, promoção de discentes e docentes no tocante a vários níveis e âmbitos inerentes à carreira acadêmica no Ensino Superior. Com uma acepção de qualidade de cunho *standardizado* ligada à noção de controle de qualidade por meio de critérios comuns e metas/objetivos preestabelecidos, há uma espécie de *política de adaptação*. A adaptação e obediência aos padrões (de produtividade e qualidade) estabelecidos pela norma produtividade são fundamentais e estão interligadas à docilidade/utilidade do sujeito-pesquisador dentro de dado quadro institucional e para dada concepção política de sociedade e desenvolvimento. À semelhança do que Foucault afirma, os mecanismos atualizados pela lógica atinente à norma produtividade tornam os PPGs não apenas uma máquina de ensinar, mas de formar, vigiar, hierarquizar, normalizar, sujeitar, recompensar e, obviamente, punir sujeitos.

2.1 **Norma produtividade: identificando a influência da produtividade como critério fundamental do modelo CAPES de avaliação**

De acordo com informações disponíveis no sítio eletrônico da CAPES[134], a agência tem um fundamental papel quanto ao desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica nacionais, cumprindo os seguintes objetivos:

> - estabelecer o padrão de qualidade exigido dos cursos de mestrado e de doutorado e identificar os cursos que atendem a tal padrão;
> - fundamentar, nos termos da legislação em vigor, os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros - exigência legal para que estes possam expedir diplomas com validade nacional reconhecida pelo Ministério da Educação, MEC;
> - impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG, e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que expressam os avanços da ciência e tecnologia na atualidade e o aumento da competência nacional nesse campo;
> - contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação, assegurando-lhe o parecer criterioso de uma comissão de consultores sobre os pontos fracos e fortes de seu projeto e de seu desempenho e uma referência sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra;
> - contribuir para o aumento da eficiência dos programas no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível; dotar o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação;
> - oferecer subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as ações de fomento dos órgãos governamentais na pesquisa e pós-graduação.

Ainda de acordo com a CAPES[135], a avaliação dos PPGs, que é um dos processos do sistema de avaliação (o outro é o processo de avaliação das propostas de novos cursos de pós-graduação),

> [...] compreende a realização do **acompanhamento anual** e **da avaliação trienal** do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG. Os resultados desse processo, expressos pela atribuição de uma nota na escala de “1” a “7” fundamentam a deliberação CNE/MEC sobre quais cursos obterão a renovação de “reconhecimento”, a vigorar no triênio subseqüente.

---

[134] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pos-graduacao>. Acesso em: 05 out. 2013.

[135] Ibidem anterior.

No modelo CAPES de avaliação, de acordo com os *Critérios de Avaliação* válidos na *Avaliação Trienal 2007 (triênio 2004-2006)*[136], são cinco os requisitos[137] julgados: (1) *proposta do programa* (sem atribuição de peso[138]); (2) *corpo docente* (peso varia de 20 a 30%[139]); (3) *corpo discente, teses e dissertações* (peso varia de 30 a 35%[140]); (4) *produção intelectual* (o peso varia de 35 a 40%[141]); (5) *inserção social* (peso de 10%). Em geral, os conceitos atribuídos são *muito bom*, *bom*, *regular*, *fraco* e *deficiente*, os quais respeitam regras estabelecidas por cada área.

Embora itens diversos componham cada quesito, o que varia relativamente de área para área, a produtividade é um importante critério avaliativo, por vezes, o principal. De acordo com Vilaça e Palma (2013, p. 468), "na avaliação da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vários matizes de produtividade são considerados. Há uma espécie genérica de norma produtividade vigente". Em conformidade com eles (VILAÇA; PALMA, 2013, p. 468),

> No entanto, hipotetizamos que haja indícios de que a publicação é priorizada, o que estabeleceria uma norma produtividade num sentido específico. Nesse caso, os artigos em periódicos tidos como qualificados

[136] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/criterios-de-avaliacao>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[137] Os quais envolvem variados itens que não são citados/analisados detalhadamente, apenas pontualmente, conforme a necessidade e pertinência. As únicas referências a eles serão aquelas que ajudarem a confirmar a existência da norma produtividade. Tais itens, via de regra, são os mesmos, mas há algumas variações de acordo com a área.

[138] Há diferenças, pois a área letras/linguística, por exemplo, informa que o quesito passa, a partir do último triênio, a ter peso (15%) no estabelecimento da nota do Programa. Disponível em: < http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_LetrasLinguistica.pdf >. Acesso em: 05 nov. 2013.

[139] Por exemplo, a área *Direito* atribui peso de 20%, enquanto a *Química* confere peso de 25% e a *Enfermagem* 30%. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/DIREITO_19jun10.pdf>; <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_Quimica.pdf> e <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/ENFERMAGEM_22jun10b.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[140] Por exemplo, a área *Engenharia II* atribui peso de 30%, enquanto a *Química* estabelece peso de 35%. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/ENGII_19jun10.pdf> e <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_Quimica.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[141] Por exemplo, a área *Educação* atribui peso 35%; já a *Arquitetura* atribui 40%. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/EDUCA_19jun10.pdf> e <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/ARQUITETURA_22jun10b.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

> seriam a modalidade de publicação mais valorizada tanto pelas normas oficiais quanto pelo reconhecimento intersubjetivo dos pares (valor simbólico), o que indicaria traços da compreensão de produção e divulgação científicas vigente.

Em convergência com os autores (VILAÇA; PALMA, 2013, p. 468), penso que

> No Brasil, a *norma produtividade específica* pode ser constatada, por exemplo, na determinação de um quantitativo mínimo ideal[142] a ser publicado e na valorização diferenciada por meio do sistema Qualis, especialmente no caso de docentes de programas de pós-graduação (PPGs). Além de publicar dado número, eles têm de atentar ao estrato do periódico - sua *Qualis*ficação -, pois isto representa a pontuação que o artigo terá, o que chamamos de *seu valor no mercado acadêmico*. Por isso, *norma produtividade* será tomada em sentido estrito, significando o conjunto de regras oficialmente instituídas e a percepção intersubjetivamente compartilhada que dão especial valor à publicação, especialmente de artigos, como critério avaliativo. Por meio dela, instituições (PPGs) e indivíduos são hierarquizados para fins de distribuição de recursos, posições na carreira e reconhecimento. Há algo como uma espécie de *periodicocracia do conhecimento* na academia. Como norma, prescreve padrões aos quais indivíduos e instituições devem adequar-se, acarretando formas de normação que preveem recompensas e punições (FOUCAULT, 2005).

Dito isso, abaixo, cito áreas diversas, a fim de mostrar a amplitude da norma produtividade, especialmente no sentido estrito, bem como algumas particularidades. Para isso, recorro aos últimos documentos disponíveis no sítio eletrônico da CAPES: *Critérios de Avaliação Trienal/Ficha de Avaliação* (Triênio Avaliado 2004-2006) e *Documentos de Área* (Triênio 2007-2009). Há fartura de indícios de que a produtividade constitui o rol dos principais critérios adotados em várias áreas, por vezes, destaca-se sobremaneira.

Inicialmente, recorro a uma amostra baseada nos *Critérios de Avaliação Trienal/Ficha de Avaliação* utilizados por diversas áreas, sem considerar os quesitos citados, a fim de mostrar a relevância da produtividade (sobretudo de artigos, mas também dos benefícios diretamente atrelados a eles, por exemplo, bolsa de

---

[142] Por exemplo: a área Biotecnologia recomenda um mínimo de três publicações de artigos; na Educação, os conceitos *muito bom* a *deficiente* atribuídos a PPGs dependem da média ponderada de publicações qualificadas entre os docentes permanentes. Dados dos Documentos de Área disponíveis, respectivamente, em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/BIOTEC18jun10.pdf> e <http://www.anped.org.br/docs_capes/avaliacao2004-2006_educacao.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2013.

produtividade em pesquisa – PQ – do CNPq[143]) para a comparação e hierarquização dos PPGs intra-áreas.

Para a área[144] *Matemática/Probabilidade e Estatística*, "[...] a comissão considera como prioritários os quesitos Teses e Dissertações e Produção Intelectual".[145] Ainda segundo a área *Matemática/Probabilidade e Estatística*, o primeiro critério para atribuição das "notas 6 e 7" é a "qualidade e quantidade de artigos publicados em periódicos muito seletivos".[146]

Na *ficha de avaliação* da área *Ciência Política e Relações Internacionais* é afirmado que "os critérios principais que pautaram a definição dos conceitos foram: a valorização da produção individual de livros e periódicos internacionais e nacionais e a valorização do esforço de internacionalização atualmente em curso nas duas sub-área".[147]

Na área *Ciências Biológicas III*, "os indicadores prioritários relacionam-se a 3 campos principais: Corpo docente, Corpo discente, produção científica"., sendo que

> Os cursos de nota 6 e 7 são identificados como cursos de nível 5 que apresentam uma nítida e comprovada inserção internacional. Para que isso se concretize, fatores relacionados à participação do corpo docente, ao

[143] De acordo com a agência, a bolsa PQ é "Destinada aos pesquisadores que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos, estabelecidos pelo CNPq, e específicos, pelos Comitês de Assessoramento (CAs) do CNPq". Dentre os critérios adotados atualmente (nova redação dada pela RN-021/2010, de 18 de julho de 2012), a "relevância, originalidade e repercussão da produção científica do candidato" aparece em segundo lugar, atrás apenas do "mérito científico do projeto", o que não está claro no texto, mas é suficiente para reiterar o caráter marcadamente meritocrático da política científica nacional. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/100343#16061>. Acesso em: 05 nov. 2013. Os critérios normativos utilizados para a valorização diferencial da produção científica não são citados, mas, presume-se, estão associados ao *Qualis Periódicos* da CAPES.

[144] Na tese, a título de economia terminológica, serão usadas expressões como "a área", "para a área", "segundo a área" e afins, mas sem a conotação de que haja consenso absoluto entre os diversos sujeitos atuantes nela.

[145] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_MatematicaProbabilidadeEstatistica.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[146] Ibidem anterior.

[147] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_CienciaPoliticaRelacoesInter.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

> corpo discente, à produtividade científica, veículos de publicação e índices de impacto das publicações são considerados.[148]

Na área *Ciências Biológicas I*, um dos pontos que diferencia um PPG 'nota 5' de um 'nota 6 ou 7' é uma produção científica internacional (tida como) destacada, sendo "desejável que cerca de 30% dos docentes do NP (núcleo permanente) sejam bolsistas de produtividade do CNPq".[149] Para a área *Ciências e Tecnologia de Alimentos*, "elevada proporção de docentes bolsista de PQ do CNPq é altamente desejável".[150]

Algo semelhante ocorre na área *Educação*, haja vista, no campo *critérios para a atribuição de programas (conceitos 6 e 7)*, o "percentual de docentes permanentes com bolsa de produtividade do CNPq acima da média dos programas da área" ser um dos indicadores de produção internacional do Programa, relação curiosa, diga-se de passagem.[151] Em relação à área *Filosofia/Teologia*, a classificação de PPGs como conceitos 6 e 7 depende do chamado *padrão internacional*. Para aferi-lo e atribui-lo a um PPG, a área confere peso 2[152] ao critério *produção intelectual com qualidade internacional*, ou seja, às *publicações* (tidas como) *de destacada qualidade*.[153]

---

[148] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_CienciasBiologicasIII.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[149] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_CienciasBiologicasI.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[150] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_CienciasTecnologiaAlimentos.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[151] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_Educacao.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[152] O outro critério, que recebe peso 1, são "Atividades de intercâmbio e de avaliação, e evidências de competitividade e de reconhecimento em nível internacional". Interessante notar o uso do termo *competividade*, o que nos remete à primeira parte da Tese, em que ressaltei a importância do paradigma da competição para a lógica da economia de livre mercado. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_FilosofiaTeologia_Filosofia.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[153] Com uma terminologia relativamente superada pela nova normatização, "São publicações de destacada qualidade [sic] livros, edições críticas, traduções integrais de livros, artigos em periódicos, capítulos e coletâneas de capítulos e trabalhos completos em anais que exponham resultados de pesquisa original, ou proposição metodológica relevante, classificados como nacional A ou como internacional A e/ou B no Qualis/Capes:

a) artigo que exponha resultado de pesquisa original, ou proposição metodológica relevante, publicado em periódico classificado como nacional A ou como internacional A e/ou B no Qualis/Capes, ou capítulo de livro com características semelhantes, devendo a qualidade da obra ser examinada pela comissão.

Quanto à valorização dada à presença de bolsistas de produtividade num PPG, cabe ressaltar uma interessante exceção crítica. Para a área *Psicologia*, o

> número de docentes que são bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq: trata-se de indicador a ser considerado com muito cuidado, pois o número de bolsas disponíveis para a área é muito menor do que o número de docentes da pós-graduação, e exatamente por isso é um indicador muito afetado por aspectos históricos, em função dos quais há maior concentração de bolsistas nos Programas mais antigos.[154]

Há também uma reflexão crítica quanto a outros dois critérios (volume ou percentual de projetos financiados e presença de avaliadores externos), revelando a compreensão de que critérios avaliativos não estão descolados de determinantes de ordem geográfica, política, econômica e histórica, não devendo, portanto, ser tomados em si e absolutamente, sem a devida relativização:

> Nosso procedimento tem sido o de trabalhar no sentido de tomar decisões que considerem a diversidade das situações presentes nos vários Programas. Isso significa dizer que os indicadores numéricos não podem ser tomados por uma única vertente, mas precisam ser trabalhados de forma a permitir que fiquem visíveis, em Programas de natureza diversa, os aspectos positivos condizentes com as características de cada Programa.[155]

Inobstante, como se vê, haver uma aposta naquela dimensão da *visibilidade objetiva e objetivadora* do exame/avaliação ressaltada por Foucault, a área *Psicologia* estende certo grau de criticidade ao critério produtividade, conquanto haja determinantes objetivos que forçam uma postura adaptativa. Ressalta-se que as *produções* "não podem ser tomadas de forma bruta, sob risco de chegarmos a injustiças evidentes", reconhecendo inviabilidade de uma avaliação por exame direto, o que obriga a adotar o critério *Qualis* de qualidade, "a pedra de toque da avaliação".[156] Assim, todavia a crítica,

---

b) livro que contenha contribuição teórica ou metodológica original, de autoria individual ou em co-autoria, que seja qualificado pela Comissão como referência significativa para a área;
c) coletânea com capítulos que satisfaçam as condições do item anterior, de autoria individual ou múltipla". Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_FilosofiaTeologia_Filosofia.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[154] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_Psicologia.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[155] Ibidem anterior.

[156] Ibid.

> A saída tem sido óbvia. Buscar garantir certa confiabilidade ao processo avaliativo valorizando, aí sim primordialmente, as produções dos Programas: artigos, livros, capítulos de livros, publicações completas em congressos, produções técnicas de especial relevância [...] além, evidentemente, das dissertações e teses.[157]

Sem desconsiderar pontuais críticas, resta evidente, portanto, que sujeitos de áreas distintas têm, por forma do modelo CAPES e de outros determinantes contextuais, atribuído peso (por vezes, grande) a indicadores numéricos de produtividade (tanto em si quanto relativamente a seus derivados) para classificar e separar os PPGs de qualidade e excelência (noção de qualidade como algo exclusivo, distintivo, que ultrapassa os *standards*) daqueles PPGs que carecem desses atributos.

Passo, agora, a identificar como a produtividade é valorizada nos cinco quesitos da avaliação trienal, ratificando a relevância conferida a índices de produtividade no modelo CAPES de avaliação. Como será mostrado, além, obviamente, do quesito '4' (produção intelectual), a produtividade é influente em todos os outros quesitos, ainda que haja variação do montante de acordo com cada área.

No que respeita ao quesito '1' (proposta do programa), para a área *Educação*[158], a proposta do programa deve considerar, dentre outras coisas, se a produção intelectual docente e discente, as teses e dissertações expressam e concretizam os projetos e linhas de pesquisa como seu produto. Segundo a área *Letras/Linguística*[159], "as linhas de pesquisa devem ser bem definidas e produtivas [...]' e "os Programas devem constituir-se como um todo orgânico, em que as áreas de concentração, as linhas e os projetos de pesquisa, a estrutura curricular e a *produção intelectual* configure essa integração" (grifo nosso). Consoante à área *Ciências e Tecnologia de Alimentos*, a *coerência e consistência da proposta do programa* depende da integração entre vários fatores, incluindo a produção intelectual. Algo muito semelhante é constatado no caso da área de *Ciências Sociais*

---

[157] Ibid.

[158] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_Educacao.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[159] Disponível em: < http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_LetrasLinguistica.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

Aplicadas I.[160] A área *Geografia* "considera como fundamental, a existência de relações diretas entre área(s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa, estrutura curricular, dissertações e teses; e publicações de docentes e discentes".[161]

No que diz respeito ao quesito '2' (corpo docente), conforme a área *Ciências Biológica II*, os índices avaliativos referentes ao Corpo docente dependem "[...] mais apropriadamente da qualificação e desempenho (orientação, *produção científica*, etc) dos docentes-orientadores, do que em função da titulação ou puramente da dedicação temporal (tipo NRD) ao programa".[162] A área *Química*, no item *participação dos docentes em pesquisa e desenvolvimento de projetos*, que tem peso '6', *bolsas de produtividade* e de *inovação tecnológica* pontuam.[163] Algo semelhante ocorre, por exemplo, nas áreas *Planejamento Urbano-Regional e Demografia*, *Matemática/Probabilidade e Estatística* e *Engenharia IV*.[164,165] Na área *Geografia*, os docentes permanentes são considerados os responsáveis pela produção intelectual.[166]

Algo semelhante é afirmado pela área *Educação*. Sobre esta área, merece destaque a parte 'c' da nota 1 do item 1 (formação), que toma a publicação em periódicos com recorte temático diretamente vinculado a ela, desde que seja sem coautoria (único autor), como um dos modos de incluir docentes doutores (titulados) em Educação:

---

[160] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_CienciasSociaisAplicadasI.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[161] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_Geografia.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[162] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_CienciasBiologicasII.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[163] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_Quimica.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[164] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_PlanejamentoUrbanoDemografia.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[165] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_EngenhariaIV.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[166] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_Geografia.pdf>. Acesso em 05 nov. 2013.

> Nota 1: Ao calcular o percentual do corpo docente titulado em Educação, pode-se incluir entre os que são considerados assim titulados professores que: [...]
> c) publicaram, **na condição de único autor**, pelo menos 3 trabalhos em periódicos com recorte temático diretamente vinculado à área de **Educação**, classificados como Nacional/Internacional A.

Um docente sem doutorado em Educação pode ser considerado como tendo (doutorado em Educação), caso tenha pelo menos três artigos publicados segundo os critérios de *Qualis*dade.[167] Isto é, a publicação de artigos influencia até mesmo a atribuição de titulação de doutorado, segundo o modelo CAPES de avaliação.

Cabe destacar, também, o foco em desempenho, o que reforça o entendimento de que vige uma meritocracia no modelo CAPES de avaliação, pressupondo critérios problemáticos e implicando os efeitos nocivos apontados criticamente por Souza (2013); bem como citar aquilo que Vilaça e Palma (2013, p. 473) afirmam:

> Sobre o quesito *corpo docente*, bolsas de produtividade são um fator relevante em algumas áreas (por exemplo, antropologia, engenharia IV, química e zootecnia/recursos pesqueiros). Além de bolsas, há áreas (por exemplo, geografia e saúde coletiva) que valorizam a capacidade docente de captar outros apoios financeiros (sua *finaciabilidade*[168]).

Relativamente ao quesito '3' (corpo discente, teses e dissertações), a participação dos discentes em publicações conta como 20% do peso total do quesito segundo a área *Engenharia IV*. Na área *História*, um PPG tem uma *DiA* (publicação por discentes-autores) *muito boa* quando tem uma média acima de uma publicação no período.[169] Na área *Ciências e Tecnologias de Alimentos*, um PPG é tido como *muito bom* se o percentual de discentes autores for ≥ a 50%[170], bem como a qualidade das Teses e Dissertações seja aferida por meio de *publicações* e outros

---

[167] Há, na nota, mais duas partes ('a' e 'b'), mas o texto não é claro se as três devem ser concomitantemente satisfeitas ou não, para que ocorra o 'doutoramento em Educação'.

[168] O termo correto é *financiabilidade*, conforme aparece em Vilaça e Palma (2013), p. 469, ou seja, o "poder de captar recursos, ganhar editais".

[169] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_Historia.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[170] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_Ciencias_TecnologiaAlimentos.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013

indicadores pertinentes à área.[171] Para a área *Educação*, "Teses de doutorado e dissertações de mestrado devem ser resultantes de produção de conhecimento na área, gerando publicações qualificadas".[172]. Na área *Química*, a publicação é considerada em dois dos quatro itens do quesito, perfazendo 25 dos 35% conferidos ao quesito. Quer como autores de publicações, quer como de Teses e Dissertações que resultem em publicações, mais de 70% do quesito refere-se à produtividade.

Ou seja, as Teses e Dissertações não são, em si, tidas como publicações de qualidade. A qualidade das Teses e Dissertações é medida pela sua posterior publicação. Se forem publicadas em formato de artigo (especialmente), livro ou capítulo bem *Quali*ficados, elas são qualitativamente boas[173], raciocínio que parece contestável sob diversos aspectos.

Recorro novamente a Vilaça e Palma (2013, p. 474) para ressaltar alguns deles:

> [...] a qualidade das teses e dissertações é medida pela periodicocracia. Ou seja, se elas forem publicadas em formato de artigo em periódicos bem *Quali*ficados, logo, serão tidas como qualitativamente boas, um raciocínio contestável ou incomodamente curioso. Isto porque, por um lado, não é incomum ouvir na academia que há muitos artigos ruins sendo publicados (Ford, 2010). Por outro, Alceu Ferraro (2005), citando Pedro Goergon, assevera que ótimos trabalhos não conseguem ser publicados, talvez em função dos problemas apontados por Sílvio Botomé (2011). De todo modo, se a lógica for essa, os discentes e PPGs ficariam à mercê dos periódicos, o que nos parece uma distorção ou contrassenso, pois um PPG só poderia aprovar uma tese ou dissertação após ela ter sido publicado em formato de artigo. Do contrário, admitindo-se que tal lógica estivesse correta, seria legítimo questionar o PPG que aprovou uma tese que não resultou em artigo, portanto, aprovou algo de "má qualidade".

Chamar a atenção, ainda que de modo introdutório, para a *periodicocracia quantitativista do conhecimento* é, para mim, fundamental. Tal conceito é forjado para enquadrar conceitualmente o fato de que "o conhecimento produzido/divulgado e, consequentemente, seu autor e instituição são distintamente valorizados

---

[171] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/ALIMENTOS_19jun10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013

[172] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_Educacao.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[173] Outro exemplo além da *Química* é a área *Arquitetura e Urbanismo*. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_ArquiteturaUrbanismo.pdf>. Acesso em: 9 de fevereiro de 2012.

dependendo do periódico no qual o artigo foi publicado, lógica que não se restringe ao Brasil" (VILAÇA; PALMA, 2013, p. 469). Segundo matéria de Righetti (2011), é a *vez dos artigos*. De acordo com ela, há PPGs substituindo a defesa de Teses e Dissertações pela de artigos publicados em periódicos com alto Fator de Impacto ou bem *Qualis*ficados:

> No Instituto de Biociências da USP, por exemplo, os alunos podem escolher entre a tese "padrão" ou os artigos. "Ninguém lê tese, a não ser os membros da banca. Se o trabalho não for publicado, vai ficar jogado numa biblioteca", diz a geneticista Mayana Zatz, uma das entusiastas do formato. "Juntar *papers* já publicados é o melhor que pode ser feito. Na Holanda, eles já fazem isto há muito tempo", afirma.
> "A publicação prévia é importante, mas não podemos deixar nas mãos das revistas a titulação dos alunos. A defesa da tese tem de ser mantida", alerta Rogério Meneghini, coordenador científico do Projeto SciELO, que reúne publicações da América Latina com acesso livre. Além de disseminar as informações acadêmicas mais facilmente, os artigos dão mais visibilidade à produção científica do país. Hoje, o Brasil está em 13º lugar no mundo em quantidade de artigos publicados. (RIGHETTI, 2011, s/p.).

Reforçando o tom periodicocrático desse novo (e questionável) modo de avaliar a produção acadêmico-científica em nível de pós-graduação, Righetti (2011, s/p.) ressalta pertinentemente: "Mas os artigos não podem ser publicados em quaisquer revistas".

Assim, a crítica feita acima à política de qualificação das Teses e Dissertações por meio do periódico em que elas são publicadas após a defesa precisa ser relativamente redirecionada e absolutamente radicalizada. Afinal, nalgumas áreas e para alguns sujeitos-pesquisadores, em clara adaptação à norma vigorante, Teses e Dissertações estão com seus dias contados.

E, na ausência de critérios epistêmicos de qualidade, como Vilaça e Palma (2013) apontam, e/ou na impossibilidade de avaliar a qualidade de cada artigo publicado, dada a profusão de publicações, a qualidade fica à mercê da quantidade (de artigos, de citações e, até mesmo, de visualizações).

Embora se festeje o aumento do número de publicações acadêmico-científicas de autores brasileiros, pouco parece poder-se falar sobre a qualidade. Recentemente, várias publicações têm problematizado o suposto avanço acadêmico-científico brasileiro mensurado por via quantitativa. Righetti (2013a, s/p.), por exemplo, afirma que "A produção científica brasileira, medida pela quantidade de trabalhos acadêmicos publicados em periódicos especializados, está em ascensão. Mas a qualidade dos trabalhos não acompanha o ritmo". Segundo Alisson (2013b),

sobre as conclusões advindas da *67ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* (SBPC),

> Depois de crescer em quantidade, a ciência brasileira enfrenta o desafio de melhorar a qualidade e aumentar seus impactos científico, social e econômico. Para isso, são necessárias, entre outras medidas, mudanças nos critérios de avaliação de pesquisadores e de instituições adotados pelas agências de fomento à pesquisa do país.

Todavia, em ambos os casos, considero que a abordagem crítica é conservadora e adaptativa, na medida em que o problema diagnosticado reforça a lógica bibliométrica/cientométrica vigente: *o baixo impacto dos artigos*, ou seja, o número de citações que recebem. “O problema é que a qualidade dos trabalhos científicos, medida, por exemplo, pelo número de vezes que cada estudo foi citado por outros cientistas (o chamado "impacto"), despencou”, afirma Righetti (2011 s/p.). Segundo Alisson (2013b, s/p.), o país aumentou a quantidade de artigos,

> Mas o impacto dos artigos científicos brasileiros – medido pelo número de vezes que o trabalho é citado por outros pesquisadores – ainda é baixo. “Ao longo de sua história, a ciência feita no Brasil, na média, tem tido pouca repercussão internacional, atingindo 60% da média do impacto científico do restante do mundo”, ponderou Brito Cruz.

Ou seja, o problema fundamental, ainda que não único, da Academia e ciência brasileiras é a falta de *visibilidade*. Nos capítulos seguintes, veremos como a busca por visibilidade, notada ou potencialmente adquirida com maior facilidade por meio de publicações em periódicos com alto Fator de Impacto, é um fator de risco para a integridade/ética acadêmico-científica.

No entanto, cabe ressaltar aqui, a título de pequena digressão, que ser visível é uma das mais relevantes (e constrangedoramente problemáticas) obsessões contemporâneas. Evidente que isso não se resume ao âmbito acadêmico-científico, como variados autores têm destacado acerca da chamada *sociedade do espetáculo*. Inobstante, na Academia e ciência isso tem se mostrado, por vezes, de um modo risível ou ultrajante. *Rankings* de acesso não são uma novidade.[174] Mais recentemente, contudo, o SciELO (Scientific Electronic Library Online), “biblioteca

[174] A *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, por exemplo, exibe em seu sítio eletrônico um campo dos *artigos mais acessados*. Disponível em: <http://rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE>. Acesso em: 05 nov. 2013.

eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros"[175], contratou um serviço, no mínimo, curioso. O programa denominado de *Altmetric* promete coletar informações (menções) a um artigo em *sites* (redes sociais), blogs, jornais e revistas, mensurando a quantidade e qualidade da atenção *on-line* recebida pelo artigo, a fim de criar um *score*, um ranqueamento de visibilidade ou atenção. Por mais incrível que possa parecer, tal *score* é estabelecido a partir de menções ao artigo no *Twitter* e *Facebook*, embora sejam citados outros meios (jornais, revistas, blogs).

Diante disso, pergunto, é possível afirmar alguma natureza qualitativa desse processo de ranqueamento? Vejamos o que é asseverado no sítio eletrônico acerca da qualidade:

> To help you put the data in context we've given the article an **Altmetric score**, which is our measure of the quality & quantity of online attention that it has received. The scoring algorithm is relatively straightforward and takes things like the relative reach of different data sources into account.
> Note that the Altmetric score *can't tell you anything about the quality of the article* though reading through the different tabs might.[176]

Dito isso, questiono: por que a SciELO contratou um serviço/programa/empresa que não pode dizer nada sobre a qualidade de um artigo? A admissão do óbvio, isto é, que não podem dizer nada sobre a qualidade do artigo, é seguida de promessas contestáveis, por exemplo, uma análise *quanti-quali* da atenção dedicada a ele. Segundo ela,

> The Altmetric score is a general measure of the attention that an article, book or dataset has received online.
> It reflects:
> - **The quantity of attention received** - in general the more people talking about an article the higher the score.
> - **The quality of that attention** - a news story counts for more than a Facebook post. Attention from a researcher counts more than attention from an automated Twitter bot.

---

[175] Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_home&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[176] O trecho correspondente na tradução é: "Para ajudá-lo a contextualizar os dados, demos ao artigo uma **pontuação Altmetric**, que é a nossa medida da qualidade e quantidade de atenção on-line que recebeu. O algoritmo de classificação é relativamente simples e considera coisas como o alcance relativo de diferentes fontes de dados. Note-se que a pontuação Altmetric *não pode dizer nada sobre a qualidade do artigo,* embora a leitura através de diferentes abas possa". Disponível em: <http://www.altmetric.com/details.php?citation_id=1516058>. Acesso em: 05 nov. 2013.

> The Altmetric score is useful to rank articles based on attention - it can't tell you anything about the quality of the article itself, though reading the linked discussions might.[177]

Ou seja, o serviço/programa/empresa cria uma pontuação baseada nas menções feitas a um artigo nas redes sociais supracitadas, a fim de gerar um útil, segundo diz, raqueamento de artigos, tomando como base a atenção dedicada a ele. Além de ser amplamente questionável atribuir valor acadêmico-científico a menções feitas a artigo no *Twitter* e *Facebook*, a frase final, segundo a qual se tenta salvar alguma utilidade para aferir a qualidade é, no mínimo, um acinte.

Outro exemplo intrigante é o fornecimento de um serviço por parte da empresa *Publicase Comunicação Científica*. Retomarei os questionáveis serviços dela à frente. Mas, por enquanto, é suficiente citar o serviço "*Aumente a visibilidade de seu artigo!*".[178] Vejamos como o serviço é publicitariamente apresentado:

> Você pode aumentar significativamente a visibilidade de seu artigo, assim como o fator de impacto do mesmo através da publicação de uma *release* jornalística sobre o seu artigo no *Eurekalert*!
> O *Eurekalert* é um portal de informação científica utilizado pelas principais universidades no mundo inteiro e consultado por mais de 6.000 jornalistas de todo o mundo. É lá no *Eurekalert* que jornalistas dos principais jornais encontram a fonte original das estórias que lemos sobre ciência. Se no Brasil sabemos pelos jornais que pesquisadores do Reino Unido conseguiram clonar um carneiro chamado Dolly, é porque nossos jornalistas consultaram o *Eurekalert*![179]

Além da descrição do serviço, na página da empresa, estão disponíveis o depoimento de um cliente, ressalvas sobre embargo do periódico em que o artigo a ser 'visibilizado' foi publicado, um exemplo de um *release* escrito pela empresa, bem como o preço do serviço (o que é fundamental), incluindo nota fiscal: R$ 2.400,00

---

[177] O trecho correspondente na tradução é: "A pontuação Altmetric é uma medida geral da atenção que um artigo, livro ou conjunto de dados tem recebido online.
Ela reflete:
- **A quantidade de atenção recebida** - em geral, quanto mais as pessoas falando sobre um artigo maior a pontuação
- **A qualidade da atenção** - uma notícia conta a história de mais de um post no Facebook. A atenção de um pesquisador conta mais do que a atenção de um *bot* automatizado do Twitter.

A pontuação Altmetric é útil para ranquear artigos com base na atenção - não pode dizer nada sobre a qualidade do artigo em si, embora permita ler as discussões relacionadas".

[178] Disponível em: <http://www.publicase.com.br/site2011/visibilidade-artigo.asp>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[179] Ibidem.

(para artigos já revisados por um dos editores da empresa, serviço pelo qual também se paga[180]) ou R$ 3.000,00 (artigos que nunca passaram por um dos editores da empresa).[181]

Essa lógica parece expressa na orientação dada por Andrea Kauffmann-Zeh (2000), não por acaso, uma das sócias da *Publicase*: numa expressão sugestiva, ela diz que o brasileiro precisa saber *vender seu peixe* no *mercado científico internacional*, nas revistas de alto fator de impacto. Sobre esta expressão, cabe destacar o que Sônia Vasconcelos, uma referência na discussão sobre integridade científica, afirma:[182]

> Entendo que a forma como alguns artigos são escritos, talvez até por um movimento inconsciente de querer seduzir o revisor científico, pode gerar a ideia de que aqueles dados são definitivos, indicar uma certeza que não se teve intenção de mostrar, que não era real. Acho que muitas vezes o desejo de "vender o peixe" é tão grande que a contribuição de determinados dados pode parecer maior do que de fato é (VASCONCELOS, 2012, s/p.).

A meu ver, estamos diante de uma ação de *marketing*, nada mais, nada menos do que isso. Mas, supondo que essa estratégia tenha algum valor acadêmico-científico/epistêmico, é imperioso concluir que nem todos os *sujeitos-pesquisadores* poderão gozar dos seus benefícios. Haja vista o preço a ser pago, consideravelmente alto, apenas os *sujeitos-clientes* (portanto, os pagantes/consumidores do serviço) terão acesso à benesse. Reafirmando o que vimos na primeira parte da Tese, ser *cliente* é uma das dimensões sociopolíticas mais fundamentais no contexto atual, inclusive na Academia e ciência brasileiras. Diante da visibilidade como um problema fundamental, concluo que a periodicocracia quantitativista do conhecimento inverte uma relação: o artigo, ou melhor, o conhecimento nele publicado não é muito citado (muito visível) porque é bom, mas é bom porque é muito citado (muito visível).

---

[180] Entre R$ 528,00 (artigos que tenham entre 500 e 1.000 palavras) e R$ 1.353,00 (artigos que tenham 6.000 e 6.500 palavras). Disponível em: <http://www.publicase.com.br/site2011/formulario.asp>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[181] Ibid.

[182] Parágrafo extraído de VILAÇA, M. M. (2013). Más condutas científicas: uma abordagem crítico-comparativa para *in-formar* uma reflexão sobre o tema. *Revista Brasileira de Educação*; no prelo.

Ainda no campo da solução do ‘problema’ invisibilidade, em entrevista ao *blog SciELO em Perspectiva* (2013), Rogério Meneghini, coordenador científico da SciELO é pertinentemente questionado sobre o que chamarei de *paradoxo da qualificação da Academia e ciência nacionais*:

> 1. O objetivo do SciELO de aumentar o impacto internacional de periódicos brasileiros não contradiz o preceito de que pesquisas de maior qualidade devam ser publicadas em periódicos de alto impacto? O que levaria um cientista, como no seu caso, a publicar em um periódico nacional?
> **Concordo que não é contraditório ter o objetivo do aumento de impacto internacional de periódicos brasileiros com o preceito de que pesquisas de maior qualidade devam ser publicadas em periódicos de alto impacto. A quase totalidade de meus artigos em bioquímica/biologia molecular foi publicada em periódicos internacionais. Em muitas áreas os conhecimentos são de interesse global. No entanto, na área de ciências da informação 9 artigos são em periódicos internacionais e 13 em periódicos nacionais. A decisão quanto a estes 13 foi por eu achar que eles interessariam mais aos investigadores brasileiros e pouco aos investigadores estrangeiros.**

A absurdidade lógica da resposta é, penso, evidente. Além de não responder à pergunta que lhe foi feita, Meneghini usa dados que não confirmam a sua tese da não contradição. Tese, por sinal, exposta de um jeito insidioso, na medida em que ele inicia a sua frase com a palavra *concordo* para discordar do entrevistador, ainda que de modo oblíquo. Ademais, ingressando no campo especulativo, pode-se cogitar, com certo grau de razoabilidade promovido pelo final do texto supracitado, que o que motivou a publicação dos artigos em periódicos nacionais não foi bem o interesse dos brasileiros, mas, sim, e, sobretudo, o não interesse dos estrangeiros por eles. Assim, no uso de uma racionalidade instrumental, o autor pode ter calculado as chances de eles serem aprovados em periódicos internacionais e de serem citados, concluindo que não valeria a pena. Além da obrigação oficialmente estabelecida de ter de publicar onde, quando e o que o mercado acadêmico e de publicações determina/deseja/permite/prefere, cabe-nos produzir e vender um produto *made in*, literalmente, como veremos logo abaixo.

Insisto nesse ponto, uma vez que é fundamental para entender o funcionamento da Academia-ciência, especialmente no tocante ao valor das publicações. É fato, como constata Madeleine (2007), que o idioma da ciência é o inglês. De acordo com Rodrigues (2007, p. 37), além do juízo fático, há um aspecto valorativo, uma vez que

> [...] no sistema de classificação utilizado, a principal qualidade de um pesquisador brasileiro é sua capacidade de publicar artigos em... inglês. O sistema de pontuação está de acordo com a concepção de que um artigo publicado em inglês é melhor do que qualquer outro publicado em português ou em qualquer outra língua.

É fato que a *aristocracia acadêmico-científica* é anglófona. Só que não é fato que isso seja 'natural', menos ainda correto (*deve ser assim*). Além de questões relativas, por exemplo, ao direito multicultural de autoafirmação enquanto uma cultura, o que passa pelo idioma adotado, os não anglófonos ou não proficientes no idioma enfrentam uma tarefa difícil adicional em relação aos proficientes. Embora Vasconcelos et al. (2008) afirmem, no início do seu texto, que não esteja claro quanto a competência linguística influi sobre a visibilidade da pesquisa em países onde o inglês não é o idioma oficial, pois os dados são insuficientes para estabelecer uma relação de tipo causa-efeito entre a não proficiência escrita naquele idioma e a visibilidade da pesquisa, eles apontam vários indícios relevantes. Como os 'melhores' periódicos – que são, em tese, mais acessados e citados pelos pesquisadores – estão, via de regra, disponíveis em língua inglesa, só aceitando contribuições nela, é previsível que haja uma tendência de invisibilidade de pesquisas em outros idiomas. Pesquisas, que podem ter grande valor epistêmico e social, teriam seus raios de alcance e ação reduzidos, o que restringiria seu poder, por exemplo, beneficente, como os autores concluem intrigantemente. Tanto as habilidades comunicativas quanto as de escrita naquele idioma, conforme é argumentado no estudo, têm impacto sobre a visibilidade da pesquisa.

Ao ser perguntado se sempre publicou em inglês ou no exterior, Mauricio da Rocha e Silva, afirmou: "Quando comecei a fazer ciência a primeira coisa que meu pai me ensinou foi: *nunca publique numa revista brasileira, em português*, se você puder publicar lá fora" (MARCOLIN; ZORZETTO, 2012, s/p., grifo nosso). Segundo Alisson (2013a, s/p.), o que é dito sem qualquer tratamento crítico, mas de modo abertamente adaptativo às determinações internacionais, o que reforça a dependência dos países (capitalistas dependentes):

> O número de artigos científicos publicados em inglês nos periódicos da SciELO Brasil [...], um programa da FAPESP e do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme) – superou o total de artigos disponibilizados em português.

Ou seja, um programa voltado para os falantes do português e espanhol já está, majoritariamente, relacionado a um idioma distinto. Há, inclusive, periódicos nacionais financiados com recursos públicos e que compõem o SciELO que não aceitam artigos em português e que, até mesmo, sequer disponibilizam instruções aos autores no idioma oficial do país.[183] A falta de acesso talvez seja um custo da obsessão da política nacional pela internacionalização da ciência brasileira, uma questão política séria.

É interessante notar, por exemplo, o esforço de periódicos de países não anglófonos em contornar a sua invisibilidade. Eles simplesmente utilizam o inglês como idioma-padrão. No caso brasileiro, isso pode ser constatado nos casos dos '*Brazilian Journals*'.[184] Essa estratégia de *marketing* acadêmico-científico, contudo, já se mostra ultrapassada. É preciso inovar. Há uma mais ou menos recente tática de mudança de títulos dos periódicos. Nela, o termo *Brazilian* já não tem sido usado. Como Mauricio da Rocha e Silva perspicazmente afirma: "não ter nome que denuncie a origem terceiro-mundista faz bem para o fator de impacto e para pedir artigos. Os chineses sabem disso. Não tem mais '*Chinese Journal*'. É tudo '*International Journal*'" (MARCOLIN; ZORZETTO, 2012, s/p.). Embora não seja regra, cientes disso, nalguns casos, periódicos têm mudando seus nomes, sem incluir o termo que indicaria a sua terceiro(i)mundice: por exemplo, a *Revista Brasileira de Sementes* passou a se chamar, a partir de 2012, *Journal of Seed Science*.[185]

Reforçando a afirmação de que há uma aristocracia anglófona e, acrescento, preconceituosa, cabe citar, mais uma vez, um dos 'magos' brasileiros da visibilidade. Mauricio, ao explicar a transformação, em 2005, da *Revista do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo* na atual *Clinics*, afirma (MARCOLIN; ZORZETTO, 2012, s/p., grifo nosso):

---

[183] Por exemplo, o *Brazilian Journal of Medical and Biological Research* e a *Revista Brasileira de Zootecnia*. Verificar em: <http://www.scielo.br/revistas/bjmbr/pinstruc.htm> e <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1516-3598&lng=pt&nrm=iso>, respectivamente. Acesso em: 05 nov. 2013.

[184] Consultando a base SciELO, podem-se citar o *Brazilian Journal of Biology*, o *Brazilian Journal of Infectious Diseases*, o *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, o *Brazilian Journal of Microbiology*, *Brazilian Journal of Chemical Engineering*, entre outros disponíveis na base SciELO que só aceitam artigos em inglês.

[185] Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_alphabetic&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 nov. 2013.

> Quando cheguei tinha aquele nome impossível. Havia 10 maneiras diferentes para procurar as citações. O Pedro queria mudar, mas temia perder o registro no PubMed [da National Library of Medicine, padrão ouro do sistema de periódicos na área da saúde]. Fui para Washington conversar com o pessoal da National Library of Medicine. Eles entenderam. No primeiro número, a *Clinics* já estava no PubMed. *Falo bem inglês*, fui educado nos Estados Unidos e na Inglaterra, *então eles acham que não sou selvagem*. *Falar bem a língua deles* e conversar pessoalmente faz diferença.

Sobre as estratégias de aumento da visibilidade de periódicos nacionais, mais especificamente, Mauricio ensina seus 'truques' ou "pulos de gato" nem sempre éticos, como ele mesmo denomina (MARCOLIN; ZORZETTO, 2012, s/p., grifo nosso, trecho entre colchetes incluído):

> Entramos (a *Clinics*) no ISI em 2007. Leva três anos para aparecer o primeiro impacto. Em 2009 batemos em 1,59 e ficamos atrás apenas de *Memórias*. Em 2010 caímos um pouquinho, para 1,42, e estamos em terceiro. Os resultados de 2011 ainda não saíram, mas pelos meus cálculos voltaremos para o segundo lugar. *A revista de Manguinhos é meu modelo. Eles deram o primeiro salto acima de 2 publicando um suplemento sobre a doença de Chagas. Todo mundo cita*. Então *eu criei um suplemento sobre neurocomportamento, com artigos de revisão do Miguel Nicolelis e do inglês Timothy Bliss*. *O Bliss foi quem descobriu nos anos 1980 como os neurônios fixam a memória. Ele tem um artigo com mais de 5 mil citações* [...].
> Nos anos 1990 fui do conselho editorial de uma revista americana, a *Circulatory Shock*. Como ela estava mal financeiramente, seus donos decidiram matar a revista e criar uma nova, chamada *Shock*. Fui um dos fundadores como membro editorial. Para dirigir veio um cientista muito bom em editoração. Aí fizemos um pacto de sangue. *Combinamos que as 30 pessoas do corpo editorial teriam de mandar um artigo por ano para a* Shock*. E esse artigo teria de ser citado de três a quatro vezes nos dois anos seguintes em outras revistas do Primeiro Mundo*. Todos fizeram. No primeiro ano, o impacto foi de 0,7. Tem de se considerar que uma revista americana entra no ISI [Institute for Scientific Information, serviço de bases bibliométricas que hoje faz parte da Thomson Reuters, responsável pelo cálculo do fator de impacto das publicações] no dia seguinte ao em que é criada e isso ajuda muito no impacto. Em 15 anos ela chegou a 3,5. *Eu aprendi esses pulos de gato. Há alguns éticos e outros nem tanto*. O editor da *Shock* é um modelo de comportamento ético.

Embora não esteja clara a acepção de ética do pesquisador, tampouco os limites éticos que ele se impõe para 'levantar' o Fator de Impacto de uma revista, o tom do seu discurso parece deixar patente sua conduta estratégico-instrumental absolutamente adaptada à lógica bibliométrica afeta ao referido indicador quantitativo. Após anos de 'sucesso', como seu discurso parece sugerir, seu 'encantamento', todavia, foi devida, ainda que tardiamente, 'quebrado' num caso que envolve quatro periódicos brasileiros (incluindo a *Clinics*) acusados da prática de

stacking (‘empilhamento de citações’), cujo objetivo era aumentar fraudulosamente seus fatores de impacto.[186]

A opção pelo uso do inglês com idioma-padrão – ação que integra uma compreensível, ainda que questionável estratégia de busca da internacionalização do conhecimento produzido no país – pode ser criticada, pois, afinal, se o periódico é brasileiro, por que deve estar em idioma estrangeiro? Considerando a desigualdade socioeconômica brasileira, que reflete (em) um desnível educacional, é evidente que aquela opção restringirá o acesso tanto daqueles que querem divulgar nesses periódicos o conhecimento que produziram, quanto daqueles que desejam e/ou necessitam recorrer aos conhecimentos divulgados neles. Ou seja, a visibilidade internacional pode gerar uma invisibilidade nacional, grave desvio que pode ser menosprezado pelo valor de uma publicação em inglês, confirmando o argumento de Rodrigues (2007). Aduzo ao texto as palavras de Masahiko Takada: “artigos publicados apenas em inglês podem ser bons para os cientistas japoneses proficientes em inglês, mas não são necessariamente bons para o Japão” (MADELEINE, 2007, p. 454). Talvez o paradoxo da *invisível visibilidade* nos países não anglófonos possa ser parcialmente contornado com a obrigatoriedade de que todos os artigos que forem publicados em inglês também sejam disponibilizados no idioma nativo.

Tal lógica, que encontra no indicador bibliométrico *Fator de Impacto* o eixo do seu funcionamento, produz uma série de efeitos problemáticos e até mesmo nocivos para o ordenamento acadêmico-científico, o que ficará mais claro nos capítulos subsequentes, em que identifico traços fundamentais e efeitos da lógica bibliométrica e cientométrica nacional, bem como desenvolvo a ideia de *mercado acadêmico-científico* e de *mercado de publicações*.

De acordo com Silva e Bianchi (2001, p. 7-8)

---

[186] Ver, por exemplo, matérias disponíveis em: <http://scienceblogs.com.br/eccemedicus/2013/06/suspensao-de-revistas-medicas-brasileiras/>; <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/saudeciencia/117034-quatro-revistas-brasileiras-sao-suspensas-de-indice-internacional.shtml>; <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=87928>. Acessos em: 05 nov. 2013. Para resposta do pesquisador, ver: <http://scienceblogs.com.br/eccemedicus/2013/06/carta-resposta-do-prof-mauricio-rocha-e-silva/>. Acesso em: 05 nov. 2013. Como resta claro, o ponto central do autor não é a eticidade ou não da prática intitulada em questão, mas o fato de, segundo ele, outras revistas não terem sido igualmente punidas.

> Para valorizar de alguma forma a qualidade dos trabalhos publicados foram introduzidos dois outros indicadores: o *número de citações* que um artigo recebe na literatura e o *fator de impacto* da revista ou periódico em que a publicação é feita. [...] O número de citações recebidas por um artigo é um indicador da influência ou impacto que o seu conteúdo produziu na comunidade científica da área.

Como a qualificação de periódicos possui, como defendo à frente, traços típicos da lógica de livre mercado, dizer que o conhecimento acadêmico-científico, os sujeitos que o produzem e as instituições envolvidas estão sob a égide periodicocrática, significa que a Academia e a ciência, os sujeitos e as instituições estão submetidos àquela lógica. Assim sendo, os PPGs perdem parte importante – quiçá a totalidade – da capacidade de avaliar e conferir reconhecimento ao que é produzido no seu âmbito, ficando dependentes de uma validação posterior. Nos próximos capítulos, esse raciocínio será desenvolvido detalhadamente.

Retomando a abordagem dos quesitos, dada a obviedade de que há referências à produtividade no quesito '4'(produção intelectual), ele será abordado por último. Desse modo, passarei à abordagem do quesito '5' (inserção social).

Quanto a ele, há menção à importância da produção de livros e capítulos de livros direcionados a estudantes de todos os níveis, como no caso da área *Química*. Algo semelhante ocorre nas áreas *História* e *Educação* (entre as áreas, o peso do item varia entre 50 e 60% do montante total do quesito). O critério produtividade é, também, contemplado no que se refere à necessidade da sua *publicidade/visibilidade/transparência*. Quer dizer, os PPGs devem manter páginas *Web* atualizadas, contendo, dentre outros dados, parte significativa da sua produção (entre as áreas, o peso do item varia entre 15 e 20% do montante total do quesito). Isso foi identificado nas variadas.

Embora não digam respeito propriamente à norma produtividade em sentido estrito, há outro fator que merece atenção, porque reforça aspectos ressaltados na primeira parte desta Tese. Nalgumas áreas, há menção ao desenvolvimento de novas técnicas, produtos e processos, bem como cooperação com o setor público e privado, incluindo a produção de inovações, como é o caso das áreas *Ciências e Tecnologia de Alimentos*[187], *Biotecnologia*[188], *Zootecnia/Recursos Pesqueiros*[189],

[187] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/ALIMENTOS_19jun10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

Ciências Agrárias I[190] (entre as áreas, o peso do item varia 40 e 60% do montante total do quesito), algumas delas diretamente ou indiretamente ligadas às *áreas estratégicas* mencionadas na primeira parte da Tese.

Quanto ao quesito '4', que congrega entre 35 e 40% do peso dos quesitos, a produtividade intelectual/científica tem como métrica 'qualitativa' o sistema *Qualis Periódicos*[191], o que guia todas as áreas. Embora cada área tenha suas particularidades quanto ao modo como estabelece a hierarquização, todos os PPGs, acadêmicos, cientistas, pesquisadores e afins estão (in)devidamente en*CAPES*ulados. Um artigo ou livro publicado em um periódico ou por uma editora mal *Qualis*ficada não tem muito valor 'científico' ou 'intelectual' (ou no mercado acadêmico-científico, como será visto a seguir). A numerologia 'qualitativa' usada por cada área é complexa, envolve percentuais, algoritmos e coisas semelhantes. Mas, em suma, produzir 'bem' é algo que depende, de acordo com o sistema vigente, essencialmente da *Qualis*ficação do periódico.

Como exemplo, para a *Grande Área Ciências da Saúde*[192], um PPG recebe (merece) o *conceito excelente (7)* se tiver publicado seis ou mais artigos em periódicos altamente *Qualis*ficados (Qualis Internacional A ou B, sendo que ao menos três sejam no nível A). É verificável, também, que algumas áreas dão maior valor aos artigos do que a livros. Os artigos encabeçam muitas das listas de publicações/produção intelectual/científica, como é o caso da *Geografia*, da *Planejamento Urbano-Regional e Demografia*, da *Matemática/Probabilidade e Estatística*, entre outras. Esta, por exemplo, assevera que "o que se refere à Produção Intelectual, a Comissão considera prioritária a produção de artigos de boa

---

[188] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/BIOTEC18jun10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[189] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/ZOOT15out2009.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[190] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/AGRARIAS_19jun10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[191] Informações sobre ele estão disponíveis em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[192] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_CienciasSaude.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

qualidade [...]".[193] Há também uma clara desproporção a favor da produção e publicação de artigos no quesito '5'. Há, por vezes, como é o caso pelo menos da *Grande Área Ciências da Saúde*, uma completa desconsideração de livros e capítulos no que concerne a esse quesito, mas até mesmo ao quesito "4".[194]

Em suma, dada a abrangência do critério produtividade intelectual e/ou científica sobre os cinco quesitos avaliados pela CAPES, vê-se a clara vigência de uma norma produtividade voltada, nalguns casos, forte e até mesmo exclusivamente para a produção e publicação de artigos em periódicos, forjando uma verdadeira periodicocracia quantitativista da pós-graduação. Pode-se presumir, concomitantemente, o poder exercido por essa norma sobre os sujeitos, constrangendo, induzindo e incentivando condutas questionáveis, conforme ainda será analisado nesta Tese. Resta, no entanto, antes entender o funcionamento da valorização da produção publicada, como veremos a abaixo.

2.2 Como a produção acadêmico-científica é *Qualis*ficada: traços cientométricos e bibliométricos da política acadêmico-científica nacional e algumas implicações

Os dados acima serão mais bem compreendidos com alguns comentários acerca do sistema de qualificação de periódicos, livros e eventos vigente no país, especialmente sobre os indicadores bibliométricos adotados para configurar a cientometria vigente no país. Bibliometria ou cientometria é definida por Silva e Bianchi (2001, p. 6) como "o estudo da mensuração do progresso científico e tecnológico e que consiste na avaliação quantitativa e na análise das inter-

[193] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_MatematicaProbabilidadeEstatistica.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[194] Isso pode ser constatado nos *Critérios de Avaliação Trienal* da *Grande Área Ciência da Saúde* (disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_CienciasSaude.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013), mas também nos *Documentos de área* de algumas das áreas das Ciências da Saúde, como, por exemplo, as *Medicina I*, *II* e *III*, bem como a *Ciências Biológicas II* e *III*, as quais informam que elas não utilizam esse meio como modo expressivo de publicação.

comparações da atividade, produtividade e progresso científico". Ainda segundo os autores,

> Em outras palavras, a cientometria consiste em aplicar técnicas numéricas analíticas para estudar a ciência da ciência. Já a bibliometria consiste no tratamento e na análise estatística da mensuração destes resultados e desenvolvimentos através das diferentes publicações científicas refletidas em artigos, livros e em revistas científicas editadas (SILVA; BIANCHI, 2001, p. 6).

Santos e Kobashi (2009, p. 158) – num texto em que fazem um breve histórico da bibliometria, cientometria e infometria, chamando a atenção para a contribuição de Lotka, Bradford, Zipf e Price – recorrem ao último para definir cientometria:

> Para Price (1969), a cientometria é o estudo quantitativo da atividade científica. Semelhante caracterização teve como ponto de partida a percepção de que certas leis econométricas, em especial, as relativas ao cálculo da mão-de-obra, no mundo do trabalho, poderiam explicar, igualmente, o comportamento da literatura científica. Com base nesse raciocínio analógico, Price afirmou que os dados quantitativos sobre revistas e artigos científicos obedecem a certas regras estáveis, configurando-se como indicadores do estado da ciência.

Confirmando a hipótese de uma periodicocracia do conhecimento acadêmico-científico que tenho citado no decurso do texto, os autores afirmam que "os modelos bibliométricos e cientométricos têm os artigos científicos como objetos empíricos privilegiados" (SANTOS; KOBASHI, 2009, p. 158). Sobre a periodicocracia, os autores fazem uma pertinente ressalva, mesmo que evitem alguns problemas mais fundamentais:

> Embora não discutamos as razões que levaram à eleição desse tipo de produto como objeto principal dos estudos métricos, fazemos uma ressalva: não se pode reduzir a atividade científica à produção, à circulação e ao consumo de artigos de periódicos e, muito menos, confundir o crescimento quantitativo de artigos com o desenvolvimento cognitivo da ciência. De fato, muitos autores já assinalaram que os modelos tradicionais tinham como foco a quantificação de artigos, de autores mais produtivos, de periódicos mais citados, etc., porém, não penetraram nas questões cognitivas, ou seja, no conhecimento contido nesses objetos.

Dentre as aplicações da bibliometria/cientometria, Silva e Bianchi (2001, p. 7) apontam a possibilidade de servirem

> [...] para estudar as atividades de pesquisa de um país se baseia na premissa de que as publicações científicas são um demonstrativo essencial da presença e qualidade delas. Do ponto de vista cognitivo, um novo conhecimento somente adquire o seu valor quando ele é difundido dentro da comunidade, pois, somente assim poderá contribuir para o avanço científico. Do ponto de vista social, a publicação de novos descobrimentos é uma etapa essencial do processo de investigação, permitindo ao cientista obter o reconhecimento de seu próprio trabalho.

Mesmo que numa forma constatativa, e não crítica, os autores (SILVA; BIANCHI, 2001, p. 6) seguem afirmando pertinentemente que

> Os governos e as instituições de pesquisa têm mostrado interesse em aplicar este conhecimento para poderem manipular mais apropriadamente os escassos e limitados recursos de fomento, utilizando os indicadores científicos num esforço para estimar a saúde relativa da ciência em várias nações, ajudando-as a tomarem decisões quanto às áreas de pesquisa com necessidade imediata de maiores suportes financeiros e humanos.
> A cientometria está relacionada com a demografia da comunidade científica mundial e tem se tornado um tema importante não somente em países mais industrializados, mas também naqueles em desenvolvimento, que pretendem melhor distribuir os seus fundos de suporte à ciência.

Como todo mecanismo ou padrão de avaliação, a bibliometria e cientometria vigentes elegem os critérios ou dados que julgam relevantes. Consoante Silva e Bianchi (2001, p.6)

> Os dados ou indicadores bibliométricos utilizados por pesquisadores que estudam a ciência da ciência incluem (mas não são limitados somente a eles): o número de pessoas que recebem titulações acadêmicas ou científicas, o número de patentes registradas por cientistas, o número de artigos científicos publicados, o número de cientistas que publicam artigos científicos, o número de referências bibliográficas citadas nos artigos científicos, o número de citações recebidas por artigo científico, o número de auxílios à pesquisa recebidos pelos cientistas e a quantidade de recursos destinados às atividades de pesquisa fomentadas pelas agências (TAUBES, 1993).

Os indicadores bibliométricos foram criados e são utilizados, portanto, dentro de uma lógica, para reforçá-la. Mugnaini, Januzzi e Quoniam (2004, p. 124) captam, a meu ver, com precisão alguns dos seus traços fundamentais:

> Os indicadores bibliométricos cumprem a finalidade de apontar os resultados imediatos e efeitos impactantes do esforço destinado à C&T, constituindo-se, na terminologia corrente no campo da formulação e avaliação das políticas públicas, em **indicadores-produto** e, em algumas situações, medidas de **impacto** das políticas (Januzzi, 2002). Indicadores bibliométricos são **indicadores-produto** (ou ainda indicadores de eficácia) quando se referem a resultados mais imediatos das políticas com a

> produção de artigos em C&T ou número de patentes. São **indicadores de impacto** (ou indicadores de efetividade social) quanto se referem a desdobramentos mais a médio prazo ou a efeitos mais abrangentes e perenes do fomento às atividades de C&T, como o Fator de Impacto de Publicações e outras medidas - não blibliométricas – como Taxa de Inovação Tecnológica, o Balanço de Pagamentos Tecnológico, o grau de apropriação de tecnologia nacional na produção de medicamentos, na Saúde Pública, no desenvolvimentos [sic] de novos materiais para construção de moradias etc.

Termos como *eficácia*, *produto*, *inovação* indicam, portanto, a associação entre a adoção de indicadores dessa natureza e a mercantilização da pós-graduação brasileira, ratificando o argumento da primeira parte da Tese.

Retomando aspecto mencionado quando da análise de modelo CAPES de avaliação no capítulo 1.4 desta Tese e antecipando outros aspectos que serão abordados a seguir, os autores ressaltam e descrevem, ainda que resumidamente, o caráter quantitativista da política científica nacional (uma *periodicocracia quantitativista*, e não qualitativa), assim como a sua associação com padrões (indicadores quantitativos) cientométricos internacionais, ressaltando, também, a lógica *input/output* que apontei no capítulo 1.5.

Segundo Silva e Bianchi (2001, p. 7, grifo nosso),

> Dois são os conjuntos de indicadores bibliométricos: 1) Os *indicadores quantitativos* da atividade científica refletida no número de publicações e 2) Os indicadores de impacto, baseados no *número de citações* obtidas pelos trabalhos publicados e que caracterizam a importância desta produção científica, em função do reconhecimento outorgado por outros pesquisadores.
> *O número* de publicações de uma instituição, centro, área de pesquisa ou país é um indicador muito útil da sua *quantidade de produção científica*, ao permitir compará-la com a de outros locais, e acompanhar, de forma sistemática a sua evolução ao longo dos anos. Assim é que, por exemplo, o Brasil tem hoje 1,2% da produção científica mundial indexada no *Science Citation Index (SCI)* e ocupa a 17ª posição entre os países, tendo melhorado sua colocação no decorrer dos últimos dez anos graças ao crescimento e fomento à pós-graduação. É evidente que o *número de publicações é um output que depende substancialmente dos inputs introduzidos no sistema*, de maneira que seria conveniente normalizar estes dados em função dos montantes alocados para a pesquisa, verificando tanto os recursos humanos envolvidos, quanto os financeiros empregados em ciência e tecnologia; isto possibilitaria identificar instituições, centros e regiões, que mesmo de pequeno porte, conseguem desenvolver uma atividade importante numa dada área do saber.
> A partir do *número de publicações*, podem-se derivar outros indicadores, como por exemplo, o Índice de Atividade (IA) que permite comparar o grau de especialização de uma instituição, centro ou uma região num determinado tema. Assim, o IA de uma unidade qualquer é estimado a partir da *porcentagem* da produção científica que esta unidade dedica ao assunto em estudo, dividido pela *porcentagem* que este representa na produção científica nacional. Desta forma, se a unidade obtém valores superiores, isto

> significa que ela tem uma atividade maior no tema do que a média nacional e vice versa.
> O *número de publicações é um indicador meramente quantitativo*, que não leva em conta a qualidade ou a importância do conteúdo do trabalho realizado. É claro que nem todas as publicações despertam o mesmo interesse e nem contribuem de maneira semelhante para o progresso científico da área.

O sistema *Qualis Periódicos* da *CAPES* estabelece uma hierarquização (supostamente) qualitativa dos periódicos científicos, editoras e eventos acadêmico-científicos.

> Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção.[195]

Quanto particularmente aos periódicos, que são o foco da minha pesquisa, tal sistema estabelece uma relação (questionável) entre o valor do conhecimento e o estrato do periódico: “A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero”.[196] A CAPES ressalta que

> [...] o mesmo periódico, ao ser classificado em duas ou mais áreas distintas, pode receber diferentes avaliações. Isto não constitui inconsistência, mas expressa o valor atribuído, em cada área, à pertinência do conteúdo veiculado. Por isso, não se pretende com esta classificação que é específica para o processo de avaliação de cada área, definir qualidade de periódicos de forma absoluta.[197]

Partindo dos de alto nível e chegando àqueles “sem valor”, termo usado nos *Documentos de área*, aos periódicos são atribuídos valores em termos numérico-quantitativos, na relação estrato-peso/pontuação, sobre a qual há certa variação em

---

[195] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[196] Ibidem anterior.

[197] Ibid.

alguns pontos[198], mas que, grosso modo, pode ser descrita assim (que é o caso da área *Educação*[199]): A1=100 (%); A2=85[200] (%); B1=70[201] (%); B2=55[202] (%); B3=40[203] (%); B4=25[204] (%); B5=10[205] (%); C=sem valor ou zero. A definição dos estratos varia relativamente, de modo que analisar todos os casos seria, para os fins da presente pesquisa, um trabalho desnecessário. A título de exemplo, citarei, sem muito detalhamento, apenas alguns casos e critérios, a fim de apresentar a complexidade do sistema adotado. Em um momento posterior, elegerei algumas áreas, com o intuito de examinar comparada e detidamente o modo como os periódicos são classificados intra-área, buscando identificar obscuridades 'qualitativas'. Ou seja, será que o que diferencia o A1 do A2 ou o B1 do B3 é algo substantivo, que expressa, de fato, o desnível da qualidade do conhecimento publicado, de tal modo que PPGs pudessem ser conceituados de modo qualitativamente distinto? Por enquanto, algo bem mais geral será suficiente.

---

[198] Por exemplo, a área *Química* adota valores relativos sensivelmente distintos A1 X 10,0; A2 X 7,5; B1 X 5,5; B2 X 3,0; B3 X 2,0; B4 X 1,0; B5 X 0,5 e C X zero. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/QUIMICA19jun10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[199] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/EDUCA_19jun10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[200] Por exemplo, na área *Medicina III*, A2 tem peso 80. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/MEDIII_01abr10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[201] Por exemplo, na área *Administração, Ciências Contábeis e Turismo*, B1 tem peso 60. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/ADMIN17jun10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[202] Por exemplo, na área *Filosofia/Teologia*, B2 tem peso 50. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/FILOSOFIA_16jul10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[203] Por exemplo, na área *Saúde Coletiva*, B3 tem peso 30. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/SAU_COL15out2009.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[204] Pro exemplo, na área *Medicina III*, B4 tem peso 10 (no limite de 3 por docente). Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/MEDIII_01abr10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[205] Por exemplo, na área *Engenharia II*, B5 tem peso 5 (%).Disponível em: <>. Acesso em: 05 nov. 2013.

De acordo com áreas como *Educação*[206], *Filosofia/Teologia*[207], *Letras/Linguística*[208], *Direito*[209], *Arquitetura, Urbanismo e Design*[210] os periódicos A1 e A2 são categorizados fundamentalmente como publicação amplamente reconhecida pela área e/ou de destacada qualidade, devidamente demonstrada pelo relatório dos avaliadores, sendo seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica. Há especificidades variadamente aplicadas nas áreas, por exemplo, tempo de existência, número de volumes, percentual de exogenia e endogenia, publicação de autores estrangeiros, disponibilidade *on-line*, ampla circulação, internacionalização, etc.

Para outras áreas, tais como Administração[211], *Medicina III*[212], *Engenharia II*[213], *Matemática/Probabilidade e Estatística*[214], *Química*[215], *Saúde Coletiva*[216], *Ciência Política e Relações Internacionais*[217], os critérios utilizados são, grosso

---

[206] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/EDUCA_19jun10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[207] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/FILOSOFIA_16jul10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[208] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/LET_LING_22jun10b.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[209] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/DIREITO_19jun10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[210] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/ARQUITETURA_22jun10b.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[211] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/ADMIN17jun10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[212] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/MEDIII_01abr10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013. Aplicável a todas as áreas da Medicina.

[213] Disponível em: < http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/ENGII_19jun10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013. Aplicável a todas as áreas da Engenharia.

[214] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/MATEM_19jun10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[215] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/QUIMICA19jun10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[216] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/SAU_COL15out2009.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[217] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/POLIT_RELINT_22jun10b.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

modo, *Fator de Impacto* (FI) segundo determinados relatórios (JCR ou ISI)[218] e/ou *Base de Indexação* e/ou *Índice H na base Scopus*. Há menções ao corpo editorial e/ou a ser editada por sociedade científica (por exemplo, *Ciência Política e Relações Internacionais*), mas, em geral, o discernimento entre os A1 e A2 corresponde à variação do gradiente numérico dos fatores citados. Por exemplo, para a *Saúde Coletiva*, A1 são os periódicos com índice H acima do percentil 95 ou JCR com FI acima de 4,0.[219] Na *Engenharia II*, enquanto os artigos pertencentes ao estrato A1 têm de ter FI ≥ 1,0, os A2 são os que têm < 1,0 e ≥ 0,5.[220] Na área *Medicina I*, A1 são periódicos com FI ≥ 3,800 e A2 FI entre 3,799 e 2,500.[221]

Periódicos enquadrados nos estratos A1 e A2 são os mais bem vistos pela comunidade científica, conferindo 'excelência' institucional (PPGs) e curricular (indivíduos). Via de regra, apenas professores doutores ou com título afim (livre docência) e/ou pesquisadores renomados publicam em periódicos nesses estratos[222], haja vista a requisição de *vinculação institucional* (docentes universitários, preferencialmente ligados a PPGs), entre outros fatores, alguns extraoficiais. Pós-graduandos, quando muito, ficam restritos, geralmente, a sessões como resenha e afins, ou têm acesso à sessão de artigos se compuserem coautorias com aqueles. Aliás, como veremos à frente, a prática de coautorias forjadas com o único fim de aumentar a *publicabilidade* (potencial de ser publicado) a um texto não é incomum. Por vezes, o docente (geralmente orientador) apenas assina o artigo que foi (quase) exclusivamente produzido pelo orientando.

Quanto aos B1[223] e B2, em relação aos casos nos quais fatores numéricos e/ou indexações não são os parâmetros, constata-se que, em linhas gerais,

---

[218] *Journal Citation Reports* e *Information Sciences Institute*.

[219] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/SAU_COL15out2009.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[220] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/ENGII_19jun10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[221] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/MED_I20nov09q.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[222] A título de exemplo, no ano de 2011, apenas dois casos fugiram a essa regra na *Revista Brasileira de Educação* (A1-Educação). Algo semelhante ocorreu com o periódico *Pro-Posições* (A1-Educação).

[223] Em alguns casos, como o da *Filosofia/Teologia* e do *Direito*, periódicos B1 podem ser elevados, em termos de pontuação, ao nível A2.

entende-se como publicação reconhecida pela área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica. Além dessa definição genérica, há a aplicação diferencial de critérios como: ser publicada por instituição com Pós-Graduação, Instituição de Pesquisa, Sociedade Científica; possuir pesquisador estrangeiro no corpo editorial; ter base de indexação; ser financiada por órgão público; ter regularidade, periodicidade e mínimo de artigos por número, etc. Grosso modo, a publicação nesses estratos não chega a comprometer instituições e currículos, mas não conferem 'excelência'. Ainda há notório privilégio a publicações de indivíduos vinculados.[224] Na área *Medicina I*, periódicos com FI entre 2,499 e 1,300 são tidos como B1 e com FI entre 1,299 e 0,001 são enquadrados como B2.

A respeito dos B3 e B4, embora tenham de ser reconhecidas pela comunidade acadêmico-científica, seriadas, arbitradas e dirigidas, excetua-se, por exemplo, a participação de estrangeiros como autores e editores; permite-se maior percentual de endogenia, menor base de indexação e de vinculação dos autores, circulação mais restrita (nacional e regional, respectivamente), entre outras coisas. Dito de modo genérico, publicações nesses estratos são mais acessíveis a pós-graduandos. Sobre as áreas que utilizando como parâmetro o FI, constatou-se que periódicos B3 e inferiores são aqueles que não possuem FI.

Os periódicos B5 são reconhecidos pela área por preencherem minimamente os requisitos da área. Grosso modo, são organizados e voltados para pós-graduandos, de modo que docentes, e até mesmo alguns discentes, são fortemente recomendados a não publicar neles.

Periódicos C não possuem valor, pois não são reconhecidos pelas áreas.

Há muitas formas de criticar essa padronização de qualidade, especialmente diante da ausência de uma definição clara por parte da CAPES do que seja qualidade, conforme já foi apontado. Vários autores citados ao longo deste texto apresentam as suas críticas, via de regra, chamando a atenção para o caráter quantitativo.

Para efeito de argumentação futura, recorro, inobstante as outras possibilidades, a Vilaça e Palma (2013), para os quais os critérios utilizados pela

[224] O periódico *Veritas* (PUC-RS), da área *Filosofia*, informa, nas diretrizes para autores, que "10. A revista publica apenas trabalhos de professores doutores ou em co-autoria com doutorandos". Disponível: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/about/submissions#authorGuidelines>. Acesso em: 05 nov. 2013.

CAPES não são propriamente epistêmicos, mas *quantitativos* e *convencionais*. Os autores referem-se a critérios quantitativos no tocante às áreas que usam o Fator de Impacto para estratificar os periódicos; ao passo que se referem a critérios convencionalistas acerca das áreas que não utilizam o referido indicador bibliométrico (VILAÇA; PALMA, 2013, p. 480):

> Há áreas que não utilizam o FI. Nelas, emprega-se o que chamamos – talvez na falta de uma expressão melhor – de *critérios convencionalistas*. A expressão *periódicos amplamente reconhecidos pela área* é usada, entre outras, na educação, filosofia e letras/linguística para definir periódicos A1 e A2. Percentual de endogenia, indexações (inclusive no ISI), internacionalização e vinculação são outros critérios usados. O fator *convenção* também se aplica a eles. Afinal, por que a indexação em dadas bases garantiria qualidade? Por que o fato de haver um pesquisador estrangeiro no corpo editorial ou a publicação de um autor estrangeiro o torna mais relevante? Um pesquisador sem vinculação ou doutorado produziria algo de má qualidade? Tais convenções podem criar uma *aristocracia do conhecimento*, estimulando, por exemplo, coautorias de fachada.

Os autores seguem analisando o caráter quantitativo do modelo de avaliação da produtividade, chamando a atenção para problemas afetos ao FI (VILAÇA; PALMA, 2013, p. 478-9):

> Pressupõe-se que se os artigos de um periódico são muito citados, este é qualificado, uma inferência questionável. Um artigo pode ser muito citado por apresentar metodologia e/ou argumentos polêmicos, (por exemplo, a favor do nazismo ou do racismo) e/ou conclusões mirabolantes. Além disso, artigos muito citados vêm sendo retratados/cancelados. Graciela Flores (2005), por exemplo, afirma que um artigo produzido em 1997 e citado 227 vezes foi retirado da *Science* depois que um dos autores foi considerado culpado em casos de fabricação e falsificação de dados. Dois destaques e uma questão impõem-se diante disso: o artigo foi amplamente citado e o periódico é um dos mais importantes do mundo, tendo um FI dos mais elevados; o FI do periódico foi revisto após a "perda das citações"? Os editores do periódico *PLoS Medicine* (The PLoS..., 2006, p. 707), num editorial com traços de denúncia, afirmam que até mesmo a Thomson admite que o FI está fora de controle, sendo utilizado de muitos modos inadequados, concluindo que ele "não diz nada sobre a qualidade de qualquer trabalho ou autor especificamente".

Além do caráter pseudo-epistêmico do FI, os autores sublinham a problemática lógica mercantil envolvida na sua determinação e veiculação. Introduzindo a citação abaixo, é interessante notar o comportamento brasileiro como um país capitalista dependente até mesmo quanto à gestão acadêmico-científica, na medida em que a política nacional em vigor para o setor é caudatária de um produto (e das relações sociais envolvidas na sua produção) fornecido por uma empresa estrangeira:

> Esse critério de distinção acadêmico-científica está nas mãos de uma só empresa. O FI de um periódico, que ela determina, é medido pelas citações feitas nos periódicos que ela indexa. Ora, se a mesma empresa determina em quais periódicos uma citação tem valor e qual é o montante desse valor, ela domina todas as fases do processo produtivo de um valor simbólico-mercadológico – e não epistêmico – do conhecimento. A empresa ainda desfruta da autonomia – dada pelo espírito do livre mercado – de não publicizar os critérios adotados no seu processo de escolha dos tipos de artigos e outros itens citáveis. Para nós, o critério publicidade das regras é uma condição de possibilidade de uma instituição/organização justa, confiável, condizente a um ambiente, por assim dizer, democrático. Todavia, segundo os editores da *PLoS Medicine* (idem), a Thomson Scientific é o único árbitro do jogo do fator de impacto, não tendo obrigação de prestar contas, a não ser para os acionistas da Thomson Corporation. Ou seja, em que pese a importância do FI para a ciência mundo afora, apenas poucos – os donos do capital da empresa – têm pleno acesso a ele (VILAÇA; PALMA, 2013, p. 479).

Quer dizer, o padrão adotado para qualificar sujeitos, instituições e a produtividade nacional no campo acadêmico-científico é determinado, em grande parte, por um critério claramente quantitativo, que é propriedade particular de uma empresa.

> Malgrado os limites da cultura, febre ou jogo do FI apontados por uma série de pesquisadores (Cherubini, 2008; De Meis et al., 2003b; Jardim, 2011; Notkins, 2008; Ségalat, 2010), ele é um parâmetro-ouro de qualidade (Pinto, 2008). Mas por quê? A resposta de Pinto e Andrade (1999, p. 451-452), num artigo pródigo em informações sobre variados índices e traços da cientometria, é, em suma, porque:
> 1 – publicações científicas vem [sic] sendo, cada vez mais, um produto de mercado, tendendo, cada vez menos, a atender a propósitos científicos.
> 2 – a contabilidade numérica cada vez mais posta em prática [...] tem levado ao imperativo “publicar ou perecer”, independentemente do valor científico intrínseco do trabalho. [...]
> 4 – linhas de pesquisas vem [sic] se transformando em verdadeiras fábricas de artigos [...], sacrificando a formação de pesquisadores críticos às custas da obtenção
> de índices numéricos.
> 5 – é cada vez mais frequente a cristalização de lideranças científicas com base no número de artigos publicados [...].

Os elementos abordados acima, em conjunto, influenciam um importante aspecto da lógica acadêmico-científica, a saber, *o financiamento*, o que, como foi explicitado, tem sido gerido segundo uma lógica empresarial voltada para a inovação. Como Righetti (2013b, s/p.) afirma em matéria publicada na *Folha de S.Paulo*,

> O número de artigos publicados é um dos critérios utilizados pela Capes, órgão do governo que avalia a pós-graduação do Brasil, para distribuir recursos para ciência.
> "Mas a qualidade do periódico científico também conta", diz Elenara Chaves Edler de Almeida, coordenadora de um portal da Capes que qualifica periódicos científicos do Brasil e do mundo em conceitos que vão de "a" até "c".

Righetti (2011, s/p.) afirma que “a ligação direta entre a publicação de artigos e distribuição do dinheiro público para ciência tem tirado o sono dos pesquisadores, principalmente daqueles cujas revistas correspondentes à sua área não estão no topo”. A lógica, que não se restringe ao Brasil, é descrita pela jornalista e seus entrevistados, os quais chamam a atenção para os erros de base e seus efeitos nocivos:

> No meu campo de estudo, administração de empresas, o ranking não reflete a realidade", diz Ross Thomas, editor do "Journal of Educational Administration" e professor da Universidade de Wollongong, na Austrália. Naquele país, o governo distribui R$ 2,8 bilhões para pesquisas de acordo com a "qualidade" da revista em que os trabalhos são publicados. Como não ocupa os primeiros lugares no ranking, que reúne 22 mil revistas do país, a área de Thomas fica com uma fatia pequena.
> É isso também que acontece com as ciências humanas, cuja produção aparece mais em livros do que nas revistas. "É preciso adequar a metodologia [de avaliação] para essa área", diz Isidro Aguillo, do Laboratório Cybermetrics, do CSIC (Conselho Nacional de Pesquisa da Espanha).
> A distribuição de recursos de acordo com as áreas que mais publicam causa o que a sociologia da ciência chama "efeito Mateus". O nome é uma alusão à passagem bíblica que diz "a quem tudo tem, tudo lhe será dado". "Quem mais publica artigos continua recebendo mais recursos", diz Maria Conceição da Costa, socióloga da ciência da Unicamp.

O par produção-periódico interfere tanto na qualificação do PPG quanto na concessão de bolsas e outros tipos de financiamentos. A título de exemplo, citarei apenas alguns casos. A *Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro* (FAPERJ) tem um programa de bolsa denominado de *Bolsa Nota 10*.[225] Ele premia mestrandos e doutorandos que são selecionados de acordo com os critérios de estabelecidos pelos respectivos PPGs. O detalhe é que somente PPGs com conceito CAPES igual ou superior a ‘5’ são elegíveis para indicar bolsistas. Como vimos, a produção intelectual/científica é determinante na

[225] Todas as informações foram colhidas do Edital FAPERJ N^{o} 01/2011 disponível em: <http://www.faperj.br/interna.phtml?obj_id=6966>. Acesso em: 05 nov. 2013. Para outros detalhes, consultar o edital.

qualificação dos PPGs, por vezes, sendo o principal critério de distinção entre PPG de 'qualidade' ou não. Assim, conclui-se que há uma relação produção-periódico-financiamento discente.

Outro exemplo é a bolsa de *Produtividade em Pesquisa – PQ* concedida pelo CNPq. Como o nome já sugere, ela é "destinada aos pesquisadores que se destaquem entre seus pares, *valorizando sua produção científica* segundo critérios normativos, estabelecidos pelo CNPq, e específicos, pelos Comitês de Assessoramento (CAs) do CNPq".[226] A produção científica do candidato encabeça a lista de critérios adotados pelos CAs.

É sabido também que as quotas de bolsas são distribuídas pela CAPES de acordo com o conceito dos PPGs. Contudo, as regulamentações são relativamente obscuras. Na Portaria nº 52, de setembro de 2002[227], art. 6º, que regulamentava as bolsas de Demanda Social (DS), as definições da quota de bolsas obedecerão aos seguintes requisitos: I – característica, dimensão e desempenho do curso e desempenho dos bolsistas, aferido pelo tempo médio para titulação; II – necessidades de formação mais prementes verificadas no país, sempre que resultante de diagnóstico e estudos. A redação do primeiro critério é notadamente obscura ou insuficiente, já que a expressão *aferido*, no singular, deve se referir, presumo, apenas ao último quesito (desempenho dos bolsistas), de modo que fica claro como os outros três (característica, dimensão e desempenho do curso) serão avaliados. De acordo com a Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010[228], que estabeleceu o novo regulamento das bolsas DS, no seu art. 7º, sobre definições do número de bolsas, determina que deverão ser observados os seguintes requisitos: I – política de apoio prioritário às áreas estratégicas estabelecidas pela CAPES; II – característica, localização, dimensão e desempenho do curso; III – necessidades de formação mais prementes verificadas no país, sempre que resultante de diagnóstico e estudos. Nessa nova versão, fica evidenciado que: (1) a distribuição dos recursos responde às opções políticas da CAPES, logo, do estado brasileiro, que estabelece

---

[226] Disponível em: <http://www.cnpq.br/normas/rn_06_016_anexo1.htm>. Aceso em: 05 nov. 2013.

[227] Grifo nosso. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/relatorios/Portaria_52_Regulamento_DS.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[228] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_076_RegulamentoDS.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

o que é prioritário ou não para a sociedade; e (2) importância do conceito do PPG (desempenho do curso), confirmando o que vem sendo argumentado.

Além desses pontos obscuros e critérios questionáveis, a política científica no país tem uma absurda lógica de *quanto pior, menos*. Para pensar a política de financiamento da ciência brasileira, segundo a qual os programas mais mal avaliados recebem menos recursos, o que nos remete ao conceito de *efeito Mateus*[229], de acordo com Merton (1968).

Ora, aplicando-a ao caso do financiamento de pesquisas, se o problema identificado em dados PPGs não for de malversação dos recursos disponibilizados, a lógica praticada pela CAPES parece completamente irracional. Aliás, ainda que fosse por dispêndio de recursos, caberia à CAPES e aos outros órgãos competentes punir os culpados, e não reduzir os investimentos, penalizando uma instituição como um todo, incluindo sujeitos inocentes.

Mas há uma racionalidade, ainda que questionável, instrumental e injusta, nisso que parece absurdo, qual seja: promover os programas de excelência, por exemplo, através de bolsas PROEX (destinadas exclusivamente aos PPGs com conceitos 6 e 7[230]), estabelecendo-os como parâmetros para uma lógica tipicamente de mercado competitivista. Em suma, os 'PROEXs' (PPGs de excelência) servem como aquele ponto ao qual todos querem chegar. Como o que confere aos PPGs uma 'excelência' é o estrito cumprimento no mais alto nível de todas as determinações da CAPES, logo, os PPGs 'não excelentes', no afã de se tornarem excelentes, passarão a rezar a cartilha científica da política CAPES. Essa é uma clara amostra de como o princípio da indução estratégica funciona na prática.

Ou seja, as regras do jogo científico competitivo são tão habilidosamente articulas que a busca dos PPGs por um lugar destacado já atua como forma de

---

[229] Alusivo a uma passagem da Bíblia Sagrada, mas especificamente, a um versículo bíblico encontrado no Livro de Mateus (capítulo 25, versículo 29), no qual O Cristo afirma que "àqueles que tudo têm, mais lhes será dado; aqueles que nada têm, o pouco que lhes resta lhes será tomado". Este verso está inserido na *parábola dos talentos*, que é usada pelo Cristo para ilustrar como funciona o reino dos céus. Segundo ela, em resumo, um senhor entregou aos seus servos os seus bens, após isso, saiu. Os bens ou talentos (dons ou recursos) deveriam ser bem geridos, corretamente investidos, a fim de que dessem o retorno esperado. Ao retornar, o senhor avaliou o que cada servo tinha feito com a parte dos bens lhe confiada. Dois deles investiram bem, dando o retorno esperado e foram acolhidos pelo senhor; o terceiro, não, sendo rejeitado, de modo que o pouco que guardou foi retirado dele.

[230] Informações disponíveis em: <http://www.capes.gov.br/bolsas/bolsas-no-pais/proex>. Acesso em: 05 nov. 2013.

adequá-los, portanto, a existência dos ‘melhores’ é estrategicamente fundamental, pois reforça e operacionaliza as regras estabelecidas, incentivando todos a se adaptarem para alcançar o nível de excelência preestabelecido.

Em poucas palavras, é como se se dissesse o seguinte: *é possível ser o melhor, basta seguir/cumprir as regras*. Assim, todos os PPGs que almejam ter reconhecimento e financiamento se autocontrolam, tendo em vista as normas da CAPES, de tal modo que, para eles, há uma redução da margem de questionamento, crítica e resistência. Assumir uma postura resistiva ao sistema de avaliação, negando-se a se ajustar às suas normas, é o primeiro passo para o definhamento do PPG. Afinal, qual a possibilidade de um PPG ser mantido com verbas públicas sem que se submeta àquelas contestáveis e, quiçá, injustas regras? Que tipo de cooperação entre PPGs e pesquisadores é estimulado, a não ser aquele que ajuda na competição por mais recursos? Como a independência das instituições e a liberdade dos indivíduos ficam nesse contexto? Tudo se resumiria a uma espécie de paradoxal paternalismo institucional, segundo o qual quem dá o dinheiro estabelece os rumos, por supostamente saber o que é melhor, causando os males inerentes a esse tipo de perspectiva despótica, autoritária, que impõe práticas e condutas de adaptação aos sujeitos-pesquisadores?

Ao que tudo indica, os sujeitos que compõem os PPGs veem-se constrangidos a endossar, a adaptar-se às regras/normas, não desfrutando de liberdades, como tem ficado e ficará ainda mais evidenciado neste texto.

Reiterando o que já foi dito aqui, Rodrigues (2007, p. 36) assevera que

> Como se sabe, o elemento fundamental para a produção de conhecimento é o financiamento dos seus custos, e para obter recursos para sua pesquisa, como bolsas e auxílios financeiros, qualquer cientista brasileiro deve apresentar um projeto, o qual deve ser aprovado quanto ao mérito, e seu currículo deve alcançar uma determinada pontuação no sistema de classificação dos órgãos de fomento, como, por exemplo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Uma vez que a necessidade de financiamento se torna progressivamente maior à medida que mais tecnologia é incorporada às técnicas científicas, obter verbas nos órgãos de fomento tornou-se a expressão máxima da competição entre os pesquisadores.

Pode ser que, em alguns casos, o modelo CAPES vigente estimule, por exemplo, a aprovação em seleções de candidatos com certo perfil, a despeito da importância da pesquisa em si (RUMJANEK, 2006). Salvo engano, estamos diante

de uma lógica definida por Vilaça e Palma (2013) como um *mercado acadêmico-científico*, em que o *capital curricular*, numa relação retroalimentadora com a *egofetichização* (elevação do reconhecimento, ou melhor, da ascendência de dado indivíduo sobre seus pares), está diretamente associado à *publicabilidade* (potencial publicador do autor, chance *a priori* de ter um artigo aprovado) e à *financiabilidade* (chance *a priori* de captar recursos, 'ganhar' a competição por editais), ou seja, um perfil de sujeito (objetivado) desejado pelos PPGs. Quem publica mais aumenta o seu capital curricular, o que, por sua vez, fetichiza o eu acadêmico-científico do indivíduo, tornando mais fácil a aquisição de financiamentos de pesquisa, o que interessa a qualquer PPG na atualidade. Nos termos dos autores,

> a *egofetichização*, que é expressa na elevação do reconhecimento intersubjetivo pelos "pares", das possibilidades de empregabilidade e avanços na carreira, bem como da *financiabilidade* (poder de captar recursos, ganhar editais) e *publicabilidade* (chances de ter um artigo aprovado). Quanto ao último efeito, parece que é formado um círculo virtuoso ou vicioso expresso na seguinte equação: mais e "melhores" publicações = "bom" currículo = mais chances de publicar. Certas solicitações dos periódicos sugerem essa lógica.[231] Ao que parece, o currículo pode contar mais do que a força das ideias.

Quer dizer, se para produzir ciência é necessário obter recursos, e se os recursos dependem de publicações, logo, publicar é condição de possibilidade da prática científica. É a institucionalização do aforismo *publicar ou perecer* que será analisada no capítulo seguinte. E se, por outro lado, o ato de publicar conjuga uma série de fatores não propriamente epistêmicos, uma das bases que dá acesso às fontes dos recursos pode estar amplamente comprometida.

Por último, se sem recursos não é possível fazer ciência ou pesquisa de alto nível, o que pode implicar dificuldades de publicação, sobretudo nas revistas mais bem conceituadas, é formado um circuito fechado em torno de prováveis desvios, o que pode estar colocando a ciência num rumo bastante questionável.

Tal ordem de coisas parece levar os indivíduos voltados para a produção de conhecimento acadêmico-científico, sobretudo aqueles que atuam ou pretendem atuar no Ensino Superior, mais especialmente ainda, em PPGs, a uma busca obrigatória e, por vezes, desenfreada e acrítica por uma produção numerosa e

[231] O *Alea – Estudos Neolatinos*, por exemplo, pede que, no ato da submissão de um artigo, os autores salientem as suas "publicações mais relevantes". Disponível em: <http://www.scielo.br/revistas/alea/pinstruc.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

*Qualis*ficada. Isso criaria, em alguns casos, uma corrida obsessiva pela produtividade quantitativa, que é epistemologica e socialmente inconsequente e inócua, visando, dentre outras coisas, ao mérito acadêmico-científico traduzido em mais pontos no *Currículo Lattes*. A tradução da qualidade e da capacidade de sujeitos-pesquisadores via pontos no citado currículo tem feito alguns usarem o termo *Homo Lattes*. Segundo Martins (2013, s/p.), essa expressão caracteriza o "[...] produtor de conhecimento determinado por toda uma estrutura que não cessa de lhe dizer: 'quanto mais, melhor'". Em nome de uma objetividade enganosa, segundo o autor, cria-se uma imagem, no mínimo, constrangedora (MARTINS, 2013, s/p.):

> O Homo lattes tirando uma pilha de fotocópias comprobatórias e o professor convidado a contar pontos em currículos inchados nada mais são do que duas imagens extremas — mas tristemente normalizadas, porque corriqueiras — do que a academia está se tornando sob os auspícios do produtivismo e do objetivismo. Que formação intelectual pode advir desse contexto? Que ética do conhecimento está implícita aí? Que espécie de saber se pode esperar desse acadêmico burocratizado? Queremos acadêmicos conformados ao que já se conhece, ou capazes de abrir perspectivas críticas e científicas?

Diante de um quadro como esse – cujo retrato, apesar de relativamente desfocado e amplo, torna razoável se esperar que o tom da divulgação/publicação acabe por ser, ao menos em parte, regido por esse diapasão – o en*CAPES*ulamento do conhecimento, dos PPGs e indivíduos é praticamente inevitável. Se os indivíduos e instituições dependem daquilo que produzem e aquilo que produzem é medido pelo valor do periódico no qual foi divulgado, torna-se evidente uma espécie de *peridiococracia do conhecimento* instituído pela CAPES. Quer dizer, se alguns periódicos possuem um conceito mais elevado, conferindo mais pontos ao currículo e à instituição, é razoável se cogitar que eles serão tanto os alvos privilegiados dos desejos dos acadêmicos quanto as instâncias privilegiadas de *cientometria*, *individuometria* e *instituciometria*. Assim, uma espécie de *ditadura dos periódicos* pode estar sendo progressivamente instaurada, se é que já não foi.

2.3 **Do valor do pensamento/conhecimento ao peso/pontuação do artigo: no mercado acadêmico-científico, a ordem é publicar ou perecer**

Neste capítulo, argumento no sentido de comprovar a existência de um *mercado acadêmico-científico*, no qual a produção/publicação de artigos cumpre a precípua função de *moeda*, estabelecendo uma íntima relação entre as normas supracitadas e a mercantilização do par produção/divulgação científica.

Fazer ciência, produzir e divulgar conhecimentos envolvem uma soma de recursos monetários variada. Em certas áreas, a monta é mais volumosa, mas todas requerem algum tipo de financiamento. São muitos os elementos constitutivos da custosa engrenagem científica. Insumos; maquinários, meios e procedimentos; formação e manutenção de pessoal especializado são alguns exemplos de elementos, por assim dizer, da cadeia produtiva do conhecimento acadêmico-científico. Assim, pensar a relação entre ciência e economia parece imperioso.

Há outros elementos, como participação em congressos e publicação em periódicos, os quais constituem igualmente o ordenamento vigorante, que também têm onerado o custo da inserção e manutenção de sujeitos no mercado acadêmico-científico. Há congressos científicos, especialmente os de associações ou comunidades científicas, cujo alto preço da inscrição e dos custos envolvidos (viagens, alimentação e hospedagem) torna-os inacessíveis, sobretudo aos estudantes.[232]

Aliás, os eventos acadêmico-científicos, que deveriam ser encontros para discussão e desenvolvimento do conhecimento produzido ou em produção, estão se tornando verdadeiros encontros de negócios (acadêmico-científicos). O mercado de organização de eventos percebeu o filão que eles são e tem se apropriado dele, o que tem encarecido demasiadamente o custo da participação em alguns casos. Por outro lado, eles parecem estar paulatinamente perdendo o caráter tipicamente acadêmico-científico, para surtir o efeito concernente a uma *feira de negócio*s, na qual o mais importante é ver parece ser visto, 'marcando presença', e não colocar em debate o que se tem pensado. O medo dos melindres possivelmente causados

[232] Há congressos ou *eventos* que apenas a inscrição custa um quarto ou mais do valor monetário da bolsa de doutorado, que é, hoje, de R$ 2.200,00 (referência: Bolsa CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/bolsas/valores-das-bolsas>. Acesso em: 05 nov. 2013).

por um debate franco, no qual críticas a um trabalho e/ou pensamento – e não a um indivíduo, grupo de pesquisa ou instituição – sejam feitas, com vistas a apresentar os seus limites e/ou possibilidades, parece sobressair. Assim, seria mais aconselhável usar tais momentos para criar *networks*, isto é, *redes de relacionamento/trabalho*.

O professor Roberto Leher, na quarta mesa do *Seminário Ciência e Tecnologia no Século XXI* do ANDES-SN (2011), afirmou que a produção do conhecimento está passando por um processo de re-significação, de tal modo que não há mais busca da verdade, mas sim a sua *utilidade*. O diagnóstico dele é que há uma lógica utilitarista – ou utilitária – e pragmática, que causa a expropriação do trabalho acadêmico. Uma compreensão semelhante é compartilhada por Ball (2002, p. 4), que entende que "os elementos chave do 'pacote' da reforma da educação – e isto aplica-se com igual vigor e importância a escolas, colégios e universidades – são o mercado, a capacidade de gestão e a performatividade".

Outro elemento fundamental para que um sujeito se insira e se mantenha incluído no modelo acadêmico-científico atual, conforme abordei no capítulo anterior, é a publicação de artigos em periódicos tidos como *Qualis*ficados. Mas, concomitantemente, como veremos no próximo capítulo, submeter um artigo (e tê-lo avaliado), bem como publicá-lo em periódicos pode estar custando muito caro, o que, presume-se, compromete o acesso a esse 'bem' fundamental por parte dos sujeitos menos 'financiados'.

Para o escritor inglês David Lodge, o *ethos* da gestão de negócios já foi imposto às universidades (LODGE, 2012). Thornton (2004) afirma que é perfeitamente razoável empregar o termo mercado para o processo de publicações acadêmicas, mencionando, por exemplo, em linguagem corriqueira, o *mercado de ideias*. Ele também defende que é adequado falar em como um trabalho pode impactar o mercado, 'comercializando' o autor no mercado acadêmico de publicações.

Young, Ioannidis e Al-Ubayli (2008) sugerem seis analogias entre termos tipicamente econômicos e a publicação científica: *a maldição do vencedor*[233] (*Winner's curse*), *oligopólio*, *comportamento de rebanho* (*Herding*), *escassez*

[233] Afeito ao processo do leilão, na ciência, refere-se à superestimação dos dados ou ao exagero dos resultados, "preço" que o pesquisador "pagaria" para vencer o "leilão pela publicação e/ou patente".

artificial, *incerteza* e *Branding.*[234] Como Vilaça e Palma (2013, p. 480) observam "Young *et al.* (2008), por meio da analogia com a lógica do *leilão*, salientam que alguns pesquisadores podem estar "dando lances muito altos" (superestimando resultados), a fim de publicar nos periódicos de alto FI". Outro comentário pertinente diz respeito à afirmação de Mankiw (2012) de que a formação de oligopólios favorece as más práticas econômicas. No tocante ao mercado acadêmico-científico, entendido como um setor da economia de livre mercado, vê-se a formação de oligopólios em torno dos periódicos com alto Fator de Impacto por um número reduzido de mega-editoras científicas. Aliás, o citado índice bibliométrico, que é um fetiche (GARCIA, 2013) ou objeto de desejo de alguns pesquisadores e editores de periódicos[235], pode ser considerado o *Branding* dos periódicos, mas extensível aos sujeitos ('pesquisadores de alto impacto'), como mostro abaixo, o que reforça a tese de que vige um mercado acadêmico-científico passível, cujo funcionamento é compreensível economicamente. Cabe, ainda, mencionar que o desejo obsessivo por ser considerado como algo (pesquisador ou periódico) de alto impacto tem sido associado à incidência de más condutas acadêmico-científicas (FANG; STEEN; CASADEVAL, 2012), o que pode ser constatado no caso brasileiro também.[236]

---

[234] Em áreas como *design*, *marketing* e publicidade, designa a fixação da marca, associação da identidade da empresa à sua marca, construção da imagem no mercado.

[235] Os editores da *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* informaram, em 08 de julho de 2013, que (grifo nosso): "*É com grande satisfação* que anunciamos à comunidade acadêmica da Educação Física/Ciências do Esporte que a "Revista Brasileira de Ciências do Esporte" obteve indexação na base de dados "Web of Science" (WoS), da empresa "Thomson Scientific", mais conhecida por seu antigo nome: "Institute for Scientific Information" (ISI). Com a RBCE, também foram indexadas a "Revista Brasileira de Cineantropometria e Desenvolvimento Humano", do Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina, e a revista "Motricidade", da Fundação Técnica e Científica do Desporto (Portugal). *Sem dúvida essa é uma grande notícia* para a área e, para a RBCE, representa uma *conquista importante em sua política editorial de obter, cada vez mais, reconhecimento no plano internacional*. *A indexação nessa base, por um lado, confere a esses periódicos a possibilidade de um Fator de Impacto (FI)*, métrica que reflete o número médio de citações de artigos científicos publicados em uma determinada revista. *O FI da WoS foi eleito, pela CAPES, como o parâmetro central na definição do padrão internacional de uma revista*. *Por outro lado, é condição de possibilidade para a RBCE e demais periódicos avançarem para estratos mais superiores no Qualis-Capes*. *Trata-se de uma conquista* partilhada com todos os envolvidos no cotidiano da revista, por isso nosso especial e profundo agradecimento a toda equipe que, de forma muito competente, tem nos dado suporte técnico e acadêmico-administrativo, as nossas revisoras e a Editora Tribo da Ilha pela compreensão com nossas demandas e pela excelência no trabalho que realizam e, por último, mas não menos importante, aos nossos pareceristas, pelo compromisso e por dedicarem parte de seu trabalho e energia na qualificação de nosso periódico. A todos, muito obrigado". Disponível em: <http://rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/announcement>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[236] *Quatro revistas brasileiras são suspensas de índice internacional*. Segundo a matéria, "a Thomson Reuters, que organiza a lista do JCR, diz que as revistas brasileiras usaram um truque conhecido

Segundo Moraes (2012, s/p.), “para os autores da pesquisa, a correlação entre artigos fraudulentos e revistas de alto impacto sugere que os louros de publicar em tais revistas são um grande incentivo a atitudes antiéticas”.

Antecipando algo que ficará mais claro no próximo capítulo, a concentração de periódicos com alto valor de mercado (acadêmico-científico) faz com que os preços para publicar artigos e acessá-los sejam substantivamente maiores do que em outros periódicos, o que amplia os lucros das mega-editoras. Isso também coopera, ao lado de outros muitos fatores, para a ocorrência das chamadas *más práticas acadêmico-científicas*, o que reforça a tese de que a ciência pode e deve ser analisada por meio de conceitos econômicos.

Uma abordagem econômica da ciência, especificamente a tratando como uma espécie de *mercado*, não é uma novidade. Há muito, dada a importância social do conhecimento científico, a ideia de ciência como um mercado vem se desenvolvendo. Já há, portanto, um relativo consenso do crescente interesse, bem como da pertinência e importância, em pensar a ciência, a produção e divulgação de conhecimento por meio de conceitos provenientes da ciência econômica (MÄKI, 1999; WALSTAD, 2002; BONILLA, 2005). Outro ponto pacífico é que a transposição de termos e/ou conceitos da economia para a ciência exige precaução. O risco de usar algo, a fim de criar analogias, deve ser criteriosamente analisado, para que se saiba exatamente sobre o que está sendo falado (THORNTON, 2004; VANBERG, 2010). Entretanto, há um dissenso acerca de como utilizar apropriadamente uma interpretação econômica da ciência, configurando um campo prenhe de divergências e tensões. De todo modo, o esforço de um rol de autores é por pensar a relação entre economia e ciência, selecionando e aplicando corretamente conceitos como *mercado* e *livre mercado*, bem como concepções de economia propriamente ditas.

Associando a esse grupo de autores que considera que é apropriada a identificação de uma lógica de livre mercado sendo aplicada à gestão da produção e divulgação do conhecimento acadêmico-científico, abaixo, desenvolvo uma argumentação, a fim de justificar e comprovar a vigência de um livre mercado acadêmico-científico, especificamente focalizando o papel da *publicação como*

---

como "stacking" para inflar o fator de impacto.” Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2013/07/1305305-quatro-revistas-brasileiras-sao-suspensas-de-indice-internacional.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2013.

moeda em um contexto de vigência da norma produtividade expressa pelo aforismo *publique ou pereça*.

A noção de livre mercado acadêmico-científico que começo a delinear está fundamentada em traços que compõem a lógica da economia de livre mercado: permuta ou troca entre pessoas acerca de algumas coisas mediadas por uma moeda; livre competição pela posse de recursos escassos; desigualdades; propriedade privada; individualismo, reificação; autointeresse; compressão das liberdades; não intervenção estatal; economia global/internacionalização da economia; princípio da eficiência; aumento da produtividade; lei da oferta e demanda; princípio dos incentivos; o lucro como fim; fetichização; acumulação; falta de transparência e publicidade; práticas antiéticas.

Dito isso, saliento alguns fatores (o que não exclui a existência de outros) que estão presentes no ordenamento acadêmico-científico atual e que guardam correspondência com os traços supracitados: (1) a ideia de publicação como moeda; (2) a ocorrência de trocas não somente financeiras (por exemplo, bolsas de estudo, financiamentos de pesquisa e vagas de trabalho), mas também simbólicas (por exemplo, autoridade); (3) conhecimento como mercadoria; (4) fetichização de objetos e sujeitos; (5) o consumo de ideias, conhecimento e símbolos; (6) a venda e compra do conhecimento com fins lucrativos; (7) a gestão eficiente ou por resultados; (8) pressão por maior produtividade (publicação) atrelada a punições e recompensas; (9) obsolescência programada dos produtos (artigos); (10) expropriação e heteronomia dos meios de produção e divulgação do trabalho intelectual; (11) ênfase na internacionalização da Academia e ciência nacionais; (12) promoção de modos de ser adaptados, com prejuízo para modos de ser livres dos sujeitos; (13) mercado de publicação autorregulado; (14) objetivação e mensuração do sujeito por meio de critérios quantitativos; (15) desigualdade de recursos materiais gerando desigualdade de acesso a bens fundamentais, o que, por sua vez, reitera a desigualdade material, criando um *círculo de desigualdades*; (16) individualismo; (16) más condutas acadêmico-científicas.

Alguns desses fatores já foram abordados, mas podem ser retomados. Outros serão abordados não somente neste capítulo, mas nos subsequentes. Pois, como, na minha perspectiva, o mercado acadêmico-científico só é bem compreendido se associado ao mercado de publicações e às estratégias de adaptação, as análises desenvolvidas nos capítulos 2.4 e 2.5 são fundamentais.

Vários autores constatam o fato de que, como moeda, a publicação de artigos determina o sucesso ou fracasso no mercado acadêmico-científico. Vale-se quanto e enquanto se produz artigos. Ford (2010) afirma que “Curriculum Vitae são avaliados por meio das publicações” (s/p.). Ségalat (2010) destaca que “a maioria dos cientistas veem uma publicação na *Nature*, *Cell* ou *Science* como uma importante conquista na carreira, em vez de uma contribuição ao conhecimento” (p. 86). De Meis et al. (2003) argumentam que a publicação de artigos em periódicos de alto FI é uma das bases da lógica competitiva da ciência. Rodrigues (2007), Hercot (2010) e Gaya (2011) afirmam que, na lógica de financiamento vigente, tem-se estimulado a competição entre os pesquisadores, pressionando-os a publicar cada vez mais, sem considerar necessariamente a sua relevância.

A vigência da norma produtividade que estabelece metas produtivas e impõe parâmetros para variadas trocas no meio acadêmico-científico cria uma ampla pressão por produção sobre acadêmicos e cientistas (HVISTENDAHL, 2011), constrangendo seus horizontes de criatividade e liberdade. Num Editorial (2010) do periódico *Nature*, afirma-se que o quantitativo de citações é um distintivo acadêmico-científico na atualidade, graças à *implacável pressão para publicar*. No meio acadêmico, há muito, poucas afirmações são tão contundentemente verdadeiras quanto a *publique ou pereça*[237] (QIU, 2010), o que promove modos de ser adaptados em detrimento de modos de ser livres. Afinal, se é publicar ou perecer, é imperativo concluir que não resta opção a não ser se adaptar, ou perecer.

Ainda que se tenha apontado que havia uma tendência de queda na pressão para publicar (MARGOLIS, 1967), de acordo com Refinetti (2011), a política do *publique ou pereça* passou a viger a partir da década de 1950, de tal modo que o florescimento acadêmico-científico está fortemente associado à publicação desde então. Maria Sylvia de Carvalho Franco previu, em 1988, que o nascente produtivismo se tornaria hegemônico e naturalizado com o passar dos anos (SCHMIDT, 2011). Segundo a fala de um indivíduo envolvido com o meio acadêmico-científico transcrita por De Meis et al. (2003, p. 1139), “*Você sente uma pressão constante para publicar...*”. A publicação é tão central e tem servido como forma de restringir e selecionar a produção/divulgação do conhecimento que, não de

[237] Uma busca na base de dados dos periódicos *Nature* e *Science*, utilizando, como palavra-chave, a expressão *publish or perish*, revelou referências da década de 1960. Por serem acessíveis apenas por meio de pagamento (US$ 32.00), as mesmas não foram consultadas.

hoje, há pressão tanto para publicar quanto para deixar de publicar algo (ABELSON, 1971).

De acordo com De Meis, Scarlet e De Meis (2003), a disputa pelos escassos recursos torna-se anualmente mais acirrada. Há, em alguns casos, uma verdadeira corrida pela publicação, o que envolve financiamentos, em casos específicos, refere-se a patentes, mas, em geral, representa a luta por aquele que receberá os benefícios da autoria/coautoria (ROBERT, 1991). Quanto a isso, resta patente a pertinência do que Castiel, Sanz-Valero e Mel-CYTED (2007, p. 3045) que, citando uma apropriada ideia marxista, defendem:

> A autoria de artigos se tornou moeda corrente – uma mercadoria negociável no mercado acadêmico em tempos de grandes investimentos nas ciências biológicas e médicas ("big science"). Em outro contexto, o próprio Marx 26 (p. 81) indicou a dimensão do fetichismo da mercadoria ao indicar sua característica "misteriosa": "...ao encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as, como características materiais e propriedades sociais inerentes
> aos produtos do trabalho: por ocultar portanto a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos de seu próprio trabalho. Através dessa
> dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos (...). Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (...) É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias".

É previsível que possa haver prejuízos decorrentes disso, tais como, autorias e coautorias fraudulentas, plágios, autoplágios, etc. A fetichização do artigo e da autoria podem, também, estar gerando publicação prematura de trabalhos incompletos, revisão prejudicada, tratamento de dados e informações falhas, reprodução sistemática de dados, informações e trechos de outros artigos, com mudanças na relação de autoria/coautoria[238], etc. Além disso, valores, tais como,

[238] É interessante notar que até mesmo os artigos e autores que parecem criticar algumas estratégias voltadas para a cultura da produtividade performativa parecem incorrer em certas práticas questionáveis ou situações inusitadas. Por exemplo, os artigos de De Meis et al. (2003) e De Meis, Scarlet e De Meis (2003), ambos largamente utilizados na presente Tese, foram publicados no mesmo ano, sendo que o segundo foi publicado dez dias após o envio do primeiro, compartilham parte do material empírico (falas de entrevistados), sendo que dois dos autores que assinam o primeiro (A. Velloso e D. Lannes) não constam no segundo. Não é possível fazer juízos de valor conclusivos sobre tais fatos, mas cabe citá-los como forma de indicar o modo mais ou menos subreptício, disseminado e 'naturalizado' de algumas práticas entre os acadêmico-cientistas.

companheirismo profissional e decoro podem tornar-se incomuns (NATURE, 2003). As regras do mercado têm gerado uma espécie de perigosa 'indústria da produção de artigos' ou *usinas de pesquisa*, o que, há muito, tem despertado iniciativas de combate, por exemplo, a criação de banco de dados públicos (NATURE, 2003), a fim de preservar dados, supervisionar laboratórios, limitar a profusão de artigos e prevenir fraudes (CULLITON, 1988).

Dowbor (2011, p. 34), em um texto de rara franqueza, testemunha que é "obrigado a publicar, pois sem isso o programa da PUC-SP, onde sou professor, não terá pontos necessários ao seu credenciamento" ou, eu diria, indispensáveis à sedutora e obsessiva luta pelo aumento/manutenção do conceito do PPG na avaliação trienal da CAPES. O pesquisador expressa essa lógica parafraseando um saudoso comunicador brasileiro: "Quem não publica se trumbica" é o modo encontrado por Dowbor para descrever sucintamente o funcionamento da universidade, especialmente ao nível da pós-graduação, na atualidade, reforçando a tese de uma política da adaptação. Elevando o nível da crítica ao de uma fina ironia, ele resgata uma frase em um cartaz afixado nos corredores da Universidade de Harvard abaixo de um crucifixo, no que se lia: "Foi um grande mestre, mas não publicou nada". Dowbor (2011, p. 34)arremata, afirmando que "com razão foi crucificado. Publicar é preciso". Publicar é preciso, e tem de ser constantemente. Afinal, segundo o modelo CAPES de avaliação, o produto (artigo) tem prazo de validade previsto: um triênio. Retomando a paráfrase de um famoso dito popular, *artigo vencido* (isto é, do triênio passado) *não move currículo*. Assim sendo, o modelo trienal insere no meio acadêmico-científico brasileiro a lógica mercantil da obsolescência programada, bem com uma versão da ideia de desenvolvimento baseada na destruição criadora.

Os indivíduos, o conhecimento científico, as instituições, os periódicos têm valor econômico, de mercado, e não valor em si. Isso posto, nada mais coerente do que afirmar que eles têm de ser geridos de modo econômico-mercadológico, a fim de incrementar a sua produtividade e eficiência. Lyotard (2011), com tamanha perspicácia, observara a importância das mudanças no modo de se produzir conhecimento nas sociedades pós-modernas, nas quais ele seria comercializado como qualquer outro produto. Segundo Lorenz (2006b), o domínio da produção do conhecimento científico é o da mercadoria. Há, como veremos no próximo capítulo, um verdadeiro comércio em torno da publicação em periódicos, de modo que artigos

(e o conhecimento neles publicados) viraram mercadoria, seguindo à lógica da mercantilização analisada anteriormente e, presumo, sofrendo seus efeitos nocivos.

A capitalização do conhecimento a partir da modificação do seu processo produtivo e das suas finalidades é patente, como tenho mostrado ao longo do texto. Tais mudanças deveriam, como bem percebeu o filósofo francês, vir acompanhadas de alterações educacionais, no processo de ensino-aprendizagem. No *mercado educacional* há a necessidade de produção de novas subjetividades, novos conhecimentos e, sobretudo, novas formas de produção adequadas à nova lógica. Ou seja, a mercantilização da educação é acompanhada, *simultaneamente*, pela mercantilização do conhecimento e da subjetividade humana dos acadêmicos e cientistas.

No livre mercado acadêmico-científico, a sobrevivência individual ou de grupos de pesquisa ou de PPGs é a base de um objetivo comum, o que está fundamentado mais nos princípios do pragmatismo e do autointeresse, os quais, articulados, rivalizam com os da ética (BALL, 2002). Quanto ao primeiro, os desdobramentos práticos almejados, por vezes, não transcendem o simples limite do artigo, ou seja, é o artigo como um fim em si mesmo. Quanto ao segundo, a beneficência esperada da produção acadêmico-científica resume-se ao indivíduo. Articuladamente, é o artigo que tem valor em si no que concerne aos benefícios trazidos ao(s) autor(es). A tese defendida por Gaya (2011) é a de que “a ciência que não está a serviço da vida, em todas as suas formas, é eticamente insustentável” (p. 200). Ainda sobre isso, cabe citar Castiel, Sanz-Valero e Mel-CYTED (2007, p. 3046)

> os líderes de grupos de pesquisa, para além de sua *expertise* técnico-científica, passam a atuar cada vez mais como homens de negócios ao gerenciar insumos, produtos, pessoal, recursos humanos, equipamentos, mas, sobretudo, devem manter ativas as fontes de financiamento para dar continuidade à sobrevivência de seu grupo, que é uma forma de manter a sua própria existência no campo.

Tal interpretação sobre a atualidade é desconcertantemente adequada àquilo que a norma produtividade e, especialmente, o produtivismo instituem ou traduzem. A busca pelo sucesso, pela fama ou prestígio individual no terreno da competitividade performática é, talvez, a expressão mais fidedigna daquilo que fora supracitado. Talvez, o anonimato, entendido como ausência de prestígio, seja mais

temível pelos acadêmicos e cientistas do que a não veracidade, precisão e fidedignidade do conhecimento que produzem e divulgam.

Isso, associado ao fato de que o conhecimento é uma forma de domínio, como amplamente é dito por uma miríade de autores, faz com que seja fundamental que se reflita sobre o novo modo de produção/divulgação do conhecimento do ponto de vista das consequências para a organização da sociedade, para o modo de governar pessoas e gerir recursos, as formas de produzir verdades, etc. De acordo com Ball (2002, p. 19), “as tecnologias políticas do mercado, gestão e performatividade não deixam espaço para um ser ético autônomo ou colectivo”.

A meu ver, há muitos indícios de que a produção e a divulgação formam, atualmente, um binômio indissociável, uma vez que parece completamente improvável que a produção não venha, necessariamente, acompanhada pela publicação. Aliás, nas conversas cotidianas, *produzir* (conhecimento ou ciência) tem sido tratado como sinônimo de *publicar um artigo num periódico*. Como Vilaça e Pederneira (2013) provocativamente sugerem, *E aí, tem publicado?* é uma das formas mais comuns de se iniciar uma conversa entre acadêmicos ou cientistas. É como se houvesse um dialeto acadêmico-científico, em que a polissemia da palavra publicar pendesse fortemente para um sentido particular, qual seja, *patentear uma ideia ou um conhecimento*, *propagandeando o nome do pesquisador*, *cumprindo a meta de pontos para um triênio*. Tendo em vista o preço cobrado por alguns periódicos para acessar os artigos neles publicados, a intenção de tornar algo (conhecimento, pesquisa, ideias, críticas, reflexões, etc.) público não é, nalguns casos, alcançada. Publicar um artigo, então, não é sinônimo de tornar público. Necessaria, ainda que não exclusivamente, o ato de publicar cumpre a função de estabelecer a autoria (ou propriedade) de um produto acadêmico-científico.

Assim sendo, a importância da divulgação de algo que pode ter ou ser do interesse público perde espaço para a publicação de artigos para pontuar segundo o modelo CAPES de avaliação. Vilaça e Palma (2013) propõem uma distinção que é pertinente aqui, segundo a qual *publicizar* é tomado no sentido de *tornar público*, ao passo que *publicar* significa *cumprir o imperativo da publicação Qualis*ficada. Para os autores (VILAÇA; PALMA, 2013, p. 475),

> Atualmente, há evidências e indícios de que a *publicização* tem concorrido com a *publicação.* É consenso que os resultados das pesquisas têm de ser tornados públicos. Mas, se a questão é dar o maior acesso possível, poder-

> se-ia fazê-lo em um *site* ou meio impresso de grande circulação, através de uma linguagem que incluísse os não cientistas. Aliás, este é um tipo de preocupação recentemente partilhado pelo CNPq. Mas são os periódicos especializados o meio mais prestigiado.

A relação produção-divulgação parece inclusive estar em um processo de inversão. No limite, e por mais ilógico que seja, parece que a produção é que acompanha a divulgação na hierarquia de prioridades. Quer dizer, não se produziria conhecimento pelo *bem comum* que ele pode promover ou pelo seu valor acadêmico-científico em si. Ao contrário, produz-se para ter minimante o que divulgar, porque é necessário divulgar alguma coisa constantemente. Como um hiato de produtividade, mesmo que por motivos legítimos, tais como, o estudo de uma nova teoria complexa, o início de uma pesquisa que envolve muitos dados empíricos, etc. não é aconselhável ou permitido, atualmente, a produção do conhecimento em escala industrial praticamente se impõe. Produzir e publicar em periódicos transformam-se em atividades concomitantes, coexistentes, inseparáveis.

Questionando Oliveira Filho et al. (2005, p. 36), que afirmam que “o trabalho científico atinge sua finalidade maior através de sua publicação”, seria muito e insustentavelmente idealista defender que existem parâmetros essencialmente epistemológicos, por assim dizer, ‘internos’ ao saber científico, que devem, quanto mais possível melhor, anteceder e sobrepujar determinantes ‘externos’, a fim de que o ápice do trabalho científicos seja, entre outras coisas, o alcance da ‘verdade’ e a produção de ‘benefícios’ à humanidade? Se o móbile precípuo do conhecimento for a sua publicação, o que implica, entre outras coisas, a adequação do conhecimento não a critérios epistemológicos, mas sim, por exemplo, ao escopo ou à linha editorial de dado periódico, isso não poderia criar questionáveis e perigosos vieses na produção acadêmico-científica brasileira?

Dito de outro modo, em conformidade com os questionamentos apresentados por Vilaça e Palma (2013), simplesmente não há nada propriamente científico, como regras, critérios ou princípios epistêmicos que se articulem em torno do valor verdade e do valor necessidade atinentes a um conhecimento científico, tornando-o crível, confiável, explicativo, responsivo a uma demanda concreta, necessário e não meramente uma construção discursiva fortuita que despreze esses valores? Não há algo que possa, ainda que formalmente, distingui-lo de determinantes de outras ordens (culturais, políticos, econômicos, religiosos, etc.)? Se não, deveríamos

apenas nos aplicar a identificar as regras vigentes de um jogo arbitrário, articulando-as pragmatica e estrategicamente, a fim de que, tal como peças sobre um tabuleiro de xadrez, saibamos apenas que movimentos devem ser feitos para vencer? Permanecendo com a imagem do jogo de xadrez, as peças (indivíduos) não teriam qualquer visada crítica sobre o tabuleiro (a 'realidade) e as regras do jogo (critérios e princípios), os quais, por sua vez, não teriam qualquer valor normativo (dever ser assim e não de outra maneira), mas sim um valor utilitário, de tal forma que as peças (indivíduos) não lhes acessariam a não ser através de uma racionalidade instrumental de tipo meios-fins?

Ressaltando as devidas particularidades, a produção/divulgação do conhecimento parece estar sob uma gestão tipicamente econômica, como foi descrito. A gestão atual daquele par obedeceria ao modelo de mensuração eficiente do processo *inputs-outputs*. Os recursos que entram no campo acadêmico-científico precisam ser ciosamente geridos, de tal forma que os resultados exprimam uma relação de tipo custo-benefício eficiente. Evidentemente, isso é variável. Porém, em muitos casos, a principal forma de avaliar a eficiência de dado projeto de pesquisa financiado é o número de publicações resultantes. Ou seja, elas seriam, por excelência, o *output* de um processo acadêmico-científico eficiente. Em linhas bem gerais, o mercado acadêmico-científico, então, trabalharia com um produto a ser lucrativamente comercializado.

A razão fundamental da publicação seria a publicização, isto é, tornar público um conhecimento, tanto para que ele seja socializado quanto para que possa ser testado, contestado, confirmado, utilizado. Por que, então, um conhecimento relevante não pode ser publicado em lugares alternativos como um blog, como já vem sendo praticado em alguns casos (LIN, 2012)? Uma resposta possível é dada por Vilaça e Palma (2013)

> Em parte, há a crença de que o sistema utilizado, especialmente a revisão por pares, garante a cientificidade/qualidade do produto, o que vem sendo contestado (Botomé, 2011). Não obstante os problemas referentes à legitimidade e probidade do processo, a linguagem utilizada, entre outros fatores, tornam os meios de publicização relativamente ineficientes, caso se considere a democratização da ciência. Aduzindo o questionamento de João Jardim (2011), cumpre saber o que se pretende difundir pelos artigos, até porque pode ser apenas o nome do autor, da instituição, do periódico.

Há uma série de exemplos que sugerem a desconfiança no processo de avaliação ou julgamento, como defende Botomé (2011), de artigos, o que sugere certo grau de desconfiança acerca dele.

Há muitos casos relativos ao processo de avaliação de artigos por periódicos renomados (bem *Qualis*ficados) que indicam a existência de obscuridades e/ou favorecimentos. Haja vista as características da presente pesquisa (não ser uma pesquisa qualitativa, envolvendo entrevistas), restringir-me-ei a citar um caso, embora outros tantos e de tipos distintos tenham chegado ao meu conhecimento em razão do tipo de pesquisa que realizo, caso ilustrativo sobre o qual faço um questionamento: o que significa o fato de que um dos mais relevantes periódicos da Grande Área *Ciências da Saúde* (A2) tenha 'avaliado' e aprovado um artigo em um dia, possivelmente em menos de vinte e quatro horas, enquanto a média de tempo de avaliação entre todos os outros publicados no mesmo número foi de aproximadamente 7,8 meses?[239] A título de observação, o autor principal do artigo, é um renomado cientista, bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – Nível 1A. Esse caso ilustra algo que é uma das sérias distorções presentes no meio acadêmico-científico, isto é, que a autoria pode encurtar o prazo e o caminho de avaliação e aprovação de um artigo. Sabe-se até mesmo que há artigos que são aprovados de pronto pelo corpo editorial ou pelo Editor(a)-chefe, sem passar pela tão estimada revisão por pares, por tratar-se de um(a) autor(a) renomada na área central do periódico.

Embora certos periódicos sejam efetivamente os meios privilegiados por grandes cientistas, o valor deveria ser do conhecimento ali publicado e não do periódico em si. Ou seja, ainda que o periódico tenha um valor de mercado alto, não o é em si, e isso tem de ser salientado. Além disso, cumpre sublinhar um fato óbvio, mas que parece ser tergiversado constantemente: não é porque um artigo foi publicado que as suas informações são verdadeiras ou cientificamente válidas. Ainda que exista a revisão por pares, isso não tem sido suficiente para evitar que inverdades ou impropriedades sejam publicadas, como o recente caso denunciado por Bohannon (2013) faz ver, o que também é comprovado pelas sucessivas fraudes

[239] De acordo com informação no texto, o texto foi recebido em 4 de agosto de 2003 e foi aceito em 5 de agosto de 2003. Rara celeridade avaliativa à parte, a média aritmética de tempo de avaliação dos outros dezenove artigos publicados no mesmo número – com tamanhos, por sinal, compatíveis ao daquele – foi de 7,89 meses.

científicas descobertas após 'importantes descobertas' terem sido publicadas, festejadas e terem surtido efeitos. Como Fang, Steen e Casadeval (2012) demonstraram, o número de retratações (despublicações) só tem aumentado.

Há muitos fatores envolvidos no processo de submissão e avaliação de artigos. Alguns dão um contorno de *caixa-preta* (PULVEREVER, 2010) ou *clandestinidade processual* (BOTOMÉ, 2011), o que o 'caso Bohannon' (BOHANNON, 2013) constrangedoramente confirma, tornando tal processo alvo de severas e bem fundamentadas críticas. Submissões que não têm resultado da avaliação[240] ou cujo tempo é inexplicavelmente alto[241]; aprovação de artigo sem emissão de parecer[242]; reprovação de artigo com parecer composto por uma frase anunciando a decisão editorial, mas sem qualquer justificativa, ou cuja justificativa é empiricamente falsa[243]; a crescente adoção do critério *citabilidade* (potencial de o artigo ser citado e, logo, aumentar o Fator de Impacto do periódico) por parte dos periódicos, quer de modo travestido ("o artigo não interessaria aos leitores" ou "está fora do escopo"[244]), quer explícito ("as submissões são avaliadas com base também na possibilidade de citação por pares que publicam em nível nacional e internacional"[245]); a adoção de uma lógica competitiva, prática diretamente relacionada ao exemplo anterior, não na medida em que um artigo com qualidade epistêmica pode, frente a um mais 'citável', ser reprovado.[246]

---

[240] Por exemplo, um periódico publicado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e um periódico B1 da Grande Área *Ciências Humanas*.

[241] Por exemplo, três anos e dois meses para avaliar um texto afeto à Grande Área das Ciências Humanas com trinta páginas de extensão. Detalhes: a revista é do estrato A2 e B1 nas áreas respectivamente enquadradas e o parecer, mesmo depois de tanto tempo, ainda não foi emitido.

[242] Por exemplo, um periódico A2 da Grande Área *Ciências Humanas*.

[243] Por exemplo, um periódico B1 e um A2 da Grande Área *Ciências da Saúde*. Num caso, embora tenha rejeitado os artigos alegando *falta de escopo*, o mesmo havia publicado artigos sobre o mesmo tema em números anteriores. Noutro, conquanto tenha alegado que o artigo não *trazia novidade para o campo*, em busca nos periódicos mais importantes da área em questão, nenhum texto com o mesmo enfoque, referencial teórico e conclusões foi encontrado.

[244] Sobre isso, cabe citar Bohannon (2013), na medida em que um artigo seu (produzido propositadamente de modo epistemicamente inconsistente) foi aceito até mesmo por periódicos que não tinham escopo para o assunto abordado.

[245] Por exemplo, um periódico A2 da Grande Área *Ciências da Saúde*.

[246] Idem anterior.

Esses são apenas alguns exemplos de práticas do mercado de publicações, no mínimo, controvertidas que, a meu ver, põem a lisura do processo sob forte suspeita, bem como o sistema como um todo em questão: sua autoridade epistêmica; sua hierarquia de 'qualidade' expressa pelo regime hierárquico dos estratos; sua capacidade de atribuir valor (ou peso) ao conhecimento via avaliação por pares.

Multiplicam-se, ao redor do mundo, textos que apontam as distorções do processo de avaliação, relativizando a sua seriedade e idoneidade, destacando, por exemplo, os problemas acerca da revisão por pares no sistema duplo-cego. Segundo Braile (2006, p. I),

> A revisão pelos pares, instrumento fundamental para validar e dar credibilidade às inovações científicas, às vezes tem sido feita sem o critério e o rigor necessários e o resultado em determinados casos acaba sendo a publicação de artigos sem que seu conteúdo tenha sido avaliado de forma correta, prejudicando a imagem da publicação.

Nesse mesmo sentido, cabe citar o recente caso de um artigo propositadamente incorreto, do ponto de vista epistêmico, que foi aceito para publicação por mais de cento e cinquenta periódicos (BOHANNON, 2013), o que é apenas um dos muitos recentes escândalos que atingem o (não tão) confiável sistema de acreditação acadêmico-científica em que a publicação em periódicos tornou-se. Sobre isso, Herton (2013, s/p.) afirma:

> O que isso quer dizer? Quer dizer que tem muita revista "científica" por aí que não é "científica" coisíssima nenhuma. E que o fato de um estudo ter sido publicado não significa que ele esteja correto (pior, não significa nem mesmo que ele seja verdadeiro para começo de conversa). A ciência, assim como qualquer outra atividade humana, infelizmente não está isenta de falcatruas.
>
> E o que isso não quer dizer? Não quer dizer que o sistema de open access seja intrinsecamente falho ou inválido. Certamente há revistas de acesso livre de ótima qualidade, como as do grupo PLoS, assim como há revistas pagas de baixa qualidade que publicam qualquer porcaria. Nenhum sistema é perfeito. Até mesmo a *Science* publica umas lorotas de vez em quando, assim como a *Nature* e outras revistas de alto impacto, que empregam os critérios mais rígidos de seleção e revisão. Além disso, o fato de uma revista ser gratuita não significa que ela não tenha revisão por pares (peer review) e outros filtros de qualidade. Assim, o que deve ser questionado não é a forma de disponibilizar a informação, mas a forma como ela é selecionada e apurada — em outras palavras, a qualidade e a confiabilidade da informação, não o seu preço.

Aludindo a outro escandaloso caso, o veterinário sul-coreano Woo Suk Hwang, cujos resultados fraudulentos da sua pesquisa com células-tronco foram publicados na prestigiosa *Science* em 2004 e 2005, para Braile (2006), uma avaliação mais cuidadosa, demorada e profunda dos dados, recorrendo a mais especialistas, e a contestação dos resultados na revisão dos trabalhos poderiam ter ajudado a descobrir a fraude. A título de suposição, a gana pela projeção que tal estudo poderia ter contribuído para a ocorrência do caso.

Outro célebre exemplo refere-se ao caso em que, Alan Sokal, por meio de uma postura de incomum audácia e perspicácia, denunciou as impropriedades do 'mirabolante academicismo pós-modernista' de um modo arriscado, mas praticamente incontestável. Sokal, um físico da *New York University*, enviou um artigo para o periódico *Social Text*, um reconhecido veículo de publicação da *Duke University* sobre estudos culturais.[247]

Em 1996, ele foi publicado sob um enigmático e pomposo título. *Transgredindo as fronteiras: em direção a uma hermenêutica transformativa da gravitação universal* é uma paródia do 'discurso pós-modernista' autodenunciada pelo autor em outro artigo intitulado *Transgredindo as fronteiras: um pósfácio*.[248] Os motivos que o levaram a publicar um artigo prenhe de truques argumentativos são variados, sendo apresentados na parte 'b' do apêndice, no qual as imprecisões utilizadas também são reveladas e corrigidas (SOKAL; BRICMONT, 2010). Malgrado a variedade de pontos, com o texto, Sokal ilustrou uma *lei da vida acadêmica*, em

[247] No sítio eletrônico do periódico, lê-se a seguinte descrição: "*Social Text* covers a broad spectrum of social and cultural phenomena, applying the latest interpretive methods to the world at large. A daring and controversial leader in the field of cultural studies, the journal consistently focuses attention on questions of gender, sexuality, race, and the environment, publishing key works by the most influential social and cultural theorists. As a journal at the forefront of cultural theory, *Social Text* seeks provocative interviews and challenging articles from emerging critical voices. Each issue breaks new ground in the debates about postcolonialism, postmodernism, and popular culture". Tradução minha: "*Social Text* abrange um amplo espectro de fenômenos sociais e culturais, aplicando os métodos mais recentes para interpretar o mundo em geral. Um líder ousado e controverso no campo dos estudos culturais, o periódico sempre focaliza a atenção sobre questões de gênero, sexualidade, raça e meio ambiente, publicando obras fundamentais dos teóricos social e culturalmente mais influentes. Como um periódico na vanguarda da teoria cultural, *Social Text* procura entrevistas provocativas e artigos desafiadores provenientes de vozes críticas emergentes. Cada edição inova nos debates sobre pós-colonialismo, pós-modernismo e cultura popular." Disponível em: <http://www.dukeupress.edu/Catalog/ViewProduct.php?viewby=journal&productid=45631>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[248] Segundo uma nota de rodapé, o artigo foi submetido ao mesmo periódico, mas foi rejeitado sob a alegação de que não atendia aos seus padrões intelectuais. Foi publicado, então, nos periódicos *Dessent* e *Philosophy and Literature* no mesmo ano daquele (SOKAL; BRICMONT, 2010, p. 285).

conformidade com David Lodge: “uma lei da vida acadêmica: *é impossível exagerar quando bajulamos nossos pares*” (LODGE apud SOKAL; BRICMONT, 2010, p. 275). Em outras palavras, quando alguém diz ou escreve o que os outros querem ouvir ou ler, nada é suficientemente bizarro para impedir a sua aceitação. O brilhante romance acadêmico *Small World*, de David Lodge, retrata com maestria a ganância intelectual de personagens que percorrem o mundo numa batalha acadêmica.

De acordo com Sokal e Bricmont (2010, p. 275), “os primeiros dois parágrafos do artigo expõem uma versão extraordinariamente radical do construtivismo social, culminando na afirmação de que a realidade física [...] é ‘no fundo uma construção social e lingüística’”. Conquanto o objetivo não fosse o de resumir ou admitir as visões dos editores daquele periódico, mas testar se tal irracional afirmação causaria algum estranhamento, o mesmo não parece ter ocorrido. Sequer diante de sucessivas requisições de comentários, críticas e sugestões feitas pelo autor surtiram o efeito desejado. Talvez porque, embora não fosse o plano, eles tenham, de fato, resumido e corroborado a perspectiva esposada pelos editores do periódico. Sokal pode ter, com isso, apresentado um excelente ‘cartão de visitas’, fazendo-se simpático às ideias daqueles que gerenciam o periódico, o que, indubitavelmente, estabelece, logo de início, um ponto de contato positivo e promissor em termos de aprovação.

Seu artigo foi aceito, aparentemente sem qualquer ressalva, embora tivesse sido construído em torno de bobagens intelectuais sem qualquer fundamento epistêmico, o que Sokal e Bricmont (2010) analisam detidamente, mas não abordarei aqui. Consoante eles, infelizmente, todas as referências usadas eram verdadeiras, o que denota certa proeminência dos modismos e peripécias intelectuais sobre os critérios epistêmicos.

Botomé (2011), ao abordar o tema ‘pareceres’ – que, para o autor, “é um eufemismo para ‘avaliação’, que, com alguma facilidade, em certos contextos, é muito mais julgamento e até pretexto para ‘linchamento intelectual’ do que um efetivo exame, com debate e argumentação em torno da relevância, pertinência e qualidade de um texto ou trabalho” (p. 336) – argumenta que há abertura para opiniões e comentários nem sempre bem-fundamentados, bem como para julgamentos não propriamente epistemológicos, mas baseados em preferências quanto ao referencial teórico, termos e estilística utilizados.

Há, como disse acima, fortes indícios de que a autoria (a reputação do autor) é determinante, quer pela burla da 'avaliação às cegas', relativizando as regras e, consequentemente, comprometendo a imparcialidade e isonomia que deveriam, em tese, guiar o processo; quer pela prática de *más condutas em autoria e coautoria*, por exemplo, a *gift co-authorship* relativa a grandes nomes da Academia (IOANNIDIS, 2008). A meu ver, a plausível assimetria entre os indivíduos que compõem a Academia, devido às suas diferentes titulações, funções, posições institucionais e redes de relacionamentos, deve ser submetida a instrumentos normativos impessoais, a fim de equacionar disparidades nas relações de poder, que tendem a produzir distorções, tal como uma espécie de aristocracia acadêmica. Ante o argumento de que as regras que formam o protocolo de avaliação de textos subsidiam a validade acadêmico-científica do que é publicado, a parcial e transigente aplicação das regras põe em xeque a lisura, justeza e validade do processo.

A *San Francisco Declaration on Research Assessment*, documento que já se tornou fundamental para o presente debate, tendo sido publicado por um grupo de editores e editoras de revistas científicas durante o *Annual Meeting of the American Society for Cell Biology* (ASCB)[249], em dezembro de 2012, é iniciada com uma afirmação categórica: "There is a pressing need to improve the ways in which the output of scientific research is evaluated by funding agencies, academic institutions, and other parties"[250] (DORA, 2012, p. 1). Dentre as necessidades apontadas, que estão categorizadas em *gerais*, *para agências de fomento*, *instituições*, *editores*, *organizações responsáveis pelas métricas* e *para pesquisadores*, destaco:

1) *eliminar* a utilização de uma (ciento)métrica baseada nos periódicos, notadamente no seu Fator de Impacto, de modo que as pesquisas sejam avaliadas pelo seu mérito, e não por onde foram publicadas posteriormente à sua conclusão;

[249] Vale notar que as ciências biológicas são uma das áreas mais afetadas por indicadores biblométricos, notadamente o Fator de Impacto, servindo claramente para distinguir os pesquisadores 'bons = produtivos e de alto impacto' dos outros.

[250] O trecho correspondente na tradução é: "Há uma necessidade urgente de melhorar as maneiras pelas quais a produção da pesquisa científica é avaliada por agências de fomento, instituições acadêmicas e outros entes".

2) *não utilizar* métricas baseadas em periódicos para avaliar ou contratar pesquisadores, tampouco conceder financiamentos e promoções na carreira;
3) *explicitar* os critérios utilizados para avaliar a produtividade científica, destacando que a importância de um artigo está no seu conteúdo, e não no periódico em que foi publicado;
4) *ampliar* a gama de fatores de impacto considerados, incluindo, sobretudo, indicadores qualitativos, tais como a influência política e prática do conhecimento produzido;
5) *incentivar* práticas de autoria responsáveis, incluindo o fornecimento de informações sobre a(s) contribuição(ões) de cada autor;
6) deixar claro que a manipulação inadequada de métricas não será tolerada, mas punida;
7) *capitalizar* as oportunidades que a publicação *online* nos oferece, afrouxando limites desnecessários (número de palavras, figuras, referências, etc.); explorar novos indicadores de relevância e impacto.

Malgrado os problemas apontados, as críticas costumam ser apressadamente rotuladas de desgosto ou desabafo frente a um revês pessoal. Isso é uma indevida simplificação das falhas concernentes ao sistema e seus processos e mecanismos. Como todo sistema de avaliação, ele precisa ser constantemente revisto. Já há propostas de criação de *bancos públicos de dados*, para que toda a comunidade tenha acesso ao que está sendo pesquisado, medida que pode ser interpretada como um *sacrifício por um bem maior* (NATURE, 2003). Há, também, a requisição cada vez mais comum da declaração de reais ou potenciais *conflitos de interesse* (PEERENBOOM, 2002).

Ralf, Johnson e Walter (2008, p. 36), por sua vez, afirmam que

> é surpreendente que tantos pareceristas façam exigências desnecessárias, pois eles também são autores e sabem como se sentem quando a situação é inversa. Tais demandas são desanimadores para jovens cientistas e, cumulativamente, retardam o progresso da ciência. É claro que a revisão por pares é fundamental para garantir que as conclusões dos autores são sólidas, e alguns experimentos dos pareceristas substancialmente avançar a história. Mas, frequentemente, estes justificariam um artigo adicional.

Ralf, Johnson e Walter (2008) asseveram que justamente porque a publicação de artigos é a moeda científica, os cientistas devem tornar a publicação de artigos não só rápida, racional e equitativa, mas um processo menos doloroso e frustrante. Ademais, e o que é mais fundamental, os autores devem ser criteriosos quanto à importância daquilo que querem publicar, bem com os editores e revisores devem ser mais bem preparados,

> precisam ser mais atenciosos ao recomendar experimentos adicionais e para se certificar de que essas experiências são realmente necessárias para justificar a publicação. Os editores devem insistir que revisores rigorosamente justificar cada nova experiência que estes solicitarem (RALF, JOHNSON; WALTER, 2008, p. 36).

Conquanto os exemplos que indiciam a possível ausência de critérios epistêmicos, o descumprimento das normas estabelecidas, a existência de desigual tratamento e, portanto, de favorecimentos, etc., o valor de mercado da divulgação acadêmico-científica engrandece, podendo estar guiando a produção de conhecimento, o qual, em uma lógica comercial, está preocupantemente ligado a interesses de tipo privado (CAMARGO JR, 2009), quer no tocante à iniciativa privada (empresas), quer ao indivíduo como ente privado. Em um mercado acadêmico-científico competitivista, em alguns casos, a veracidade dos resultados, a importância do conhecimento para os indivíduos e para a sociedade, o custo para o Estado, os possíveis malefícios, etc. são fatores que parecem ficar em segundo lugar na escala de valores quando comparados à importância, em si, da divulgação. Como um valor de *bem particular* para aqueles que assinam a publicação (seus autores e coautores), seria a divulgação que guiaria a produção e não o contrário.

Embora se possa discordar da absoluta vigência de uma norma produtividade (DWYER, 2008) ou haja focos de resistência daqueles que se manifestem contrários a algumas das suas regras (ROSENBAUM, 2008), o que sugeriria a sua existência, parece-me que é razoável excogitar e investir sobre a análise de elementos contextuais que tornaram a produtividade em pesquisa uma chave interpretativa de uma espécie de ‘casamento de interesses’ na presente configuração mercadológica do campo acadêmico-científico. Pois é como se o sistema de gestão mercadológica do conhecimento requeresse das instituições e dos indivíduos algo que, ao que parece, é justamente a forma mais clara de autopromoção e diferenciação individual, separando os ‘eus-produtivos’ dos ‘eus-improdutivos’’, fazendo com que, por haver

uma provável confluência de interesses, não haja uma resistência ampliada ao modelo baseado na produtividade.

Tal perspectiva em prol de uma ênfase no que é denominado por Silva Jr. (2007) de *individualismo competitivista* pautado por uma lógica de eficiência tipicamente de mercado relativa a uma cultura pragmática, na qual a necessidade de publicar estabelecida de modo ambíguo e binário, isto é, externa (pelo SNPG e pelas políticas científicas oficiais que o constituem) e, concomitantemente, internamente (pois há pesquisadores compondo os grupos de definidores das políticas), de tal modo que a publicação de artigos se torna um 'fiel da balança' acadêmico-científico dos mais importantes, embora questionáveis, estabelecendo-se como um crivo quanto ao reconhecimento, prestígio, financiamento e afins gozados pelos cientistas, acadêmicos e pesquisadores.

Dito de modo 'prático' e sumário, focalizando o caso brasileiro, enquanto as instituições cobram dos seus docentes a produtividade necessária para lutarem pelo conceito 7 na avaliação da CAPES, o que lhes confere mais recursos e 'excelência acadêmico-científica', acadêmicos, cientistas e pesquisadores precisam dedicar-se à produção, por vezes, meramente com vistas aos financiamentos e a um currículo que propagandeie a sua imagem de indivíduo 'produtivo'. Como uma coisa está decisivamente atrelada à outra, fecha-se um círculo imperfeito, vicioso. Ser pesquisador 1A do CNPq, ser um PPG conceito 7, publicar nos periódicos A1 internacionais, com altíssimo Fator de Impacto são desejos que parecem parte do pacote obrigatório do 'acadêmico de sucesso' na atualidade, pois, conforme Hercot (2010), há uma estrutura de incentivos reais baseada no aforismo publicar ou perecer.

No mercado acadêmico-científico, a publicação é uma *moeda*. Parafraseando um conhecido aforismo, a publicação é a alma do negócio acadêmico, pois serve como propagandeadora de indivíduos e instituições. Apoiando-me em Gaya (2011), que, no seu amargo artigo aforístico, faz algumas dos mais inquietantes questionamentos, com o modelo produtivista da ciência, a publicação assume o papel que a peruca exercia antigamente. Era "*o símbolo mais apropriado para o erudito puro. Trata-se de homens que adornam a cabeça com uma rica massa de cabelo alheio porque carecem de cabelos próprios*" (SCHOPENHAUER apud GAYA, 2011, p. 200). Segundo Carneiro, Cangussú e Fernandes (2007, p. 2), ela se tornou

“a moeda dominante no mundo (*ou mercado*) acadêmico”, havendo uma verdadeira corrida pela publicação.

Cherubini (2008) utiliza a expressão *febre do fator de impacto* embasada em uma *filosofia do ‘publicar ou perecer’* para designar um dos motivos encontrados por ele, na sua função de autor, revisor e editor de um pequeno periódico internacional, quanto ao aumento de práticas como plágio e fracionamento de pesquisas. Ele encerra a sua carta perguntando “quanto tempo devemos esperar até que um antídoto contra a febre do fator de impacto seja desenvolvido?” (CHERUBINI, 2008, p. 191). Atualmente, é indubitável que as publicações servem de parâmetro destacado tanto para a cientometria da instituição/área de conhecimento quanto para a ‘individuometria’ do pesquisador.

O problema é tão grave, que alguns cientistas iniciantes se sentem desestimulados a iniciar uma pesquisa que não tenha muitas chances de serem publicadas em periódicos com alto Fator de Impacto (NOTKINS, 2008). Ou seja, a escolha de um tema, problema, objeto de pesquisa estaria sendo determinada, pelo menos em parte, pela possibilidade de gerar uma publicação. Destarte, um procedimento instrumental estaria colonizando o pensamento, a ciência e a pesquisa, criando e ampliando paulatinamente o domínio de modos de ser adaptados sobre modos de ser livres.

Além disso, o impacto de uma pesquisa passa a ser medido menos pelo seu potencial beneficente ou pelo valor epistêmico, do que pelo valor de mercado do periódico no qual poderá ser publicado. Butler (2007), por exemplo, argumenta que é preciso mudar a cultura acadêmico-científica, usando a ciência para preencher, por exemplo, a lacuna entre a pesquisa e o desenvolvimento de medicamentos e vacinas para doenças negligenciadas pelo mundo. Segundo ele, as recompensas que os pesquisadores costumam almejar são de outros tipos, a saber, publicações de artigos e patentes.

Contudo, cumpre questionar, será que a publicação é um critério confiável para se estabelecer a importância de dado conhecimento, instituições e indivíduos? Será que os critérios utilizados pelas publicações são suficientemente capazes de garantir o valor dos elementos inerentes ao meio acadêmico-científico? A revisão por pares, praticada, em tese, na análise dos artigos; o Fator de Impacto de um periódico, entre outros elementos, confeririam, de fato e indubitavelmente, a

legitimidade e confiabilidade do conhecimento publicado? Tais critérios são propriamente epistêmicos ou de outra natureza?

Se a resposta for 'sim!' para essas perguntas, fará todo sentido afirmar que um artigo publicado em um periódico de baixo impacto ou no estrato 'C' no sistema *Qualis Periódicos* seja academica e cientificamente desprezível, pois o conhecimento é, em si, de baixa qualidade. Em contrapartida, um conhecimento divulgado em um periódico de alto Fator de Impacto ou estrato nesse sistema passaria a ser quase deificado, tido como sagrado, inquestionável. Afinal, conforme a regra vigente, periódicos de estrato 'C' são "sem valor" ou "zero" e periódicos 'A1'[251] são tidos como "de destacada qualidade"[252] ou "publicação amplamente reconhecida pela área'[253] ou "reconhecidos pela comunidade internacional como os mais importantes e prestigiosos"[254] ou simplesmente "periódicos qualificados, os quais ofereçam contribuição significativa para o conhecimento na área".[255]

Segundo Documento de área *Engenharia I*, "para incentivar os PPGs a publicarem nos periódicos de maior impacto (A1, A2 e B1), os periódicos de menor impacto (B2, B3, B4 e B5) possuirão saturação" (s./p.).[256] Embora explícito, cumpre notar a presença do princípio econômico dos incentivos como forma de coibir ações e promover outras condutas. Embora o fato de haver um suposto consenso na área sobre o valor de dado periódico não signifique que o conhecimento ali publicado tenha valor epistêmico irretorquível, pois a história da humanidade está eivada de exemplos de péssimos consensos, bem como que termos como "contribuição significativa" careçam de precisão, clareza e distinção, o fato é que conhecimento

---

[251] Em algumas áreas, como, por exemplo, as engenharias, a economia, a administração, ciências contábeis e turismo, e as medicinas, a referência para conferir o estrato A1 é exclusivamente o Fator de Impacto.

[252] Conforme Documento de Área *Filosofia/Teologia*. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/FILOSOFIA_16jul10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[253] Conforme Documento de Área *Educação*. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/EDUCA_19jun10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[254] Conforme Documento de Área *Geociências*. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/GEOC08mar10.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[255] Conforme Documento de Área *Medicina I*. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/MED_I20nov09q.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[256] Conforme Documento de Área *Engenharia I* Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/ENG_I_17jun09.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

bom é aquele publicado em periódicos A1, A2 e, quando muito, B1. Se aquelas afirmações sobre a desprezibilidade ou sacralidade do conhecimento publicado soarem demasiadamente fortes, veem-se indícios de certo sugestivo constrangimento diante dos critérios amplamente utilizados para avaliar e medir 'qualitativamente' os elementos acadêmico-científicos supracitados, de forma que eles possam não ser tão objetivos, definitivos e confiáveis assim.

Por outro lado, se a resposta àquelas questões for 'não!', uma lógica falaciosa forjada em torno de parâmetros acadêmico-científico de distinção 'qualitativa' questionáveis pode estar grassando indevidamente entre nós. Como disseram peremptoriamente Marcus e Oransky (2011): *o artigo não é sagrado*. Utilizando uma analogia com as artes, o fato de um tapete participar de uma exposição persa não o torna obrigatoriamente um tapete persa. A suposição de que os curadores da exposição são capacitados para analisar e garantir uma real procedência é uma crença que pode ou não ser verdadeira. O mesmo ocorre com os artigos publicados. Por mais incrível que pareça frente às várias evidências, por mais que a experiência mostre o contrário, os 'curadores do conhecimento' recebem excessiva credibilidade.

Ford (2010), analisando o campo médico, assevera que há uma maré de pesquisas de má qualidade publicadas em periódicos de alta 'qualidade'. Para ele, o porquê disso é simples: para um indivíduo avançar no meio médico, as publicações são fundamentais. Segundo ele, formulários de candidatura a vagas solicitam a lista de publicação do aspirante, e isso sem preocupação com a qualidade, mas, sim, com o quantitativo.

Sem desconsiderar absolutamente o valor da publicação científica, mas apontar seus limites e relativas deficiências e desvios, o ponto aqui é provar a existência de uma exacerbação do valor da mesma. Algumas falas transcritas na pesquisa feita por De Meis *at al.* (2003, p. 1139) sobre o conflito entre a crescente concorrência e a diminuição dos recursos relativos à pesquisa comprovam a vigência dessa lógica:

> "O que ouvimos é que você vale o que você publica... a moeda nesta arena são as publicações"; "Neste lugar que você está somente se é reconhecido quando você tem publicações... o resto não importa"; "Eles avaliam as pessoas pelo número de publicações... e então classifica-as pelo impacto (fator de impacto) dos periódicos: cientistas de alto e de baixo impacto".

Assim, pode-se imaginar que, por exemplo, se, de acordo com a norma produtividade estabelecida pela CAPES, cada docente de PPG tem de acumular ‘x’ pontos em um triênio, caso um docente produtivista acumule ‘3x’, para ele, seu valor poderia ser três vezes superior a de outro docente. Se os pontos tiverem sido conquistados por publicações em periódicos internacionais e com alto Fator de Impacto, o valor aumenta ainda mais. Pressupor isso, atribuindo qualidade superior a um sujeito que tem muita produção em periódicos renomados e esta é muito citada é algo semelhante a concluir que um ator é qualitativamente melhor do que outro pelo número de filmes feitos e pela bilheteria alcançada; ou avaliar um escritor ou músico pelo número de cópias vendidas, o que, para Souza (2013), é, empiricamente, um entendimento errôneo. Essa conta flagrantemente discutível dificilmente seria assumida por alguém, ainda que a sua ação e argumentos sugerissem a sua aquiescência com ela.

Prosseguindo na argumentação, a primeira publicação serve até mesmo como uma espécie de *passagem*. O autor debutante entra em um novo universo. É impressionante constatar que, por vezes, a publicação de um artigo em um periódico tido como *bom* é mais importante do que a conclusão de uma Tese de Doutorado, conforme indicam De Meis et al. (2003, p. 1139) através da fala de um(a) pós-graduando(a): “Ele [o orientador da tese] não se importa com a minha tese. Ele acredita que a tese é uma conseqüência de uma bom trabalho e bom trabalho significa artigos publicados em bons periódicos”.

Ou seja, embora os títulos de graduado, mestre e doutor também sejam como que *ritos de passagem* que demarcam um ‘novo tempo’, a publicação do primeiro artigo em um periódico ‘importante’ possui um valor no mercado acadêmico-científico maior. Mas tal ponto de inflexão não é suficiente. Ele tem de ser constantemente reafirmado, pois tal demanda cresce a cada ano (DE MEIS, SCARLET, DE MEIS, 2003) e “*se você parar de publicar, você perde o seu financiamento... Você será expulso do sistema, não importando o que você fez no passado – só importa o que você fez nos últimos 2 ou 3 anos*” (DE MEIS *at al.*, 2003, p. 1139). A declaração desse(a) pesquisador(a)-doutor(a) faz uma menção tácita, mas facilmente identificável, à avaliação trienal de PPGs *stricto sensu* promovida pela CAPES, que, a título de avaliação, computa apenas a produção dos últimos 3 anos.

Assim, ainda que dado indivíduo tenha produzido quantitativa e qualitativamente muito bem em um triênio, tendo, inclusive, revolucionado um aspecto da sua área de atuação, isso pouco ou nada valerá, caso haja uma queda brusca no triênio subsequente. Outro desvio inerente a esse tipo de avaliação é o que foi relatado pelo professor de estudos japoneses Richard Bowring, em carta enviada ao jornal britânico *The Guardian*. Segundo ele, atualmente, resta pouca liberdade para os acadêmicos e cientistas, pois ele mesmo se viu pressionado a publicar um artigo mais cedo do que desejava, para que ele fosse computado como dentro do exercício-ano da avaliação (BOWRING, 2008), ou seja, para cumprir uma meta determinada outrem. Retomando exemplo já citado, Schmidt (2011) menciona a publicação, em 1988, no jornal *Folha da S.Paulo*, de uma lista de professores e pesquisadores que não teriam escrito ou publicado no biênio 1985-1986. Tais exemplos são apenas duas provas dos efeitos colaterais de um tipo de avaliação conforme a atual, com fortes tendências quantitativas.

Há muitos passos a seguir quando se quer ingressar em uma carreira acadêmica. Feliz ou infelizmente, uma das principais características requeridas é que se aprenda a *negociar*. Segundo Rodriguez (s./d.), é imperativo que se saiba o quê e com quem se está sendo negociado, bem como quais são os termos da negociação. O geneticista ressalta, por exemplo, que não se deve contrariar os membros mais antigos do departamento ao qual se pretende vincular. Dentre os elementos que devem compor a *carta de oferta*, as publicações devem ser cuidadosamente consideradas.

Atualmente, a carreira docente é preponderantemente medida, promovida ou prejudicada, de acordo com esse critério, que, retoricamente, teria tons ‘qualitativos’. A avaliação vigente obedece fundamentalmente, ainda que não exclusivamente, ao princípio quantificador. De acordo com Schmidt (2011, p. 319), “a quantificação é a lei da avaliação: suas exigências ensejam problemas técnicos de medição e controle do que avalia e de quem avalia num espírito mais propriamente vigilante do que crítico”. Mas por que, então, um parâmetro tão fortemente controvertido é adotado para regular a Academia e ciência brasileira? A meu ver, há pelo menos dois tipos de resposta para essa pergunta, tipos interligados, cumpre dizer: (1) porque faz parte de uma lógica sistêmico-societária mais ampla e antiga, a saber, de um tipo de governo dos homens baseado numa razão de Estado *calculadora*; (2) porque satisfaz os interesses de alguns sujeitos-pesquisadores.

Para corroborar o primeiro tipo de resposta, cito Max Weber (apud LUKÁCS, 2012, p. 215), para o qual, relembrando, o Estado moderno é, do ponto de vista sociológico, uma empresa:

> A empresa capitalista moderna baseia-se internamente sobretudo no *cálculo*. Para existir, ela precisa de uma justiça e de uma administração, cujo funcionamento também possa ser, pelo menos em princípio, *calculado racionalmente*, segundo regras gerais sólidas, tal como se calcula o trabalho previsível efetuado por uma *máquina*.

Como afirma Gama Neto (2011, p. 29, termo entre colchetes incluído), "o processo de desenvolvimento da economia capitalista de mercado no Ocidente corporifica [um] processo de racionalização da vida social", racionalidade instrumental entendida como "[...] simplesmente o aumento cada vez maior da regularidade e eficiência das ações humanas", pois "o capitalismo é o sistema econômico que mais se adequa à lógica da racionalidade instrumental".

Ratificando o segundo tipo de resposta, cito Alcadipani (2011), na medida em que, sublinhando a importância dos ensinamentos provenientes da *genealogia do poder foucaultiana*, o problemático sistema em vigor é completamente dependente dos pesquisadores, das nossas ações produtivistas, e, na medida em que atende aos anseios de alguns, ele é reiterado e fortalecido. Segundo o autor (ALCADIPANI, 2011, p. 1176, grifo nosso; trecho entre colchetes incluído), os

> [...] sistemas de controle existem e permanecem pelo fato de não serem absolutos e não serem meramente opressores. Se o produtivismo está tão em voga é porque: ele atende a interesses; ele serve para alguém; ele tem ambiguidades que lhe permitem existir; *ele oferece esperanças às pessoas*. Nenhuma forma de dominação que seja apenas opressiva perdura. O produtivismo é útil ao fazer uma suposta "objetificação" da mensuração da "qualidade" de um pesquisador. Ele coloca um critério *aparentemente claro* (e, acrescentamos, justo): *quem mais produz, melhor é*. *Ele atende,* antes de mais nada, *ao ego dos pesquisadores* que querem ver seu nome no topo da lista dos mais produtivos. Permite que programas de pós-graduação e professores sejam avaliados e fomenta a ilusão de reputação para os "produtivos". [...] Criamos um *mecanismo de controle* (...) que *é diariamente alimentado por cada um de nós* quando mandamos vários artigos para periódicos, quando *pedimos aos nossos alunos que façam artigos antes de terem conhecimento do tema* e por aí afora. *O produtivismo apenas se reproduz na medida em que cada um de nós o faz existir no nosso cotidiano*.

Publicações são usadas como parâmetro de avaliação, oficialmente ou não, em processos seletivos para ingresso de alunos e docentes em PPGs, na carreira

docente, na aquisição e manutenção de bolsas de estudo de estudantes e de financiamentos de pesquisadores e pesquisas. Coimbra Jr. (2009) ressalta que, em alguns casos, é absurdamente requerido o encaminhamento de artigos dos alunos de mestrado para que eles agendem a sua defesa ou recebam os seus diplomas. Com isso, sentimentos/afecções como frustração, angústia, insegurança, paranoia, obsessão, depressão, exaustão mental e física, entre outros distúrbios psíquicos e físicos ligados à produtividade em pesquisa, vêm sendo comuns entre acadêmicos e cientistas (DE MEIS et al., 2003). Estudos já mostram a influência da 'improdutividade' sobre a saúde docente, por exemplo, efeitos relacionados à autoestima e ao sistema cardiovascular (SANTANA, 2011). Isso porque, como identificaram De Meis et al. (2003), o ato de submeter um texto à avaliação de um periódico suscita *fortes emoções*, haja vista a possibilidade de aprovação/reprovação, a qual pode, de acordo com os termos de Sennett (2006, p. 1139), traçar a linha divisória entre o talento acadêmico-científico reconhecido e a inutilidade do conhecimento produzido. Na fala de um pesquisador, "*minha maior preocupação foi publicar, ser reconhecido... era uma espécie de autoafirmação, para que eu pudesse dizer-lhes: 'Olha, eu sou bom!*".

A pressão para publicar existente em um contexto no qual a publicação discerne os acadêmicos e cientistas 'excelentes', dos 'medianos' e dos 'fracos' pode, em casos extremos, como o citado por Powell (1994), causar situações dramáticas. Por exemplo, o professor e pesquisador do departamento de engenharia mecânica da Universidade de Concordia, em Montreal, Canadá, assassinou a tiros quatro docentes, alegando que queria, com essa atitude extremada, chamar a atenção para suas denúncias contra a prática de fraudes na universidade, bem como para uma suposta injusta perseguição. Sem entrar no mérito da atitude, o que Powell sugere é que parte das denúncias tinham fundamento. Em um relatório intitulado *Integrity in Scholarship* (Integridade na bolsa estudos ou financiamento), foi identificada a existência de uma cultura patológica generalizada da *pesquisa dirigida por produção*, de modo que os redatores utilizaram a analogia de uma indústria dirigida por quantidade e não por qualidade. Ainda segundo o relatório, financiamentos e equipamentos são concedidos, na maioria dos casos, para quem tem mais produções. Se considerarmos que pode haver, em um contexto que requer muita produção e permite – quiçá estimula – peripécias acadêmicas, uma fragilização da

epistemicidade das pesquisas, as consequências (instrumentais) estão guiando os meios, a expensas da verdade e da beneficência científicas.

Ou seja, a *política de adaptação* implementada traz efeitos colaterais severos para saúde do trabalhador, estando, para mim, correlacionados à mais ou menos clara percepção de que algo vem se perdendo pelo caminho do desenvolvimento performático-quantitativo da Academia-ciência (LUKÁCS, 2012, p. 204, grifo nosso, trechos entre colchetes incluídos):

> Como o processo de trabalho é progressivamente racionalizado e mecanizado, a falta de vontade é reforçada pelo fato de a atividade do trabalhador perder cada vez mais seu caráter ativo para tornar-se uma atitude *contemplativa*. A atitude contemplativa diante de um processo mecanicamente conforme às leis e que se desenrola independentemente da consciência e sem a influência possível de uma atividade humana, ou seja, que se manifesta como um sistema acabado e fechado, transforma também as categorias fundamentais da atividade imediata dos homens em relação ao mundo [...]. "Com a subordinação do homem à máquina [à produtividade em pesquisa]", diz Marx, a situação chega ao ponto de que "os homens acabam sendo apagados pelo trabalho [pelo número de artigos a serem produzidos], o pêndulo do relógio [da avaliação trienal] torna-se a medida exata da atividade relativa de dois operários [pesquisadores], tal como a medida da velocidade de duas locomotivas. [...] O tempo [triênio] é tudo, o homem não é nada; quando muito, é a personificação do tempo. *A qualidade não está mais em questão. Somente a quantidade decide tudo* [...]".

Schmidt 2011), citando a cientista social Maria Sylvia de Carvalho Franco, apoia a ideia de que há uma relação estreita entre a publicação e a autopromoção institucional ou individual, à medida que, para ela, a avaliação é tributária do estado de coisas, havendo uma retroalimentação. Uma 'boa' avaliação depende de muita e 'boa' publicação; uma 'boa' avaliação pode promover muita publicação, pois docentes de PPGs altamente conceituados podem ter facilidades para publicar suas pesquisas.

Mais uma vez, vê-se aquele círculo (vicioso) sendo fechado, na medida em que o critério produtividade de avaliação contemplaria o desejo de gestão eficiente do sistema (CAPES, CNPq e afins), bem como satisfaria a vontade de autopromoção (desejos egofetichistas) de alguns indivíduos e instituições em busca de usufruir da esquisita lógica da 'mais qualidade, mais financiamentos'.

Como fora mencionado no capítulo 1.5, a lógica avaliativa guiada pelo binômio quantificação-recompensa não se resume ao âmbito da educação superior. Frigotto (2011) mostra como os recentes planos e leis ligados à educação

introduzem a lógica mercantil desde a educação básica, na medida em que métodos do mercado têm sido cada vez mais utilizados, por exemplo, recompensando performances tidas como *melhores desempenhos docentes/institucionais*. A premiação de escolas/professores é um exemplo que não se pode retorquir. Outro exemplo que já se apresenta na educação básica são as parcerias público-privadas, as quais são consideradas como a única opção para uma gestão pública tida como essencialmente ineficiente. Pelo que tudo indica, vivemos sob os ditames de uma *cultura da performatividade*.

Essa realidade traz à memória o famoso *Mito de Sísifo*. De acordo com a história, em conformidade com Homero, ele era considerado o mais astuto, sábio e prudente mortal. Mas ele não é propriamente um típico herói grego, pois, segundo Camus (2004), ele tinha uma inclinação para o salteamento. Não entrarei nas minúcias da história. O que me interessa destacar desse herói do absurdo, conforme afirma o filósofo franco-argelino, é a punição que ele recebera dos deuses. Seu desprezo pelos deuses, somado ao seu ódio pela morte e paixão pela vida, foi punido com o terrível suplício de se ocupar infinitamente com um trabalho que nunca se completa. Na prática, conta a história, ele tinha de levar uma pedra até o cume de uma montanha, para, logo após, enquanto descia, vê-la rolar montanha abaixo. E deveria repetir tal absurda tarefa de modo infindável. Seu tormento era, então, fazer algo sem sentido.

A tragédia que se abateu sobre Sísifo parece servir para compreender parte da sensação exprimida acima. Assim como Sísifo, o acadêmico-cientista hodierno não cessa de levar a sua ‘pedra’ (artigos) até o ‘cume’ (periódicos). Mas, enquanto ‘desce’ (descansa do trabalho intelectual e físico realizado), percebe que a ‘pedra descera’ (precisa começar a pensar no próximo artigo), de tal modo que precisa se preparar para, mais uma vez, executar o mesmo trabalho sem fim e, muitas das vezes, sem sentido. Não há dúvidas de que a ciência, de que a produção do conhecimento científico é um processo interminável. Mas é igualmente evidente que não é nesse sentido que o trabalho acadêmico-científico se torna repetitivo. É fato que não há um cume científico, um ponto final, mas sim uma busca incessante pelo cume, para utilizar a imagem do mito. O que está em questão aqui são os porquês e ‘para quês’ do ato, no presente caso, as razões normativamente corretas da produção. Sísifo era consciente da sua situação. Embora a consciência de uma situação absurda costume aumentar o sofrimento, ela parece permitir a possibilidade

de mudança de postura, de alterar a situação. Todavia, ao contrário do herói trágico, alguns acadêmicos e cientistas da atualidade parecem inconscientes, sustentando a inexistência de pressão para publicar e alegando desconhecer completamente os efeitos dela sobre o seu trabalho, o que pode agravar ainda mais a situação.

Lukács, mais uma vez, ajuda a compreender – de um modo raramente constrangedor – o que está diante de nós, pesquisadores, a situação em que nos encontramos. Traçando um paralelo com o exemplo citado (jornalismo/jornalista) pelo autor (LUKÁCS, 2012, p. 222, grifo nosso, termos entre colchetes incluídos), o pesquisador,

> [...] o vendedor de suas faculdades espirituais objetivas e coisificadas, não somente se torna espectador do devir social [...], mas também assume uma atitude contemplativa em relação ao funcionamento de suas próprias faculdades objetivadas e coisificadas. Essa estrutura mostra-se em seus traços mais grotescos no jornalismo (Academia-ciência), em que justamente a própria subjetividade, o saber, o temperamento e a faculdade de expressão tornam-se um mecanismo abstrato, independente tanto da personalidade do "proprietário" como da essência material e concreta dos objetos em questão, e que é colocado em movimento segundo leis próprias. *A "ausência de convicção"* dos jornalistas [intelectuais e pesquisadores], *a prostituição de suas experiências e convicções* só podem ser compreendidas *como ponto culminante da reificação capitalista*.

Por que e para que produzir/divulgar algo? Por que e para que produzir muito? Sobretudo no tocante aos indivíduos envolvidos com a pós-graduação *stricto sensu*, âmbito no qual isso é ainda mais angustiante, vital e terrivelmente fundamental, a ordem de publicar é, na configuração atual, incontornável. Para Coimbra Jr. (2009, p. 2092), "há evidências de que, pelo menos em parte, o aumento nas submissões é também devido a certas práticas recém-adotadas pelos programas de pós-graduação face à pressão de publicação". Há PPGs, por exemplo, um da grande área da saúde, que 'orientam' os seus mestrandos a produzir dissertações em formato de artigos, o que pode estar estimulando, inclusive, a já citada prática de 'fatiamento'. Reinach (2013), por exemplo, chama a atenção para o caráter, por assim dizer, darwinista da prática, fazendo uma pertinente crítica:

> Mas o que Darwin tem a ver com isso? Foi ele que mostrou que uma das características que facilitam a sobrevivência é a capacidade de se adaptar aos ambientes. E os cientistas são animais como qualquer outro ser humano. Se a regra exige aumentar o número de trabalhos publicados, vou praticar "Salami Science". É necessário ser muito citado? Sem problema,

> minhas fatias de salame vão citar umas às outras e vou pedir a amigos que me citem. Em troca, garanto que vou citá-los. As revistas precisam de muitas citações? Basta pedir aos autores que citem artigos da própria revista. E, aos poucos, o objetivo da ciência deixa de ser entender a natureza e passa a ser publicar e ser citado. Se o trabalho é medíocre ou genial, pouco importa. Mas a ciência brasileira vai bem, o número de mestres aumenta, o de trabalhos cresce, assim como as citações. E a cada dia ficamos mais longe de ter cientistas que possam ser descritos em uma única frase: Ele descobriu...

Todavia, parece estar ocorrendo justamente o contrário, ou melhor, teria sido criada uma espécie de *simbiose*, provendo vantagens para coisas 'essencialmente' distintas. O termo proveniente da biologia me parece bem apropriado, pois, em uma relação simbiótica, dois organismos distintos estabelecem uma relação reciprocamente vantajosa. Além disso, a extinção de um, muito provavelmente, levaria à morte do outro, dada a interdependência. Quer dizer, ao mesmo tempo em que é interessante 'para a sobrevivência' dos periódicos que os 'grandes' cientistas publiquem seus conhecimentos neles, é de suma importância 'para a sobrevivência dos cientistas' que seus conhecimentos sejam publicados em renomados periódicos científicos. Contudo, ainda usufruindo da terminologia biológica, tal associação de interesses pode estar *comensalisando* a ciência. Em uma relação baseada no comensalismo, apenas um dos organismos é beneficiado. Ou seja, a simbiose entre periódicos de alto fator de impacto e grandes cientistas estaria prejudicando a ciência, ainda que não absolutamente.

A produção de conhecimento perderia, ou mais precisamente, sofreria um menoscabo da função do ideial regulador (uma abstração que serve como guia das ações concretas) da *busca por um mundo* melhor, ainda que isso seja tão somente um ideal regulador das nossas decisões e ações. O ato de publicar seria, nesse sentido, ainda que formalmente, relativamente distinto do ato de 'publicizar', conforme distinção enunciada.

O que nos motiva, atualmente, a produzir, repito a pergunta? Se entre as múltiplas respostas possíveis a essa questão for dito que é a necessidade/importância da divulgação como meio de autopromoção, adensamento curricular, aquisição de financiamentos, poder-se-á questionar a normatividade – se é correta ou não – dessa resposta pragmática. Ou seja, o sistema ético afeto às normas produtividade e produtivismo, com seus princípios, valores, razões, estratégias, pode ser normativamente questionado? Isso posto, cabe, então,

examinar que resposta normativamente válida deveria ser dada em vez da resposta pragmática.

Quanto à fundamental questão sobre *por que publicar*, não há sequer tempo para parar e pensar sobre ela, que reaparece incômoda, mas aparentemente inútil. Parar para refletir sobre ela, só se for para publicar algo sobre o assunto. É tempo de publicar quase qualquer coisa e utilizando as estratégias produtivistas disponíveis. Ainda que o conteúdo publicado não seja lá muito relevante, outros fatores, como a estética da apresentação retórica, podem ser suficientes para que não fique explícita a sua irrelevância. Para Ball, perguntas fundamentais, que deveriam orientar a produção do conhecimento, simplesmente não são sequer ventiladas, tampouco pensadas ou debatidas. À questão sobre que "precisamos nos assegurar de que nosso trabalho fornece ajuda prática às pessoas que estão lutando para fazer o melhor possível", afirma ele (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 310), antecede um desafio de ainda maior monta. No fundamento das respostas à pergunta prática do que fazer e como fazer, ou seja, de como as pessoas devem guiar as suas ações, está o interminável debate em torno do que é *melhor*. Se as pessoas forem instadas a fazer o melhor possível, primeiramente há que se definir o que é o melhor para quem, em que contexto, etc. Essa é uma questão ética, mas também política.

Latour e Woolgar (1997, p. 207), num estudo etnográfico que é considerado, até hoje, uma das mais brilhantes análises do funcionamento da prática científica, iniciam a seção intitulada *Crédito: reconhecimento e credibilidade* com a seguinte pergunta: "o que motiva os pesquisadores?". Os autores seguem questionando:

> Por que os pesquisadores são levados a operar inscritores, a escrever artigos, a construir objetos e a ocupar diferentes posições? Qual e a razão que leva um pesquisador a passar de um objeto a outro, de um laboratório a outro, o que o faz escolher este método, esta parle dos dados, aquela forma estilística, aquele caminho analógico? Pode-se responder a essa questão postulando que o pesquisador foi marcado, durante a sua formação, por normas que foram sendo silenciosamente impostas ao longo de sua carreira anterior (LATOUR; WOOLGAR. 1997, p. 207).

De Meis et al. (2003, p. 1139), ao focalizar a preocupação de pós-graduandos e pesquisadores sobre a publicação de artigos e o impacto dos periódicos, selecionam, dentre as narrativas típicas, que: "meu chefe tem um monte de publicações... mas quando você vai e olha o que ele descobriu... [...]". Considerando

que uma das normas com as quais os sujeitos-pesquisadores têm tido contato desde muito cedo em sua formação é a norma produtividade, presume-se, à luz do pensamento dos eminentes antropólogos, que o que os motiva e suas práticas estão profundamente influenciadas pela lógica produza ou pereça.

Retomando Souza (2013, s/p.) e sua crítica pertinente à meritocracia, cabe recitar:

> Cursos de pós-graduação e professores universitários não produzem conhecimentos e publicam artigos e livros para fazerem a diferença no mundo, para terem um significado na pesquisa e na vida intelectual do país, mas sim para engrossarem o seu Lattes e para ficarem bem ranqueados na CAPES e no CNPq.

Embora seja evidente que a afirmação acima não possa ser absolutamente ampliada, porquanto, presumo, há numerosas exceções, de fato, a pressão por publicação associada ao extremo valor dado às publicações tidas como bem *Qualis*ficadas tem imposto ao (nalguns casos) ou seduzido o (noutros casos) sujeito-pesquisador a publicar cada vez mais.

Para Alceu Ferraro (apud SOUZA; BIANCHETTI, 2007, p. 402),

> Ninguém mais tem tempo para parar e pensar, escrever um artigo tranquilamente, produzir alguma coisa nova. Tudo é feito em cima do joelho, correndo [...]. A avaliação não incide sobre a qualidade, a quantidade tem um peso muito grande [...] a avaliação tende a se transformar num elemento traumatizador, num elemento inibidor, num elemento de mero controle. No entanto, ela deveria ser um elemento estimulador, provocador, representando mais um desafio do que propriamente punição.

Vilaça e Palma (2013, p. 477), num trecho em que citam alguns importantes pesquisadores da área da educação, sublinham a percepção de parte da área sobre o tema:

> Segundo a análise histórica que faz da pós-graduação em educação no Brasil, Paolo Nosella (2010, p. 179) afirma, particularmente no tocante ao período pós--ditadura (1985-2008), que “a pressão produtivista é enorme e estressante. Assim, publica-se de forma ansiosa todo tipo de texto em periódicos ou apresenta-se *paper* em congressos, já chamados no jargão acadêmico de ‘qualisficados’ [...]”. Segundo Schmidt (2011), a socióloga Maria Sylvia de Carvalho Franco, em 1988, previu que o produtivismo tornaria-se hegemônico e naturalizado.

A pressão por produtividade ou pressão por publicação, embora não seja identicamente percebida por todos os sujeitos que compõem a Academia e a ciência nacionais, tem sido um dos principais alvos de crítica de variados pesquisadores. Na área *Educação*, muitos são os que se posicionam acerca da crescente polêmica em torno da política acadêmico-científica e de seus efeitos, retorquindo uma corrente na área de educação afeta à tendência global de crítica aos efeitos produtivistas da cientometria e bibliometria vigentes, composta por distintos pesquisadores[257], referenciais e argumentos (KUENZER; MORAES, 2005; SGUISSARDI, 2006; SOUSA e BIANCHETTI, 2007; MOREIRA, 2009; NOSELLA, 2010; FRIGOTTO, 2011; TREIN e RODRIGUES, 2011; BIANCHETTI e ZUIN, 2012).

Mundo afora, despontam manifestações de acadêmicos e cientistas de que, com o foco na quantidade, a qualidade da produção científica sofre prejuízos (NETO MACHADO, 2006; RODRIGUES, 2007; RALF, JOHNSON and WALTER, 2008; CHERUBINI, 2008). Ainda que, como já disse, uma coisa se derive da outra logicamente, não está fora de questão que, concretamente, a premência de produzir possa gerar malefícios à cientificidade da produção. De acordo com Hercot (2010), um sistema acadêmico-científico de alta qualidade pode ser ainda mais facilmente alcançado, caso a pressão para publicar seja reduzida ou redesenhada. Produzir pensamentos de alta complexidade demanda tempo, do que os acadêmicos e cientistas não dispõem na atualidade. Se se demanda tempo e o mesmo não está disponível, é razoável pressupor que algum comprometimento está ocorrendo. Mas, como se diria, o tempo urge, pois a avaliação da CAPES está às portas. Conforme Vilaça e Pederneira (2013) sugerem, num texto em que abordam de modo, por assim dizer, teatralizado algumas estratégias que podem estar grassando entre nós, não há tempo para estudar uma nova teoria, para produzir um pensamento novo, sem produzir nada. Conforme uma hipotética doutoranda reclama (VILAÇA; PEDERNEIRA, 2013, p. 236):

> - “É um absurdo eu ter de publicar qualquer coisa”, esbraveja a criteriosa doutoranda. “Eu estou começando a estudar uma teoria e não quero nem posso falar qualquer coisa. Preciso de tempo para produzir ideias, ainda que eu pudesse juntar palavras em frases gramaticais e publicá-las”.

[257] Alguns compõem a amostra usada no texto de Lopes e Costa (idem), ou seja, são bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq níveis 1 ou Sênior; e/ou são amplamente reconhecidos na área; e/ou professores titulares; e/ou com vasta bibliografia, o que indica que suas críticas não são uma reação melindrosa e recalcada a uma desventura acadêmica particular.

Não raro, veem-se professores ‘garimpando’ artigos que lhes deem os pontos necessários para preencher a sua cota trienal obrigatória, satisfazendo à norma produtividade e mantendo a sua árdua condição de orientadores de mestrado e doutorado. Tão corriqueira quanto têm sido as reuniões convocadas por coordenadores de PPGs, a fim de ‘debater’ a questão da produtividade. Tanto a instituição quanto os indivíduos dependem, em grande parte, para sustentar ou elevar o seu *status* acadêmico-científico, daquilo que fora publicado. Assim, sugestões como “encontrar melhores lugares para escoar a produção” (VILAÇA; PEDERNEIRA, 2013) – leia-se, evidentemente, periódicos mais bem *Qualis*ficados – tornam-se normais.

No caso específico dos docentes, a produtividade é tão central que não importa muito se o ‘produtivo’ ministra poucas aulas na graduação e/ou na pós-graduação, ainda que tenha colocado algum orientando para ministrá-las em seu lugar; ou se possui outros vínculos profissionais, mesmo gozando das benesses do regime de dedicação exclusiva (DE) vigente nas universidades federais. No caso dos discentes, é de menor importância saber, por exemplo, se eles tiveram de ‘convidar’ seus(suas) orientadores(as), a fim dar ‘peso’ à autoria ou viabilizar a publicação, pois isso é até melhor, já que dois autores do mesmo PPG em um mesmo geram duas publicações para a instituição; ou se tiveram de fazer concessões forçadas ou, se quisermos eufemizar, foram ‘persuadidos’ a fazê-las, com vistas à manutenção de um ‘bom ambiente’, leia-se, sem inimigos persecutórios que inviabilizem o desenvolvimento de uma carreira acadêmico-científica. Enfim, se se está produzindo, tudo parece ir bem.

Esses exemplos compõem o polêmico jogo acadêmico e seria, no mínimo, ingênuo supor que eles sejam extirpáveis completamente. Como um campo político, disputas (por interesses coletivos ou privados), estratégias (boas ou más), intrigas, jogos de cena, etc., como apontam Vilaça e Pederneira (2013), são-lhe inerentes. Contudo, isso é suscetível de juízo de valor, de crítica normativa. Além disso, tais posturas podem estar provocando prejuízos à eficiência da ciência e à qualidade do que ela produz, o que deve ser alvo de preocupação e combate. Curiosamente, para fatores como esses, a CAPES não tem meios – ou não se interessa em provê-los – de vigiar, punir ou recompensar, conforme termos e sentidos foucaultianos (FOUCAULT, 2004). O sistema de avaliação da ‘qualidade’ é seletivo quanto aos

aspectos da vida acadêmico-científica examinados. Quer dizer, a vigilância, a docilização e a punição não tocam certas questões éticas e acadêmicas fundamentais.

Todavia, quanto a essa crítica, um 'sagaz objetor' – ou cínico – contrarrazoaria: "bem, esse não é o papel da CAPES" ou "ela não tem como providenciar instrumentos para vigiar a atuação cotidiana dos docentes".

No seu sítio eletrônico, quanto à sua missão, lê-se que: "A CAPES desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação".[258] No tocante às suas atividades e linhas de ação, cabe a ela: (1) avaliar a pós-graduação *stricto sensu*; (2) prover acesso e divulgação da produção científica; (3) investir na formação de recursos de alto nível no país e exterior; (4) promover cooperação científica internacional; (5) induzir e fomentar a formação inicial[259] (graduação) e continuada (pós-graduação) de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

Será mesmo que aquele objetor hipotético tem razão? Será que até mesmo em uma visão estritamente legalista ou literal sua crítica seria salva? Muitas razões de cunho ampliado poderiam ser contrapostas a ele. Por exemplo, ainda que coubesse à CAPES apenas o âmbito da pós-graduação, o que não é um fato, pelo menos de acordo com a quinta linha de ação citada, há professor universitário, cujo concurso foi exclusivamente para atuar na pós-graduação? Não ocorre à CAPES que um docente 'produtivíssimo' esteja deixando outras obrigações acadêmicas legalmente estabelecidas e eticamente relevantes de lado? Quais as consequências da ausência desse 'bom' docente na formação inicial dos discentes que deverão, posteriormente, continuar a sua formação, ingressando em cursos de mestrado e doutorados reconhecidos e recomendados pela CAPES? Se considerarmos, ainda que em hipótese, que há uma ligação entre graduação e pós-graduação, como, segundo a agência, "o sistema de avaliação, continuamente aperfeiçoado [...] na

---

[258] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[259] Segundo informação disponível no sítio eletrônico da CAPES, essa é uma novidade instituída pela Lei nº 11.502/2007, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da qual foi criada a Nova CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>. Acesso em: 05 nov. 2013.

busca de um padrão de excelência acadêmica [...]" (CAPES, s/d.), alguma forma de ampliação dos quesitos avaliados não poderia incluir o problema acima exposto?

Por outro lado, por que o CNPq não cria um processo de análise dos artigos produzidos pelo seu bolsista durante a vigência do contrato, a fim de identificar a reprodução de dados e parágrafos própria do 'recauchutamento' de artigos (autoplágio), o plágio, a fabricação de dados, laços indevidos de coautoria, entre outras práticas tidas como antiéticas, ao mesmo tempo em que aplica uma rígida e mais ampla investigação da atuação profissional? Rodrigues e Rezende (2010) compararam, entre outras coisas, a produtividade de ganhadores do Prêmio Nobel e pesquisadores bolsista do CNPq nível 1A, todos da área Medicina. As taxas anuais de publicação daqueles é apresentada como sensivelmente diminuta em relação à destes, o que levou os autores a concluir que muita publicação (aspecto quantitativo) pode não ter grande valor epistêmico (aspecto qualitativo). Segundo ele, há cientistas com a incrível média de 34,6 artigos/ano.

Ao que parece, a CAPES ocupa-se, precipua e preponderamente, com aquilo que pode, no fim, resultar direta e imediatamente em produção/publicação de conhecimento, a fim de justificar que "a CAPES tem sido decisiva para os êxitos alcançados pelo sistema nacional de pós-graduação, tanto no que diz respeito à consolidação do quadro atual, como na construção das mudanças que o avanço do conhecimento e as demandas da sociedade exigem".[260] Parece evidente que, ainda que seja apenas esse o objetivo, um investimento sobre a formação inicial promovê-lo-ia ainda mais eficientemente, pois, por vezes, carências deixadas pela graduação não podem ser contornadas na pós-graduação, o que compromete o avanço nacional no campo acadêmico-científico, quer no que diz respeito ao conhecimento, quer à ética. Segundo Ball (2004, p. 1117), "de fato, a reflexão ética torna-se obsoleta num processo de cumprimento de metas, melhoria do desempenho e maximização do orçamento. Valor (financeiro) substitui valores (morais), salvo quando comprovado que esses valores agregam valor". Quer dizer, a ética e seus princípios deixariam de ter valor normativo para ter um valor estratégico, por assim dizer, mercadológico-propagandístico. De alguma forma, a badalada ideia de

[260] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>. Acesso em: 05 nov. 2013.

‘empresas com responsabilidade social’ exemplifica como o conceito de valor perdeu valor (normativo) ou ganhou outra acepção.

Nesse sentido, é imperioso recolher mais elementos, tanto para melhor caracterizar o livre mercado acadêmico-científico quanto para expandir uma crítica normativa a ele. Por exemplo, cabe investigar como o mercado de divulgação científica tem funcionado e o que tem implicado.

2.4 **O preço do conhecimento: sobre o mercado de publicações**

É conhecida a afirmação de Lyotard (2011) de que, na condição pós-moderna, o conhecimento se tornaria um produto comercial como qualquer outro, tendo valor de mercado. Assim, as características epistêmicas inerentes à produção/divulgação do conhecimento estariam indissociável na relação com as características de uma economia de mercado.

De saída, cumpre-me definir o conceito de mercadoria. Para tanto, recorro à tradição marxista de pensamento. Segundo Marx (1988, p. 165),

> A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção.

Para Marx, cada coisa é ou pode ser útil em vários sentidos, o que varia de acordo com o contexto, as relações sociais envolvidas em cada momento histórico. Para ele, “descobrir esses diversos aspectos e, portanto, os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico” (MARX, 1988, p. 165). Sobre os, por assim dizer, *valores* da mercadoria, Marx (1988, p. 166) afirma que

> A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. O corpo da mercadoria mesmo, como ferro, trigo, diamante etc. é, portanto, um valor de uso ou bem. Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho. O exame dos valores de uso pressupõe

> sempre sua determinação quantitativa, como dúzia de relógios, vara de linho, tonelada de ferro etc. Os valores de uso das mercadorias fornecem o material de uma disciplina própria, a merceologia. O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do — valor de troca.

Sobre o valor de troca, Marx (1988, p. 165)

> O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria (*valeur intrensèque*), portanto uma *contradictio in adjecto*.

A questão, aqui, como a nota de rodapé (n. 82) afirma, é que nada tem um valor de troca intrínseco ou o valor de uma coisa é apenas o quanto ela pode render. E isso, cabe salientar, aplica-se ao próprio humano. Ou seja, o humano vira mercadoria, na medida em que não tem mais valor intrínseco, em si, mas o valor que o produto do seu trabalho pode render para o empresário, o dono do capital. Sobre isso, Lukács (2012, p. 205), retomando parte de uma citação já feita, afirma:

> "[...] O tempo é tudo, o homem não é mais nada; quando muito, é a personificação do tempo. A qualidade não está mais em questão. Somente a quantidade decide tudo, hora por hora, jornada por jornada". O tempo perde, assim, seu caráter qualitativo, mutável e fluido: ele fixa num *continuum* delimitado com precisão, quantitativamente mensurado (os "trabalhos realizados" pelo trabalhador, reificados, mecanicamente objetivados, minuciosamente separados do conjunto da personalidade humana) tornam-se um espaço. Nesse ambiente [...], os sujeitos do trabalho devem ser igualmente fragmentados de modo racional.

A clareza da pertinência dessa descrição para compreender os variados traços do tema em tela é impressionante e ajuda a fundamentar a tese de Trein e Rodrigues (2011), que compartilho. Segundo os autores, "[...] a sociedade capitalista, a sociedade das mercadorias, caracteriza-se precisamente pela subsunção do valor de uso ao valor de troca" (TREIN; RODRIGUES, 2011, p. 775). Para eles,

> [...] considerado esse empuxo irrefreável à produção de mercadorias, faz-se necessária a homogeneização tanto do produto final quanto do processo mesmo de criação do valor de uso. A rigor, só se pode falar em mercadorias se os bens úteis, os valores de uso, puderem ser reproduzidos, ou seja,

> produzidos repetidamente e, portanto, ter sua produção controlada externamente. Embora o conhecimento científico não seja em nada similar a uma mesa ou uma cadeira, para que o conhecimento seja efetivamente convertido em mercadoria é necessário que a sua produção emule a produção de outras mercadorias. Em outras palavras, a produção do conhecimento precisa ser submetida a métodos, processos e finalidades o mais próximo possível à produção mercantil de outras mercadorias. Se isso for verdade, as repercussões na Academia não poderiam deixar de ser sentidas. (TREIN; RODRIGUES, 2011, p. 777)

Mencionando várias das mudanças mercantilizadoras da educação citadas, aqui, nos capítulos iniciais, Trein e Rodrigues (2011, p. 778) afirmam que "Marx mostra-nos como a ciência e a tecnologia são utilizadas pelo capital como meio de ampliar a exploração da classe trabalhadora, aumentando-lhe a *produtividade*". Como uma forma de sumariar o que argumentei ao longo do texto, cito um elucidativo trecho dos autores:

> De um lado, o atual Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação estabelece regras mercantis para a própria produção do conhecimento: a regra atual de concessão de financiamentos é a mesma utilizada para a concorrência pública de construção de estradas – o *edital*. Com efeito, para vencer a "concorrência", os pesquisadores *consorciados* deverão demonstrar sua "capacidade técnica" de produção, por meio de indicadores claros e precisos, tais como o volume de sua produção anterior e a previsão dos *produtos* resultantes da investigação [sic]. Para garantir a continuidade da produção científica, os consórcios de pesquisa estabelecerão uma disciplina interna rígida, de cumprimento de tempos e movimentos, segundo o cronograma preestabelecido e ratificado pela agência de fomento. Obviamente, caberá a cada equipe de pesquisa o desenvolvimento de parcela preestabelecida do trabalho científico: do pesquisador sênior ao bolsista de iniciação científica, passando pelos mestrandos e doutorandos, cada qual com sua tarefa, todos em ordem unida sob supervisão do pesquisador-líder e todos vigiados pelos prazos das agências de fomento. Assim, cada vez mais, a produção do conhecimento assume a forma do trabalho fabril [...].Embora saibamos que o atual estágio de subordinação da produção científica ainda é análogo à subsunção formal do trabalho ao capital,11 qualquer semelhança com a imagem gerada pela citação anterior não é mera coincidência. (TREIN; RODRIGUES, 2011, p. 778-9)

Assim sendo, vejamos como o mercado de publicações ou artigos funciona, já que o seu valor de troca já está, imagino, clarificado acima no capítulo anterior. Cotejarei uma breve revisão da literatura sobre o tema com exemplos nacionais, a fim de ilustrar o problema que está diante da comunidade acadêmico-científica.

De acordo com Camargo Jr. (2010), como um campo não neutro de batalhas, os periódicos especializados têm um papel importantíssimo na produção da ideia de 'evidências científica'. Ainda segundo ele, embora o número de periódicos seja grande, é sensivelmente pequeno o quantitativo de editores considerados

‘cientificamente relevantes’. Além disso, recentes fusões no mercado têm diminuído ainda mais esse número. As grandes editoras formam um oligopólio cada vez mais reduzido da divulgação do conhecimento tido como ‘cientificamente válido’, cobrando altos valores pelo seu acesso. Isso posto, é justificável a preocupação acerca do futuro do conhecimento em tempos de crescente privatização (DOWBOR, 2011).

A ideia de um mercado acadêmico-científico, que apresentei e defendi acima, pode ter como uma das suas expressões mais evidentes a existência de um *mercado das publicações*. Embora os periódicos de acesso aberto não estejam completamente fora do processo de mercantilização da publicação acadêmico-científica, conforme Bohannon (2013) sustenta[261], há importantes iniciativas pela, por assim dizer, desmercantilização. O denominado *movimento acesso aberto* (*Open Access Movement*) tem apontado e tentado combater os efeitos, por assim dizer, paradoxais do processo de digitalização e divulgação via Internet dos periódicos. Segundo Rossini (2008), ao invés de ampliar o acesso, em muitos casos, o efeito tem sido inverso. As esperadas redução de custos e superação das fronteiras advindas da disponibilização digital dos artigos não se concretizaram. Rossini (2008) mostra como o preço do acesso aos periódicos tradicionais vem aumentando e que o uso de certas ferramentas informáticas (*softwares*) para confecção dos arquivos de texto tem inviabilizado algumas formas de pesquisa, até mesmo uma simples análise estatística. Tais fatores combinados com a crescente concentração do mercado editorial de artigos em poucas empresas (alguns conglomerados controlam mais de 1.200 títulos, incluindo periódicos de sociedades científicas) têm ensejado um processo de privatização dos meios de divulgação do conhecimento acadêmico-científico. Segundo ela, já há algumas manifestações contrárias. Em 1999, quatorze dos vinte e seis membros do conselho editorial do *Journal of Academic Libririanship* pediram demissão em razão de discordarem da elevação do preço dos artigos, conforme relato da *American Library Association* (ROSSINI, 2008).

[261] Segundo Bohannon (2013), a empresa *Medknow* é uma das maiores editoras de periódicos de acesso aberto, tenho um faturamento anual de cerca de US$ 5 bilhões. O autor chama a atenção para a intencional produção de obscuridade em torno da origem, identidade e localização dos editores, bem como da engrenagem financeira envolvida.

Em recente reportagem, Lin (2012) aborda algumas iniciativas de *abertura da ciência* por meio da disponibilização de artigos em meios gratuitos alternativos, bem como formando meios abertos de colaboração científica, nos quais os indivíduos podem contribuir para uma descoberta científica coletiva (por exemplo, *MathOverflow*, *ReserarchGate*, *Timothy Gower's Blog*), como que estabelecendo uma espécie de *democracia participativa* no campo científico. O objetivo central é *deselitizar* a ciência, tornando-a potencialmente acessível a todos. De acordo com os entrevistados por Lin (2012), o preço do conhecimento, devido ao custo que a ciência demanda, incluindo as cobranças proibitivamente caras pelo acesso às revistas mais importantes, limita o tráfego das informações, transformando a ciência em um campo de saber elitizado, o que contribui para forjar algo como uma *aristocracia* do conhecimento.

Segundo informação colhida em um sítio destinado a pós-graduandos[262], há uma situação problemática, assim descrita: boa parte das pesquisas publicadas em periódicos tem financiamento público e foi realizada por pesquisadores que são funcionários públicos. Os pareceristas, muitas das vezes, igualmente mantidos com recursos públicos, não recebem nada para revisar os textos. Contudo, após a publicação do artigo, as mesmas instituições às quais os indivíduos que fizeram parte de todo o processo estão vinculados precisam pagar pelo acesso. Segundo a reportagem, a CAPES investe R$ 42.000.000,00[263] para disponibilizar o acesso aos periódicos à comunidade brasileira.

Dentre as restritivas consequências que a mercantilização associada à norma produtividade e ao produtivismo pode estar gerando, a cobrança de taxas para submissão/avaliação e/ou publicação de artigos e o crescente domínio das mega-editoras científicas sobre a atividade acadêmico-científica despontam como duas das mais problemáticas. Abaixo, abordarei esses dois aspectos, ofertando dados que comprovam e exemplificam a política de preços vigente no mercado de publicações brasileiro, a fim de questionar fatores empíricos e efeitos acadêmico-científicos.

---

[262] Matéria intitulada *As editoras, os periódicos e a política de acesso aberto aos artigos*. Disponível em: <http://www.posgraduando.com/pos-graduacao/as-editoras-os-periodicos-e-a-politica-de-acesso-aberto-aos-artigos>. Acesso em: 05 de nov. 2013.

[263] Não foi possível confirmar o valor na prestação de contas da CAPES referente aos anos de 2009 e 2010.

Quanto ao primeiro aspecto, em alguns casos, a necessidade de divulgação do conhecimento é acompanhada de um custo que pode ser bastante alto. Em consulta à SciELO, que representa uma importante iniciativa nacional de acesso aberto, foi encontrada uma série de periódicos que cobram taxas variadas. As regras e valores variam muito. Enquanto alguns cobram taxas tanto pela submissão/tramitação, quanto pela publicação (por exemplo, *Ciência Rural*, *Ciência e Agrotecnologia* e *Revista Árvore*), outras cobram apenas pela submissão (por exemplo, *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, *Summa Phytopathologica* e *Revista Brasileira de Parasitologia Veterinária*) e outras apenas pela publicação (por exemplo, *Revista de Saúde Pública*, *Pesquisa Veterinária Brasileira*, *Revista Ceres* e *Scientia Agricola*).

Quanto aos valores cobrados, tem havido variação num mesmo periódico ao longo dos últimos dois últimos anos (2011-2013), bem como há sensíveis variações entre os periódicos, o que é típico de uma economia de livre mercado. Em 2011, enquanto o periódico *Ciência Rural* cobrava R$ 40,00 pela submissão/tramitação, a *Ciência e Agrotecnologia* cobrava o dobro e a *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental* cobrava o triplo. Atualmente, a proporção alterou-se um pouco, e os preços aumentaram consideravelmente: R$ 60,00[264]; R$ 80,00[265] e R$ 120,00[266].[267]

Pela publicação do artigo completo, via de regra, a cobrança é feita por página impressa, com limite de páginas determinado, havendo cobrança adicional por página excedente e por páginas/figuras em cores. Em 2011, a então *Revista Brasileira de Sementes* (agora, *Journal of Seed Science*) cobrava, por página, R$ 5,00 ou R$ 10,00 (até o limite de 6 páginas) e R$ 15,00 ou R$ 30,00 (por página adicional) de sócios da ABRATES[268] e não sócios, respectivamente. Atualmente, após o *upgrade* (para usar um termo pomposo), os valores também subiram de nível (preço): R$ 30,00 por página (até 6 páginas) + R$ 80,00 por página adicional para

[264] Disponível em: <http://www.scielo.br/revistas/cr/pinstruc.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[265] Disponível em: <http://www.scielo.br/revistas/cagro/pinstruc.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[266] Disponível em: <http://www.scielo.br/revistas/rbeaa/pinstruc.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[267] Nos dois primeiros casos, o valor será deduzido do custo final do artigo editorado; no último, não é cobrado pela publicação do artigo.

[268] Associação Brasileira de Tecnologia de Sementes.

sócios; R$ 60,00 por página e assustadores R$ 160,00 por página adicional pra não sócios.[269] Além do questionável aumento de seis vezes no preço de algumas mercadorias, cumpre refletir, por exemplo, se os pesquisadores que pretendem submeter seus textos a ela não estão reduzindo a argumentação desenvolvida, os dados mencionados, etc. para economizar, o que pode refletir negativamente sobre o conteúdo do artigo. Além disso, questiono, dada a diferença entre o preço para sócio e não sócios da ABRATES, os pesquisadores podem estar sendo coagidos a associarem-se a citada associação.

A *Revista Brasileira de Zootecnia* cobrava, em 2011, R$ 150,00 (de sócios da BSAS, até o limite de 8 páginas) ou R$ 120,00 (de não sócios, por página, até o limite de 8 páginas) e R$ 55,00 ou R$ 235,00 (por página excedente, de sócios e não sócios, respectivamente). Atualmente, os preços são, respectivamente: R$ 160,00 ou R$ 128,00 (até 8 páginas, para sócio e não sócios, respectivamente) e R$ 59,00 ou R$ 251,00 (página excedente, idem).[270]

A *Revista Brasileira de Fruticultura*[271], por seu turno, tem mantido seus preços: R$ 250,00 (por artigo, com limite de 12 páginas) e R$ 50,00 (por página adicional), assim como o periódico *Bragantia*, que mantém o preço de R$ 50,00 (por página diagramada).

Em relação às páginas coloridas, a então *Revista Brasileira de Sementes* cobrava, em 2011, R$ 15,00 e R$ 30,00 (por página em cores, de sócios e não sócios, respectivamente). Atualmente, os preços mudaram: a página colorida custa R$ 100,00 para sócios e R$ 200,00 para não sócios, um aumento substantivo.

O periódico *Bragantia*, por sua vez, que, em 2011, cobrava R$ 150,00 (por fotografia de meia página) e R$ 300,00 (por fotografia de página inteira), mas, atualmente, não indica cobrança. O *Ciência Rural*, que, em 2011, cobrava R$ 320,00 (por página, independentemente do número de figuras), cobra, em 2013, impressionantes R$ 480,00.[272] A *Revisa Brasileira de Fruticultura* cobrava R$ 400,00 (por página com figura colorida), preço mantido. Os *Arquivos Brasileiros de*

[269] Disponível em: <http://www.scielo.br/revistas/jss/pinstruc.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[270] Disponível em: <http://www.scielo.br/revistas/rbz/iinstruc.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[271] Disponível em: <http://www.scielo.br/revistas/rbf/pinstruc.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[272] Disponível em: <http://www.scielo.br/revistas/cr/pinstruc.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

Endocrinologia & Metabologia, que cobravam inacreditáveis R$ 900,00 (por figura colorida) em 2011, atualmente, não cobram nada, embora informem que "os autores serão convidados a pagar o custo da reprodução de figuras em cores na revista impressa. Após a aceitação do manuscrito, a editora fornecerá o valor dos custos de impressão".[273]

A título de exemplo, em 2011, a publicação de um artigo de cerca de 8 páginas[274], por um não associado, na *Revista Brasileira de Sementes*, custaria R$ 120,00. Hoje, na *Journal of Seed Science*, um não sócio não pagaria menos do que absurdos R$ 680,00 para tê-lo publicado. Para concluir esse breve conjunto de dados de realidade, até janeiro de 2012, quem publicasse um artigo na *Revista de Saúde Pública* não pagaria nada. A partir dessa data, houve uma súbita necessidade de "complementar os recursos públicos que a Revista obtém da Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo e de órgãos de apoio à pesquisa do Estado de São Paulo e do Brasil" para

> assegurar a qualidade, impacto e agilidade do periódico, em particular para manter várias melhorias introduzidas na RSP nos últimos anos, em particular seu novo sistema eletrônico de submissão e avaliação de manuscritos, a revisão da redação científica por especialistas com pós-graduação em Saúde Pública e a tradução para o Inglês de todos os manuscritos não submetidos originalmente naquele idioma.[275]

A citada 'complementação' é da ordem de R$ 1.500,00 (US$ 850.00) para artigos Originais, Comentários e Revisões e de R$ 1.000,00 (US$ 570.00) para Comunicações breves. A título de provocação da reflexão, seria interessante que a revista apresentasse às agências que a financiam e à comunidade acadêmico-científica a prestação de contas que demonstre a imperativa necessidade da cobrança de tais valores monetários. Se essa 'complementação' nunca foi cobrada pela revista, é curioso que ela, que existe pelo menos desde 1967, tenha, somente agora, com a conformação do mercado de publicações, enfrentado tal 'dificuldade'.

Poder-se ia dizer que os periódicos em questão têm, de fato, dificuldades de autossustento, haja vista as características das suas áreas e dos materiais editoriais

---

[273] Disponível em: <http://www.scielo.br/revistas/abem/pinstruc.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[274] Em média, no último número de 2011, os artigos tiveram 9 páginas.

[275] Disponível em: <http://www.scielo.br/revistas/rsp/pinstruc.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

requeridos em suas publicações. Mas, como sustentar que a impressão de uma imagem ou página colorida custe tanto? Em si, alguns preços parecem absurdos. Mas, comparativamente, como dois periódicos da mesma área, que possuem características editorais semelhantes, podem cobrar valores tão discrepantes pela mesma coisa (página colorida)? Uma resposta às questões seria que o preço cobrado a um autor subsidia a publicação de vários exemplares, de modo que a cobrança não é por uma página, mas por todas as cópias da mesma que serão impressas. Todavia, por que os periódicos ainda publicam versões impressas, não capitalizando as possibilidades da publicação digital, como é proposto no DORA? Atualmente, qual a importância da publicação impressa? O autor não poderia escolher se deseja ou não que seu artigo figure numa versão impressa, e não somente na digital, arcando, caso deseje, com os custos daquela? Outro aspecto relevante é por que algumas revistas mantiveram seus preços, outras deixaram de cobrar, mas algumas multiplicaram os seus? Não há regulação estatal disso? Mais uma vez, a tese da existência de um livre mercado é, a meu ver, confirmada, respondendo a esse questionamento.

Sobre os efeitos dessa realidade, pergunto: a cobrança não pode estar induzindo a multiplicação da autoria e co-autorias, a fim de ‘ratear’ o preço de uma publicação? Embora não esteja configurada a compra de artigos de modo irretorquível, a cobrança não exclui pesquisadores e grupos de pesquisa de ‘menor expressão’, que não gozam de grandes financiamentos? Além disso, como a cobrança costuma ser por página, acadêmicos e pesquisadores não são obrigados a ‘enxugar’ o seu texto, com o mero fim ‘cortar gastos’? Quais as consequências epistêmicas provenientes desses limites?

Ademais, será que o preço cobrado por um periódico para uma simples submissão/análise é compatível com a qualidade dos pareceres por ele emitidos? Os descontos dados a sócios de Associações e Sociedades científicas e os exorbitantes valores cobrados dos não associados não podem estar ensejando uma espécie de ‘compra casada’, isto é, seja sócio para pagar menos em uma possível publicação? Os periódicos, todos associados a instituições acadêmico-científicas, de fato, não têm condições de sustentar suas publicações? Como os periódicos que não cobram e estão ligados a instituições semelhantes se sustentariam?

Ao que parece, a cobrança para submissão/publicação gera muitos dilemas e dúvidas acerca da idoneidade e justeza do modo como o meio de divulgação e legitimação científicas mais destacado na atualidade vem se organizando.

No que diz respeito às mega-editoras acadêmico-científicas no contexto internacional, McGuigan e Russell (2008), Dowbor (2011), Monbiot (2011) e Taylor (2012) são exemplos de textos que analisam e criticam o *comércio de artigos* por parte de editoras que vêm, pouco a pouco, criando um oligopólio em torno do mercado de publicações de 'alta qualidade'. Apenas a título de exemplo, três empresas seculares detêm 42% do mercado atualmente. A originalmente alemã, atualmente sueco-cingapuriana[276] *Springer*, a americana *Wiley-Blackwell* e a holandesa *Elsevier* – esta considerada maior editora de literatura médica e científica do mundo – conseguiram habilidosamente reunir estrategicamente pelo menos dois aspectos, que, correlacionados, tornam o seu poder de atração quase irresistível: (1) o básico e óbvio direito econômico de gerenciar, editorar e comercializar periódicos; (2) e, o aspecto mais perspicaz dos dois, o fato de ser responsável por alguns dos periódicos mais importantes e 'desejados' do mercado acadêmico-científico.[277]

Segundo Monbiot (2011), a Elsevier cobra US$ 31,50, a Elsevier € 34,95, e a Wiley-Blackwell, com a sua 'muito obscura astúcia'[278], questionáveis US$ 42 por um acesso de 24h a um artigo publicado em um dos seus periódicos. Aliás, como ele ressalta, até mesmo o próprio autor, caso queira acessar a sua obra gratuitamente fornecida, terá de efetuar o pagamento. Parece absurdo, mas é isso mesmo, pois "no triângulo criador-intermediário-usuário, que manda é o intermediário, não quem cria, tampouco quem lê ou estuda. Manda quem fornece o material [...]" (DOWBOR,

---

[276] De acordo com informação disponível no sítio eletrônico da empresa, em 2009, ela foi vendida ao grupo EQT, que reúne um investidor financeiro sueco, e o GIC, o veículo de investimento do governo de Cingapura. Disponível em: <http://www.springer.com/about+springer/company+information/history?SGWID=0-175807-0-0-0>. Acesso em: 05 nov. 2013. Todavia, cabe ressaltar, ela possui sedes e filiais em outros países, por exemplo, no Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha, Japão, etc.

[277] A título de exemplo, cito os periódicos *The Lancet Oncology*, *The Lancet Infectious Diseases*, *The Lancet Neurology*, *The Lancet (North American Edition)*, *The Lancet*, *Neuron*. Todos eles são editados pela Elsevier, sendo enquadrados como A1 em diversas áreas, de acordo com o sistema *WebQualis-CAPES*, e/ou com *Fator de Impacto* (indicador da média de citações dos artigos publicados em dado periódico, que é calculado pela soma das citações nos dois anos anteriores à avaliação dividida pelo número de artigos publicados no mesmo período) superior a 10.0. A conta é simples: muitas citações=muitos acessos= muito lucro.

[278] Um jogo de palavras com o nome do periódico: Wile~~y~~=astúcia; Blackwell= 'bem negro' ou 'muito obscuro'.

2011, p. 35). Ao que tudo indica, os meios de produção e divulgação do conhecimento estão nas mãos dos mercadejadores do conhecimento, os quais estabelecem o preço de consumo do mesmo. Além de o autor não receber nada, se um indivíduo quiser ler dez artigos ele pagará dez vezes aquele valor. Não é por acaso que, no último ano fiscal, o lucro operacional da Elsevier foi de 36% sobre cobranças de £ 2,000,000,000 (MONBOIT, 2011).

Uma chave para entender esse problemático processo de mercantilização do conhecimento é o já numerosamente citado *Fator de Impacto*, o qual serve como eixo em torno do qual tudo se articula. Ralf, Johnson e Walter (2008, p. 36) afirmam que “um problema com o atual processo de publicação surge da enorme importância dada aos artigos publicados em periódicos de alto impacto, tal como Science”. Em conformidade com o que tenho argumentado, para Notkins (2008, p. 191), criou-se uma perigosa *cultura do fator de impacto*, já que “a comum, mas profundamente falha, prática tem sido igualar a importância e qualidade do artigo com a pontuação do fator de impacto do periódico em que é publicado”, o que é fundamental para o funcionamento do mercado de publicações.

Ou seja, interessa a alguns acadêmico-cientistas fornecerem, gratuitamente, seus artigos (‘produtos’) para serem publicados (‘comercializados’) pelos periódicos (‘lojas’) de alto padrão de qualidade (‘grife’). Indubitavelmente, está-se diante do *fetichismo do conhecimento-mercadoria*, o qual tem como parâmetro o seu valor de troca e uso pela Academia, e não um valor propriamente epistêmico.

“Há saída para os autores”, pergunta Dowbor (2011, p. 34), sobretudo para aqueles que estão em busca de reconhecimento acadêmico-científico internacional e/ou fetichização do seu eu? Uma lógica privatista dos meios de produção/divulgação do conhecimento parece impor-se de uma tal forma que algumas das suas mais abjetas características podem estar comprometendo seriamente a insonomia, equidade e imparcialidade. Favorecimentos e perseguições, de acordo com a ética do mercado, podem ser tidos como ‘normais’, como fazendo parte do ‘jogo’. Um exacerbado poder pode estar sendo dado aos editores e revisores de periódicos, autoridades e responsabilidades que não estão franqueadas a todos igualmente, mas que dependem, por vezes de convites, o que, evidentemente, permite todos os tipos de subjetividades. Exemplos como os a seguir podem ser inevitáveis: (1) “fulano não publica no meu periódico”, diria um editor insatisfeito com algo que alguém o fez, e isso pode ser apenas uma crítica a um

parecer dado pelo periódico; (2) “um trabalho com esse enfoque teórico-metodológico ou sobre esse pensador não cabe nesse periódico”, diria um editor ou revisor que, individualmente, julga aquilo que interessa ou não à ‘comunidade científica’; (3) “é melhor concordar com as sugestões do parecerista, mesmo que elas não sejam epistemicamente relevantes, incluindo os autores, conceitos e enfoques mencionados”, diria um autor que precisa publicar seu texto e que sabe que uma negativa àquelas sugestões pode representar a sua reprovação; (4) “esse texto é do famoso cientista ou acadêmico beltrano, temos de publicá-lo”, diria um editor ao receber um artigo de um ‘pesquisador 1A do CNPq’, de uma referência em dada área.

Para concluir este capítulo e fazer uma ponte para os dois seguintes, um exemplo parece-me constrangedoramente oportuno, dada a absurdidade envolvida.[279] Andrea Kauffmann-Zeh e sua sócia, Marcia Triunfol Elblink, criaram a *Publicase Comunicação Científica*, “a primeira empresa de comunicação científica do país dedicada exclusivamente à comunicação científica e ao avanço na publicação internacional de mais e melhores artigos na área biomédica”.[280] Dentre os serviços prestados, elas oferecem treinamentos, usando um *slogan* que tipifica a cientometria quantitativa e fetichista vigente: “torne-se um pesquisador de impacto!”.[281] Avocando a capacidade de prover os meios para isso, até mesmo instituições de Ensino Superior (IES) públicas têm contratado seus serviços.[282] Dentre os ofertados, há a *revisão científica e estratégica de artigos*; *sugestão de revistas*; *ampliação da visibilidade de um artigo*; e o “serviço especial” de transformação de uma tese em artigo. Sobre este serviço, intitulado “*sua tese, seu artigo!*”, as empresárias afirmam que:

---

[279] Os parágrafos a seguir foram extraídos de VILAÇA, M. M. (2013). Más condutas científicas: uma abordagem crítico-comparativa para *in-formar* uma reflexão sobre o tema. *Revista Brasileira de Educação*; no prelo.

[280] Disponível em: <http://www.publicase.com.br/site2011/index.asp>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[281] Disponível em: <http://www.publicase.com.br/site2011/nossos-servicos.asp>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[282] Entre os *clientes*, estão a UFMG, FAPESP, USP e FIOCRUZ. Disponível em: <http://www.publicase.com.br/site2011/clientes.asp>. Acesso em: 05 nov. 2013. Em 2012, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PR2) da Universidade Federal do Rio de Janeiro contratou os serviços da *Publicase* ao custo de R$ 17.000,00, segundo o Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/MuseuNacional/eventos/conantr/Edital_74-2012%20CONCURSO.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

> A nossa *larga experiência* com teses, artigos, publicações e revistas científicas, além de nossa sólida formação científica (clique e veja nossos currículos!) nos qualifica de *forma ímpar* de modo que *possamos escrever o seu artigo*, a partir de sua tese (grifo nosso).[283]

O discurso com teor publicitário, envolto por uma aura de qualificação acadêmica incomparável (*ímpar*), propagandeia um serviço, no mínimo, questionável. Segundo elas, o sistema de transformação da tese em artigo funciona assim:

> *Produção* do artigo científico a partir de sua tese incluí [sic] as seguintes etapas:
> 1. Leitura completa da tese entregue pelo *cliente* por email
> 2. *Produção* de "boneco" em português do manuscrito *que se propõe produ zir* com as *principais idéias e abordagem proposta pela Publicase*
> 3. Apresentação deste "boneco" para aprovação pelo *cliente* (aproximadam ente 2 semanas após envio da tese para a Publicase)
> 4. Uma vez aprovado o "boneco" pelo cliente, sugerimos opções de revistas para submissão (*serviço opcional*)
> 5. Com a revista escolhida, *escrevemos a primeira versão do manuscrito*
> 6. Após aprovação da primeira versão pelo cliente, *elaboramos o manuscrito* até chegar ao formato desejado pelo *cliente*
> 7. O serviço incluí [sic] também produção de figuras, se necessário, formatação de referências e redação da carta de submissão dirigida ao editor (grifo nosso).[284]

Resta claro que quem escreve o artigo é a empresa. Sobre isso, cumpre interrogar: a prática de pagar – diga-se de passagem, um alto preço[285] – para que alguém escreva um artigo é correta? Ou a questão não é propriamente normativa (relativa a pretensões de correção), mas puramente pragmática (voltada para a eficácia da estratégia)? Supondo que a autoria faça parte do *ethos* científico, possuindo valor positivo (SILVA, 2008), tal serviço constituiria uma fraude, representando *autoria indevida* ou, nos termos de Grieger (2007), encarnaria o *ghostwriter* ("escritor-fantasma").[286] No entanto, sob a *ética da eficácia*, segundo a

---

[283] Disponível em: <http://www.publicase.com.br/site2011/tese-artigo.asp>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[284] Ibidem anterior.

[285] O preço da hora de trabalho era, em 2011, de R$ 220,00. Atualmente, custa R$ 250,00. Como as empresárias preveem que, em média, um trabalho deste tipo demande 40 horas, a compra de um artigo sairia por, no mínimo, R$ 10.000,00, pois há serviços opcionais e custos imprevistos. Ibid.

[286] Segundo a autora (GRIEGER, 2007, p. 247), "O *Wall Street Journal* publicou um artigo sobre médicos-escritores que são pagos pela indústria farmacêutica para elaborar artigos científicos para publicação com o nome de pesquisadores proeminentes. Essa prática é denominada *ghostwriting* e quem a pratica é chamado de *ghostwriter* (escritor-fantasma), termos que indicam o anonimato do verdadeiro escritor nas publicações. Naturalmente, o autor que

qual a “autoria [...] torna-se mais um objeto de consumo e portanto de comércio” (ACCIOLY apud GRIEGER, 2007, p. 248), pesquisadores podem estar recorrendo a meios (questionáveis) para atingir os fins (pragmáticos) de ampliar sua publicação/produtividade, atendendo à demanda por ‘eficiência acadêmica’.

A existência de tal empresa e dos questionáveis serviços criados para ‘auxiliar’ os pesquisadores a darem conta da lógica acadêmico-científica em vigor revela, a meu ver, facetas normativamente graves do mercado de publicações. Serviços controvertidos, e bastante rentáveis, disponíveis no comércio põem dada concepção ética e epistêmica de ciência em risco, podendo ser compreendidos como más condutas acadêmico-científicas, tema que será abordado no próximo capítulo.

2.5 **Más condutas acadêmico-científicas: uma abordagem crítico-comparativa**[287]

Os casos de fraudes vêm chocando a comunidade científica pelo mundo (KNOBEL, 2003; XIN, 2006) e gerando várias medidas de combate, tal como a de *tolerância zero*, que envolve inclusive prisões dos responsáveis (KINTISCH, 2005; CYANOSKI, 2012). Sugerindo a gravidade da situação, Ioannidis (2005), em um artigo polêmico, afirma que há sobremaneira quantidade de resultados de pesquisa publicados que são falsos. O citado estudo de Fang, Steen e Casadevall (2012), por exemplo, constatou um aumento de dez vezes no número de artigos retratados (“despublicados”) desde 1975, bem como que 67,4% dos 2.047 artigos retratados – que foram publicados nos periódicos indexados pelo *PubMed*, um dos mais importantes da área biomédica – referem-se a más condutas, tais como fraude ou

---

emprestou seu nome e credibilidade ao artigo é conivente com a situação, embora quase todos se defendam afirmando que participaram ativamente da pesquisa. Esta prática vem sendo usada na medicina para mascarar conflitos de interesse com a indústria farmacêutica, o que por si só caracteriza uma conduta antiética de todos os envolvidos. Por outro lado, essas publicações podem produzir vieses para a medicina baseada em evidências, pois, os escritores-fantasma podem ser instruídos a inserir resultados favoráveis aos produtos analisados na publicação”.

[287] Informo que argumento bastante similar foi desenvolvido no texto VILAÇA, M. M. (2013). Más condutas científicas: uma abordagem crítico-comparativa para *in-formar* uma reflexão sobre o tema. *Revista Brasileira de Educação*; no prelo.

suspeita de fraude (43,4%), publicação duplicada (14,2%) e plágio (9,8%). A análise de Redman e Merz (2008) sobre más condutas investigadas pelo *U.S. Office of Research Integrity* (ORI) entre 1994 e 2001 mostra alguns efeitos para os indivíduos denunciados, tais como mudanças na carreira, incluindo desemprego, bem como problemas de saúde. Também há estudos sobre os efeitos econômicos, pois fraudes e medidas de combate custam caro à ciência (MARSHALL, 2000; MICHALEK et al., 2010).

A onda de denúncias chegou ao Brasil. Esteves (2011), por exemplo, relata um caso prenhe de absurdidades que podem ser comumente praticadas, mas não descobertas, constituindo o dia-a-dia dos cientistas e acadêmicos brasileiros. Coautorias indevidas, pois a contribuição dada foi irrisória e/ou não constitui contribuição intelectual (coleta de material e disponibilização de recursos laboratorais), não representando minimamente uma autoria; não acompanhamento das outras fases do estudo pelos coautores; falsificação de dados (imagens) e, consequentemente, resultados são os fatores que compõem o caso em tela. Há outros casos de pesquisadores acusados de má conduta que tiveram artigos despublicados, como o bioquímico Rui Curi[288], que foi absolvido pela USP e CNPq.[289] Outros pesquisadores não tiveram a mesma sorte, tendo sido demitidos, como foi o caso do professor Adreimar Soares, acusado de plagiar imagens.[290] Há, também, o recente e já mencionado caso de quatro periódicos brasileiros que tiveram seu Fator de Impacto suspenso pela prática denominada de *stacking*.

Como uma resposta às más condutas científicas, uma série de iniciativas normatizadoras tem sido desenvolvida no mundo ao longo, sobretudo, das últimas cinco décadas. Sobre as práticas científicas e de publicação abre-se um imenso e, por vezes, indistinto 'guarda-chuva' normativo da ética científica (*Scientific Ethics*), ética em pesquisa (*Ethics on Research*) ou integridade da pesquisa (*Research Integrity*). Uma vez que falta, sistematicamente, a identificação de qual é a acepção

---

[288] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/1210528-revista-despublica-artigo-de-cientistas-acusados-de-fraude.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[289] Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/herton-escobar/usp-e-cnpq-inocentam-rui-curi-de-acusacoes-de-fraude/>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[290] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saber/878368-usp-demite-professor-por-plagio-em-pesquisa.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2013.

adotada de termos complexos e com múltiplos sentidos como o são ética e integridade, não se sabe exatamente qual o fundamento normativo das propostas.

Bossi (2010), por exemplo, afirma que a integridade científica é uma atitude moral, que envolve reflexão ética, autocrítica a autodisciplina. Para ele, práticas de pesquisa responsáveis são uma condição básica para *boas* pesquisas. Em um sentido moral, boas são antípodas das más práticas, o que cominatoriamente compreende aspectos normativos claros que distingam umas das outras. Outro exemplo é o artigo de Carneiro, Cangussú e Fernandes (2007), intitulado *Abusos éticos na autoria de artigos científicos*, que não fornece qualquer definição de ética que estaria sendo adotada e frente a qual as posturas tidas como antiéticas seriam justificadamente erradas. Aliás, afora no título e no resumo (duas ocorrências), o termo *ética*/*ético* sequer é citado no texto.

Aqui, é pertinente aduzir ao texto a crítica de Romano (2001, p. 96), que, em um texto intitulado *Contra o abuso da ética e da moral*, destaca que a inflação desses termos gera a sua vulgarização. Para ele, isso leva "[...] à corrosão dos valores e à perda da credibilidade da palavra coletiva".

A título de observação, cumpre ressaltar que há algumas vertentes éticas e morais (das virtudes, deontológicas, consequencialistas, utilitaristas etc., com suas variações internas), que divergem em diversos e importantes aspectos. As discórdias acerca da suposta separação entre ética e moral, da definição de sujeito moral, bem como do *que* ou *como* se distingue uma ação correta de uma incorreta são suficientes para mostrar que é impossível falar em ética/moral num sentido amplo. Se não há a determinação de qual concepção está sendo adotada – uma das imprecisões que marcam o debate –, é plausível prever que discursos sem substância normativa passível de justificação ou crítica, que são marcados pelo mero estabelecimento arbitrário de regras de conduta e culpabilização de quem as descumpram, estejam sendo emitidos inadvertidamente. Inobstante, em meio a generalidades, penso que é possível identificar um predominante teor 'ético' que chamarei de 'conservador' ou 'conformista', já que os indivíduos são chamados à responsabilidade de se conformar 'etica ou integra(l)mente' à cientometria vigente, ao mercado acadêmico-científico de publicações. Quer dizer, as propostas éticas não primam pela contestação da lógica em vigor, não estimulando algo como uma *ética da crítica e resistência* ao modelo que, conforme venho argumentando, contribui para a ocorrência das más condutas que se quer combater.

Além disso, valores são como que construções intelectivas humanas, suscetíveis a debate, acordos e desacordos, dependentes de um processo argumentativo-justificatório. Quer dizer, presumir que certos valores são universais, incontestáveis, não devendo ser submetidos a debate, pode exprimir uma postura e perspectiva autoritária, autocentrada, o que é bastante temerário. Há valores ligados à ciência que parecem completamente plausíveis, mas que podem ser argumentativamente invalidados. Destarte, é fundamental que, primeiro, os valores que se deseja defender sejam claramente expostos, e que, em segundo lugar, sejam argumentativamente justificados, a fim de que o debate em torno da ética em pesquisa não recaia em fundamentalismo ou imprecisões moralistas. Como uma hipótese do presente estudo é que as normas produtividade/produtivismo devem ser normativamente criticadas, cabe-me proceder desse modo.

Tais considerações são importantes, pois: (1) a palavra ética se tornou uma espécie de 'força-de-expressão', um lema, muitas das vezes, vazio de significado específico, um conceito, cujo sentido, por parecer óbvio o suficiente, não precisaria ser determinado, o que a história do debate filosófico ético contraria fortemente, assim, os juízos de valor inerentes a qualquer análise ética, via de regra, são omitidos ou, quando muito, ficam sub-reptícios no texto; (2) indicam e introduzem o âmago da tese que pretendo defender.

Feitas essas considerações propedêuticas, abaixo, comparo e problematizo as definições de más condutas de algumas das mais relevantes agências internacionais e nacionais, buscando cumprir o objetivo de refletir critica e comparativamente acerca do que é uma postura ética em ciência, superando a restrição à publicação de artigos e, mais especificamente ainda, ao caso do plágio. O percurso que faço sugere uma busca pelo aperfeiçoamento dos códigos de conduta, identificando algumas propostas mais complexas de agências internacionais com as características das propostas nacionais (FAPESP e CNPq). Assim, entre limites e possibilidades de avanços, a intenção é oferecer algumas das melhores opções disponíveis para refletir sobre o tema, assim como uma crítica profícua.

Os problemas em torno de fraudes em ciência são muito antigos, diversificados e podem ser tidos como inerentes à sua estrutura (BROAD and WADE, 1983). Práticas, tais como o plágio, não só na ciência, mas também, por exemplo, na literatura, acompanham a história da humanidade (MACFARLANE,

2007; KROKOSCZ, 2011). Assim, soa ingênuo pensar que haja uma forma de solucionar o problema de modo absoluto.

O crescimento exponencial da produção científica é tido como quase proporcional ao aumento das denúncias e comprovações de fraudes científicas, sobretudo naquelas áreas em que os resultados e metodologias podem ser refeitos, conforme exemplo de Fernandes (2012). O montante de casos vem chocando a comunidade científica pelo mundo (XIN, idem) e gerando medidas de combate variadas, tais como medidas de *tolerância zero* que envolvem inclusive prisões (KINTISCH, 2005; CYANOSKI, 2012), os quais – fraudes e medidas de combate – custam altas somas de recursos (MARSHALL, 2000; MICHALEK et al., 2010).

Os fatores influentes são múltiplos, dizendo respeito a uma série de aspectos sociais, políticos, econômicos e, inclusive, da 'natureza humana' (disposições de caráter, traços psicológicos e coisas afins). Entretanto, a pressão por publicação vem sendo considerada como um dos fatores mais fortemente relacionados às más condutas acadêmico-científicas na atualidade (QIU, 2010), elevando o número de ocorrências. A qualidade da pesquisa científica pode estar sendo prejudicada por causa da pressão por publicação feita sobre os pesquisadores (WORLD SCIENCE, 2010). Em pesquisa *on-line* realizada por Daniele Fanelli, ficou evidenciado que o percentual de artigos de pesquisa publicados nos Estados Unidos que alegam ter encontrado resultados 'positivos' é *imensamente maior* entre autores que publicam mais frequentemente (FANELLI, 2010). Assim, para o autor do estudo, a objetividade a integridade científicas contemporâneas estariam sob forte ameaça diante da pressão por publicação. Pesquisadores de praticamente todas as áreas estão cotidianamente sob o dilema *publicar mais, ou melhor*, como argumenta Rodrigues (2007). Para ele, a pressão institucional por quantitativo de publicação proveniente do sistema de avaliação-financiamento da CAPES pode estar causando sérias distorções no ambiente acadêmico-científico. Talvez, de fato, o mercado acadêmico-científico das publicações seja incompatível com uma forma de fazer ciência normativamente comprometida com valores (genéricos) (GAYA, 2011), tais como a verdade, a beneficência, a vida. A economia de mercado pode estar tornando a ciência extremamente perdulária.

Tal correlação não é propriamente uma novidade e vem constituindo raízes na, por assim dizer, base ou estrutura científica há pelo menos meio século (ANGELL, 1983; BROAD, 1980, 1981). Em 1985, a *American Association for the*

Advancement of Science afirmava que a competitividade intensa estava aparentemente contribuindo para a ascensão da incidência de fraudes científicas (SMITH, 1985). Em 1986, Stetten Jr. afirmava que o crescimento das publicações científicas era acompanhado pelo "aumento da pressão sobre os cientistas para publicar abundantemente e, então, incrementar sua bibliografia" (p. II). Segundo ele, isso contribuía para excessivas e, por vezes, redundantes publicações, o que é considerado má conduta (STETTEN JR., 1986).

Dada a sua antiguidade, mas, sobretudo, a profusão de publicações recentes – nas duas últimas décadas especialmente – afeitas aos temas contíguos da *má conduta científica* ou *em pesquisa* (*Scientific/Research Misconduct*) ou *fraude científica* ou *em pesquisa* (*Scientific/Research Fraud*), recobrir todo o debate em torno deles seria um trabalho inexequível.[291] Assim, ao menos por enquanto, dedicar-me-ei a recobrir as definições disponibilizadas por alguns dos mais renomados órgãos mundiais voltados para a promoção da ciência.

Meu objetivo é mostrar qual rol de práticas tem sido relativamente privilegiado, apostando na hipótese de que, a favor de uma *tríade maligna* (fabricação, falsificação e plágio), uma série de outras práticas antiéticas pode estar ficando de fora da atenção normativa de uma parcela relevante dos críticos. Como penso que ficará claro, alguns órgãos/instituições ampliam esse rol, fornecendo perspectivas mais potentes, as quais me parecem mais adequadas. Isso representa uma espécie de aperfeiçoamento e ampliação da reflexão ético-crítica.

Malgrado avanços, suponho que seja possível identificar dois problemáticos aspectos predominantes nas variadas iniciativas de regulamentação ética da prática científica: (1) carecer de um consubstanciamento propriamente ético; e (2) manter intocada a questão do mercado científico, notadamente o fator publicações, o que acaba gerando um individualização do problema, uma *culpabilização do indivíduo*. Embora se constitua como um verdadeiro imperativo ético, via de regra, os códigos de boas práticas/condutas e afins parecem não definir que concepção de ética está fundamentando o discurso contra as más condutas, além de não abordar o lógica de

[291] Para uma pequena amostra da profusão de materiais sobre os temas, cito uma breve seleção de códigos, diretrizes e outros documentos relevantes sobre a integridade de investigação disponibilizada pela ALLEA – *All European Academies – European Federation of National Academies of Sciences and Humanities*, acessível pelo endereço eletrônico: <http://www.allea.org/Content/ALLEA/Scientific%20Integrity/Codes-and-guidelines-on-research-integrity-rev.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

mercado analisada acima. Desse modo, por um lado, parece se apostar em um senso comum injustificado, não argumentado do que seja uma postura ética e/ou íntegra (que dão existência, por lógica, às antiéticas e não íntegras); por outro, a mercantilização da Academia e da ciência não parece ser um alvo prioritário de contestação.

Há, como sempre, exceções, mas que, como dizem, tendem a confirmar a existência da regra geral. Assim, se essa suposição relativamente fundamentada for passível de atenção, a lógica pautada pelas normas produtividade e produtivista, tal como venho defendendo, manter-se-ia intocada. Mas será que é possível um comportamento ético em meio a esse contexto? Que tipo de ética seria?

Contra as chamadas más condutas e fraudes científicas, abre-se um imenso e, por vezes, indistinto 'guarda-chuva' da ética científica (*Scientific Ethics*), ética em pesquisa (*Ethics on Research*) ou *integridade de pesquisa* (*Research Integrity*), uma vez que não é incomum não haver a identificação de que acepção de complexos e multissignificados termos como ética e integridade está sendo utilizada. Ou seja, um fato que pretendo comprovar abaixo é que há uma relativa, mas recorrente e importante ausência de informações sobre os princípios éticos defendidos e o que os fundamenta, o que não tem impedido que uma multiplicidade de discursos avoque a função crítico-normativa.

Ressalva feita, passarei a buscar o objetivo específico desta seção. Cabe, então, cotejar aquilo que vem sendo dito em algumas das diversas críticas às (im)posturas acadêmico-científicas, a fim de identificar os sentidos e significados em debate (aspecto semântico, buscando as definições-chave), destacando, especialmente, que posturas são recorrentemente denominadas como antiéticas.

Em meio a um contexto complexo de profusa produção científica e de existência de um mercado acadêmico-científico correlacionado a um mercado das publicações com seus valores inerentes, o que parece propiciar práticas normativamente questionáveis e/ou reprováveis, propostas de *códigos de conduta* (*Code of Conduct*) são feitas, tendo como base, geralmente, às chamadas *boas práticas científicas* (*Good Scientific Practice*). Com seu apelo normativo, elas visam a guiar o comportamento de cientistas e acadêmicos, regulando suas práticas. Ou seja, uma moralidade científica é defendida, forjada como orientações acerca de *como se deve ser e agir* em certas condições, a respeito de dadas coisas, com vistas a determinados fins.

A falsificação, a fabricação e o plágio de dados, procedimentos e/ou resultados de pesquisa, bem como de argumentos, formando a 'tríade maligna' expressa pela *FFP definition* (ANDERSEN, 2007), estão dentre os 'pecados capitais' acadêmicos que são alvo da predileção dos críticos (BUZELLI, 1993; XIGUANG and LEI, 1996; SCIENCE SCOPE, 1997 e 2002; PARRISH, 1999). Tal restrito rol de atitudes é endossado, tido como suficiente ou não, por agências, fundações, associações e afins de vários países. Dentre eles, destaco o *Department of Health and Human Services* (HHS), o *Public Health Service* (PHS), a *National Academy of Science* (NAS), o *Office of Science and Technology Policy* (OSTP), a *National Science Foundation* (NSF), o *National Institute of Health* (NIH), o *Office of Research Integrity* (ORI), todos norteamericanos; a européia *European Science Foundation* (ESF); a brasileira *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo* (FAPESP) e o *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (CNPq), entre muitos outros em vários países.

Sem intentar traçar um percurso histórico das iniciativas de combate à má conduta, mas apenas pontuar alguns fatos relevantes, é importante sublinhar que existe certo consenso em torno da fulcralidade das decisões tomadas na década de 1980 na literatura sobre a temática da má conduta. Como que demarcando as primeiras iniciativas oficiais, quer dizer, uma política governamental nacional, a fim de dar uma resposta institucional do governo americano, o HHS, em 1989, criou o *Office of Scientific Integrity* (OSI) e a *Office of Scientific Integrity Review* (OSIR), como resultado das questões urgentes e preocupantes levantadas pelos embaraçosos casos de fraude em pesquisa e em resposta ao *1985 Health Research Extension Act* (PASCAL, 2000; ANDERSEN, 2007; STENECK, 2007).

De acordo com Andersen (2007, p. 2), a definição de má conduta adotada pelo PHS/ORI, em 1989, foi:

> Fabrication, falsification, plagiarism, or other practices that seriously deviate from those that are commonly accepted within the scientific community for proposing, conducting, or reporting research. It does not include honest error or honest differences in interpretations or judgements of data.[292]

[292] O trecho correspondente na tradução é: "Fabricação, falsificação, plágio ou outras práticas que desviem gravemente daquelas que são aceitas comumente pela comunidade científica com vistas a propor, conduzir e relatar pesquisas. Não inclui erro honesto ou diferenças honestas de interpretações ou julgamento de dados".

Algo extremamente semelhante é encontrado na definição do ORI (s/d.), pois, segundo ele, má conduta de pesquisa significa fabricar, falsificar ou plagiar ao propor, executar ou revisar uma pesquisa, bem como ao publicar os seus resultados. Quanto às definições dessas práticas, nada novo é acrescido em relação às já apresentadas. A ressalva presente na definição do PHS também é ratificada. Aliás, essa observação no que concerne aos erros honestos ou diferença de opiniões é recorrente, conforme documento do NSF disponível no site do *U.S. Government Printing Office* (s./d.), bem como as definições do NIH (2001).

A expressão *outras práticas* parece inadequada para determinar algo tão importante, que deve ser proibido, combatido e punido. Segundo o Science Scope (2002), a NSF, embora primasse pela precisão conceitual, propôs a inserção de um quarto termo, a fim de englobar outras modalidades, tal como o assédio sexual. No mesmo sentido, a inglesa *Wellcome Trust* adotou uma definição mais ampla de má conduta, incluindo a frase "deliberate, dangerous, or negligent deviations from accepted practices" [293] (SCIENCE SCOPE, 2002, p. 2193).

Tal vagueza é criticada por cientistas e acadêmicos, uma vez que abriria espaço a interpretações variadas, o que poderia instituir precedentes a partir dos quais muitas práticas poderiam ser perigosamente incluídas ou excluídas do escopo das más condutas (SCIENCE SCOPE, 1997), compreensão que motivou a busca por mais objetividade e precisão na definição. De acordo com Buzelli (1993, p. 584), o painel da NAS, ocorrido em abril de 1992, pauta-se pela retirada da vaga expressão, adotando uma definição mais precisa, ainda que restrita, qual seja, "fabrication, falsification, or plagiarism, in proposing, performing, or reporting research". [294,295]

No *Semiannual Report of the Congress* publicado pela NSF (1992), apareceram as seguintes definições de má conduta: (1) fabricação, falsificação, plágio ou outro grave desvio acerca das práticas aceitas ao propor, executar ou

[293] O trecho correspondente na tradução é: "Desvios deliberados, perigosos ou negligentes no tocante às práticas aceitas".

[294] Observação: nos casos de citações literais, será mantido o idioma original, consecutivamente seguida por uma nota em que se disponibilizará uma tradução livre das mesmas. Termos e títulos serão vertidos para o português, colocados entre aspas simples, sendo seguidos do termo no original entre parênteses. Nomes de instituições serão preservados no idioma original.

[295] O trecho correspondente na tradução é: "Fabricação, falsificação ou plágio, ao propor, executar, ou relatórios de pesquisa ao propor, executar ou reportar pesquisa".

comunicar resultados de atividades financiadas pela NSF; (2) ou qualquer tipo de retaliação contra uma pessoa que relatou ou forneceu informações sobre uma suspeita ou suposta má conduta, não tendo agido de má fé. Ainda nesse relatório, lê-se que o *Advisory Committee on Scientific Integrity* do *Public Health Service* (PHS) formulou outra definição. Em vez de má conduta científica, *fraude de pesquisa* é o título dado. Entretanto, o conteúdo é substancialmente idêntico, já que "Research fraud is plagiarism fabrication or intentional falsification of data, research procedures, or data analysis; or other deliberate misrepresentations in proposing, conducting, or reporting research"[296] (NSF, 1992, p. 2). Noutra versão da definição, lê-se que “Research misconduct means fabrication, falsification, or plagiarism in proposing or performing research funded by NSF, reviewing research proposals submitted to NSF, or in reporting research results funded by NSF”[297] (NSF, 2009). Esta definição está em íntimo acordo com a do OSTP, que, em 2000, como resultado dos esforços para estabelecer uma política nacional iniciados em 1996 pela National Science and Technology Council, definiu que “Research misconduct is defined as fabrication, falsification, or plagiarism in proposing, performing, or reviewing research, or in reporting research results” [298] (OSTP, 2000). Esta definição expressa, então, o entendimento estadunidense, por meio da qual se busca uma uniformidade entre as agências federais no tocante à adoção de uma definição de má conduta de pesquisa e aos termos a ela relacionados, assim como os critérios para determinar práticas desse tipo (DEPARTMENT OF EDUCATION, 2005).

Na definição fornecida pelo NIH (2001), nada de substantivo é alterado, à semelhança do *Online Ethics Center for Engineering and Research* da *National Academy of Engineering* (OEC, 2007), já que as definições de fabricação, falsificação e plágio são, respectivamente: fabricar dados ou resultados, registrá-los e publicá-los; manipular materiais, equipamentos e processos de pesquisa, alterando ou omitindo dados ou resultados, de tal modo que não representam

[296] O trecho correspondente na tradução é:"Fraude de pesquisa é a fabricação de plágio ou falsificação intencional de dados, procedimentos de pesquisa ou análise de dados; ou outras deturpações deliberadas ao propor, conduzir ou publicar uma pesquisa".

[297] O trecho correspondente na tradução é: “Má conduta de pesquisa significa fabricação, falsificação ou plágio na proposta ou realização de pesquisa financiada pela NSF, na revisão de propostas de pesquisa submetidas ao NSF ou na publicação dos resultados de pesquisa financiada pela NSF”.

[298] O trecho correspondente na tradução é: “Má conduta de pesquisa é definida como a fabricação, falsificação ou plágio ao propor, realizar ou revisar, ou ao reportar resultados de pesquisa”.

precisamente os registros de pesquisa; é a apropriação de ideias, procedimentos, resultados ou palavras de outra pessoa, sem lhe dar o devido crédito.

Essa definição de más condutas é mais ou menos consensual, uma vez que é amplamente endossada, por exemplo, pela NSF, conforme Christine Boesz (s./d.), inspetora geral desta fundação, e também pelo ORI e ESF. Esta, no entanto, amplia relativamente o seu escopo, como mostrarei a seguir.

Conforme *The European Code of Conduct for Research Integrity* (ESF, 2011b, p. 6), no tópico sobre os *princípios da integridade de pesquisa*,

> Research misconduct is harmful for knowledge. It could mislead other researchers, it may threaten individuals or society – for instance if it becomes the basis for unsafe drugs or unwise legislation – and, by subverting the public's trust, it could lead to a disregard for or undesirable restrictions being imposed on research.[299]

O temor do ESF é que a confiança do público na pesquisa e na ciência seja abalada, o que é expresso em vários momentos (ESF, 2010; 2011a; 2011b). Esta preocupação é compartilhada por muitas outras entidades e pesquisadores, como, por exemplo, pelo *National Institute of Allergy and Infectious Disease* (2011), especificamente ao definir *falsificação*, que, segundo o instituto, é capaz de tornar a pesquisa *imprecisa*. Uma série de atos semelhantes, afirma, pode fazer a ciência cair em descrédito frente à opinião pública. Bossi (2010) ratifica essa preocupação, asseverando que as más condutas em pesquisas podem comprometer a reputação da ciência, de tal modo que as inovações científicas teriam a sua aceitação ameaçada, assim como a sociedade repensaria o valor de se investir em ciência.

Conquanto o ESF refira-se àquela tríade (FFP) para delimitar o campo das más condutas, ele não se restringe a ela, incluindo outras práticas quanto ao que denomina de *muitos disfarces* (*Many Guises*) de pesquisa. Na sua definição, inclui o descumprimento das normas legais e éticas, por exemplo, escondendo um conflito de interesses, quebrando sigilos, não obtendo o consentimento informado[300],

---

[299] O trecho correspondente na tradução é: "Má conduta de pesquisa é prejudicial para o conhecimento. Ela poderia enganar outros pesquisadores, pode ameaçar indivíduos ou a sociedade – por exemplo, servindo de base para drogas inseguras ou legislação imprudente – e por subverter a confiança do público, poderia levar a um desrespeito pela pesquisa ou a indesejáveis restrições sendo impostas à pesquisa".

[300] No caso brasileiro, denomina-se de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo aplicável apenas às pesquisas que envolvem seres humanos. Resolução CNS 466/12, disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

abusando de sujeitos ou materiais de pesquisa, acobertando más condutas ou fazendo represálias a quem as denuncia; além de delitos menores, mas que são prejudiciais, dada a sua possível reincidência, o que não careceria de investigação formal, uma vez que poderiam ser corrigidos por professores e orientadores (ESF, 2011b). Ou seja, para o ESF, no rol de más condutas, devem ser incluídas outras práticas que ofereçam riscos a tudo que possa ser objeto ou participante de pesquisas, tais como, pessoas, animais e objetos, em função da falta de cuidado para com eles. Práticas que tenham sérias consequências legais ou morais, ou que gerem incômodo ou descontentamento, por exemplo, quebra de confidencialidade, violação de protocolos, descuidos que ocasionem erros grosseiros e impropriedades de publicação envolvendo conflito de interesses são consideradas práticas de pesquisa inaceitáveis (ESF, 2010).

Outro exemplo que aponta para uma tentativa de ampliação e/ou complexificação e/ou, no limite, certo avanço quanto à compreensão do que sejam más condutas científico-acadêmicas, pode ser identificado no *Regulation of the National Research Council on the Treatment of Scientifc Misconduct by Applicants and Grantees*, do *Swiss National Science Foundation* (SNF, 2009). Neste regulamento, as más condutas são definidas, em linhas gerais, como aquilo que viola 'as regras das boas práticas científicas' (*The rules of good scientific practice*). Elas são subdivididas em três partes, as quais mantêm íntima relação.

Na primeira, em suma, a preocupação se volta para as questões do plágio e da falsificação, nos termos de uma violação deliberada ou negligente dos direitos de outra pessoa à propriedade intelectual, bem como de uma interferência indevida na sua atividade de pesquisa. A segunda matização versa sobre o dolo ou culpa referente à cumplicidade em atos eticamente reprováveis, incluindo, além dos já citados, a coautoria indevida, a ocultação de uma má conduta científica e a postura negligente acerca das obrigações de supervisão da pesquisa. Por último, declaradamente sobre as más condutas em publicações, são citados: (a) reivindicando a autoria, sem fazer uma contribuição significativa para o trabalho; (b) omitir conscientemente o crédito aos colaboradores do projeto que contribuíram de forma significativa e conscientemente creditar pessoas como co-autores que não contribuiu para o trabalho de forma significativa; (c) fazer, dolosa ou culposamente, citação errada; (d) fornecer informações falsas sobre o *status* da publicação do seu trabalho (NSF, 2009, p. 1-2).

Consoante à *Austrian Agency for Scientific Integrity* (ÖeAWI), por más condutas relativas a cientistas e pesquisadores[301], deve-se entender:

a) a inclusão deliberada ou negligente de informações falsas em um contexto científico por meio, por exemplo: da fabricação e falsificação de dados; omissão de resultados indesejados sem revelar tais omissões; manipulação de representações (imagens, etc.); fornecimento de informações incorretas ao solicitar uma vaga de emprego ou financiamento (incluindo informações imprecisas relativas a formas de publicação ou às publicações no prelo); prestação de afirmações incorretas de que o trabalho apresentado foi analisado por peritos científicos; e/ou recomendação da publicação de um trabalho de outra pessoa, sem que o tenha analisado;
b) violações da propriedade intelectual de outros cientistas, por exemplo: pela prática do plágio, explorando as abordagens de pesquisa e ideias de outros, especialmente se eles estão reunidos como um resultado da atividade de arbitragem (o roubo de ideias); pela aceitação de autoria ou coautoria injustificada de um trabalho científico; pela publicação não autorizada e fornecimento não autorizado de acesso a uma obra, descoberta, hipótese, teoria ou abordagem de pesquisa a terceiros antes de ter sido publicada pelo seu autor;
c) obstruir deliberada ou negligente do trabalho de investigação de outros cientistas, bem como por tentar comprometer desonestamente a reputação científica de outro cientista;
d) sabotar atividades de investigação (incluindo danos, destruição ou manipulação de experimentos, equipamentos, documentos, hardware, software, produtos químicos ou outros materiais que outro cientista necessita para realizar seu trabalho ou sua pesquisa);
e) destruição de dados primários ou violação da manutenção de registros e requisitos de documentação (ÖEAWI, 2006).

[301] No documento, há a seguinte diferenciação: (1) 'Geral' (*General*); (2) 'Autoria de publicações científicas' (*Authorship of scientific publications*); (3) 'Cientistas e pesquisadores júnior' (*Junior scientists and researcher*); (4) 'Más condutas científicas por cientistas e pesquisadores' (*Scientific misconduct by scientists and researchers*); (5) 'Responsabilidade conjunta por má conduta' (*Joint responsibility for misconduc*).

Sobre à autoria em publicações científicas, a ÖeAWI (2006) afirma que, se várias pessoas estão envolvidas em um projeto de pesquisa ou na redação de um relatório de pesquisa (em formato de artigo e afins), elas só devem ser incluídas como coautoras se contribuíram *significativamente*, quer dizer, concebendo o tema e/ou o plano de pesquisa, contribuindo para o desempenho do projeto de pesquisa por meio da avaliação ou interpretação de dados e resultados, e/ou se participaram na elaboração do manuscrito ou fizeram sugestões importantes para a sua revisão.

Salientando a vagueza do termo *significativamente*, que é central na norma citada, permite uma abertura interpretativa, tornando relativamente rarefeita a normatização que pretende estabelecer. Todavia, para fins de comprovação de uma das hipóteses da pesquisa, resta clara a preocupação com a prática da publicação científica, o que corrobora a imensa relevância que esta tem para os meios acadêmico-científicos na atualidade. Outra modalização à qual a mesma observação se aplica é a vista na expressão ‘desvie gravemente (ou seriamente)’. Afinal, qual o parâmetro objetivo para distinguir um desvio não sério de um sério?

Ainda conforme a ÖeAWI (2006), a participação de natureza estritamente técnica na coleta de dados, fornecendo apoio financeiro ou simplesmente pela direção do departamento, laboratório ou afim no qual a pesquisa é realizada não constitui uma base válida para a coautoria, conforme um aspecto do caso relatado por Esteves (2011). O mesmo aplica-se à mera revisão de um manuscrito sem fazer uma contribuição intelectual ao seu conteúdo. Sobre a responsabilidade de quem assina uma publicação, a agência diz que ao aceitar ser nomeado como coautor, um cientista ou pesquisador assume a responsabilidade conjunta para garantir que a publicação satisfaça as exigências das boas práticas científicas, pois são responsáveis tanto pela correção das suas contribuições, quanto por garantir que suas contribuições estejam incluídas na publicação de uma maneira cientificamente aceitável. Evidentemente, como é ressaltado, a inclusão de coautor sem a sua permissão é uma má conduta. Caberia ao indivíduo incluído sem o seu consentimento, ao constatar o fato, manifestar-se, explicitando a sua contrariedade especialmente ao responsável pela publicação, a saber, o editor do periódico ou similar no qual o texto foi publicado.

Abaixo, reproduzo a elucidativa tabela de categorias de Emilio Bossi (2010), presidente do *Scientific Integrity Committe of the Swiss Academics of Sciences*, na

qual são resumidas e categorizadas algumas das mais frequentes e problemáticas más condutas, segundo a seguinte terminologia: entre as que distorcem o conhecimento científico, pondo em risco a sociedade; as que induzem a erro a comunidade científica; as que são práticas de pesquisa questionáveis:

Definitions of scientific misconduct[302]
Table 1
Some categories and examples of scientific misconduct.

Misconduct that distorts scientific knowledge,
as a result of which society can be put at risk;
falsification (incl. deliberate withholding of data);
fabrication of nonexistent data.
Misconduct which misleads the scientific community:
plagiarism;
unjustified authorship;
duplicate publication;
deliberate false evaluation of projects and results.
Questionable research practices,
which cast doubt on the seriousness of the research:
sloppy handling of data;
division of the results, with publication in several different journals solely for the purpose of increasing the list of publications.

Após essa breve revisão de alguns dos mais importantes órgãos estrangeiros, vejamos como isso é apropriado pelas instituições nacionais.[303]

Perante casos de fraude no país, instituições nacionais também têm demonstrado sua preocupação e interesse acerca do problema, publicando seus

[302] O trecho correspondente na tradução é: "**Definições de má conduta científica**
Tabela 1
Algumas categorias e exemplos de má conduta científica.

Má conduta que distorce o conhecimento científico,
como um resultado que pode colocar em risco a sociedade;
falsificação (incluindo deliberada retenção de dados);
fabricação de dados inexistentes.
Má conduta que induza a erro a comunidade científica:
plágio;
autoria indevida;
publicação duplica;
deliberada falsa avaliação de projetos e resultados.
Práticas de pesquisa questionáveis,
que ponham em dúvida a seriedade da pesquisa:
descuidado tratamento de dados;
divisão dos resultados, com publicação em vários periódicos diferentes, exclusivamente para aumentar a lista de publicações".

[303] Os parágrafos a seguir foram extraídos, com pequenas alterações, de VILAÇA, M. M. (2013). Más condutas científicas: uma abordagem crítico-comparativa para *in-formar* uma reflexão sobre o tema. *Revista Brasileira de Educação*; no prelo.

códigos de conduta. Em 2011, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) divulgou o seu *Código de Boas Práticas Científicas*. Sua proposta assemelha-se com as que abordei acima em muitos aspectos. Suas definições de fabricação, falsificação e plágio, por exemplo, são bastante similares. Porém, há particularidades que devem ser ressaltadas como pontos positivos. Primeiramente, a segmentação do enfoque em *diretrizes para as atividades científicas*; *más condutas científicas* (basicamente focalizada na tríade FFP); *responsabilidade das instituições de pesquisa*; e *alegação, investigação e declaração de más condutas científicas* ajuda a compreender os variados aspectos da questão. Isso permite destacar as responsabilidades. Dentre elas, registro o foco relativo às instituições, já que, na minha perspectiva, a individualização da responsabilidade deve ser relativizada:

> As instituições de pesquisa compartilham com os pesquisadores individuais a responsabilidade pela preservação da integridade ética da pesquisa científica. Elas são as *responsáveis principais* pela promoção de uma cultura de boa conduta científica entre os pesquisadores e estudantes a ela vinculados, assim como pela prevenção, investigação e punição de más condutas científicas que ocorram em seu âmbito (FAPESP, 2011, p. 29; grifo nosso).

Embora, em si, seja um ponto positivo, o contraste entre o reduzido espaço destinado aos deveres institucionais quando comparado àquele dedicado às responsabilidades individuais merece atenção crítica. Além disso, a desconsideração das regras cientométricas e da pressão por publicação reitera o equívoco que venho destacando ao longo deste artigo, o que aponta para pontos negativos do Código.

Além desses aspectos, destaco o rol de valores adotados como guias de conduta, pois nele é possível identificar o caráter impreciso que venho salientando. As *diretrizes para as atividades científicas* (FAPESP, 2011, p. 15)

> repousam sobre o princípio geral de que todo cientista é eticamente responsável pelo avanço da ciência. Na concepção, proposição e realização de pesquisas, na comunicação de seus resultados e nas relações de cooperação e tutoria com outros pesquisadores, o cientista deve conduzir-se com honestidade intelectual, objetividade e imparcialidade, veracidade, justiça e responsabilidade.

Em que pese o caráter do Código, observa-se a falta de conceituação de tais valores complexos, bem como de análise crítica de seus determinantes e limites

empíricos, havendo, novamente, um foco no indivíduo, sobre o qual é lançada a responsabilidade.

Inobstante, tal definição é pertinente, por exemplo, para retomar o caso da *Publicase*, a fim de reiterar os questionamentos: como fica a honestidade intelectual de quem paga para que outrem escreva seu artigo? Qual a responsabilidade do(a) autor(a) da tese pelo artigo produzido pela empresa além do pagamento pelo serviço? Será que ele(a) aceitaria revelar, ainda que como nota de rodapé, que 'seu' artigo fora escrito pelas sócias da *Publicase*, as quais, sugestivamente, garantem que o "serviço de Sua tese, seu artigo! é realizado em absoluto sigilo e confidencialidade"?[304] Se não, o valor veracidade não estaria sob sério risco? Como o currículo é peça-chave no processo de seleção para financiamento, a obrigatoriedade da admissão da contração desse serviço poderia ser considerada pelas agências para selecionar pesquisadores. À semelhança do que Santos (2011) afirma acerca do plágio num texto publicado na página da FAPESP, essa prática gera uma falsa reputação, o que pode distorcer ainda mais o já problemático e questionável sistema meritocrático de distribuição de recompensas e oportunidades no meio acadêmico-científico. Aliás, parece-me que cabe à comunidade acadêmico-científica atentar para esses 'serviços acadêmicos', questionando a sua eticidade, legitimidade e, quiçá, legalidade, bem como a do ato de contratá-los. Por fim, cabe destacar que a FAPESP restringe-se à FFP ao enfocar as más condutas, o que, a meu ver, deve ser revisto pela agência em uma possível nova versão do seu Código.

Também em 2011, O CNPq divulgou a sua normatização ética, a despeito, cabe salientar, de a agência estabelecer vínculos eticamente problemáticos, como nos casos do acordo de 'cooperação' com a *Herbalife* e do Fórum de Inovação com a *Novartis* (ambos citados no capítulo 1.2). No seu *Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa*, focalizando especificamente as modalidades de fraude ou má conduta relacionadas à publicação, aquela tríade FFP sofre um acréscimo. É incluído o chamado autoplágio, que é uma variação do plágio, definido como a postura que "consiste na apresentação total ou parcial de textos já publicado pelo mesmo autor, sem as devidas referências aos trabalhos anteriores" (CNPq, 2011, p. 3). Ademais, a agência federal corrobora a definição FFP já vista, de modo que não cabe reproduzi-la aqui.

[304] Idem nota 5.

Consecutivamente às definições basilares, O CNPq apresenta um elenco de vinte e uma diretrizes, ampliando o conjunto de princípios que devem reger as práticas acadêmico-científicas. Contudo, é pertinente sublinhar o fato de haver uma ênfase restritiva em aspectos ligados diretamente à publicação de resultados de pesquisa, notadamente de artigos científicos, o que aponta novamente para a tese de que a preocupação ética está fortemente circunscrita à reafirmação do modelo de produtividade existente. Apesar de se ler 'Normas – Ética e Integridade na Prática Científica' no *caput* do documento, identifica-se claramente esse foco. À exceção de uma (a vigésima primeira), todas as diretrizes focalizam prioritaria ou exclusivamente tópicos atinentes à publicação de artigos. Doze delas referem-se especificamente às questões do plágio e autoplágio (1-12); cinco à questão da autoria 'legítima' (16-20); e três (13-15) a aspectos metodológicos.

Assim como a FAPESP, uma das preocupações do CNPq é que as más condutas signifiquem um obstáculo à meritocracia, pois, em um *ambiente de competição por financiamento*, essas burlas podem fazer com que pesquisadores e/ou projetos imerecidos sejam financiados (CNPq, 2011, grifo nosso). Não restam dúvidas de que isso retrata e confirma aquilo que venho argumentando ao longo do texto. Há um mercado competitivista acadêmico-científico. As regras e moedas estão estabelecidas. Falsificar, fabricar, plagiar e autoplagiar são estratégias de mercado proibidas. Note-se que não é o mercado, as suas regras e moedas de troca que são questionadas, mas tão somente as burlas. Há, como não poderia deixar de ser, uma crença irredutível na legitimidade do sistema mercantil existente. As agências de financiamento devem zelar pela boa aplicação dos recursos, afirma-se no relatório, o que significa investir "em pessoas que sejam capazes de produzir avanços efetivos (isto é, confiáveis) do conhecimento" (CNPq, 2011, s./p.). Pressupõe-se, com isso, que a capacidade e a confiabilidade de um pesquisador é tradutível pelo seu currículo idoneamente conquistado. Ou seja, ao que tudo indica, o par produtividade-financiamento é, de fato, a mola mestra da política científica brasileira. Cabe, ainda, mencionar a criação, em 2012, da *Comissão de Integridade na Atividade Científica* pelo CNPq, cujas diretrizes estão disponíveis no seu sítio eletrônico[305], que, grosso modo, não altera o que relatei.

[305] Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/diretrizes>. Acesso em: 05 nov. 2013.

Alegando que toda tarefa de regulação de posturas demanda esforços constantes e infindáveis, as críticas que faço são apontamentos no sentido de superar alguns limites das propostas disponíveis, sobretudo no nosso país. A fim de avançar naquilo que é possível, registro, como se pode verificar na argumentação supra, que há pontos positivos nas propostas internacionais que podem ser aduzidos pelas agências brasileiras, bem como servir para o adensamento da reflexão nacional sobre o tema.

A fim de concluir este capítulo, aduzo ao texto uma das más práticas acadêmico-científicas que melhor traduz o que será alvo do último capítulo desta Tese, ou seja, a íntima relação entre a cientometria/bibliometria e a norma produtividade vigorantes, a pressão por publicação delas decorrente e o livre mercado acadêmico-científico e de publicações. O exemplo que cito são as chamadas *coautorias fraudulentas*. Além do motivo citado, minha escolha também se justifica, tendo em vista que, segundo a avaliação da SBPC, "Um dos fatores apontados pelos participantes da mesa-redonda como responsável pelo baixo impacto da ciência feita no Brasil é a pouca cooperação de cientistas brasileiros com pesquisadores do exterior" (ALISSON, 2013b, s/p.).

> Segundo dados apresentados pelo diretor científico da FAPESP, nos últimos anos diminuiu muito a cooperação internacional dos cientistas brasileiros, evidenciada pela queda de 40% para 27% da publicação de trabalhos em coautoria. "Esse é um dos menores percentuais de coautoria em artigos científicos observado hoje em países que fazem ciência e almejam ter alguma relevância no cenário científico mundial. É importante recuperarmos nossa capacidade de colaboração científica porque isso ajuda a aumentar o impacto", disse Brito Cruz[306] (ALISSON, 2013b, s/p.).

Destarte, uma das ações necessárias para melhorar a qualidade da produção científica brasileira, aumentando o seu impacto (dar visibilidade internacional, ou seja, aumentar o número de citações), é justamente a *cooperação internacional*.

Em conformidade com as conclusões de Glänzel e Schubert (2004), partimos das premissas de que: (1) fatores políticos e econômicos atinentes à ideia de big science influenciam a lógica colaborativa, vez que a "Scientific collaboration is clearly stimulated (or hindered) by national, regional and global political interests"[307] (p.

[306] Carlos Henrique Brito Cruz, atual diretor científico da FAPESP.

[307] "A colaboração científica é claramente estimulada (ou prejudicada) por interesses políticos nacionais, regionais ou globais".

272); (2) a “Research collaboration and co-authorship in science is an interesting multi-faceted phenomenon”,[308] assim, a maneira correta de compreendê-los e interpretá-los implica estudá-los “[...] at each level of aggregation in its specific way”[309] (p. 273); e (3) embora haja efeitos positivos da colaboração científica, “The benefits, however, do not come automatically”,[310] o que “[...] underlines the necessity of a regular quantitative monitoring of inputs and outcomes, i.e., bibliometric surveys”[311] (p. 274).

Tal entendimento contesta afirmações que começam a surgir no campo das pesquisas educacionais. Mesmo sem respaldo teórico-metodológico, sequer o desenvolvimento de pesquisas e quantificações mínimas, faz-se uma verdadeira ode à coautoria, desconsiderando, por exemplo, a possibilidade de tal prática servir para formar pesquisadores bem adaptados[312] (úteis) ao *ready-to-write model* (“modelo pronto para escrever”) (ROLAND, 2007), mas, mormente, quanto às condições concretas para uma *boa* (real e ética) coautoria. Embora não haja uma contradição necessária, haja vista pensar e escrever não serem mutuamente excludentes, Roland (2007, p. 425) afirma que “em geral, o discurso científico tem evoluído para um modelo “pronto para escrever” (*ready-to-write model*), o que tem progressivamente gerado pesquisadores com um falso modelo “pronto para pensar” (*ersatz ready-to-think model*)”.

Há autores que defendem a existência de uma associação entre o aumento inflacionário do número de coautorias (CAMARGO JR.; COELI, 2012) e a política de avaliação de PPGs da CAPES. Ou seja, que coautorias têm sido formadas com o intuito de aumentar a produtividade em pesquisa (KERBAUY, 2005; IOANNIDIS,

---

[308] O trecho correspondente na tradução é: “colaboração em pesquisa e a coautoria em ciência são fenômenos multifacetados”.

[309] O trecho correspondente na tradução é: “[...] em cada nível de agregação em sua forma específica”.

[310] O trecho correspondente na tradução é: “os benefícios, contudo, não vem automaticamente”.

[311] O trecho correspondente na tradução é: “[...] reforça a necessidade de regular monitoramento quantitativo dos insumos e resultados, ou seja, de estudos bibliométricos”.

[312] Questionamentos de Freitas (2011, p. 1162) são pertinentes aqui: “como justificar que um candidato a professor, com 30 anos de idade, apresente-se em um concurso público como autor de 20 ou 40 publicações? Em que fábrica este indivíduo fez o seu treinamento? No que ele consistiu?”.

2008; MIRANDA; SIMEÃO; MUELLER, 2007). Conforme Grieger (2005, p. 243), "Following the rising number of publications, authorship inflation came into being".[313]

Corroborando isso, Ioannidis, uma referência no debate crítico acerca da cientometria em vigor e sobre seus efeitos em termos de *pressure to publish-or-perish* (pressão para publicar ou perecer) e *get-cited-or-perish* (ser citado ou perecer), afirma que, em um contexto competitivo, em que a promoção de indivíduos e a sobrevivência de equipes e instituições dependem de publicações e citações, "o número médio de autores por artigo é crescente" (IOANNIDIS, 2008, p. 1). Ele ressalta que, embora "isso possa refletir, em parte, o bem-vindo advento de mais esforços de pesquisa colaborativa. No entanto, provavelmente, vários coautores não satisfazem completamente os critérios de autoria" (IOANNIDIS, 2008, p. 1). As chamadas *autoria dadivosa* ou 'de presente' (*gift authorship*)[314] e *honorária* (*honorary authorship*)[315] têm sido demonstradas repetidamente, pois a sua prática sistemática, ao lado de outras práticas antiéticas, acaba inflando os currículos dos pesquisadores, segundo Ioannidis (2008). Outra faceta fraudulenta da coautoria é o já citado escritor ou autoria fantasma. Cabe, a título de observação, afirmar peremptoriamente que não há aqui, tampouco nos autores citados, qualquer tendência de absolutização da negatividade das colaborações acadêmico-científicas, certamente, quando feitas de modo efetivo e correto, uma das mais promissoras formas de promover a produção do bom (epistemica e eticamente) conhecimento.

Contudo, para o narcisismo acadêmico-científico, a verdade que tem maior valor é aquela que foi publicada pelo próprio indivíduo 'no último número daquele periódico importante'. Como afirma o eminente psicanalista brasileiro, o Ego narcísico defende a autoconservação, sustenta a sua segurança (COSTA, 1988). Ainda que faltem elementos para afirmar categoricamente, é plausível supor que, diante do fantasma da improdutividade, alguns têm optado pelo produtivismo.

---

[313] O trecho correspondente na tradução é: "Após o aumento do número de publicações, surgiu a inflação da autoria".

[314] Multifacetada, pode representar uma estratégia para aumentar as chances de publicação de um texto, nos casos em que coautores famosos são convidados; pode, também, visar à ampliação da *network* de um pesquisador, na medida em que uma 'autoria de presente' pode estreitar certos laços; à semelhança, tal 'presente' pode, a curto ou médio prazo, contribuir para o incremento curricular do autor dadivoso, já que tente a gerar retribuições.

[315] Imposição, explícita ou não, de autoria que um pesquisador, dada a sua posição de prestígio acadêmico-científico, faz a outro pesquisador que está em posição inferior, podendo haver benefício mútuo.

Haja vista a carência de estudos sobre coautoria ou colaborações acadêmico-científicas no campo educacional, recorro a uma breve seleção de estudos provenientes de duas áreas pródigas no assunto: *Administração* e *Ciências da Informação*. Mello, Crubellate e Rossini (2010, p. 437), por exemplo, afirmam que "este estudo pressupõe que a configuração da rede de co-autorias, formada entre os professores vinculados aos programas pesquisados, pode oferecer indicativos das respostas à avaliação da Capes [...]". Ou seja, o aumento das colaborações pode ser uma mera resposta *estratégica* ao tipo de avaliação realizado pela CAPES. Para os autores, há uma relação íntima entre dois elementos: *redes de co-autorias* e *respostas estratégicas*. Ainda segundo eles, *as determinações do contexto* e a *necessidade de alianças estratégicas* que produzem *valor estratégico e legitimidade* são

> [...] aspectos (que) devem ser considerados nas relações formadas entre professores vinculados aos programas de pós-graduação (*stricto sensu*) em administração por meio de co-autorias, porquanto tais relacionamentos são influenciados, direta ou indiretamente, por pressões ambientais. Tais pressões interferem no comportamento dos pesquisadores que fazem parte dos programas, em um nível, assim como nas escolhas estratégicas dos programas, em outro nível, motivadas pelo ambiente no qual estão imersos (MELLO; CRUBELLATE; ROSSONI, 2010, p. 439).

Resta claro, portanto, que a conclusão mais plausível, se se considerar apenas esse artigo, é que pesquisadores da área de administração têm se associado prioritariamente para dar conta da pressão gerada pela *norma produtividade* (VILAÇA; PALMA, 2013) implementada pela CAPES**,** a qual, segundo Bianchetti e Zuin (2012, p. 57), pauta-se, grosso modo, pela publicação de *produtos* acadêmicos, expressando o espírito de um tempo "[...] que impinge o recrudescimento da quantidade em detrimento da qualidade de tais produtos", de modo que "o *publish or perish* parece ter atingido o paroxismo".

Investigando a estruturação de cooperação entre PPGs de áreas da administração no Brasil por meio de coautorias, Rossoni e Guarido Filho (2009) verificam que elas apresentam uma estrutura do tipo *small worlds* ('mundos pequenos'), *ligações preferenciais*, *centro-periferia* e *centralidade*. Em suma, eles concluem que as redes de cooperação respeitam a lógica da estratificação da ciência, estabelecendo colaborações preferenciais através de critérios como citação, mérito científico, produtividade acadêmica, senioridade no campo, transferência de

prestígio e legitimidade, acesso a recursos ou hierarquias de orientação, de modo que “atores preferenciais [...] tendem a se tornar ainda mais centrais, [...] atuando também como direcionadores dos desenvolvimentos teóricos a serem difundidos [...]. Isso implica probabilidade de produção desigual de conhecimento” (ROSSONI; GUARIDO FILHO, 2009, p. 371). Há, conforme eles, o que podemos chamar de um *círculo vicioso*, qual seja a associação entre a *centralidade dos PPGs*, a *quantidade de artigos publicados* e o *número de cooperações angariadas*. Ou seja, as coautorias têm uma direção predominante, que é pautada por parâmetros afetos à cientometria e bibliometria vigentes, bem como pela expectativa, sobretudo dos PPGs periféricos, de que tais associações podem contribuir para a ascensão prestigiosa e para assegurá-la ao longo do tempo.

No artigo de Serra, Fiates e Ferreira (2008, p. 50, grifo nosso; trecho entre colchetes incluído), vê-se um trecho emblemático, em que o caráter pragmático e estratégico das coautorias é novamente evidenciado, tendo em vista, sobretudo, o cumprimento de metas quantitativas de produção atinentes a um contexto de tipo publicar ou perecer:

> O professor LM considera que o tempo de R&R [revisar e ressubmeter] médio em periódicos aumentou, enquanto a taxa de aceitação vem diminuindo. [...] Diante dessa constatação e da *necessidade de publicação de uma média de dois artigos por ano*, *LM aconselha que se trabalhe em um número médio entre 5 e 8 artigos simultaneamente*. *Pensando nessa quantidade de artigos* sugerida para trabalho simultâneo *visando garantir a produtividade anual do pesquisador*, o trabalho com *co-autores passa a ser condição essencial para o sucesso na elaboração e publicação de artigos*.

Para encerrar as citações sobre a área de administração, ressaltamos que, para Freitas (2011), não é de se estranhar que, no *regime da produção em série*,

> [...] o pesquisador seja estimulado a desenvolver algumas *estratégias de sobrevivência*. E aí podem se encontrar alguns *comportamentos predatórios*, tais como: os *conluios espúrios para publicação*, as *alianças estratégicas* do tipo “eu faço, ponho o seu nome; você faz, põe o meu nome”, roubar ou plagiar ideias de colegas e alunos, *obrigar orientandos a apontar coautorias indevidas ou nomear o orientador como primeiro autor indevidamente*, etc. *Esta instrumentalização dos vínculos* (GUTIERREZ, 2005) propaga-se e se torna tão mais perigosa quanto mais ela é *o exemplo que damos aos nossos orientandos ou alunos*, que sequer começaram uma carreira. A mensagem é clara: vale a trapaça, a desfaçatez, a mediocridade, a conivência, *a aceitação ou a publicação a qualquer preço* (p. 1161; grifos nossos).

Diante disso, Alcadipani (2011, p. 1176), ressaltando que o sistema produtivista não se rompe abruptamente, especialmente "[...] sem que nada seja feito por aqueles que o sustentam, ou seja, nós os pesquisadores", afirma que importa *perturbar*, "gerar pequenas ou grandes perturbações no sistema, gerar mal-estar, incômodo, desconforto, escancarando o lado opressor desta situação, recusando-nos a nos submeter a esta lógica e, se preciso, pagando o preço por isso", por exemplo, recusando

> [...] a colocar o nome em trabalhos que não escrevemos e para os quais não demos nenhuma contribuição. Que fique claro, de uma vez por todas, o que significa autoria acadêmica – precisamos parar de aceitar que nossos colegas explorem os alunos. Hoje a produção acadêmica brasileira em Administração é feita em larga medida por alunos. Os professores precisariam voltar a pesquisar e a escrever de fato (ALCADIPANI, 2011, p. 1177).

Quanto à *área de ciência da informação*, Vilan Filho, Souza e Mueller (2008) ressaltam que sequer o significado do termo *colaboração* é claro e unívoco, tendo características específicas, inclusive dada a área de conhecimento, e gerando efeitos diferentes, o que é tido como ignorado pelos estudiosos do fenômeno e pelas autoridades científicas. Consoante eles, *autorias múltiplas* podem indicar, por si, apenas que os autores concordaram em partilhar a responsabilidade pelo texto.

Miranda, Simeão e Mueller (2007), por sua vez, afirmam que a autoria – e, consequentemente, a coautoria – é uma *instituição em crise*. Dentre outras referências, eles citam o estudo de Antonio Braz de Oliviera Silva sobre coautorias no PPG em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, cuja conclusão é que a produção conjunta entre professores e alunos se dá "por conta da avaliação ao qual é submetido e para concorrer ao financiamento de projetos de pesquisa, dentre outras coisas (SILVA, 2006, p. 187)" (MIRANDA; SIMEÃO; MUELLER, 2007, p. 39).

Para agregar mais um exemplo, mas de outra área, cito um dos resultados da pesquisa dirigida por Kenneth R. Camargo Jr. sobre os padrões de publicação da produção científica em Saúde Pública brasileira. Quanto ao número de autores dos artigos analisados, notou-se que a média de uma das subáreas (epidemiologia) era o dobro da encontrada em outras duas (ciências sociais e humanas em saúde, e planejamento). Sem juízo de valor, Camargo Jr. et al. (2010, p. 4) afirmam que "com efeito, deve-se reconhecer que essa diferença no padrão de co-autorias tem

repercussões importantes nos processos avaliativos atualmente adotados pelas várias agências de financiamento à pós-graduação e à pesquisa [...], que atribuem peso cada vez maior ao cômputo de artigos publicados". Assim, eles exemplificam que, se em vez de quatro autores produzirem, cada um, um artigo por ano, totalizando quatro, eles produzirem o mesmo quantitativo (quatro), mas em coautoria, eles teriam uma produção em seu currículo quatro vezes maior, de acordo com as regras de avaliação vigentes. Tal estratégia produziria aquilo que chamei de incremento do capital curricular.

Na tentativa de compreender teoricamente a inscrição das coautorias (mas, também, das outras más condutas acadêmico-científicas) na realidade acadêmico-científica atual, recorro à *hermenêutica genealógica da política moderna* desenvolvida por Esposito (2010), aplicando uma interpretação do *paradigma da imunização*.

Esposito utiliza esse paradigma para exprimir e entender um paradoxo dialético que caracteriza a constituição das sociedades modernas, o qual, na minha interpretação, pode ser descrito utilizando uma analogia: na *communitas* (notadamente a sua versão antiga, que negava o indivíduo em nome do *cum munus*, ou seja, das relações gratuitas de doação recíproca, o "ser" e o "ter" tudo em comum), é inoculada uma espécie de agente patogênico, a saber, o *indivíduo* (noção tipicamente moderna, que estabelece um paradoxo com a comunidade), com a finalidade de atuar como um *dispensatio* temporário ou definitivo das obrigações e responsabilidades comunitárias gravosas, dando lugar à emergência de uma nova *communitas*, em que há práticas e estratégias de imunização do indivíduo. Daí a dialética modal não excludente positivo-negativo, conservador-destrutor, comunidade-indivíduo.

Quer dizer, "[...] a imunização implica uma substituição, ou uma contraposição, pelos modelos privatísticos ou individualistas de uma forma de organização de tipo comunitário", já que o paradigma da imunização é o "[...] reverso lógico da *communitas* – imune é o "não ser" ou o "não ter" nada em comum". (ESPOSITO, 2010, p. 80-81)

Um tipo de associação humana não comunitária, em que é traçada uma espécie de linha divisória em torno do indivíduo, é marcado pela lógica relacional contratual. Nesta, como algum tipo de relação se impõe, haja vista vivermos em grupo, os indivíduos sacrificam parte da sua liberdade e individualidade como uma

estratégia de imunização (autopreservação) aos males da vida em comum. Assim, atenta ao problema da *conservatio vitae*, a imunização política nega a ordem comunitária na sua radicalidade, mas a reafirma parcialmente, ou seja, naquilo que é útil ou necessário para preservar o indivíduo. Para Esposito, enquanto o paradigma comunitário apaga o indivíduo, o contrário não ocorre no paradigma da imunização. Voltada para a conservação do indivíduo, a imunização acaba produzindo algum efeito de conjunto, preservando, portanto, dada configuração comunitária. Aí o paradoxo e a dialeticidade que mencionamos, em que, para o filósofo, reside a vantagem da hermenêutica do paradigma imunitário para compreender a modernidade.

Analogamente ao paradoxo dialético *communitas-imunização-communitas* (numa nova conformação), haveria uma ambiguidade quanto aos usos da coautoria. Um uso afirmaria a *communitas acadêmico-científica*, apostando nas relações de colaboração obrigatórias e gratuitas, já que o *cum munus* (da partilha de funções, dons, capacidades concernentes à atividade acadêmico-científica) nos imporia, havendo um preterimento ou, no limite, um apagamento dos interesses estritamente individuais. Dito de modo breve, nele, reconhece-se a radical relação de dependência entre os indivíduos na busca pelo bem comunitário (pelo conhecimento).

Por outro lado, haveria um uso estratégico da coautoria, por meio do qual o indivíduo visa a conservar a vida (acadêmico-científica) ante as demandas contextuais, o que tem um efeito recíproco. Nesse sentido, o indivíduo não colaboraria gratuitamente, pela, por assim dizer, *natureza colaborativa do mundo acadêmico-científico*, mas recorreria à coautoria como um meio de imunizar-se das penalidades afetas às políticas coletivas da (im)produtividade, reafirmando-as. Ou seja, o fim da colaboração não é o comum, mas o particular; não é a comunidade acadêmico-científica, mas a autoconservação. Num contexto marcado pelo primado do indivíduo sobre o coletivo (contexto individualista), um sujeito-pesquisador pode associar-se a outro sujeito-pesquisador como uma forma adaptativa de sobreviver num ordenamento acadêmico-científico pautado pela performatividade produtiva, à semelhança do que Reinach (2013) afirma. De acordo com Ball (2002, p. 19), “as tecnologias políticas do mercado, gestão e performatividade não deixam espaço para um ser ético autônomo ou colectivo”. O que o indivíduo espera é imunizar-se das penas previstas para os (indivíduos) taxados como improdutivos. Nessa

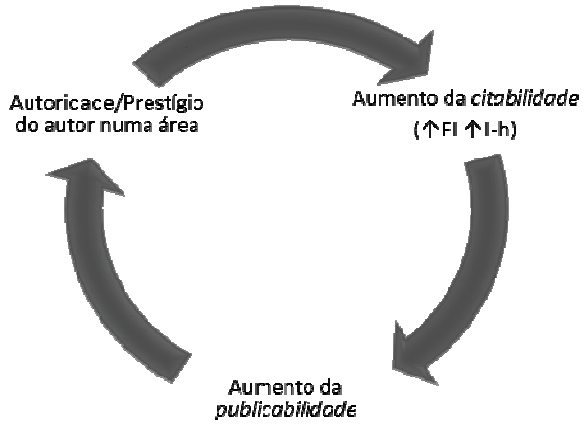
modalidade utilitária, há o uso estratégico da cooperação (até mesmo quando envolve fraudes), buscando o bem individual, ainda que isso possa produzir males comunitários. Enfim, entendo que a coautoria, como uma ação imunizatória, é uma resposta às regras comunitárias, que são exteriores ao indivíduo e agem coativamente, ação que repercute sobre estas direta e mediatamente, dada a articulação antinômica envolvida.

A título de observação, essa hermenêutica que proponho, em conformidade com Esposito, não endossa uma descontinuidade absoluta entre instâncias e usos. Para mim, é artificial a separação radical entre entes particulares (indivíduos) e entes coletivos (comunidades), já que alguma forma de relação entre eles é imperativa, pois são elementos que formam um único incindível, ainda que sua configuração seja historicamente mutável. Penso o mesmo quanto à cisão absoluta entre os usos das coautorias e seus efeitos, a qual seria simplória, vez que traços distintos podem imiscuir-se, gerando práticas e efeitos híbridos. Quer dizer, um uso imunizatório da coautoria pode produzir efeitos comunitários benéficos. Ademais, como estão envolvidos juízos de valor sobre os quais, para nós, não há consenso prévio, claro e universal, certas distinções podem ser retorquidas dependendo da perspectiva. Como uma possível grade teórica de inteligibilidade, ela produz abstrações ou discernimentos que a empiria pode contestar ou relativizar.

Inobstante a ressalva, a coautoria (sobretudo a honorária e a dadivosa) como uma mera estratégia de autoconservação estaria perfeitamente coadunada com uma expectativa que resulta da vigência do que Godoi e Xavier (2012) denominam de *lógica anômala do argumento de autoridade sobre a autoridade do argumento*, bem como da observação do quadro real dos periódicos, qual seja, de poucos textos publicados por mestrandos e doutorandos, principalmente em periódicos A1, A2 e B1, o que pode levar os professores a pensar que estes têm uma predileção autoral. Até porque “grandes nomes” tendem a gerar mais acessos e citações (*visibilidade* e *citabilidade*), o que interessa aos periódicos, fechando outro tipo de círculo vicioso de mútuo interesse (pesquisador-periódico). Expressando uma relação de *forte tendência*, sobretudo haja vista a vigência do Fator de Impacto[316] (FI) e do Índice H

[316] Este índice bibliométrico se refere à “qualidade” dos *periódico*s.

(I-h)[317], índices bibliométricos particularmente importantes nalgumas áreas, que são baseados em número de citações a artigos, possuem correlações do tipo retroalimentador que podem ser, ainda que sumariamente, representadas por meio do seguinte círculo vicioso:



Apostar no envio de um texto com um coautor não professor e/ou não doutor e/ou, principalmente, sem autoridade ou fama na área em questão traria consigo o risco da redução das chances de publicação, do poder competitivo do produto no mercado de publicações, o que, no contexto atual, é anti-estratégico, algo desaconselhável. Embora estejamos falando de tendências e possibilidades, na dúvida, melhor não arriscar pagar o preço pela "improdutividade".

Em suma, para pensar qualquer prática antiética é, na perspectiva que sustento nesta Tese, imperioso compreender em que contexto ela está inserida, fazendo sentido.

[317] Este índice bibliométrico se refere à "importância" do *pesquisador-autor*, podendo ser aplicado a grupos e a periódicos. Em suma, sua lógica é a seguinte: um pesquisador-autor com I-h= 5 teve, por exemplo, 10 artigos publicados, dos quais 5 receberam 5 ou mais citações; um com I-h= 20 significa que publicou ao menos 20 artigos científicos e cada um deles recebeu pelo menos 20 citações.

2.6 **Uma síntese da tese fundamental: da relação entre pressão por publicação e más condutas científicas**[318]

Diante do quadro delineado acima e das análises realizadas, cabe salientar e problematizar alguns traços do que tem sido enunciado. As listas e definições de más condutas acadêmico-científicas vistas acima abordam algumas práticas diretamente relacionadas às peripécias que os indivíduos fazem para serem produtivos/produtivistas. Todavia, a tendência que desponta é que uma porção relevante do que tem dito e escrito sobre a eticidade científica das boas práticas parece, grosso modo, desconsiderar ou menosprezar a influência do contexto mercantil sobre as práticas acadêmico-científicas dos indivíduos, o que pode estar gerando uma *culpabilização individualizada*, o que, diga-se de passagem, só confirma a minha tese de um contexto de vigência de mercado baseado, entre outras coisas, no individualismo.

Segundo a *European Science Foundation* (2010), citando Nicholas H. Steneck, que é uma referência no tema, entre os porquês dessa problemática e desafiadora situação está a falta de preparo dos novos pesquisadores para lidar com os desafios e complexidades do mundo acadêmico. A preocupação com a integridade de pesquisa seria, antes de tudo, uma *responsabilidade do indivíduo*, ainda que não se eximam as instituições ligadas à pesquisa (agências de financiamento, sociedades científicas, universidades, editoras, etc.) de promover o cumprimento das diretrizes éticas. Tal perspectiva merece atenção, porquanto sublinha a *responsabilidade individual*, o que é um problema já destacado por Krokoscz (2011), na medida em que produz um enfoque *reducionista*, *simplista* e *estereotipizador*.

De acordo com essa perspectiva, à comunidade acadêmico-científica cabe um papel bem específico: zelar pelo cumprimento das normas tidas como éticas, pelas chamadas boas práticas científicas. Mas e a lógica da produtividade, ela mesma, é ética? Não caberia àquela comunidade repensá-la? Não seria razoável, do ponto de vista normativo, incluir, como um artigo pétreo das boas práticas

[318] Informo que argumento bastante similar foi desenvolvido no texto VILAÇA, M. M. (2013). Más condutas científicas: uma abordagem crítico-comparativa para *in-formar* uma reflexão sobre o tema. *Revista Brasileira de Educação*; no prelo.

científicas, a redução do valor da norma produtividade e o não estímulo, ainda que indireto, ao produtivismo, que é, conforme o entendimento que venho desenvolvendo, uma consequência inevitável do sobrevalor conferido à produção/divulgação científico-acadêmica na atualidade? Nesse sentido, cabe perguntar, é ético criar uma demanda, fundada em uma política científica – que, em si, pode ser questionável não só de dado ponto de vista ético, mas do de uma política epistemológica – e culpabilizar exclusivamente aqueles que, no afã de cumpri-la, a fim de estabelecerem-se no campo acadêmico-científico, acabam assumindo práticas, de fato, eticamente reprováveis?

À semelhança de Krokoscz, defendo que as más condutas são sobredeterminadas, resultantes complexas de aspectos inter-relacionados, tais como cientométricos, tecnológicos, sociais, políticos, econômicos e subjetivos. As ferramentas da informática dão maior acesso às informações, aos textos, o que facilita práticas como a do plágio (KROKOSCZ, 2011); a cientometria quantitativa, que privilegia a publicação de artigos, enseja uma cultura da performatividade produtivista e coloca os pesquisadores sob uma forte pressão por publicação (TREIN; RODRIGUES, 2011; GODOI; XAVIER, 2012); em busca de liderança, prestígio ou sucesso individual, posturas controversas ou antiéticas são assumidas (REIF, 1961; COELHO, 2006; REFINETTI, 2011), algo semelhante ao que ocorre em razão da competição por financiamentos (DE MEIS et al., 2003). Ademais, em conformidade com as conclusões da pesquisa de Fanelli (2010), há muitos indícios de que a pressão por publicação tem enviesado as práticas dos sujeitos-cientistas em vários sentidos, incluindo, é claro, a ocorrência de práticas antiéticas. Em suma, opções subjetivas e individuais imiscuem-se e imbricam-se a aspectos contextuais, criando um problema multifatorial.

Embora sejam muitas as raízes da questão, a pressão por publicação – que, segundo Refinetti (2011), está presente desde 1950 – e o produtivismo que ela enseja podem ser considerados fatores destacados, haja vista constituírem um traço estrutural do mundo acadêmico e científico atual. Segundo o prestigiado artigo de Young, Ioannidis e Al-Ubaydli (2008), o atual sistema de publicação gera distorções na ciência, o que se explicaria pela aplicação de certos princípios do campo econômico e de uma lógica de mercado. Isso atuaria enviesando a pesquisa acadêmico-científica. A qualidade da pesquisa científica estaria sendo prejudicada, pois, dentre outras coisas, estimularia a chamada *fast Science* (‘ciência rápida’)

(STETTEN JR., 1986; COKOL et al., 2008; FANELLI, 2010; QIU, 2010; REFINETTI, 2011).

Alguns traços questionáveis do mercado de publicações vigente são tidos como fatores, senão determinantes, fortemente influentes sobre a prática de más condutas. Por exemplo, o preço de algumas publicações, por vezes bastante alto e, como qualquer coisa que segue a lógica de mercado, ainda vem aumentando[319], pode induzir ao *rateamento do custo*, induzindo à *multiplicação fraudulenta das coautorias*. Ademais, prejudicaria o acesso de indivíduos ou grupos de pesquisa menos aquinhoados, podendo comprometer a democratização da ciência. Há outros fatores que podem estimular *coautorias de fachada*, como a não aceitação de textos de mestrandos[320] ou de doutorandos sem que, neste caso, sejam em coautoria com professores doutores[321], como Vilaça e Pederneira (2013) sugerem. Assim, para viabilizar a publicação de textos, coautorias indevidas seriam formadas, o que não significa, de modo algum, que os periódicos sejam os responsáveis por elas. A lógica em que estão inseridos e à qual se adaptam é, portanto, fundamental, a meu ver.

Recentemente, pesquisadores acusados de más condutas afirmaram que a pressão por publicação motivou suas práticas. Pesquisadores responsáveis por pesquisas nas quais foram identificadas práticas de más condutas científicas ratificam essa ideia, pois, não raro, afirmam que essa pressão foi motivadora da prática. Xiaowu Li, por exemplo, disse que a pressão o levou a cometer falhas (BHATTACHARJEE, 2005). O psicólogo holandês Diederik Stapel afirmou, em sua defesa, “que foi forçado a falsificar os trabalhos por causa da pressão constante por produtividade” (O GLOBO, 2011).

Decerto, tais alegações podem ser uma forma conveniente – e, talvez, pouco convincente – de eximir-se da responsabilidade. É fato, outrossim, que algumas das

---

[319] Publicar no *Brazilian Journal of Medical and Biological Research* custava, em 2012, R$1.450,00. Agora, em 2013, custa a bagatela de R$ 1.800,00. Disponível em: <http://www.scielo.br/revistas/bjmbr/iinstruc.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[320] Por exemplo, a *Revista Dissertatio*, segundo a qual “Somente serão aceitos artigos de professores/pesquisadores doutores”. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/isp/dissertatio/normas.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

[321] Por exemplo, a *Revista Veritas*, segundo a qual “10. A revista publica apenas trabalhos de professores doutores ou em co-autoria com doutorandos”. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/about/submissions#authorGuidelines>. Acesso em: 05 nov. 2013.

práticas tidas como antiéticas não são propriamente novidades. Especificamente sobre o plágio, Krokoscz (2011), citando Manso, sugere que ele é alvo de preocupação pelo menos desde o primeiro século d.C. Com isso, é plausível haver discordâncias acerca da relação entre pressão para publicar e fraudes, relativizando-a. Inobstante a pertinência das ressalvas, penso que uma desconsideração absoluta dessa relação é equivocada. A seguir, analiso dois exemplos que divergem da minha perspectiva.

Volpato (2012) emite um alerta: “se lhe disserem que a competição por publicação tem feito com que apareçam autorias fraudulentas, não acredite. Autoria fraudulenta decorre de desvio moral e ético” (s/p.). Volpato segue afirmando que “sob pressão, os desonestos optam pelo caminho mais fácil, que é a fraude” (s/p.).

Arriscar-me-ei a interpretar a opinião de Volpato, emitida numa entrevista, o que lhe impôs certos limites argumentativos. Contestando a influência do contexto, as más condutas seriam, para ele, próprias da *desonestidade individual*, um desvio moral e ético independente do contexto. Aparentemente, haveria algo intrínseco a dados indivíduos, o que os transformaria numa espécie de entidade cujas práticas imorais/antiéticas não têm uma relação substantiva com o contexto. Isto é, haveria um *sujeito desonesto*, uma *subjetividade transcendentalizada* que seria caracterizada pela desonestidade que lhe é inerente, e não concernente ao meio em que vive. Considerando que o autor questiona a influência do contexto e faz menção aos *desonestos* (foco na personalidade do sujeito), e não à *desonestidade* (foco na dimensão atitudinal), é plausível inferir que, para ele, existe algo deste tipo, uma subjetividade ontologicamente desonesta.

Cumpre-me questionar o que parece ser o fundamento da visão de Volpato. Dentre as múltiplas opções disponíveis de crítica à ideia de sujeito transcendental, utilizo o conceito de *ontologia do ser social* de György Lukács . Para Lukács, embora haja uma essencial articulação e dependência entre três esferas ontológicas (inorgânica, biológica e ser social), o homem, enquanto ser social, diferencia-se dos outros seres por possuir consciência, sendo um *membro ativo da sociedade*, pois é capaz de transformar o mundo de maneira orientada, teleológica. Isso confere-lhe a qualidade de uma *subjetividade objetivada* (LESSA, 2007). Ou seja, a ação humana envolve uma relação ontologicamente recíproca entre os fatores subjetivos e objetivos. Ainda que haja, para Lukács, uma distinção radical entre sujeito e objeto no plano ontológico, o sujeito depende do *fundamento ontológico da exteriorização*.

Segundo Lessa (2007, p. 39), “a exteriorização é o momento de transformação da subjetividade sempre associada ao processo de transformação da causalidade, a objetivação”. Como “[...] o sujeito se consubstancia enquanto tal pela objetivação/exteriorização”, sem isso “[...] não há vida social, portanto não há sujeito” (LESSA, 2007, p. 40). Destarte, como o contexto exterior é condição de possibilidade do sujeito, não faria sentido investir numa subjetividade transcendentalizada, quer honesta, quer desonesta. Enfim, desse ponto de vista, a objetivação atitudinal (honesta ou desonesta) é uma resposta ao contexto, até porque os valores que subsidiam as noções de honestidade e desonestidade são, eles mesmos, socialmente forjados.

Em resumo, penso que a perspectiva de Volpato possui certos senões. Não há prova argumentativa ou empírica de que haja, no mundo, algo como ‘o sujeito desonesto’, que, em dadas situações, manifestaria ‘sua natureza’ por meio de algumas práticas. Aliás, não fica claro se ‘o desonesto’ agiria sempre do mesmo modo em meio às mesmas circunstâncias. A pressuposição desse hipotético ser imoral e antiético tem um importante efeito colateral: não faria sentido responsabilizar o indivíduo pelas suas práticas, afinal, se ele fosse ontologicamente desonesto, seria moralmente inimputável, pois não seria livre para agir de outro modo. Além disso, sua afirmação de que o desonesto, em meio à pressão, opta pela fraude parece conduzir à admissão de que há uma influência do contexto, relação de imanência que ele parece querer descartar.

Lacetera e Zirulia (2009), por sua vez, alegam que uma forte pressão por publicação (*a strong “publish or perish” pressure*) pode até reduzir as más condutas, pois promoveria mais escrutínio. A equação *forte pressão = mais vigilância = menos fraudes* é empiricamente contestável. Afinal, a pressão por publicação existe há décadas, como afirmei acima. Ademais, a estrutura acadêmico-científica tem demonstrado ser incapaz de avaliar adequadamente a profusão de conhecimentos produzidos. Embora haja inúmeras críticas à demora da emissão do primeiro parecer, o longo tempo não garante a qualidade da avaliação, especialmente em casos cuja complexidade da pesquisa nos convida a uma maior precaução, o que compromete a credibilidade do processo e do resultado.

Ao invés do que os autores asseveram, penso que é fundamental diminuir a já intensa pressão, revendo a cientometria. Além disso, precisamos focalizar, no tocante às publicações, *o cumprimento intransigente de regras de imparcialidade e*

isonomia, o *aumento da transparência do processo de avaliação* e a *descentralização do poder decisório*.

A meu ver, seria academicamente benéfica a formação de fóruns permanentes para debater meios de aperfeiçoar o processo de avaliação. Disponibilizar os pareceres, ainda que mantido o anonimato, ajudaria a tornar o processo mais transparente, permitindo o controle social por parte da comunidade acadêmica. Tal publicidade propiciaria a ampliação do acesso às informações e, logo, a possibilidade de controle das ações e do processo, o que, em tese, estimularia seus partícipes e responsáveis mais diretos a agir com maior zelo e em conformidade com as regras preestabelecidas pela própria comunidade científica.

Em paralelo, ouvidorias poderiam ser criadas para receber e analisar reclamações dos pesquisadores. A SciELO, por exemplo, formaria grupos de acadêmicos não associados a periódicos, cuja função seria acolher e analisar querelas. Os reclamantes enviariam seus textos, os respectivos pareceres e seus argumentos, cuja procedência seria avaliada. Julgada procedente, o periódico em questão seria contatado, a fim de justificar sua decisão editorial. Havendo recorrentes e justificadas reclamações contra um mesmo periódico, medidas de correção seriam requeridas, e, no limite, sua indexação poderia ser suspensa temporariamente. Ademais, à CAPES poderia ser sugerida a reconsideração do seu estrato no *Qualis Periódicos*.

O objetivo não é criar um clima revanchista ou policialesco. Ao invés, conforme Roland (2007, p. 424), endosso o crescente movimento global, tanto na comunidade científica quanto na sociedade em geral, que faz "exigências de transparência, responsabilidade e qualidade – bem com o maior enfoque sobre fraude, má conduta e plágio". Nesse sentido, parece-me imperioso *descentralizar o poder* de determinação de algo tão importante quanto o é a avaliação e publicação de artigos científicos.[322] A meu ver, a afirmação de que uma decisão editorial não é passível de crítica ou revisão é uma expressão de uma perspectiva aristocrática acerca dos meios de divulgação acadêmico-científica, sendo inaceitável, a se julgar que o diálogo, a liberdade, a crítica, a isonomia, a democracia são alguns dos valores ou princípios que devem subsidiar a conduta humana, inclusive nesse

[322] Sobre Andrea Kauffmann-Zeh, o *Jornal do Commercio* de Recife afirma: "*Uma brasileira de apenas 34 anos está no time dos "todo-poderosos" que decidem o que será publicado na revista científica de maior impacto do mundo: a britânica Nature*", Kauffmann-Zeh (2000, s/p.).

âmbito. Considerando a positividade da partilha de todo tipo de poder e a necessidade de publicidade das ações, tais medidas podem auxiliar no combate de algumas distorções. Mais do que meras 'palavras da moda', isonomia, transparência e descentralização do poder fazem parte de um ideal ético e político de ciência e sociedade.

Ressalto que não penso que o condicionamento da cientometria atual sobre as más condutas 'explique tudo', excluindo a responsabilidade individual. Apenas chamo a atenção para o fato de que as ações humanas não podem ser bem compreendidas fora do contexto que as influencia, pois ética e política estão sempre irmanadas e possuem uma dimensão eminentemente prática. Destarte, as práticas antiéticas individuais são contextualizadas, de forma que mudá-las implica alterar o contexto e vice-versa.

De acordo com a perspectiva predominante, que acabo de contestar, à comunidade acadêmico-científica, notadamente aos indivíduos, cabe o papel de zelar pelo cumprimento das normas tidas como éticas, combatendo as más condutas, mas tomando a lógica da produtividade, ela mesma, como indiscutivelmente ética. Todavia, numa perspectiva ética não competitivista, pragmática ou quantitativa, caber-nos-ia o dever ético de repensá-la. Deste ponto de vista normativo e no tocante à norma produtividade especificamente, é razoável incluir a redução do valor da produção de artigos e, com isso, a pressão por produtividade como um ponto fundamental da normatização que visa às boas práticas científicas, esperando que, consequentemente, haja o desestímulo ao produtivismo e às más práticas a ele associadas. Nesse sentido, é preciso problematizar a disseminação de um discurso ético que não problematize a política científica vigente, a qual, em razão do critério do mérito pela produtividade *Qualis*ficada, produz uma lógica de conteúdo duvidoso e efeitos problemáticos. Assim, o foco preferencial ou, no limite, exclusivo no indivíduo que comete práticas tidas como eticamente reprováveis cria uma estereotipia questionável ('sujeito desonesto'), desconsiderando, de modo equivocado, que tais condutas são influenciadas pelo regime vigente.

A crítica ética a algumas práticas deve, também, refletir sobre a cientometria atual. Quer dizer, ao mesmo tempo em que chama à responsabilidade os indivíduos, pois eles são agentes do processo, dá a devida importância aos condicionantes contextuais com os quais eles têm de lidar na sua prática diária. As políticas do

conhecimento, e não apenas os ‘fraudadores’, ‘desonestos’ ou ‘maus-caracteres’, devem ser casos de investigação normativa. A opção por uma postura de crítica como simples identificação e punição de quem pratica a má conduta, forjando uma espécie de ‘outro imoral’ separado como ‘bode expiatório’, sendo alvo de acusação, de ‘exílio acadêmico’, parece-me uma forma conservadora e ineficaz de lidar com o problema grave e complexo. Até porque há muito mais fatores envolvidos no ‘submundo científico’, como apontei acerca da revisão por pares no capítulo 2.3.

Sublinhado os equívocos da individualização do problema e do não questionamento do contexto cientométrico vigente, penso que se produz elementos para ampliação da reflexão sobre más condutas para além do FFP, retorquindo traços predominantes do discurso ético atual, pois este não contempla aspectos da multideterminação do tema, podendo reforçar seus traços fundamentais.

Penso que as iniciativas de informação e reflexão sobre/para a integridade científica e o combate às más condutas devem ser acompanhadas de uma reflexão crítica acerca da cientometria vigente, de modo que as finalidades da Academia e da ciência, assim como as regras e padrões de qualidade e de valorização sejam revistas. Com isso, talvez, em vez de um foco no impacto (benefícios) para o indivíduo daquilo que é produzido e divulgado, tenhamos uma reflexão sobre integridade científica a partir de uma perspectiva ética que assuma o impacto social ou coletivo, bem como as especificidades de cada área e o multifacetamento da atividade acadêmico-científica como princípios reguladores das políticas científicas nacionais. Ou seja, a ideia não é desvalorizar a produtividade acadêmico-científica, desestimulando-a, mas sim *revalorizá-la*, deflacionando sua influência e, com isso, a pressão que exerce, modificando os métodos de distinção ‘qualitativa’ utilizados. Os valores quantidade e *Qualis*dade do conhecimento produzido podem ser substituídos ou subestimados por outros, tais como beneficência (ou não maleficência), precaução, amplitude do acesso às informações e consistência epistêmica. Esse é um desafio que os vários setores da Academia e da ciência devem enfrentar honesta, ampla, urgente e criticamente.

REFERÊNCIAS

ABELSON, Philip H. The Editing of Science. *Science*, v. 171, n. 3976, 19 March 1971.

ABRAMOVAY, Ricardo. Anticapitalismo e inserção social dos mercados. *Tempo Social*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 65-87, jun. 2009.

AFONSO, Almerindo J. Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 35-46, abr. 2003.

_____. Estado, mercado, comunidade e avaliação: Esboço para uma rearticulação crítica. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XX, n. 69, dez. 1999.

_____. Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa. *Contrapontos*, Itajaí, v. 7, n. 1, p. 11-22, jan./abr. 2007.

_____. Para uma concetualização alternativa de *accountability* em educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, 2012.

ALCADIPANI, Rafael. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação Acadêmica. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 174–1178, dez. 2011.

ALISSON, Elton. Número de artigos em inglês supera os publicados em português na SciELO Brasil. *Agência FAPESP*, 25 de outubro de 2013; 2013a. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/18109>. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. Pesquisa de qualidade, não de quantidade. *Agência FAPESP*, 25 de julho de 2013; 2013b. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/17608>. Acesso em: 05 nov. 2013.

ALMEIDA JUNIOR, Vicente de P.; CATANI, Afrânio M. Algumas características das políticas de acreditação e avaliação da educação superior da Colômbia: interfaces com o Brasil. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 14, n. 3, p. 561-582, 2009.

ANDERSEN, Hanne. *Demarcating Misconduct from Misinterpretations and Mistake*. Talk deliverd at the First Biannual SPSP Conference, 2007. Disponível em: <http://philsci-archive.pitt.edu/4153/1/Andersen_Scientific_Misconduct.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

ANDES-SN – SEMINÁRIO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SÉCULO XXI. *Produtivismo acadêmico está acabando com a saúde dos docentes*, 2011. Disponível em: <http://portal.andes.org.br:8080/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=5020>. Acesso em: 05 nov. 2013.

ANGELL, Márcia. Fraud in Science. *Science*, Book Review, v. 219, p. 1417-1418, 25 march 1983.

_____. *A verdade sobre os laboratórios farmacêuticos*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.

AUSTRIAN AGENCY FOR SCIENTIFIC INTEGRITY. *Annex1 to the Rules of Procedure of the Commission for Research Integrity*: Guidelines for the Investigation of alleged scientific misconduct. January 31, 2006. Disponível em: <http://www.oeawi.at/downloads/Richtlinien_zur_Untersuchung_von_Vorwuerfen_wissenschaftlichen_Fehlverhaltens_e.pdf >. Acesso em: 05 nov. 2013.

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, 2004.

_____. Reforma educacional como barbárie social: economismo e o fim da autenticidade. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 33-52, jan./jun. 2012.

_____. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *A ética é possível num mundo de consumidores?*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BERTOLIN, Júlio C. G. Qualidade em educação superior: da diversidade de concepções a inexorável subjetividade conceitual. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 127-149, mar. 2009.

BHATTACHARJEE, Yudhijt (ed.). Pressure to publish. *Science*, Randon Samples People – Misconduct, v. 310, p. 969, 11 November 2005.

BIANCHETTI, Lucídio. Política de avaliação e acompanhamento da CAPES: ingerência e impactos nos PPGEs. *Atos de Pesquisa em Educação*, Blumenau, v. 1, n. 2, p. 140-153, maio/ago. 2006.

BIANCHETTI, Lucídio; ZUIN, Antonio A. S. O intelectual universitário e seu trabalho em tempos de "pesquisa administrada". *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 55-75, 2012.

BOESZ, Christine C. *Case Studies*. Investigations of Research Misconduct. s./d. Disponível em: <http://www.nsf.gov/oig/hague_presentations/boesz.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

BOHANNON, John. Who's Afraid of Peer Review?. *Science*, v. 342, n. 6154, p. 60-65, 4 October 2013.

BONILLA, Jesús P. Z. The Economics of Scientific Knowledge. In: MÄKI, Uskali (ed.). *Handbook of the Philosophy of Science*: The Philosophy of Economics. Elsevier, 2005.

BOSSI, Emilio. Scientific Integrity, Misconduct in Science. *Swiss Medical Weekly*, v. 140, n. 13-14, p. 183-186, 2010.

BOTOMÉ, Sílvio P. Avaliação entre “pares” na ciência e na academia: aspectos clandestinos de um julgamento nem sempre científico, acadêmico ou “de avaliação”. *Psicologia USP*, v. 22, n. 2, p. 335-355, 2011.

BOWRING, Richard. Pressure to Publish is Hurting Universities. *The Guardian*, Letters, Thursday 5 June 2008.

BRAGA, Luis P. V. CAPES: Avaliação ou Afiliação?. *Observatório da Imprensa*, 19 de março de 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodauniversidade.blog.br/Blog/blog/2013/03/19/e93f44e4-a019-4cd4-bc2c-f53a397f9cd9.aspx>. Acesso em: 05 nov. 2013.

BRANDÃO, Thadeu de S. Organizações criminosas no Brasil: uma análise a partir da teoria das elites e da teoria da ação coletiva. *Revista Eletrônica Inter-Legre*, Natal, n. 3, jul./dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC. *Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2005-2010*. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.br/forpred_doc/PNPG_2005_2010.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2013.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC. *Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2011-2020*, v. 1. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2013.

BROAD, William J. Imbroglio at Tale (I): Emergence of a Fraud. *Science*, v. 210, p. 38-41, 3 October 1980.

_____. Fraud and the Structure of Science. *Science*, v. 212, p. 137-141, 10 April 1981.

BROAD, William and WADE, Nicholas. *Betrayers of the Truth*. New York: Simon and Schuster, 1983.

BUCHANAN, Allen. *Ethics, Efficiency, and the Market*. Oxford: Clarendon Press, 1985.

BUTLER, Declan. Neglected Diseases Lost in Translation. *Nature*, Outlook, v. 449, p. 158-15, 13 September 2007.

BUZELLI, Donald E. The Definition of Misconduct in Science: a view from NSF. *Science*, v. 29, p. 584-585, January 1993.

CAMARGO JR., Kenneth R. de. Public health and the knowledge industry. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 43, n. 6, p. 1078-1083, 2010.

CAMARGO JR., Kenneth R. de; COELI, Claudia M. Múltipla autoria: crescimento ou bolha inflacionária?. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 46, n. 5, p. 894-900, 2012.

CAMARGO JR., Kenneth R. de et al. Produção intelectual em saúde coletiva: epistemologia e evidências de diferentes tradições. *Revista de Saúde Pública*, v. 44, n. 3, p. 1-5, 2010.

CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo*. Ensaio sobre o absurdo. São Paulo: Record, 2004.

CANDIOTTO, Cesar. Neoliberalismo e democracia. *Princípios (UFRN)*, Natal, v. 19, n. 32, p. 153-179, jul./dez. 2012.

CARNEIRO, Marco A. A.; CANGUSSÚ, Sílvia D.; FERNANDES, G. Wilson. Ethical abuses in the authorship of scientific papers. *Revista Brasileira de Entomologia*, Curitiba, v. 51, n. 1, p. 1-5, 2007.

CARVALHO JR., Luiz C. S. et al. Avaliação da qualidade de vida relacionada à saúde de cortadores de cana-de-açúcar nos períodos de entressafra e safra. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 46, n. 6, p. 1058-1065, 2012.

CASTIEL, Luis D.; SANZ-VALERO, Javier; MEL-CYTED, Rel. Entre o fetichismo e sobrevivência: o artigo cientifico é uma mercadoria acadêmica?. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 3041-3050, dez. 2007.

CHAGAS, Eduardo F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 36, n. 2, p. 63-84, 2013.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, s/v., n. 24, p. 5-15, 2003.

_____. Produtividade e humanidades. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 45-72, 1989.

CHERUBINI, Paolo. Impact Factor Fever. *Science*, v. 322, p. 191, 10 October 2008.

CNPq. *Mais uma empresa se torna parceira do Programa Ciência sem Fronteiras*. Coordenação de Comunicação Social do CNPq, 31 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/noticiasviews/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/1327009>. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. *Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq*, 2011. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/a8927840-2b8f-43b9-8962-5a2ccfa74dda>. Acesso em: 05 nov. 2013.

COKOL, Murat et al. Retraction Rates are on the Rise. *EMBO Reports*, v. 9, n. 1 p. 2, 2008.

COIMBRA, JR. Carlos E. A. Efeitos colaterais do produtivismo acadêmico na pós-graduação. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 2092, 2009.

COSTA, Jurandir Freire. Narcisismo em tempos sombrios. In: BIRMAN, Joel (org.). *Percursos na história da psicanálise*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora. 1988. p. 151-174. Disponível em: <http://jfreirecosta.sites.uol.com.br/artigos/artigos_html/narcisismo.html>. Acesso em: 11 dez. 2011.

CREDER, Fábio; ARAUJO, Luiz B. L. Ética, economia e justiça: a escolha social no pensamento de Sem e Smith. *DoisPontos*, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 103-126, 2013.

CULLITON, Barbara J. Harvard Tackles the Rush to Publication. *Science*, News & Comment, p. 525, 29 July 1988.

CURY, Carlos R. J. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 7-20, 2005.

CYANOSKI, David. Zero Tolerance. *Nature*, v. 481, p. 134-136, 12 January 2012.

DE MEIS, Leopoldo et al. The Growing Competition in Brazilian Science: Rites of Passage, stress and Burnout. *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, São Paulo, v. 36, n. 9, 2003.

DE MEIS, Leopoldo; SCARLET, Maria do C.; DE MEIS, Carla. Impact Factors: Just Part of a Research Treadmill. *Nature*, v. 424, p. 723, 14 August 2003.

DECLARAÇÃO DE BOLONHA (versão em português). Disponível em: <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/language/1999_Bologna_Declaration_Portuguese.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

DEPARTMENT OF EDUCATION. Research Misconduct. *Federal Register*, v. 70, n. 211, p. 66371-66373, November 2, 2005. Disponível em: <http://www2.ed.gov/legislation/FedRegister/other/2005-4/110205d.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 703-725, out. 2004.

_____. Avaliação da educação superior: avanços e riscos**.** *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, v. 10, n. ESPECIAL, p. 67-93, 2008.

DORA. *San Francisco Declaration on Research Assessment*, December 2012. Disponível em: <http://am.ascb.org/dora/files/SFDeclarationFINAL.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

DOWBOR, Ladislau. Criatividade ou lucro. O professor e a propriedade intelectual. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 5, n. 51, p. 34-35, out. 2011. Disponível em: <http://dowbor.org/2011/08/o-professor-frente-a-propriedade-intelectual-7.html/>. Acesso em: 05 nov. 2013.

DWYER, Angela E. The Pressure (Not) to Publish: Some Things to Consider. *Nexus: Newsletter of The Australian Sociological Association*, v. 20, n. 2, p. 27-28, 2008.

EDITORIAL. When Blogs Make Sense. *Nature*, v. 466, p. 8, 2010.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELLIOTT, Carl. *White Coat, Black Hat*: Adventures on the Dark Side of Medicine. Boston, Massachusetts: Beacon Press, 2010.

ESPOSITO, Roberto. O paradigma da imunização. In: _____. *Biopolítica e filosofia*. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 73-116.

ESTEVES, Bernardo. Os alquimistas. Químicos acusados de forjar resultados de onze estudos colocam o Brasil no mapa da fraude científica mundial. *Revista Piauí*, anais da ciência, Edição 60, São Paulo, p. 48-54, setembro 2011. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-60/anais-da-ciencia/os-alquimistas>. Acesso em: 05 nov. 2013.

EUROPEAN SCIENCE FOUNDATION. Appendix 3: European Code of Conduct for Research Integrity. In: *European Peer Review Guide*. Integrating Policies and Practices into Coherent Procedures. Ireg – Strasbourg, March 2011a; p. 81. Disponível em: <http://www.vr.se/download/18.2ab49299132224ae10680001647/European+Peer+Review+Guide.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. *Fostering Research Integrity in Europe*. June 2010. Disponível em: <http://www.esf.org/fileadmin/Public_documents/Publications/research_integrity_exreport.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. *The European Code of Conduct for Research Integrity*. March 2011b. Disponível em: <http://www.nsf.gov/od/iia/ise/Code_Conduct_ResearchIntegrity.pdf>. Acesso Acesso em: 05 nov. 2013.

FANELLI, Daniele. Do Pressures to Publish Increase Scientists' Bias? An Empirical Support from US States Data. *PLoS ONE*, v. 5, issue 4, p. 1-7, 2010.

FANG, Ferric C.; STEEN, R. Grant; CASADEVALL, Arturo. Misconduct Accounts for the Majority of Retracted Scientific Publications. *PNAS*, v. 110, n. 3, p. 17028-17033, October 16, 2012.

FAPESP. *Código de boas práticas científicas*, 2011. Disponível em: <http://www.fapesp.br/boaspraticas/codigo_fapesp0911.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

FÄRE Rolf; GROSSKOPF, Shawna. *New Directions*: Efficiency and Productivity. New York: Springer, 2003.

FÁVERO, Osmar. *Reavaliando as avaliações da CAPES*. ANPEd, 1998. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:zN38yWMaGhoJ:

www.anped.org.br/aval1.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 05 nov. 2013.

FERNANDES, Thiago. Pesquisas ocultam dados importantes sobre novos remédios. *Folha de S.Paulo*, Equilíbrio e Saúde, 9 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/1031780-pesquisas-ocultam-dados-importantes-sobre-novos-remedios.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2013.

FERREIRA JR., Amarilio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes: 2005.

_____. *Microfísica do poder*. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal: 2007.

_____. *Vigiar e punir***:** nascimento da prisão. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FORD, John A. Improving the Quality of Research. *British Medical Journal*, Rapid Response, 1 march 2010.

FREITAS, Maria E de. O Pesquisador hoje: entre o artesanato intelectual e a produção em série. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p.1158–1163, dez. 2011

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, 2011.

GAMA NETO, Ricardo B. Minimalismo schumpeteriano, teoria econômica da democracia e escolha racional. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 38, p. 27-42, 2011.

GARCIA, Rafael. Fator de impacto: o fetiche do cientista. *Folha de S.Paulo*, Teoria de Tudo, 25 de maio de 2013. Disponível em: <http://teoriadetudo.blogfolha.uol.com.br/2013/05/21/fator-de-impacto-o-fetiche-do-cientista/>. Acesso em: 05 nov. 2013.

GATTI, Bernardete et al. O modelo de avaliação da CAPES. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 137-144, abr. 2003.

GAYA, Adroaldo. O importante é publicar. A (re)produção do conhecimento em educação física e ciências do desporto nos países de língua Portuguesa. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, v. 10, n. 1, p. 200-206, 2011.

GODOI, Christiane K.; XAVIER, Wlamir G. O produtivismo e suas anomalias. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 456-465, jun. 2012.

GRIEGER, Maria C. A. Authorship: an ethical dilemma of science. *Sao Paulo Medical Journal*, São Paulo, v. 123, n. 5, p. 242-246, sept./nov. 2005.

_____. Escritores-fantasma e comércio de trabalhos científicos na internet: a ciência em risco. *Revista da Associação Médica Brasileira*, São Paulo, v. 53, n. 3, p. 247-251, maio/jun. 2007.

GROPPO, Luís A. Da universidade autônoma ao ensino superior operacional: considerações sobre a crise da universidade e a crise do Estado nacional. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 37-55, mar. 2011.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como "ideologia"*. Lisboa: Edições 70, 1997.

HERCOT, David. Can't We Act Ahead of Publication?. *British Medical Journal*, Rapid Reponse, 20 December 2010.

HERTON, Escobar. Estudo falso é aceito para publicação em mais de 150 revistas. *O Estado de S. Paulo*, Blog Imagine só!, 03 de outubro de 2013. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/herton-escobar/estudo-falso-e-aceito-para-publicacao-em-mais-de-150-revistas/>. Acesso em: 05 nov. 2013.

HVISTENDAHL, Mara. China Looks to Purge Academia of 'Trash Journals'. *Science*, Scientific Publishing, v. 334, p. 301, 21 October 2011.

IOANNIDIS, John P. A. Measuring Co-authorship and Networking-adjusted Scientific Impact. *PLoS One*, v. 3, issue 7, p. 1-8, July 2008.

_____. Why Most Published Research Findings are False. *PLoS Medicine*, v. 2, issue 8, p. 0696-0701, 2005.

KAUFFMANN-ZEH, Andrea. Cientista brasileiro deve vender mais o seu peixe. *Jornal do Commercio*, Recife, 14 maio de 2000. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/_2000/1505/cm1405a.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

KERBAUY, Rachel R. Autoria e co-autoria: efeitos negativos e positivos. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 22, n. 1, p. 89-94, jan./mar. 2005.

KINTISCH, Eli. Scientific Misconduct. Research Faces Prison fo Fraud in NIH Grant Applications and Papers. *Science*, v. 307, p. 1851, 25 March 2005.

KNOBEL, Marcelo. Fraudes sacodem a comunidade científica. *Ciência & Cultura*, Campinas, v. 55, n. 3, p. 17-18, 2003.

KROKOSCZ, Marcelo. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, 2011.

KUENZER, Acacia Z.; MORAES, Maria C. M. de. Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1341-1362, 2005.

LACETERA, Nicola; ZIRULIA, Lorenzo. The Economics of Scientific Misconduct. *The Journal of Law, Economic & Organization*, v. 27, n. 3, p. 568-603, 2009.

LACEY, Hugh. O princípio de precaução e a autonomia da ciência. *Scientiae Studia*, v. 4, n. 3, p. 373-392, jul./set. 2006.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steven. A credibilidade científica. In:_____. A , p. 205-264. *A vida de laboratório*: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1997.

LEHER, Roberto. Para silenciar os *campi*. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 867-891, 2004.

LESSA, Sérgio. *Para compreender a ontologia de Lukács*. Ijuí: Unijuí, 2007.

LIN, Thomas. Cracking Open the Scientific Process. *The New York Times*,16 January 2012. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/01/17/science/open-science-challenges-journal-tradition-with-web-collaboration.html?pagewanted=1&_r=1&sq=open%20science&st=cse&scp=1>. Acesso em: 05 nov. 2013.

LODGE, David. Small World by David Lodge. *The Guardian*, Guardian Book Club, 20 january 2012. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/books/2012/jan/20/david-lodge-small-world-book-club>. Acesso em: 05 nov. 2013.

LORENZ, Chris. Higher Education Policies in the European Union, the 'Knowledge Economy' and Neo-Liberalism. *Social Europe*, v. 2, n. 2, 2006a. Disponível em: <http://www.espacestemps.net/en/articles/higher-education-policies-in-the-european-union-the-lsquoknowledge-economyrsquo-and-neo-liberalism-en/>. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. Will the Universities Survive the European Integration? Higher Education Policies in the EU and in the Netherlands before and after the Bologna Declaration. *Sociologia Internationalis*, 2006b. Disponível em: <https://lsasg.umich.edu/UMICH/ces/Home/Resources/Michigan%20Paper%20Series/Lorenz_Will_Universities_Survive.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

LOUZADA, Rita de Cássia R. *Formação do pesquisador, trabalho científico e saúde mental*. 2005. Tese (Doutorado em Psiquiatria e Saúde Mental) - Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria e Saúde Mental, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 13. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*: estudos sobre dialética marxista. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

MACCARI, Emerson A. et al. M. Sistema de avaliação da pós-graduação da Capes: pesquisa-ação em um programa de pós-graduação em Administração. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 5, n. 9, p. 171-205, dez. 2008.

MACFARLANE, Robert. *Original Copy*: Plagiarism and Originality in Nineteenth-Century Literature. Oxford: Oxford University Press, 2007.

MADELEINE, Bonnie L. L. Lost in Translation. *Nature*, Special Report, v. 445, p. 454-455, 25 january 2007.

MÄKI, Uskali. Science as a Free Market: A Reflexivity Test in an Economics of Economics. *Perspectives on Science*, v. 7, n. 4, p. 486-509, 1999. Disponível em: <http://wiki.helsinki.fi/download/attachments/65902359/FreeMarketEconOfEconPOS1999.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

MANKIW, Nicholas G. *Introdução à economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MARCOLIN, Neldson; ZORZETTO, Ricardo. Mauricio da Rocha e Silva: O segredo da visibilidade. *Pesquisa FAPESP*, edição 191, janeiro de 2012. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/01/16/mauricio-da-rocha-e-silva-o-segredo-da-visibilidade/>. Acesso em: 05 nov. 2013.

MARCUS, Adam and ORANSKY, Ivan. The Paper Is Not Sacred. *Nature*, Comment, v. 480, p. 449-450, 22/29 December 2011.

MARGOLIS, Joel. Citation Indexing and Evaluation of Scientific Papers. *Science*, v. 455, p. 1213-1219, 10 March 1967.

MARSHALL, Eliot. How Prevalent Is Fraud? That's a Million-Dollar Question. *Science*, News of the Week, v. 290, n. 5497, p. 1662-1663, 1 December 2000.

MARTES, Ana C. B. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 254-270, 2010.

MARTINS, Sérgio B. Homo Lattes. *O Globo*, Prosa, 03 de agosto de 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2013/08/02/homo-lattes-505601.asp>. Acesso em: 05 nov. 2013.

MARX, Karl. *O capital*: Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1988. V. 1

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MASSARANI, Luisa. Innovation is 'imperative,' says Brazil Science Minister. *Nature*, News, 25 January 2012. Disponível em: <http://www.nature.com/news/innovation-is-imperative-says-brazil-science-minister-1.9903>. Acesso em: 05 nov. 2013.

MCGUIGAN, Glenn S. and RUSSELL, R. The Business of Academic Publishing: A Strategic Analysis of the Academic Journal Publishing Industry and Its Impact upon the Future of Scholarly Publishing. *E-JASL: The Electronic Journal of Academic and Special Librarianship*, v. 9, n. 3, 2008. Disponível em: <http://southernlibrarianship.icaap.org/content/v09n03/mcguigan_g01.html>. Acesso em: 05 nov. 2013.

MELLO, Alex F. de; DIAS, Marco A. R. Os reflexos de Bolonha e a América Latina: problemas e desafios. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 115, p. 413-435, 2011.

MELLO, Cristiane M. de; CRUBELLATE, João M.; ROSSONI, Luciano. Dinâmica de relacionamento e prováveis respostas estratégicas de programas brasileiros de pós-graduação em administração à avaliação da Capes: proposições institucionais a partir da análise de redes de co-autorias. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 434-457, maio/jun. 2010.

MERTON, Robert K. The Matthew Effect in Science. *Science*, v. 159, p. 56-63, 5 January 1968.

MICHALEK, Arthur M. et al. The Cost and Underappreciated Consequences of Research Misconduct: A Case Study. *PLoS Med*, v. 7, issue 8, p. 1-3, 2010.

MIGUEL, Luiz F. Utopias do pós-socialismo: esboços e projetos de reorganização radical da sociedade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 91-114, 2006.

MIGUELOTE, Vera R. da S.; CAMARGO JR., Kenneth R. de. Indústria do conhecimento: uma poderosa engrenagem. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 44, n1, p. 190-196, 2010.

MIRANDA, Antonio; SIMEÃO, Elmira; MUELLER, Suzana. Autoria coletiva, autoria ontológica e intertextualidade: aspectos conceituais e tecnológicos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 26, n. 2, p. 35-45, maio/ago. 2007.

MONBIOT, George. The Laird of Learning. How Did Academic Publishers Acquire These Feudal Powers?. *The Guardian*, 30 August 2011. Disponível em: <http://www.monbiot.com/2011/08/29/the-lairds-of-learning/>. Acesso em: 05 nov. 2013.

MORAES, Fernando. Fraude em pesquisa aumenta dez vezes. *Folha de S.Paulo*, 02 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cienciasaude/69446-fraude-em-pesquisas-aumenta-dez-vezes.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2013.

MOREIRA, Antônio Flávio. A cultura da performatividade e a avaliação da pós-graduação em educação no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 23-42, 2009.

MUGNAINI, Rogério; JANUZZI, Paulo de M.; QUONIAM, Luc. Indicadores bibliométricos da produção científica brasileira: uma análise a partir da base Pascal. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 123-131, maio/ago 2004.

NATIONAL SCIENTIFIC FOUNDATION. VII - Grant Administration Disputes and Misconduct. In: *Award and Administration Guide*. 2009. Disponível em: <http://www.nsf.gov/pubs/policydocs/pappguide/nsf09_1/aag_7.jsp>. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. *Semiannual Report of the Congress*. Number 7, April 1 – September 30, 1992. Disponível em: <http://www.nsf.gov/oig/compiledsemiannual.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

NATIONAL INSTITUTE OF ALLERGY AND INFECTIOUS DISEASE. *Research Misconduct Cases*. July 11, 2011. Disponível em: <http://www.niaid.nih.gov/researchfunding/sop/pages/misconduct.aspx>. Acesso em: 05 nov. 2013.

NATIONAL INSTITUTE OF HEALTH. *A Guide to the Handling of Scientifc Misconduct Allegations in the Intramural Research Program at the NIH*. May, 2001. Disponível em: <http://sourcebook.od.nih.gov/ResEthicsCases/NIH%20Misconduct2.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

NATURE. Sacrifice for the Greater Good?. *Nature*, v. 421, n. 6926, 27 February 2003.

NEAVE, Guy. O Estado-Avaliador como política de transição: um estudo histórico e anatômico. In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas M.; ULTERHALTER, Elaine (Orgs.). *Educação comparada: panorama e perspectivas*; volume 1. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012a. p. 675-698.

_____. Quality Enhancement: A new step in a risky business?, 2012b. Disponível: <http://www.a3es.pt/sites/default/files/Neave_0.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

NETO MACHADO, Ana M. Produtividade na pós-graduação brasileira? Rumos, limites e engodos na busca de garantir a qualidade. *Atos de Pesquisa em Educação*, Blumenau, v. 1, n. 2, p. 106-119, maio/ago. 2006.

NOSELLA, Paolo. A pesquisa em educação: um balanço da produção dos programas de pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 177-203, jan./abr. 2010.

NOTKINS, Abner L. Neutralizing the Impact Factor Culture. *Science*, v. 322, p. 191, 10 October 2008.

ORGANISATION DE COOPÉRATION ET DE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUES (OCDE). *Manual de Oslo*. Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. Versão em português – FINEP. 2. ed. Tradução de Paulo Garchet, 1997. Disponível em: <http://download.finep.gov.br/imprensa/manual_de_oslo.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. *Manual de Oslo*. Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. Versão em português – FINEP. 3. ed. Tradução de Flávia Gouveia, 2005. Disponível em: <http://download.finep.gov.br/imprensa/oslo2.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

OFFICE OF SCIENCE AND TECHNOLOGY POLICY. Federal Research Misconduct Policy (65 FR 76260-76264). December 6, 2000. Disponível em: <http://ori.dhhs.gov/policies/fed_research_misconduct.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2013.

OFFICE OF RESEARCH INTEGRITY. *Definition of Research Misconduct,* s/d. Disponível em: <http://ori.hhs.gov/misconduct/definition_misconduct.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2013.

O GLOBO. Psicólogo holandês confessa fraude em pesquisa. *O Globo*, ciência, 2 de novembro de 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/ciencia/psicologo-holandes-confessa-fraude-em-pesquisas-3215205>. Acesso em: 05 nov. 2013.

OLIVEIRA FILHO, Renato Santos et al. Fomento à publicação científica e proteção do conhecimento científico. *Acta Cirúrgica Brasileira*, São Paulo, v. 20, supl. 2, p. 35-39, 2005.

OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp, 2011.

ONLINE ETHICS CENTER FOR ENGINEERING AND RESEARCH - OEC. *Federal Policy on Research Misconduct*. April 15, 2007. Disponível em: <http://www.onlineethics.org/Topics/RespResearch/ResResources/fedpolicy/fedresmisc.aspx>. Acesso em: 05 nov. 2013.

PALMA, Alexandre e VILAÇA, Murilo M. Conflitos de interesse na pesquisa, produção e divulgação de medicamentos. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 919-932, 2012.

PARRISH, Debra M. Scientifc Misconduct and Correcting Scientific Literature. *Academic Medicine*, v. 74, n. 3, p. 221-230, March 1999.

PASCAL, Chris B. Scientific Misconduct and Research Integrity for the Bench Scientist. *Experimental Biology and Medicine*, v. 224, n. 4, p. 220-230, September 2000.

PINTO, Leonardo A. Cientometria: é possível avaliar a qualidade da pesquisa científica? *Scientia Medica*, v. 18, n. 2, p. 64-65, 2008.

QIU, Jane. Publish or perish in China. *Nature*, v. 463, p. 142-143, 2010.

POWELL, Douglas. Report Condemns Pressure to Publish. *Science*, v. 264, p. 1662, 17 June 1994.

PULVERER, Bernd. A Transparent Black Box. Editorial. *The EMBO Journal*, v. 29, n. 23, p. 3891-3892, 2010.

RALF, Martin; JOHNSON, Alexander; WALTER, Peter. Painful Publising. *Science*, v. 321, n. 5885, p. 36, 4 July 2008.

REDMAN, Barbara K.; MERZ, Jon F. Scientific Misconduct: Do the Punishments Fit the Crime?. *Science*, v. 321, p. 775, 8 August, 2008.

REFINETTI, Roberto. Publish and Flourish. *Science*, v. 331, p. 29, 7 January, 2011.

REIF, Fred. The Competitive World of the Pure Scientist. *Science*, v. 134, n. 3494, p. 1957-1962, 1961.

REINACH, Fernando. Darwin e a prática da 'Salami Science'. *O Estado de S. Paulo*, 27 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso%2cdarwin-e-a-pratica-da-salami-science-%2c1026037%2c0.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

REIS, Ronaldo R.; RODRIGUES, José. O declínio da Universidade Pública: considerações sobre o atual quadro das relações sociais de produção na educação superior pública brasileira. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 3, p. 183-198, 2006.

REVEL, Judith. *Michel Foucault*: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIGHETTI, Sabine. A vez dos artigos. *Folha de S.Paulo*, Ciência, São Paulo, 15 de agosto de 2011. Cotidiano, Saber, p. C5. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/saber/sb1508201101.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. Brasil cresce em produção científica, mas índice de qualidade cai. *Folha de S.Paulo*, Ciência, São Paulo, 22 de abril de 2013a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2013/04/1266521-brasil-cresce-em-producao-cientifica-mas-indice-de-qualidade-cai.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. Volume de publicação científica é critério para distribuir recursos a pesquisadores. *Folha de S.Paulo*, Ciência, São Paulo, 22 de abril de 2013b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2013/04/1266523-volume-de-publicacao-cientifica-e-criterio-para-distribuir-recursos-a-pesquisadores.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2013.

RIMOLI, Celso A.; NORONHA, Léo E. P.; SERRALVO, Francisco A. Aspectos de inovação e de redes que afetam a imagem da marca: o caso Harley-Davidson e Buell. *Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, v. 75, n. 2, p. 401-432, 2013.

ROBERT, Leslie. The Rush to Publish. *Science*, News & Comment, v. 251, p. 260-263, 18 January 1991.

RODRIGUES, Luiz. O. C. Publicar mais, ou melhor? O tamanduá olímpico. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 29, n. 1, p. 35-48, 2007.

RODRIGUES, Luiz O. C.; REZENDE, Nilton A. de. O tamanduá olímpico a caminho da obesidade científica. *Revista Médica de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 375-379, 2010.

RODRIGUEZ, Raymond L. *The Academic Marketplace*: Negotiating Your First Faculty Position (in the Biological Sciences), s./d. Disponível em: <http://www.ucop.edu/acadpersonnel/ppfp/documents/first-faculty-position.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

ROLAND, Marie-Claude. Publish *and* Perish. Hedging and Fraud in Scientific Discourse. *EMBO Reports*, v. 8, n. 5, p. 424-428, 2007.

ROMANO, Roberto. Contra o abuso da ética e da moral. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 76, p. 94-105, 2001.

_____. Ética e Brasil 500 anos: História, idéias e fatos. In: COIMBRA, José de A. A. *Fronteiras da ética*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002, p. 51-74.

ROSENBAUM, Joel. L. High-Profile Journals Not Worth the Trouble. *Science*, Letters, v. 321, p. 1039, 22 August 2008.

ROSSINI, Carolina A. A. *The Open Access Movement*: Opportunities and Challenges for Developing Countries. Let them Live in Interesting Times, 2008. Disponível em: <http://campus.diplomacy.edu/env/scripts/Pool/GetBin.asp?IDPool=3737>. Acesso em: 05 nov. 2013.

ROSSONI, Luciano; GUARIDO FILHO, Edson R. Cooperação entre programas de pós-graduação em administração no Brasil: evidências estruturais em quatro áreas temáticas. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 13, n. 3, p. 366-390, jul./ago. 2009.

RUMJANEK, F. Ciência burocrática. *Revista Ciência Hoje*, v. 32, n. 233, 2006.

SANDEL, Michael J. *Justiça*: o que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *O que o dinheiro não compra*: os limites morais do mercado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SANTANA, Otacilio Antunes. Docentes de pós-graduação: grupo de risco de doenças cardiovasculares. *Acta Scientiarum Education*, Maringá, v. 33, n. 2, p. 219-226, 2011.

SANTOS, Lucíola L. de C. Formação de professores na cultura do desempenho. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1145-1157, set./dez. 2004.

SANTOS, Luiz H. L. dos. *Sobre a integridade ética da pesquisa*. FAPESP, abril de 2011. Disponível em: <http://www.fapesp.br/6566>. Acesso em: 05 nov. 2013.

SANTOS, Nonato M. dos; KOBASHI, Nair Y. Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 155-172, jan./dez. 2009.

SCHMIDT, Maria L. S. Avaliação acadêmica, ideologia e poder. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 315-334, 2011.

SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SCHWARTZMAN, Simon. *O contexto institucional e político da avaliação do ensino superior*, 1992. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/contexto.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

SCIELO EM PERSPETIVA. *Entrevista Rogério Meneghini*. Disponível em: <http://blog.scielo.org/blog/2013/07/15/entrevista-rogerio-meneghini/#. UoJTJ mkpcR>. Acesso em: 05 nov. 2013.

SCIENCE SCOPE. NSF stakes a position on misconduct. *Science*, v. 20, n. 5320, p. 1779, June 1997. Disponível em: <http://www.sciencemag.org/content/276/5320/1779.3.full?sid=2fb7ab12-96ca-43e1-8c34-b7f6d56f1a83>. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. Misconduct Defined. *Science*, v. 22, n. 5563, p. 2193, March 2002. Disponível em: <http://www.sciencemag.org/content/295/5563/2193.3.full?sid=2fb7ab12-96ca-43e1-8c34-b7f6d56f1a83>. Acesso em: 05 nov. 2013.

SÉGALAT, Laurent. System Crash. Science and Finance: Same Symptoms, Same Dangers?. *Embo Reports*, v. 11, n. 2, p. 86-89, 2010.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SERAFIM, Milena P. O processo de mercantilização das instituições de ensino superior: um panorama do debate nos EUA, na Europa e na América Latina. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 241-265, jul. 2011.

SERRA, Fernando A. R.; FIATES, Gabriela G.; FERREIRA, Manuel P. Publicar é difícil ou faltam competências? O desafio de pesquisar e publicar em revistas científicas na visão de editores e revisores internacionais. *RAM – Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 32-55, maio/jun. 2008.

SGUISSARDI, Valdemar. A avaliação defensiva no “modelo CAPES de avaliação” - É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado?. *PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 49-88, jan/jun. 2006.

SUISSARDI, Valdermar et al. Avaliação da educação superior: avanços e riscos. *EccoS – Revista Científica*, v. 10, n. ESPECIAL, p. 67-93, 2008.

SILVA, Itamar M. da. A discussão sobre avaliação nas reuniões anuais da ANPEd no período 2000 a 2010. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 335-350, 2013.

SILVA, José A. da; BIANCHI, Maria de L. P. Cientometria: a métrica da ciência. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 11, n. 20, p. 5-10, 2001.

SILVA, Mariana B. da. Mecanismos de participação e atuação de grupos de interesse no processo regulatório brasileiro: o caso da Agência Nacional de Energia

Elétrica (Aneel). *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 969-992, 2012.

SILVA JR., João dos R. S. Os limites políticos da democracia na educação superior brasileira delineados por intelectuais da academia. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 12, n. 3, p. 461-482, set. 2007.

SINGER, Paul. Economia solidária *versus* economia capitalista. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 16, n. 1-2, jun./dez. 2001.

SMITH, R. Jeffrey. Scientific Fraud Probed at AAAS Meeting. *Science*, v. 228, p. 192-193, 14 June 1985.

SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. *Imposturas intelectuais*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SOUSA, Sandra Z.; BIANCHETTI, Lucídio. Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil: o protagonismo da ANPEd. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro v. 12, n. 36, p. 389-409, set./dez. 2007.

SOUZA, Renato S. de. Desvendando a espuma: o enigma da classe média brasileira. *Jornal GGN*, Luis Nassif Online, Política – Fora de pauta, quarta, 30 de outubro de 2013. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/fora-pauta/desvendando-a-espuma-o-enigma-da-classe-media-brasileira#.UnjKWHbahs8.facebook>. Acesso em: 05 nov. 2013.

STENECK, Nicholas H. *ORI – Introduction to the Responsible Conduct of Research*. August 2007. Disponível em: <http://ori.hhs.gov/documents/rcrintro.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

STETTEN JR., DeWitt. Publication: Numbers and Quality. *Science*, p. II, 4 april, 1986.

SWISS NATIONAL SCIENCE FOUNDATION. *Regulation oh the National Research Council on the Treatmente of Scientifc Misconduct by Applicants and Grantees*. Febreary 4, 2009. Disponível em: <http://www.snf.ch/SiteCollectionDocuments/ueb_org_fehlverh_gesuchstellende_e.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

TAYLOR, Mike. Academic Publishers Have Become the Enemies of Science. *The Guardian*, Comment, Monday 16 January, 2012.

THOMAZ, Petronio G.; ASSAD, Renato S.; MOREIRA, Luiz F. P. Uso do Fator de impacto e do índice H para avaliar pesquisadores e publicações. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, Rio de Janeiro, v. 96, n. 2, p. 90-93, 2011.

THORNTON, Mark. Does Academic Publishing Pass the Real Market Test?. *Public Choice*, v. 120, issue 1 & 2, p. 41-61, 2004.

TREIN, Eunice e RODRIGUES, José. O mal-estar na Academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 769-819, 2011.

TREVISAN, Amarildo L.; DEVECHI, Catia P. V. e DIAS, Evandro D. Avaliação da avaliação da pós-graduação em educação do Brasil: quanta verdade é suportável?. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 373-392, 2013.

U.S. GOVERNMENT PRINTING OFFICE. *Public Welfare* – Regulations Relating to Public Welfare; s./d. Disponível em: <http://edocket.access.gpo.gov/cfr_2002/octqtr/pdf/45cfr689.1.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

VALENZUELA, Juliana G. *Genoma humano y dignidade humana*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2005.

VANBERG, Viktor J. The 'Science-As-Market' Analogy: A Constitutional Economics Perspective. *Constitutional Political Economy*, v. 21, n. 1, p. 28-49, 2010.

VASCONCELOS, Sônia M. R. Comunicação científica para um público mais atento. *Observatório da Imprensa*, Edição 712, 18 de setembro de 2012. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed712_comunicacao_cientifica_para_um_publico_mais_atento>. Acesso em: 05 nov. 2013.

VASCONCELOS, Sônia M. R. et al. Research's Writing Competence: A Bottleneck in the Publication of Latin-American Science?. *EMBO reports*, v. 9, n. 8, 2008.

VILAÇA, Murilo M. Más condutas científicas: uma abordagem crítico-comparativa para *in-formar* uma reflexão sobre o tema. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, 2013; no prelo.

VILAÇA, Murilo M.; DIAS, Maria C. Melhoramento humano biotecnocientífico: a escolha hermenêutica é uma maneira adequada de regulá-lo? *Veritas*, Porto Alegre, v. 58, n. 1, p. 61-86, jan./abr. 2013.

VILAÇA, Murilo M.; PALMA, Alexandre. Diálogo sobre cientometria, mal-estar na Academia e a polêmica do produtivismo. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, p. abr./jun. 2013.

VILAÇA, Murilo M.; PEDERNEIRA, Isabella L. Assim é, se lhe parece: "em-cena-ação" científica num país fictício em tempos de publicar ou perecer... mas bem que poderia ser no Brasil. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu-SP, v. 17, n. 44, p. 235-241, 2013.

VILAN FILHO, Jayme L.; SOUZA, Held B. de; MUELLER, Suzana. Artigos de periódicos das áreas de informação no Brasil: evolução da produção e da autoria múltipla. *Perspectivas em Ciências da Informação*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 2-17, maio/ago. 2008.

VOLPATO, Gilson L. *Autoria científica fraudulenta*: causas, consequências e critérios. Entrevista publicada em 23 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.gilsonvolpato.com.br/artigos_etica.php>. Acesso em: 05 nov. 2013.

WALSTAD, Allan. Science as a Market Process. *The Independent Review*, v. VII, n. 1, p. 5-45, Summer 2002.

WOLFF, Jonathan. The Ethics of Competition. *The Legal and Moral Aspects of International Trade*, v. 3, p. 82-96, 1998.

WORLD SCIENCE. Pressure to Publish May Bias Scientists. *World Science*, 24 April 2010. Disponível em: <http://www.world-science.net/othernews/100424_publish>. Acesso em: 05 nov. 2013.

XIGUANG, Li and LEI, Xiong. Scientific Misconduct: Chinese Researchers Debate Rash of Plagiarism Cases. *Science*, v. 274, p. 338, October 1996.

XIN, Hao. Scandals Shake Chinese Science. *Science*, v. 312, p. 1464-1466, 9 June 2006.

YANNOULAS, Silvia C.; SOUZA, Camila R. F. de; ASSIS, Samuel. Políticas educacionais e o estado avaliador: uma relação conflitante. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 15, n. 2, p. 55-67, jul./dez. 2009.

YOUNG, Neal S.; IOANNIDIS, John P. A.; AL-UBAYDLI, Omar. Why Current Publication Practices May Distort Science. *PLoS Medicine*, v. 5, issue 10, p. 1.418-1.422, 2008.